

Roberta Maria Lobo da Silva

*A Dialética do Trabalho no MST:  
A Construção da Escola Nacional Florestan  
Fernandes*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor. Orientadora: Profa. Dra. Maria Ciavatta Franco. Área de Concentração: Trabalho e Educação.

Niterói

Março de 2005

Silva, Roberta Maria Lobo da.

A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan  
Fernandes/Roberta Maria Lobo da Silva. – Niterói: 2005.

320 p.

Tese de Doutorado em Educação – Universidade Federal Fluminense, 2005.

1.Dialética. 2.Trabalho. 3.Formação Humana. 4. MST. I. Título.

Roberta Maria Lobo da Silva

A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Aprovada em 11 de março de 2005.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Ciavatta Franco – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leonilde Servulo Medeiros – Co-orientador  
CPDA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eunice Trein  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marildo Menegat  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roseli Salette Caldart  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense

Niterói

Março de 2005

Dedico ao meu pai, Roberto José Benedicto da Silva, e à todos os trabalhadores anônimos que sempre lutaram por uma vida digna e morreram expropriados de todas as suas forças pelo mundo do trabalho.

Este trabalho é fruto de uma práxis coletiva de milhares de pessoas herdeiras da luta social neste país e que atualmente estão inseridas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

## AGRADECIMENTOS

À professora Maria Ciavatta por ter enfrentado o desafio desta orientação, abrindo a possibilidade de novas reflexões no campo Trabalho e Educação. Agradeço também pelo rigor e pela coerência de um acompanhamento sistemático, elementos estruturantes do meu processo de elaboração teórica. Por fim, pelo companheirismo, pelo afeto e pelo respeito às minhas convicções políticas.

Aos professores Gaudêncio Frigotto e Eunice Trein que iniciaram minha formação marxista, ensinando-me os princípios básicos do materialismo histórico. Foram dois anos direto de acompanhamento nas aulas e nos momentos de orientação coletiva.

Ao professor Leandro Konder que com meiguice mostrou a necessidade de produzirmos descrença frente ao conhecimento, desconstruindo assim alguns dos meus dogmatismos.

Ao professor Mario Duayer que possibilitou a leitura de textos de Lukács fundamentais para o aprofundamento de minha compreensão sobre a ontologia do ser social.

Ao professor Marildo Menegat que plantou dúvidas em minhas certezas e semeou outros dilemas teóricos.

À professora Virgínia Fontes que fez ressurgir minha paixão pela História, paixão adormecida pela decepção frente a um conservadorismo tosco com vestes pós-modernas.

À CAPES, que através de concessão de bolsa permitiu o desenvolvimento desta pesquisa durante os quatro anos de curso de doutorado, bem como a realização de uma Bolsa Sanduíche de 6 meses no Colégio de México (COLMEX), México, D.F.

Ao professor Hugo Zemelman pela aceitação de minha integração na sua turma de doutorado no Colégio de Mexico/ Centro de Estudos Sociológicos no 2º. Semestre de 2003, como também pelos apontamentos insistentes sobre nossos condicionamentos durante o processo de produção do conhecimento.

Aos companheiros e companheiras mexicanas da Sección XVIII/CNTE (Coordinación Nacional de los Trabajadores de la Educación), do MULP (Movimiento de Unidad y la Lucha Popular), da CUT (Central Unitaria de los Trabajadores) e do Movimento Estudantil da UNAM pela minha inserção nas atividades e pelo acesso ao conhecimento da realidade mexicana a partir dos desafios impostos pela luta política aos movimentos e organizações sociais.

Ao companheiro Ricardo Montejano pela socialização de aspectos tradicionais da cultura Maya e seus ensinamentos no campo da resistência política e cultural.

À companheira Roberta Traspadini pelo acolhimento em cidade estrangeira, bem como pelas discussões teóricas e pelas projeções futuras que amenizavam a saudade de nossa terra.

Aos irmãos João e Rafael pela herança compartilhada e pela compreensão sem cobranças de minha ausência no cotidiano familiar.

À minha querida mãe pela vida posta em movimento, pela alegria de escutar Chico, pelas orações de proteção e pela poesia de Drumond, pela crença nos meus projetos.

Aos trabalhadores rurais Sem Terra do acampamento Sebastião Lan Dilce, Alencar e Jorge Neves, que me ensinaram a linguagem do povo, o levantar poeira na barraca de lona, a lealdade do trabalho dia e noite a dentro, atravessando fronteiras, superando limites, determinando escolhas e alargando o movimento da liberdade.

Ao coletivo nacional de formação do MST pelas tarefas que me educam como militante formadora, como sujeito da práxis que se forma no processo real da construção da organização de massas.

Aos trabalhadores da Brigada de Trabalho Voluntário do Rio de Janeiro e Minas Gerais da ENFF pelo companheirismo e respeito frente a dupla função exercida como operária da fábrica de tijolos e como formadora.

Aos trabalhadores da Brigada Permanente da ENFF pela confiança estabelecida e pelo reconhecimento de classe.

À Robson Aguiar por compartilhar as angústias, as tarefas, os estudos e a crença na capacidade humana de amar e de construir o novo.

*Elogio da dialética*

*A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros  
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos  
Só a força os garante. Tudo ficará como está.  
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.  
No mercado da exploração se diz em voz alta:  
Agora acaba de começar!  
E entre os oprimidos muitos dizem:  
Não se realizará jamais o que queremos!  
O que ainda vive não diga: jamais!  
O seguro não é seguro. Como está não ficará.  
Quando os dominadores falarem  
Falarão também os dominados.  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a continuação desse domínio? De nós.  
De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o “hoje” nascerá do “jamais”.*

*Bertolt Brecht*

## Resumo

A questão que apresentamos diz respeito à dimensão educativa do trabalho voluntário e do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST. Nos interessou saber como o trabalho político-organizativo e a organicidade gerada vão se constituindo num processo de objetivação e subjetivação que educa na medida em que o trabalhador Sem Terra passa a se reconhecer na sua práxis organizativa como sujeito que faz escolhas e projeta coletivamente uma transformação da vida humana em todos os aspectos: econômico, político, social, afetivo e ético. Tomamos o trabalho político-organizativo e todo o processo formativo que dele deriva como a totalidade concreta do MST e o trabalho voluntário realizado na construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (2000-2004) como mediação.

O trabalho voluntário como método de construção da nova sede da ENFF mistura vários ofícios como o de pedreiro, eletricista, carpinteiro com o ofício de militante. Estar na construção da ENFF implica um cotidiano pautado pelo exercício dos princípios organizativos do MST. Assim sendo, o trabalhador voluntário vivencia um intenso trabalho na obra, rememorando ou aprendendo novas técnicas da construção civil, como também aprendendo a dividir tarefas domésticas, responsabilidades e afetos, sendo estimulado a estudar, a praticar a solidariedade e a fazer escolhas, alargando assim o movimento dialético existente entre o mundo da necessidade e da liberdade.

## Resumen

El tema que presentamos es referente a la dimensión educativa del trabajador voluntario y del trabajo político-organizativo desarrollado por el MST. Nos interesó saber como el trabajo político-organizativo y la organicidad generada se van constituyendo en un proceso de objetivación y subjetivación que educa en la medida en que el trabajador Sin Tierra se reconoce en su praxis organizativa como sujeto que toma decisiones y proyecta colectivamente una transformación de vida humana en todos los aspectos: económico, político, social, afectivo y ético. Tomamos el trabajo político-organizativo y todo el proceso formativo que de él deriva como la totalidad concreta del MST y el trabajo voluntario realizado en la construcción de la Escuela Nacional Florestan Fernandes (2000-2004) como mediación.

El trabajo voluntario como método de construcción de la nueva sede de la ENFF mezcla varios oficios como el de albanil, electricista o carpintero con el oficio de militante. Estar en la construcción de la ENFF implica una rutina determinada por el ejercicio de los principios organizativos del MST. Por lo tanto, el trabajador voluntario experimenta un intenso trabajo en la obra, recordando o aprendiendo nuevas técnicas de la construcción civil, así como también aprende a dividir tareas domésticas, responsabilidades y afectos, siendo estimulado a estudiar, a practicar la solidaridad y a tomar decisiones, alargando así el movimiento dialéctico existente entre el mundo de la necesidad y de la libertad.

## Sumário

Introdução, p.13

### Capítulo I – Referências Teórico-Methodológicas

- 1.1 Atualidade do Capital, p.23
- 1.2 Dialética: ontologia e método, p.31
- 1.3 Potencialidades e Limites do Trabalho Humano, p.39
- 1.4 História, Cultura e Classes Sociais, p.65

### Capítulo II – A Reconstrução histórica do MST

- 2.1 Capitalismo dependente e questão agrária, p.81
- 2.2 O MST como produto das lutas sociais e políticas do Brasil Contemporâneo, p.87
- 2.3 Agronegócio e Reforma Agrária, p.96

### Capítulo III – A Formação Humana no MST

- 3.1 O trabalho e a formação do homem moderno, p.112
- 3.2 Movimentos sociais e a teoria pedagógica, p.120

### Capítulo IV – A Reconstrução histórica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

- 4.1. Formação e Organicidade no MST, p.133
  - 4.1.1. A trajetória histórica da Formação, p.133
  - 4.1.2. Os princípios da organização, p.142
  - 4.1.3. Formação e Práxis organizativa, p.152
- 4.2. As particularidades da construção da nova sede da ENFF, p.174
  - 4.2.1. A Campanha para a construção da nova sede da ENFF, p.176
  - 4.2.2. Objetivos e métodos de construção da ENFF, p.179.

## Capítulo V – A dialética do Trabalho Voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes

5.1 O trabalho voluntário sob a centralidade do capital, p.190

5.2 A tradição religiosa de trabalho voluntário, p.200

5.3 A tradição marxista de trabalho voluntário, p.204

5.4 A dialética do trabalho voluntário na ENFF, 211

5.4.1. Caracterização dos Sujeitos Sociais, p.213

5.4.2. O processo de trabalho na ENFF, p.219

5.4.3. A práxis das relações sociais, p.257

5.4.4. O projeto de futuro, p. 268

5.4.5. O processo de trabalho e a produção de valores, p.271

Considerações Finais, p.282

Bibliografia, p.294

Anexos, p.308

Anexo I – Movimentos Sociais no México, p.308

Anexo II - Roteiro das Entrevistas realizadas com os Trabalhadores da Brigada

Permanente, com o Responsável político da ENFF e com os arquitetos e engenheiros, p.318

Anexo III – Modelo de Contrato de Voluntariado, p.321.

## Introdução

*(...) imaginávamos que quando chegasse na ENFF já íamos trabalhar com a pá na mão, viemos em março de 2000, chegamos passamos por três dias de discussão, como eram as normas, nós éramos a primeira brigada, houve toda uma mística, organizamos os núcleos, tiramos o nome da brigada, e depois fomos para o trabalho na outra semana, era como se a gente tivesse vindo também para uma ocupação, era uma ocupação para nós, vamos ocupar os espaços que eram nossos, e daí por diante a gente foi desmanchado em núcleos, tiramos a coordenação, foi a primeira brigada onde foram aplicadas as normas, então a primeira brigada foi para a Escola bastante importante, pois foi experiência rica, passou a funcionar as normas da casa. O trabalho de fato nós começamos trabalhar num aterro e construímos um barracão para guardar as máquinas de fazer tijolo, a primeira construção nossa foi isso (...)* (J.S., 38, assentado, MS)

Esta pesquisa teve como objeto de investigação o processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, procedendo a análise do período que vai da formação da primeira brigada de trabalho voluntário, em março de 2000, até o término da primeira etapa da construção em julho de 2004.

Partindo da particularidade histórica de ser uma Escola construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social de expressão nacional e internacional, procuramos compreender a dimensão educativa do trabalho voluntário a partir da totalidade social apresentada pelo conjunto do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST ao longo de seus 20 anos de história.

A opção teórico-metodológica pelo materialismo histórico possui como base as tentativas de trazer para o campo da educação os problemas concretos da realidade, ampliando assim o conhecimento da ontologia do ser social. Por estar intimamente ligado à realidade concreta e ao desenvolvimento da história, o materialismo histórico abre-se para as modificações do tempo, da conjuntura política e da estrutura social. Portanto, a própria idéia de ortodoxia é anacrônica visto que o materialismo histórico acompanha o movimento

da realidade.<sup>1</sup> Com esta dinâmica, o materialismo histórico não se limita ao contexto histórico e ao espaço político e social em que surgiu. Seus princípios como a concepção materialista da história, a filosofia da práxis, a dialética, a crítica das ideologias e a luta de classes assumem realidade concreta no seio de toda e qualquer particularidade nacional inserida no movimento capitalista global.

As tentativas de trazer para o campo da educação as reflexões da ontologia do ser social a tempos estão sendo realizadas pelo campo de pesquisa Trabalho e Educação, que para além de formular uma crítica aos processos educativos vinculados à reprodução social do capital, resgatam o trabalho como práxis social fundamental do processo de humanização dos homens.

A ofensiva do capital aos movimentos sociais desencadeada com a crise estrutural que vai se delineando a partir dos anos 70 do século XX, coloca em questão a força social e histórica dos trabalhadores no que diz respeito à contenção da expansão insaciável do capital e do processo acelerado de desumanização dos homens. A terceira revolução tecnológica, a aceleração dos processos de automação, a invasão midiática na vida cotidiana dos trabalhadores determinada pelo fetiche do consumo intensivo de mercadorias limita as possibilidades de projeção de uma reprodução das relações sociais sem o domínio do capital.

No entanto, nos países periféricos surgem movimentos sociais que se tornam referência na luta contra o capital. O MST com 20 anos de história torna-se uma destas referências da luta dos trabalhadores no Brasil e no Mundo. A experiência que tivemos de conhecer a realidade dos movimentos sociais no México nos permitiu perceber a influência que o MST exerce sobre os movimentos sociais, bem como marcar algumas diferenças, visto que a questão não é a ausência de lutas sociais, estas estão vivas e presentes em todos os cantos do mundo onde existe exploração do homem pelo homem, e sim o modo de articular e organizar estas lutas. Por exemplo, existem uma infinidade de movimentos

---

<sup>1</sup> Para Lukács (1981) o sentido de ortodoxia marxista diz respeito ao método dialético.

sociais no México com um alto grau de mobilização de massas, as atividades de ruas nos Estados chegam a agrupar 25 a 30 mil trabalhadores, as atividades a nível nacional chegam a agrupar 500 mil pessoas, mas o que de fato permite um acúmulo destas mobilizações? É evidente que existem diferenças cruciais na história do Brasil e do México no que se refere à particularidade da história dos movimentos sociais e das organizações políticas<sup>2</sup>. No entanto, o que avaliamos é que apesar do MST não possuir este grau de mobilização no interior da sociedade brasileira, sua permanência histórica e seu acúmulo político está na dialética estabelecida entre movimento e organização de massas. Ou seja, o desenvolvimento de uma organização política no interior do movimento de massas permitiu a consolidação de uma estrutura organizativa fincada num processo de formação permanente.

Deste modo, a formação de militantes e de quadros políticos possibilitou ao MST o desenvolvimento de um trabalho político-organizativo sistemático, independente do fluxo e refluxo do movimento de massas. Mesmo não ocorrendo o aparecimento político do MST na forma de mobilizações de massas, marchas, ocupações, etc, isto não significa a inexistência de um intenso processo de organização social através da prática de seus princípios, da nucleação de base, da realização de cursos e de atividades menores, garantindo assim a continuidade do processo de formação da própria organização política.

Neste sentido, nossa investigação teve como ponto de partida a relação existente entre formação e organicidade no MST, ou seja, o processo de consolidação da *práxis organizativa* a partir dos desafios impostos pelas diferenciadas conjunturas históricas enfrentadas ao longo de duas décadas de lutas e conquistas dentro do contexto estrutural da consolidação do neoliberalismo no mundo.

Assim sendo, fomos buscar as referências teóricas e empíricas para compreendermos a dimensão educativa do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST. Daí a escolha pelo objeto de análise: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, símbolo do acúmulo da formação política desenvolvida pelo MST. A escolha do

---

<sup>2</sup> Ver: Anexo I um breve relato sobre os movimentos sociais do México na atualidade.

trabalho voluntário como um dos métodos de construção da ENFF possibilitou a formulação da questão: Em que sentido podemos afirmar a dimensão educativa do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST? Em que medida o trabalho voluntário na ENFF abre condições para o trabalho militante, para o trabalho político-organizativo? Cumpre ressaltar que o objetivo concreto da questão se expressa na necessidade de potencializar a formação de militantes de base no interior do movimento de massas, bem como de compreender os limites e as potencialidades do trabalho enquanto práxis social criadora de novas realidades e culturas.

Podemos apontar para duas realidades diversas da dimensão educativa do trabalho voluntário realizado na ENFF. Existe a realidade do trabalhador sem-terra que permanece na ENFF apenas durante os dois meses da Brigada de Trabalho Voluntário do seu Estado de origem. Durante estes dois meses, este trabalhador além de ter aprendido a técnica de solo-cimento, podendo socializá-la no seu acampamento ou pré-assentamento, aprendeu um pouco da história do MST nas noites de estudo e nas conversas dos corredores, aprendeu um modo de se organizar, um modo diferente de reprodução social, superando algumas contradições das relações sociais de gênero, de amizade, de trabalho, de poder, mas também mantendo outras. Este trabalhador quando retorna ao seu Estado pode assumir alguma tarefa do acampamento ou da sua região, inserindo-se com mais organicidade, ou pode apenas mudar sua relação familiar, mudando a sua prática em relação ao trabalho doméstico, por exemplo. No período de 2000 a 2004 foram mais de 1000 trabalhadores sem-terra que exercitaram a prática do trabalho voluntário na ENFF.

A dimensão educativa do trabalho político-organizativo mediado pelo trabalho voluntário da ENFF pode ser comprovada pelo número destes trabalhadores que de fato se inseriram numa instância organizativa do MST ou mudaram seu comportamento ético. É certo que esta pesquisa não cobriu todas as regiões deste país onde o MST organiza a luta social. Nossa pesquisa se dirigiu para outra realidade, a realidade dos trabalhadores sem-terra que permanecem na ENFF durante o período de um a dois anos e integraram a chamada Brigada Permanente.

Fomos guiados pela intuição, pela observação e pela interação com o meio, buscando perceber como o trabalho voluntário na ENFF foi abrindo possibilidades para o trabalho militante, para o trabalho político-organizativo. Os trabalhadores convidados a permanecerem na ENFF assumiram a tarefa de receber os trabalhadores das Brigadas de trabalho voluntário, inserindo-os no trabalho da obra e na organicidade da ENFF. Ao assumirem tal responsabilidade estes trabalhadores foram mudando de comportamento, eles na verdade tinham que socializar sua própria experiência de trabalho nesta obra particular, perceber o movimento e a capacidade dos novos trabalhadores, sendo estes deslocados para as funções mais adequadas, como também tinham que estimular a construção da organicidade da Brigada, a separação em núcleos, a divisão de tarefas, a prática da mística e do estudo e a interação com a organicidade já existente.

As entrevistas<sup>3</sup> que realizamos com um grupo de trabalhadores da Brigada Permanente, as fotos e os documentos do Arquivo da ENFF, e a historiografia acerca do MST, da atualidade do capital e dos desafios do trabalho e da cultura da organização, nos permitiram afirmar a hipótese de que o trabalho voluntário abre possibilidades concretas para a objetivação e subjetivação de um trabalho político-organizativo, que é educativo na medida em que cria indícios de um modo de reprodução social centralizado no trabalho, na luta social e na cultura do coletivo, como também de rupturas com o modo de reprodução social centralizado no capital. Com esta afirmação não negamos as contradições não resolvidas do processo, ao contrário, apontamos limites, mas sobretudo buscamos nos aproximar da dialética real entre a necessidade e a liberdade destes trabalhadores sem-terra e da potencialidade do método de trabalho voluntário na formação de militantes de base do MST.

Cumpramos ressaltar que a diversidade das fontes (entrevistas, fotos, documentos e pesquisa historiográfica) utilizadas teve como método de aproximação a intertextualidade, ou seja, a utilização de várias linguagens no processo de construção das mediações históricas que particularizam o fenômeno social que desejamos conhecer. Segundo Ciavatta

---

<sup>3</sup> Ver no Anexo II a estruturação dos temas das entrevistas realizadas.

(2002, p. 76), o papel da intertextualidade é a busca de outras linguagens e discursos sobre o mesmo fenômeno social, tornando possível a elaboração de um contexto histórico, social e cultural do mesmo.

Gostaríamos de nos deter um pouco sobre a dimensão da fotografia como fonte histórica, já que foi utilizada no momento em que tratamos diretamente do processo de trabalho na ENFF.

Segundo Mauad (2002, p.7), as fotografias devem ser vistas como produtos culturais que carregam consigo valores, ideais, tradições capazes de recuperar formas de agir de grupos sociais distintos em diferentes épocas históricas, bem como de traduzir processos de construção de uma auto-imagem da classe, da nação ou do indivíduo.

Ciavatta (2002, p.30-40) apresenta a fotografia como fonte histórica tendo como referência a dialética da totalidade e da mediação implícita na fotografia como processo social complexo, concebendo-a como parte da memória coletiva, que permite a elaboração de projetos, como produção cultural e ideológica, como documento e monumento. Deste modo, se faz necessário o domínio de seu processo de produção social e apropriação, bem como da relação que estabelece com outras fontes históricas, como a oralidade, a escrita, etc.

Ao tratarmos a fotografia como fonte histórica buscamos seguir as orientações de Mauad e Ciavatta no sentido de resgatar a memória coletiva produzida pelo MST de modo a evidenciar a identidade de classe. As fotos que revelam o processo de trabalho voluntário na ENFF devem ser vistas como monumento, ou seja, como (...) *construção histórica destinada à perpetuação de alguma memória do ponto de vista do grupo social que a produziu(...)* (Ciavatta, id., p.40) , atravessando, portanto, o MST como organização política.

No que diz respeito ao Arquivo da ENFF, ainda não existe uma catalogação profissional dos documentos e das fotos. Estas são identificadas pela relação das Brigadas de trabalho voluntário e seu período de permanência na ENFF. Dentre as múltiplas possibilidades de escolhas para a construção das séries fotográficas, construímos apenas uma série fotográfica tendo como referência os princípios organizativos do MST e seu exercício prático no cotidiano da ENFF.

No primeiro capítulo apresentamos nossas referências teórico-metodológicas. Analisamos num primeiro momento a atualidade do capital, enquanto relação social dominante que atinge todas as esferas da vida social, produzindo aceleradamente subjetividades alienantes e uma materialidade cada vez mais fincada na lógica de uma razão objetiva que não mais oculta a barbárie como parte de seu processo de reprodução. A identificação dos processos que nos permitem apontar uma atualidade do capital é fundamental para que possamos identificar indícios de ruptura no bojo da totalidade social do MST.

No segundo momento do primeiro capítulo apresentamos nossas referências da dialética, buscando nos fincar na sua dupla condição de realidade concreta e de método de conhecimento. Deste modo, fomos descortinando as categorias centrais da dialética como totalidade e mediação, buscando referências em Hegel, Marx, Kosik, Meszáros, Konder, dentre outros. O domínio destas categorias nos permitiu desenvolver a dialética do trabalho do MST a partir da compreensão do trabalho político-organizativo como totalidade, constituído de múltiplas mediações, entre as quais, o trabalho voluntário. Como veremos, totalidade e mediação são conceitos relativos dentro do movimento dialético da realidade histórica.

No terceiro momento deste primeiro capítulo buscamos apontar os limites e as potencialidades do trabalho humano, o aspecto movente da fronteira existente entre práxis humanizadora e práxis alienante, bem como o aspecto contraditório do conjunto das relações sociais. Delimitamos a categoria trabalho como práxis social originária a partir de

Lukács, bem como o surgimento dos complexos problemáticos como teleologia e causalidade, necessidade e liberdade. Nossa preocupação foi criar instrumentos capazes de tratar das seguintes questões: Com o surgimento de novas determinações no mundo do trabalho, que graus de liberdade são apresentados aos trabalhadores rurais sem-terra organizados pelo MST? Em que medida a ENFF se apresenta como dilatação da liberdade?

No quarto momento deste primeiro capítulo buscamos tratar da história, da cultura e das classes sociais. A compreensão marxista da história como produção da vida e como método de conhecimento nos instrumentalizou para a reconstrução histórica do MST e da ENFF, possibilitando assim a construção de nosso objeto de investigação. Já a compreensão da dialética da cultura, enquanto vida presente, produção de memória e de projetos futuros, abre caminhos para o entendimento da vida social produzida pelo MST, onde a formação cultural está intimamente vinculada às condições sociais e históricas dos trabalhadores/as. No que se refere à questão das classes sociais, tratamos de compreender os processos de formação da classe e da consciência de classe a partir da condição histórica do capitalismo dependente, do lugar da experiência mediada pela consciência social e do dilema existente a respeito das mediações entre classe e organização. O desafio posto está em compreender a categoria Sem Terra à luz do processo de formação de uma classe social.

No segundo capítulo apresentamos os fundamentos do capitalismo dependente no Brasil, tendo como foco o capitalismo agrário com o objetivo de reconstruir historicamente o MST como produto das contradições do campo brasileiro. Analisamos a inserção do modelo neoliberal na agricultura brasileira e as concepções de reforma agrária, tendo como referência os oito anos do Governo de FHC e os dois primeiros anos do Governo Lula.

Em seguida, no terceiro capítulo tratamos das reflexões da pedagogia moderna, abordando a relação existente entre trabalho e formação do homem moderno a partir da perspectiva da humanização das relações sociais e da acumulação de capital. Sendo assim, estabelecemos uma relação com o debate atual entre movimentos sociais e teoria pedagógica, e apresentamos a síntese pedagógica que impulsiona o MST como um sujeito pedagógico,

bem como as relações existente entre esta síntese e os princípios educativos apontados por Gramsci.

No quarto capítulo, após a reconstrução histórica do MST e dos princípios de sua pedagogia, apresentamos as linhas políticas da formação do MST, bem como sua relação orgânica com a estrutura organizativa. Aqui a categoria práxis terá uma importância fundamental visto que nossa necessidade é compreender a *práxis organizativa* do MST como um processo social complexo, marcado por uma densidade histórica que carrega os dilemas apresentados pela história das organizações socialistas. Num segundo momento apresentamos a particularidade da construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes, seus objetivos e métodos de construção.

O acesso às categorias e à reconstrução histórica do MST e da ENFF, nos permitiu então apresentar a dialética do trabalho voluntário na ENFF. O capítulo cinco será composto por quatro momentos. O primeiro apresenta o trabalho voluntário sob a centralidade do capital, como parte do processo das reformas neoliberais do Estado e da necessidade de extração intensa da mais-valia por parte das empresas capitalistas. No segundo momento apresentamos a tradição religiosa do trabalho voluntário, focalizando a experiência das CEB's na consolidação de um trabalho comunitário pastoral que teve consequências no processo de criação de novas organizações políticas e o início da redemocratização do país. O terceiro momento trata das experiências revolucionárias do trabalho voluntário na Revolução Russa, na Revolução Cubana e no Governo de Salvador Allende. O rastrear estes processos nos possibilitou a identificação das influências exercidas sobre o MST no que se refere à sua concepção de trabalho voluntário. Por fim, tratamos da experiência concreta do trabalho voluntário na ENFF como mediação da totalidade do trabalho político-organizativo do MST, apontando sua dimensão educativa com base nas modificações que ocorrem na práxis das relações sociais e no aprofundamento de um processo de humanização e de reprodução social que tem como referência o trabalho, a luta social e a cultura do coletivo.

Por fim, nas considerações finais tratamos de apresentar os dilemas da dialética do trabalho na atualidade e a particularidade da dialética do trabalho no MST desde a perspectiva do trabalho político-organizativo. Mostramos como a dialética deste trabalho político-organizativo vai produzindo uma forma diferente de reprodução social, sempre articulada com a dinâmica da luta social e da cultura do coletivo. Retomamos algumas contradições da realidade social e política do Brasil Contemporâneo a partir da reatualização histórica do latifúndio e das potencialidades dos assentamentos da reforma agrária no que diz respeito à geração de empregos e à reconstituição de estruturas sociais antes esgarçadas. Demarcamos a dimensão pedagógica do MST a partir da materialidade e da subjetividade que vão sendo construídas no interior das mudanças ocorridas no conjunto das relações sociais, como também a partir da construção de um projeto político e ético com o conjunto da sociedade brasileira que está em processo de luta. Apresentamos a dimensão educativa do trabalho voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes, tendo como referência a tendência à superação das relações alienadas no trabalho, fazendo com que os trabalhadores/as se reconheçam no processo do trabalho, no seu produto, como também no âmbito das relações sociais construídas, permitindo assim um processo de humanização e politização, que os transformam num ser social e político, eticamente e culturalmente convencidos a respeito da necessidade da transformação das relações humanas.

Esperamos que as reflexões trabalhadas ao longo desta tese tenham uma significação teórica e prática, no sentido de fortalecer as experiências de formação dos trabalhadores capazes de materializar as necessidades éticas e políticas do projeto de emancipação dos homens.

## Capítulo I - Referências Teórico-Metodológicas

O objetivo desta tese é mostrar como o processo de trabalho voluntário na construção da Escola Nacional Florestan Fernandes pode ser percebido como um processo educativo. O processo educativo que nos referimos tem no trabalho voluntário uma mediação do trabalho político-organizativo do MST enquanto totalidade social. Nossas referências teórico-metodológicas estão fincadas no campo do marxismo e tratarão da atualidade do capital, da práxis, da consciência como mediação do trabalho, das categorias centrais da dialética: totalidade e mediação, necessidade e liberdade, da história, da cultura e das classes sociais.

### 1.1. A atualidade do capital

O trabalho voluntário na construção da ENFF e o trabalho político-organizativo gerados pelo MST produzem algumas rupturas com a *relação capital*, alargando o seu potencial educativo no sentido de criar indícios de uma reprodução social<sup>4</sup>, centrada no trabalho, na luta social e na cultura do coletivo. Segundo Meszáros, a *relação capital* deve ser compreendida como uma mediação histórica e ontológica, onde o trabalho está subjugado ao modo de reprodução do capital, centrado na (...) *compulsão de produzir trabalho excedente; trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo*. (2002, p.203). Esta forma de subjugação do trabalho produz subjetividades alienadas que vão sendo refletidas na dialética da vida social desde as relações sociais de produção, as relações sociais do cotidiano, como a amizade e a lealdade entre homens e mulheres, o

---

<sup>4</sup> Do ponto de vista da ontologia do ser social, a reprodução social é um processo marcado por dois pólos: a individuação e a sociabilidade enquanto determinações reflexivas. A sociabilidade é constituída por atos singulares de indivíduos concretas em determinadas situações sociais. Segundo Lessa (1996, p.102-103), existem mediações fundamentais que operam na formação da individuação e da sociabilidade: (...) *o impulso à generalidade humana detonado pelo trabalho, a contradição genérico/particular, as mediações como a ética, a religião, etc, que articulam necessidades humano-coletivas e processos de individuação (...) e o papel ativo da consciência (...) tanto a individuação como a sociabilidade, quanto a absolutamente necessária articulação reflexivamente determinante entre essas duas processualidades, requerem a ativa participação da subjetividade (...)*.

amor entre pais e filhos, as formas de solidariedade, até os princípios humanos que fundamentam estas relações. Tais subjetividades são reproduzidas com o acirramento das contradições históricas, produzindo sujeitos sociais funcionais à reprodução do capital em sua insaciável expansão destrutiva.

Vivemos um momento histórico de colisões constantes, de implosões de povos e de poderes, que alimentam a barbárie do capital em sua necessidade anti-humana de expansão ilimitada. O filósofo Meszáros (2002) situa historicamente o processo cumulativo da realidade do “capital permanente universal”, de Hegel à realidade da produção destrutiva do capital, força material e subjetiva potencializada em resposta à crise da contemporaneidade. A compreensão dos deslocamentos das contradições do modo de reprodução social do capital ao longo do século XX é condição determinante para a abertura da reflexão teórica frente aos desafios históricos da humanidade do século XXI na perspectiva da concretização de um futuro secular qualitativamente novo.

Meszáros aponta para os limites estruturais do capital enquanto modo de reprodução social e os avanços necessários da ofensiva socialista enquanto alternativa histórica. Este caminhar parte do trabalho como práxis fundante da existência social, princípio primeiro da ontologia do ser social (Marx, 1974, Lukács, 1978, 1981), bem como da potencialidade criadora da práxis das relações sociais. No entanto, tal caminhar não se absolutiza como único e tampouco nega a realidade de uma sociabilidade baseada na valorização do capital, que engendra inúmeras contradições e combinações próprias da dialética de uma vida social cada vez mais complexa em sua objetivação subjetivada. Sínteses atualizadas da práxis alienante com alguns partos necessários da busca pela emancipação humana.

O capital, enquanto relação social dominante, atinge atualmente todas as esferas da vida se apropriando dos desejos e dos sentimentos, da produção e do conhecimento, da compaixão e da solidão, da moral e do belo, enfim, de tudo que é humano. Este domínio, de custo humanamente elevado, tem raízes em profundas contradições que atuam e se desenvolvem ao longo de uma tradição secular. Segundo Meszáros, as contradições inerentes ao modo de reprodução social do capital se baseiam em três contradições sociais

impulsionadoras da perda de controle dos processos de produção material<sup>5</sup>, como também dos processos de tomada de decisões políticas, ou seja, de tudo que diz respeito aos seres humanos e às suas necessidades vitais. Tais contradições se atualizam ao sabor de suas necessidades históricas, sendo expressas na perda de unidade entre a produção e o seu controle, entre a produção e o consumo, e por fim, entre a produção e a circulação. (2002, p.104-106). Portanto, este modo de reprodução social do capital, que se fundamenta na negação do ser social capaz de uma produção auto-suficiente, como também na ausência de unidade das estruturas sociais, traz em seu desenvolvimento histórico sucessivas perdas de controle da vida social, chegando nos dias de hoje aos seus limites absolutos de destruição humanitária.

Tentar entender em sua totalidade *a relação capital*, indo às mais largas e extensas relações que os homens estabeleceram entre si e o mundo da política, da economia, da cultura e do amor, é com certeza uma vontade desmedida, talvez extemporânea. Os limites são da escala humana da vida e, portanto, visíveis e concretos. Há na conjuntura histórica algo de tormento que limita nossa compreensão. O capital, forma historicamente construída, é um sistema orgânico, visto que destruindo formas orgânicas anteriores, tornou-se um pressuposto que atravessa toda a sociedade, constituindo-se numa totalidade plena. Para Mézaros (id., p.9), a totalidade que a *relação capital* assume enquanto sistema capitalista só pôde controlar a reprodução social quando relegou as necessidades humanas para a esfera sempre expansiva dos valores de troca e (...) *principalmente pela superação da proibição da compra e venda de terra e trabalho, garantindo, dessa forma, o triunfo da alienação em todos os domínios.*

As formas sociais hegemônicas do capital hoje se materializam nos macrocosmos competitivos das grandes corporações transnacionais e de seus correspondentes Estados beligerantes, quanto nos fragmentados microcosmos sociais (...) *dilacerados pelo antagonismo interno devido a conflitos de interesses irreconciliáveis, determinados pela*

---

<sup>5</sup> Esta perda de controle ao longo do processo histórico vai assumindo formas cada vez mais complexas de alienação esclarecidas por Marx (1974), Lukács (1967) e Meszáros (1978). Podemos ver também esclarecimentos sobre a questão da alienação nas obras de filósofos brasileiros como Konder (1965, 2002) e Lessa (1996), dentre outros.

*separação radical entre produção e controle (...)* (2002, p.115). O avanço da produção destrutiva que circula abusivamente pelo globo e se concentra em poucas partes, impossibilita a realização da vida em níveis básicos (alimentação, educação, saúde, trabalho, habitação, cultura) para a maioria humana. Como então pensar numa reação ao projeto do capital que joga no limite os projetos de sociedade onde a atividade humana é o eixo central?

Menegat (2003) analisa a atualidade do capital do final do século XX a partir dos momentos de formação do conceito de razão objetiva, entendendo esta como materialidade concreta das relações sociais marcada pelo fetichismo sempre renovado do capital em função de sua valorização, sendo o excesso desta razão o fundamento de uma barbárie que não mais se contém nos subterfúgios das relações de troca e expande-se como razão de ser de uma época.

Dialogando com os pensadores da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer, apontando os limites do marxismo e avançando sobre os descaminhos da razão objetiva, Menegat tece uma dialética da vida social através das marcas da materialidade e da subjetividade reificada do sujeito contemporâneo. A partir das colocações de Menegat, apresentaremos aqui algumas das determinações que fundamentam a barbárie dos tempos atuais.

Uma das determinações da barbárie pode ser localizada na socialização intensificada do trabalho como comprovação do domínio da natureza e da ilimitada potência do progresso, impulsionadora da imortal valorização do capital para além da escala humana (id., p.41). A temporalidade dos homens está totalmente sujeita à esfera da produção, não cabendo qualquer tipo de reflexão sobre a debilitada capacidade humana de pensar seu mundo e o fundamento de suas relações. Uma individualidade cada vez mais miserável vai deletando os resquícios de possibilidade da expansão da riqueza humana, dada pelas potencialidades da objetivação dos sentidos na apreensão do mundo.

Como parte desta determinação está o desenvolvimento da técnica na sua função de exaltar a pequenez humana e a ação imperiosa do capital, onde o confinamento dos homens à esfera produtiva gera uma disponibilidade perversa frente às necessidades de expansão do valor, transformando as habilidades humanas em especializações vendáveis e intensificando a produção de uma subjetividade alienada e alienante (ibid., p. 43). Segundo Menegat, a intensificação de uma razão objetiva baseada nas leis lógicas da socialização total provoca de forma acelerada o esvaziamento das relações sociais em função do pleno e ilimitado desenvolvimento das forças produtivas. É deste modo que se elimina o sentido de uma razão objetiva conforme as definições de Kant, que inclui à formação do indivíduo, de Weber, pautada por uma racionalidade garantidora da espécie, ou de Marx, onde o avanço das forças produtivas alimentará um futuro de regressão da desumanização. Assim,

*(...) a razão objetiva torna-se um desfigurado fantasma, que negado, se vê acusado de enfadonha tirania, e , impotente, vê alguns de seus antigos herdeiros, como o personagem central da novela Mefisto, de Klaus Mann – a personificação de todas as necessidades estimuladas de astúcia - imigrarem para a noite do horror, por desilusão ou amor à catástrofe. (ibid., p. 45).*

Uma outra determinação que complementa as anteriores é o esvaziamento de mediações sociais que ampliavam a formação do sujeito, deixando-o vulnerável ao processo de conservação da valorização do capital e à sua impessoalidade autoritária, mantendo-o circunscrito aos limites desumanizantes da pré- história da subjetividade ou da consciência reificada (Adorno apud Menegat, ibid., p. 66). Tais mediações podem ser identificadas na família, nos laços de sociabilidade marcados pela amizade, lealdade e confiança, como também na própria relação com o passado e com a produção de memória. A atualidade do capital produz indivíduos atomizados identificados apenas com uma temporalidade determinada pela produção de valores de troca, onde as necessidades vitais e a própria dimensão de liberdade humana têm os seus sentidos de existência sequestrados (id.).

A barbárie é na atualidade do capital a face mais explícita da razão de ser de uma civilização decadente, ainda que sempre tenha se colocado como condição de funcionamento da lógica de expansão dos valores de troca. Deste modo, foi produzindo sujeitos que a reproduzem, naturalizando e banalizando a tragédia humana marcada pelo

esquecimento da atividade humana como um fim em si mesmo. Sabemos da urgência da materialização de um sujeito social coletivo com força histórica capaz de ir contra a barbárie engendrada pelo capital, porém, o que visualizamos são algumas alternativas localizadas<sup>6</sup> que desenvolvem o potencial de criar indícios de sua negação<sup>7</sup>. É no sentido de ir além do capital que trataremos o MST, como uma realidade concreta capaz de gerar alguma unidade entre produção, controle social e decisão política no processo de reprodução social centralizado no trabalho, na luta social e na cultura do coletivo. Nosso exercício maior será perceber e analisar as combinações e as contradições que se fazem interagir no espaço social gerado pelo MST.

Estamos seguramente intencionados em evitar os riscos de cair no terreno puramente ideológico das afirmações corporativistas ou mesmo da personificação acrítica e ahistórica do “bem contra o mal”. Buscaremos apenas delinear alguns processos de rompimento com a *relação capital* que são impulsionados pelo MST enquanto movimento e organização social de massas.

Jameson (2001) compreende a atualidade do capital como um movimento dialético entre as dimensões da cultura e da economia, que constrói formas pós-modernistas de imperialismo. Toma como exemplo os tratados econômicos impostos pelas grandes corporações multinacionais. Estes tratados apresentam cláusulas de políticas culturais, como a OMC e o NAFTA, onde as mercadorias produzidas pela cultura de massas americana são consumo obrigatório para o Estado-Nação que representa a parte fraca do contrato. O cultural torna-se parte imprescindível tanto de um controle de mercado quanto

---

<sup>6</sup> Tiriba (2001) apresenta indícios de uma nova cultura do trabalho nos exemplos concretos das Organizações Econômicas Populares (OEP's) situadas na realidade urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro, no entanto, adverte para os limites e os movimentos contraditórios que se materializam nas pedagogias da produção associada circunscrita ao capitalismo global.

<sup>7</sup> Segundo Meszáros (ib., p.201), a alternativa qualitativamente nova deve realizar na prática a superação do controle do capital sobre o trabalho, reconstituindo assim o processo de trabalho e o trabalho (...) *com base em determinações consensuais/cooperativas internas e conscientemente adotadas(...)* A parte decisiva desta comprovação deve ser a reconstituição do próprio trabalho, não apenas como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo do trabalho –um agente capaz de assegurar as condições escolhidas (em oposição às atuais, impostas de fora pela divisão estrutural/hierárquica do trabalho) de reprodução expandida sem as muletas do capital. Este é o verdadeiro significado da crítica prática marxista da economia política do capital relativa à necessidade de ir além do capital e de sua rede, hoje universalmente dominante(...).

da dominação política, tornando-se determinante inclusive de uma “colonização” das formas sociais tradicionais, visto que interfere diretamente no modo de vida das populações.<sup>8</sup>

Para além da questão da cultura de massas ou do mercado global, da associação com o espírito da “pós-modernidade”, da revolução das tecnologias de informação e do hibridismo das culturas locais, a globalização implica no acirramento das contradições entre capital e trabalho. A geopolítica mundial reorganiza-se ora aprofundando ora alargando as relações centro-periferia, através de (...) *uma rápida assimilação de mercados nacionais até então autônomos e de zonas produtivas a uma só esfera, o desaparecimento da auto-suficiência nacional (por exemplo, alimentos), a integração forçada de nações do mundo inteiro à nova divisão global do trabalho(...)* (ibid. p. 46).

Sendo uma face da atualidade do capital, a globalização possui como marca a aceleração de sua reprodução, a concentração de riqueza e poder e a intensificação da negação da vida humana. Não há como falar no mundo das redes virtuais, onde a forma capital controla e circunda o globo na velocidade da luz, sem considerar a materialidade de um mundo onde os homens estão ficando sem forma social, sem trabalho, sem atividade prática, sem identidades (seja sociais, culturais ou políticas) que os reconheçam num futuro próximo.

Jameson (2001, p.41) afirma que a coletividade social é o (...) *ponto crucial da elaboração de uma resposta política verdadeiramente inovadora e progressista à globalização*. Pois bem. Em que situação material estão hoje as coletividades sociais? Como a globalização, enquanto expressão ideológica do grande capital, cria impedimentos para o desenvolvimento de tais coletividades? Como estas coletividades se reorganizam em torno de um projeto de sociedade, entendida enquanto cultura emancipatória? Lukács afirma que o homem é um ser que dá respostas (1978, p.5), mas como elaborar respostas se o ser social vaga sem parâmetros, desinteressado em formular perguntas, onde o manipulável e a barbárie aparecem como realidade primeira de uma sociedade controladora

---

<sup>8</sup> Frei Betto em seus artigos e palestras define o fenômeno como “globocolonização”.

dos pertences humanos? Diante desta obscuridade, cumpre lembrar que a realidade é histórica e dialética, produz forças contraditórias que impulsionam perguntas e respostas, bem como a ampliação do arco das alternativas humanas.

## 1.2. Dialética: ontologia e método.

Mesmo com as derrotas sofridas no final do século XIX e ao longo de todo o século XX<sup>9</sup>, a dialética ainda se mantém como método de conhecimento capaz de apreender o movimento contraditório da realidade. Segundo Konder, os tempos atuais não permitem uma absolutização do conhecimento produzido pela razão dialética, sendo assim se faz necessário o condicionamento da práxis e da crítica das ideologias, bem como um eterno movimento de confiança e desconfiança a respeito das formulações do conhecimento frente ao caráter inesgotável do real<sup>10</sup>.

No entanto, antes de concebê-la como método de conhecimento, apreendendo suas categorias principais, se faz necessário a compreensão de seu fundamento ontológico como movimento do ser em suas infindas contradições. Deste modo, não podemos nos furtar do duplo sentido da moderna concepção da dialética: ser o próprio movimento do real e ao mesmo tempo a tentativa de apreender as contradições do real e a potencialidade do novo que estas apontam. Ainda assim seguimos os conselhos do professor Konder:

*(...) a dialética como modo de pensar suporta mal qualquer tentativa de defini-la (...) apesar das diferenças, existe uma convergência entre dialética e mística, em ambas o sujeito se sente em face de algo maior do que aquilo que está ali, quer dizer, se sente relacionado a algo que transcende a realidade imediata, algo que vai além da realidade restritamente presente, que o seu conhecimento poderia pretender dominar ou exaurir.*<sup>11</sup>

Tampouco podemos nos furtar dos ensinamentos do professor Bornheim onde a dialética aparece como um problema ontológico, ou seja, como uma problemática dos homens face ao concreto das contradições da realidade, ainda que se reconheça o caráter metafísico de sua gênese (1983, p.2). A crítica de Borheim no que diz respeito à apreensão

---

<sup>9</sup> Ver: Konder (1988).

<sup>10</sup> Aula Magma do professor Leandro Konder na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro realizada no dia 28/03/03, divulgada no site da *Revista Trabalho Necessário* nº 1 do Núcleo de Documentações e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE) da Faculdade de Educação da UFF. p.2.

<sup>11</sup> Id. p.8

da dialética aponta para algumas limitações. Primeiro para a sua limitação funcional ou de aplicabilidade, relacionada tanto ao real quanto ao pensamento, o que acaba por negar os seus pressupostos, restringindo a dialética ao plano ôntico, dos entes e reduzindo-a a uma posição positivista. (id., p.6). A redução da dialética a uma questão metodológica impossibilita a compreensão de seu fundamento visto que (...) *se ela é reconhecida como a fonte que autoriza a compreensão da realidade, a própria fonte termina relegada ao esquecimento.* (ibid., p.7).

Uma outra limitação é vê-la a partir de um determinado setor da realidade, seja, a história, a natureza ou o conhecimento. Tal posição se restringe, assim como a primeira, ao plano dos entes, abstraindo-os do movimento que os constituem dentro de um universo de relações, não reconhecendo, portanto, que a realidade é dialética e que atinge a totalidade do ser (ibid., p.9-10). Ou seja, o ser na sua processualidade real e na sua contraditoriedade, é o fundamento da dialética.

Borheim aponta para uma outra limitação da apreensão da dialética, que é a compreensão da dialética do ser a partir da subjetividade do homem, ou seja, de uma intencionalidade submetida à dicotomia sujeito-objeto. Segundo Borheim, ainda que a dialética seja apreendida como objetivação determinada pela subjetividade do sujeito, este modo de operá-la aponta para os resquícios de metafísica dentro da dialética, visto que

*(...) não basta dizer que a realidade se desdobra dialeticamente, ou que a história é em si mesma dialética. Porque dentro desse modo de equacionar a questão teríamos de um lado um objeto dialético e de outro, o conhecimento desse objeto, que também seria dialético. O pressuposto desta concomitância está na redução da dialética a um método, estabelecendo um paralelismo entre a ordem do real e a ordem do conhecimento, que é inconcebível sem o racionalismo da metafísica moderna.* (ibid., p.19).

Antes de entrarmos na apropriação das categorias da dialética como totalidade e mediação, que nos possibilitarão uma aproximação frente a materialidade da problemática que nos desafia, cumpre ressaltar os ensinamentos de Borheim no que diz respeito à dialética do ser como finitude, como diferenciação ontológica que ao mesmo tempo que

gera, é gerada por temporalidades, relações e contradições que marcam o desenvolvimento possível da relação fundante entre a teoria e a práxis humana. (ibid., p.71-82).

Para entendermos a categoria da totalidade em Marx precisamos conhecer a diferença de sua filosofia em relação à filosofia de Hegel. Enquanto em Hegel a dialética apresenta-se como uma resolução conceitual, ou seja, como movimento do pensamento ou ainda, como um problema do pensamento, em Marx a dialética apresenta-se como uma resolução prática, como um problema da realidade. Para Marx o problema da realidade não poderia ser solucionado no interior da filosofia porque sua origem está no desenvolvimento histórico do real, das relações sociais entre os seres humanos. É, portanto a partir desta intuição que Marx vai conceber a unidade entre teoria e prática como princípio da filosofia da práxis, onde pensamento e ação compõem a dialética do real. Ou seja, o princípio da unidade entre teoria e prática compõe o caráter ontológico da dialética de Marx.

Nesse sentido a teoria assume um caráter transitório e inacabado visto que está ligada dialeticamente ao próprio desenvolvimento das forças sociais que compõem a sociedade capitalista. Ou seja, a filosofia que anteriormente devia apenas responder a si mesma, ao mundo do pensamento e da razão como consciência de si e para si, deve a partir de então dar respostas concretas aos problemas da realidade e da luta política que lhe é intrínseca, apresentando-se como uma força histórica. Meszáros (1979) nos elucida o processo de transformação do conceito da totalidade, partindo da condição de princípio abstrato à condição de práxis social. Segundo Meszáros, o conceito totalidade se apresenta na dialética de Hegel como um conceito filosófico e metodológico especulativo, enquanto na dialética de Marx tal conceito possui uma base de existência real, (...) *como apropriação da totalidade das forças produtivas e do correspondente desenvolvimento omnilateral (da totalidade) das faculdades dos indivíduos no interior de um intercâmbio universal* (1979, p.165).

A totalidade é um das categorias mais importantes da dialética de Marx, pois nela se visualiza a realidade social em desenvolvimento como uma produção dos homens, como um todo dinâmico, de conexões orgânicas e de racionalidade própria. Segundo Kosik

(1995), antes de ser um princípio epistemológico ou mesmo uma exigência metodológica, a totalidade é uma resposta à pergunta: que é a realidade? Isto porque a totalidade é a compreensão racional da realidade concreta como um todo dialético (...) *em curso de desenvolvimento e de auto-criação* (1995, p.43). A totalidade permite o movimento recíproco das mediações, dos processos sociais e de um conjunto amplo de fenômenos, atingindo uma articulação concreta enquanto realidade, onde o fenômeno como um momento particular da totalidade assume uma dupla função:

*(...) definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais.* (1995, p.49).

O movimento apresentado acima nos mostra a seguinte condição: somente delimitada a particularidade, a historicidade do fenômeno, é que a totalidade aparece como o conjunto articulado das relações sociais. Na verdade, o fenômeno ao ser particularizado revela-se como um processo social mais amplo que envolve a realidade social como um todo movente. Ao mesmo tempo em que a totalidade como método de conhecimento permite reconstruir dialeticamente o movimento da realidade, ela também é construída ao nível do pensamento. É neste sentido que Ciavatta (2001, p.127) ao discutir a questão metodológica da reconstrução histórica apresenta a concepção de Marx da totalidade como parte integrante do método de produção do conhecimento da realidade, afirmando seu caráter concreto e não abstrato marcado por (...) *um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações que constituem determinada totalidade. Conseqüentemente, as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificadas quantos são os aspectos da realidade(...).*

Qual o movimento que explicita a particularidade do fenômeno e ao mesmo tempo sua realidade a partir da concepção marxista de totalidade? Existe uma relação dialética entre os conceitos totalidade e mediação? Esta relação cria outros movimentos internos como também dá estrutura ao próprio método dialético? Mesmo imersos nas questões sobre o funcionamento, sobre a lógica interna do método, cumpre dizer que tais questões só possuem significado se estão organicamente ligadas aos desafios históricos da realidade.

Ou seja, só tem sentido pensar o método quando a realidade apresenta-se como seu pressuposto.

Ao tratarmos do conceito de totalidade vimos que a construção do todo como um conjunto orgânico das relações sociais produzidas historicamente pelas ações dos homens necessita da dimensão particular do fenômeno que se deseja conhecer. O movimento do particular no conjunto das relações que compõem a totalidade apresenta-se como mediação, ou seja, ao particularizar o fenômeno a mediação o historiciza e ao mesmo tempo o relaciona com a totalidade construída como contexto histórico e social.

Segundo Ciavatta (2001, p.137), a mediação é a particularidade histórica do fenômeno situada (...) *no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação dos sujeitos sociais(...)*. Portanto, a particularidade do fenômeno não é compreendida apenas a partir do que lhe é singular, mas a partir da relação do singular com o universal.<sup>12</sup> Neste sentido os conceitos mediação e totalidade como determinações da existência<sup>13</sup> se constituem no pensamento a partir de uma relação dialética de caráter metodológico, (...) *na medida em que cada mediação, por ser realidade objetiva, se constitui em nova totalidade e esta, por sua vez, pode se constituir em mediação de outro nível de totalidade.* (id., p. 138).

Desta forma, a mediação permite ver a particularidade do fenômeno social na direção dos processos históricos e sociais que compõem a totalidade concreta. Zemelmam (1996) apresenta o problema metodológico das mediações como uma estratégia lógica capaz de dimensionar a complexidade das relações estabelecidas entre os fenômenos e os processos sociais e históricos. Segundo Zemelmam, as mediações enquanto relações entre os fenômenos possuem uma densidade superior aos conceitos de associação e determinação, visto que tal relação está marcada pela situação de transitividade do concreto

---

<sup>12</sup> O conceito da particularidade como síntese do singular e do universal é apresentada por Lukács como a originalidade da dialética de Hegel. Este conceito é fundamental para impedir os riscos de um singular isolado e de um universal abstrato, como também é a base da compreensão da mediação na sua dimensão ontológica concreta, como campo da história e do particular. (Lukács apud Ciavatta, op.cit. p.142-147).

<sup>13</sup> Marx na Introdução à crítica da economia política ao tratar do método dialético afirma que os conceitos exprimem formas de modos de ser, determinações da existência.(1974, p.127).

real que se estabelece como fenômeno particular. Desta forma, as mediações se apresentam metodologicamente como uma forma de abordar a realidade através dos movimentos, dos processos históricos que lhes são constitutivos. (1996, p.135-137).

Ou seja, é a partir da distinção entre o que é essencialmente constitutivo do fenômeno e o que lhe é imediato, a sua aparência, que a mediação possibilita o conhecimento da essência do fenômeno, do que lhe é próprio, do que participa intimamente de sua construção real. Segundo Kosik, o método dialético se constitui nesta descoberta do caráter mediato do fenômeno, de seu movimento interno e oculto como produto da práxis humana, onde a realidade é a própria unidade dialética entre essência e fenômeno. (1995, p.20-21).

Os movimentos que constituem o fenômeno ao serem apreendidos no campo das mediações permitem a apreensão das determinações reais dos processos sociais, como também a reconstrução histórica do fenômeno. Ou como nos diz Marx, permitem o movimento do abstrato ao concreto como (...) *maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado*. (1974, p. 123).

Em *O Marxismo Ortodoxo*, Lukács (1981) defende a dialética de Marx como método revolucionário, como também a função determinante desempenhada pelas categorias de totalidade e de mediação no processo de apreensão da realidade social. O método dialético de Marx coloca como primeira condição de sua realização o rompimento com uma visão imediata, aparente do fenômeno, própria daquilo que se quer conceber como uma verdade imutável, legitimadora da objetividade de uma ciência que é produto da sociedade capitalista. Somente uma análise do desenvolvimento histórico do fenômeno capaz de delinear seu movimento interno, avançando para as mediações que o constitui como integrante de uma totalidade concreta, torna possível a apreensão de sua essência oculta, ou seja, aquilo que lhe é particular, aquilo que o estrutura historicamente. Segundo Lukács (id., p.67), os momentos dialéticos do fenômeno, da essência e da aparência que constituem a existência humana e sua distinção frente à realidade são as bases

metodológicas de *O Capital* herdadas da lógica de Hegel.<sup>14</sup> Ou seja, a relação dialética se estabelece na superação do imediato em função da compreensão da gênese histórica necessária que permite apreender o fenômeno enquanto realidade concreta. Deste modo, Lukács compreende a dialética de Marx a partir de um duplo movimento:

*(...) Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediata dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e de outra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista.* (1981, p.68).

É, portanto, neste movimento que a totalidade concreta pode ser construída mediadamente no pensamento como síntese das múltiplas determinações da realidade social, como bem nos esclarece Marx na Introdução à crítica da Economia Política (1974, p. 122): *(...) O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.* A totalidade concreta rompe as fronteiras do imediato e invade o movimento das contradições da realidade social e se afirma como momento decisivo e fundamental que alimenta a dinâmica do método, tornado-se, como diz Kosik (1995), uma teoria da realidade pensada a partir da própria realidade. A permanente dialética existente entre os fenômenos sociais permite a apreensão do movimento das mediações e das contradições, assim como a apreensão da função histórica dos fenômenos dentro da totalidade concreta. Neste sentido, Lukács afirma ser o método dialético de Marx e sua concepção dialética da totalidade *(...) o conhecimento da realidade como devir social (...)* e é justamente nas questões da realidade em seu processo histórico que Marx rompe com a dualidade do pensamento e do ser, da teoria e da práxis, do sujeito e do objeto, própria da tradição filosófica que tem no pensamento de Hegel sua síntese histórica.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Segundo Lukács, a categoria da determinação reflexiva, a questão da relação da totalidade com as partes como passagem dialética da existência à realidade, a distinção entre a representação e o conceito também provêm da lógica de Hegel. (1981).

<sup>15</sup> Lukács nos alerta sobre o fato de que a crítica de Marx à Hegel é uma continuação direta da crítica de Hegel a Kant e a Fichte, como também sobre o fato de que Marx assume a parte avançada do método dialético de Hegel, a significação da totalidade concreta enquanto conhecimento da realidade. (1981, p.76-78)

Portanto, esta relação dialética existente entre as categorias de totalidade social e mediação foi de fundamental importância para nossa apreensão da experiência de trabalho voluntário na ENFF como mediação do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST, onde o trabalho em suas múltiplas determinações (individual, coletivo, produtivo, político-organizativo, voluntário, etc) se constitui como uma questão da realidade concreta deste movimento e da organização social de massas.

### 1.3. As potencialidades e os limites do trabalho humano

Partimos da categoria trabalho como atividade geradora da vida humana, como modelo da práxis social (Lukács, 1978). Malgrado os dois séculos de domínio do capital sobre o trabalho, reduzindo-o a mera condição de mercadoria, de valor de troca, nos centraremos nos limites e nas potencialidades vivas do trabalho humano, em sua dimensão concreta e projetada, individual e coletiva.

No entanto, como bem nos alerta Lessa (2002) não há uma fronteira intransponível entre trabalho como práxis humanizadora e como práxis alienante, ou seja, (...) *um mesmo ato de trabalho pode ser em um dado momento, trabalho, e em um outro, trabalho abstrato*. Não há um abismo nas relações sociais que articulam prática e cotidianamente essas duas categorias. (id., p.31). Nesta perspectiva, temos que avaliar a própria dialética do trabalho, seus movimentos e suas contradições dentro de um processo histórico mais amplo, ou seja, no conjunto de relações sociais capazes de serem compreendidas como uma totalidade.

Sendo um estudo particular, limitado no tempo (do ano de 2000 ao ano de 2004) e no espaço (a construção física da ENFF), nossa pesquisa não pretendeu dar conta de todas as relações existentes entre o trabalho e a reprodução social alternativa centralizada na luta social, na cultura do coletivo e no trabalho político-organizativo gerados pelo MST, sendo apenas o resultado parcial, o produto refletido de uma práxis social particular, o trabalho voluntário realizado na construção da ENFF, que se insere dentro de uma totalidade social.

Um outro aspecto decorrente desta perspectiva é que não podemos analisar um ato de trabalho isoladamente de modo a identificar nele uma práxis não alienante. Segundo Lessa, nenhum ato de trabalho pode exercer todas as funções sociais exigidas do trabalho em sua totalidade, dentro de um momento histórico e de uma sociedade em particular. O trabalho deve ser sempre analisado a partir de um processo de trabalho, (...) *a totalidade de todos os atos de trabalho singulares dos indivíduos concretos* (...) (id, p.39), sendo parte integrante

de um complexo de mediações que atuam no desenvolvimento do ser social. Tal processo de trabalho, mesmo movido por uma unidade contraditória de atos de trabalho, incorporando todo o tipo de ideologia e alienação, mantém sua função de modelo da práxis social justamente por preservar (...) *a qualidade ontológica que se desdobra entre o processo de trabalho como um todo e a reprodução social da qual é partícipe.*(ib., p.40).

Pretendemos apontar aqui a força histórica do trabalho na produção da existência dos homens. No entanto, procuramos evitar o romantismo de um trabalho metafísico que carrega em si mesmo a essência humana, visto que mesmo vivendo sob o poder do capital, produtor social de sua negação, pode ser recuperado pela consciência dos homens. Também evitamos a compreensão de que existe uma imanência no trabalho que desenvolve a consciência de classe dos trabalhadores. A força histórica do trabalho enfrenta limites no conjunto da práxis social de uma barbárie que se impõe como força histórica determinante da humanidade coisificada do capital.

Sem querer atropelar os sentidos de um caminho que foi percorrido por trilhas, estradas de chão, autopistas e becos, tentaremos dar início a esta trajetória cheia de acidentes e caminhos ainda por descobrir. Iniciaremos com as posições de Lukács sobre os fundamentos do trabalho enquanto gerador da práxis humana, de onde se desdobram outras práxis fundantes da totalidade social. Marx, depois dos ensinamentos de Hegel<sup>16</sup>, foi o primeiro a assumir uma posição filosófica onde o trabalho como atividade material e sensível dá origem à práxis e à história humana. Feita a apreensão da categoria trabalho como este momento que dá origem ao ser social e à história dos homens a partir do capítulo

---

<sup>16</sup> Nos referimos aqui à posição de Hegel na *Fenomenologia do Espírito* (1992), mais precisamente na dialética do Senhor e do Escravo. Ao travar-se a luta pelo reconhecimento, o senhor (consciência de si e para-si) domina o escravo que no seu temor à morte renuncia à consciência de si, contrapondo-se dois planos: o humano (senhor) e o natural (escravo). No entanto, a consciência do escravo (...) *precisamente no trabalho, onde parecia ser apenas um sentido alheio, a consciência, mediante esse reencontrar-se por si mesma, vem-a-ser sentido próprio* (...) (1992, p.132), ou seja, ao se reconhecer nos produtos do seu trabalho, o escravo transforma sua natureza anterior de não reconhecimento no plano humano. O que se coloca, portanto, é o reconhecimento pelo escravo da consciência de sua liberdade através do trabalho, que o libera espiritualmente, mas não materialmente, (...) *uma liberdade que permanece no interior da escravidão* (...) (id., p.134). Hegel toma o trabalho como atividade de autocriação dos homens, revelando um salto de qualidade no próprio desenvolvimento histórico do Espírito, já que todo trabalho é em última instância trabalho espiritual. Sobre esta questão ver: Lukács (1979), Freire (1999), Vazquez (2003).

*O Trabalho de Para uma Ontologia do Ser Social* de Lukács<sup>17</sup>, tentaremos compreender a dialética existente entre necessidade e liberdade e a complexa problemática da desumanização do homem como um fenômeno histórico, mutante e resistente à superação, sendo parte constituinte, ontologicamente e historicamente, dos seres sociais contemporâneos.

Segundo Lukács, o ser social jamais pode ser visto de forma isolada e sim como um complexo dinâmico que articula dialeticamente (a partir de totalidades e mediações historicamente construídas) categorias como trabalho, linguagem, divisão do trabalho e sociabilidade, através do surgimento de várias relações da realidade com a consciência, e desta consigo mesma. Lukács afirma no texto *O trabalho* a necessidade de uma análise abstrata do trabalho no sentido de perceber e ressaltar suas estruturas fundamentais, ainda que na realidade estas estruturas interagem permanentemente com outras práxis sociais, derivando assim uma complexidade crescente de mediações que atravessam as categorias dever-ser, valor, necessidade, liberdade, ciência, etc, que apesar de terem seu fundamento no trabalho avançam para outras esferas da totalidade real, tendo inclusive um papel central em todos os aspectos da reprodução social desenvolvida historicamente. Queremos, portanto, ressaltar que neste momento inicial é importante apreender a categoria trabalho neste seu sentido mais filosófico, enquanto práxis originária dos homens que foi apontada por Marx nos *Manuscritos de 1844* e sistematizado por Lukács em *Para uma ontologia do ser social*.

O conhecimento do ser social é um processo tardio devido ao irreversível de uma história desenfreada, sendo sempre um conhecimento *post festum*, impossibilitado de reconstruir as experiências vivas das mutações do ser social.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Texto traduzido pelo Prof. Ivo Tonet (UFAL), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell' Essere Sociale*. Roma: Editori Riuniti, 1981a.

<sup>18</sup> Lessa (1999) na busca de um pesquisador interessado aponta a necessidade de se estreitar as relações entre ontologia e método indicadas por Lukács, a fim de expandir o conhecimento não apenas para a esfera do conhecido, mas também do desconhecido, sem fazer distinções ontológicas, ou seja, sem negar a objetivação concreta de ambos. Segundo Lessa, Lukács exhibe o método a partir da função social que exerce ao converter o desconhecido em potencializador da práxis humana. Este seu fundamento tem a realidade como prioridade ontológica, derivando-se daí as categorias totalidade, subjetividade e materialidade, processo histórico, mediação e salto de qualidade. O chamado “método de duas vias” guarda irmandade com o concreto pensado de Marx, como um processo de aproximação da consciência ao real, uma reprodução na consciência do ser

Lukács delinea com rigor e cautela as determinações da essência do ser social, precisamente no que se diferenciam e no que provocam em termos de novas inter-relações entre homem e natureza, como também entre os próprios homens. O trabalho aparece como o fenômeno necessário originário, onde todas as determinações que materializam o salto qualitativo do ser social estão presentes, ainda que o desenvolvimento histórico destas determinações se processe fora do trabalho (entendido como mediação direta entre homem e natureza), em direção às práxis sociais mais complexas. A precedência do trabalho na constituição de uma práxis humana, não o coloca como instância última e verdadeira da essência do homem, assim como não elimina o poder da sociabilidade, da linguagem, da divisão do trabalho como fundamentos concretos da totalidade social. O que se deve levar em consideração é que (...) *a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc, surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente (...) como consequência ontológica direta dele.* (id., p.3).

O primeiro aspecto determinante, segundo Lukács, do trabalho que gera o ser social é a realização de uma posição teleológica que tem como consequência direta e necessária o surgimento de uma objetividade qualitativamente nova<sup>19</sup>. É fundamental aqui entender a dialética desta relação, pois o que está em jogo é a própria relação entre realidade e consciência (materialidade e subjetividade). A posição teleológica, ou a projeção da consciência surge necessariamente de um desenvolvimento material anterior. (1978, p.3). Entretanto, apenas com esta intervenção da consciência que se inicia um processo

---

social como totalidade complexa de múltiplas determinações, historicamente contraditórias e intrinsecamente articuladas. Segundo Lessa, (...) *o fundamento ontológico desse procedimento metodológico está em que, por ser o real um complexo de determinações, uma síntese em totalidade dos elementos simples, a subjetividade apenas pode representá-lo se for capaz de representar na esfera gnosiológica, a síntese em totalidade dos seus elementos simples: das abstrações isoladas deve-se conquistar a representação sintética da totalidade real. Novamente, as determinações do ser (ontologia) são o fundamento da esfera gnosiológica-metodológica(...).* (Lessa, 1999, 162-166)

<sup>19</sup> Cumpre salientar que neste momento Lukács está se referindo ao trabalho em sua forma mais simples, ou seja, enquanto intercâmbio entre homem e natureza, lidando, portanto, apenas com causalidades naturais. Este processo se torna complexo quando as causalidades deixam de ter um caráter apenas natural e tornam-se causalidades sociais, implicando um grau elevado de heterogeneidade e de capacidade de movimento.

intencional de criação de objetivações, ou seja, somente a partir da posição teleológica, realizada no âmbito da realidade material, que o trabalho aparece como práxis, como atividade material intencional criadora do mundo dos homens<sup>20</sup>.

O homem de Lukács enquanto ser que dá respostas nasce da compreensão de que (...) *toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca.* (...) (id., p.5), no entanto, afirma que poderá haver um equívoco se reduzimos a resposta a uma relação imediata com a necessidade. O homem que dá respostas não se limita ao mundo do carecimento enquanto tal, pois faz dele sua matéria viva para a elaboração de perguntas sobre as necessidades que cria e experimenta, assim como sobre as possibilidades de satisfazê-las. Atuando diretamente sobre este movimento de formular perguntas e respostas, a consciência reafirma seu poder ontológico como mediação concreta da realidade, sendo este o princípio de desenvolvimento do ser social.

Devido a este elemento determinante do trabalho, Lukács aponta para uma essencial afinidade ontológica entre o trabalho e as diversas posições sócio-teleológicas no intuito de compreender o próprio desenvolvimento histórico do ser social já que (...) *o fato simples de que no trabalho se realiza uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente ineliminável de qualquer pensamento (...) desde a cotidianidade até ao mito, à religião, à economia e à filosofia (...).* (Lukács, 1981a, p.4).

Quando Lukács enfatiza a materialidade da posição teleológica, inserindo-a no trabalho e no universo da práxis social mais geral, marca diferença no seio da história da filosofia, onde sempre existiu uma antinomia entre teleologia e causalidade. Referindo-se em especial a Aristóteles e a Hegel, afirma que a teleologia sempre foi elevada à categoria cosmológica universal, tendo prioridade sobre a causalidade, marcando inclusive uma hierarquia entre criador e criatura na constituição transcendente do mundo. A posição de que não existe teleologia fora do trabalho ou fora da práxis social, segundo Lukács, foi uma

---

<sup>20</sup> Cumpre ressaltar que as posições teleológicas somente são reconhecidas como realizações materiais, pois uma posição teleológica não realizada fica restrita a uma projeção utópica. Mais adiante veremos como se processa a relação do mundo das possibilidades com o mundo real.

conquista do pensamento de Marx, onde o trabalho deixa de ser uma (...) *das formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material.* (id., p.5-7). Tal posição lança luz sobre o caráter autônomo do ser social e, em decorrência, sobre uma distinta forma de manifestação da relação teleologia e causalidade<sup>21</sup>. Já que a posição teleológica só adquire realidade material quando se torna uma teleologia posta, ou seja, quando realizada sua finalidade numa relação direta com a causalidade (princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo),

*(...) tem-se inevitavelmente uma existência concreta, real e necessária, entre causalidade e teleologia (...) estas permanecem contrapostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação destes opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também ela se torna posta.* (ibid., p.8)

Mais do que apontar uma relação imediata (ou de identidade) entre teleologia e causalidade, Lukács está preocupado em vislumbrar os processos nos quais a consciência se torna uma mediação fundamental da realidade. Lukács afirma que apesar da causalidade ter uma existência anterior à teleologia, assim como a realidade em relação à consciência, não existe uma hierarquia de valor no seio destes pares. Tal observação aparece repetidas vezes no capítulo *O Trabalho*. No entanto, será no capítulo *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel* que Lukács marca a diferença fundamental desta posição e sua determinação na constituição de uma ontologia do ser social, mostrando como na ontologia de Hegel estas categorias são inseridas a partir da perspectiva de um sistema lógico que

---

<sup>21</sup> As formas como são apresentadas a relação existente entre teleologia e causalidade, como relação que fundamenta a compreensão do ser, implicam atitudes diferentes frente a própria concepção do conhecimento. Martins (1997) mostra como a rica polissemia do conceito de ser incide diretamente sobre o conceito de ontologia, daí a problemática da delimitação de um único sentido de ontologia, ainda que o conceito propriamente dito surge no século XVII, marcado pela pretensão de uma visão abrangente do ser e do mundo. Portanto, é na condição polissêmica do conceito de ser que o conceito de ontologia se amplia em direção aos conteúdos da cosmologia, da teologia, da gnosiologia e da antropologia. (p.2-3) . Martins afirma que Lukács está elegendo um sentido possível de ontologia como uma abordagem histórica que implica a concepção da totalidade do real e do ser como um conjunto de relações sociais, tendo como tarefa (...) *alcançar uma visada muito precisa do objeto, da efetividade histórica que abriga o homem. É claro que esta efetividade atravessa o sujeito, gerando uma complexa dialética entre categorias objetivas e subjetivas que é particularmente relevante para uma ontologia social (...) seu objeto vem a ser um contexto histórico formado por sujeitos humanos capazes de realizar posições que modificam a eles mesmos e ao seu meio.* (1997, p.4)

*(...) cria um meio homogêneo de pensamento, cuja estrutura deve ser qualitativamente diversa da realidade, que é em si heterogênea (...) Se o meio homogêneo que serve de fundamento à conexão cognoscitiva possui caráter lógico, então o contraste entre o meio cognoscitivo homogêneo e a realidade heterogênea adquire um aspecto particular, pelo qual um complexo (infinito) de fenômenos heterogêneos entre si – e, portanto, não imediatamente sistematizáveis e hierarquizáveis enquanto tais- é reproduzido no pensamento como sistema hierárquico homogeneamente acabado. (1979, p.52-53).*

O reconhecimento da consciência, do pôr teleológico, como realidade objetiva que impulsiona no trabalho o processo de transformação da natureza e do homem, marca a diferença entre o chamado materialismo mecanicista e o materialismo histórico, visto que enquanto o primeiro apenas reconhece a natureza como legalidade ou como determinação do ser social, o materialismo histórico salienta o poder concreto da consciência na formação do ser social. Ou seja, subjetividade e objetividade ainda que sejam esferas distintas estão organicamente unidas e se relacionam dialeticamente, pois o processo de objetivação, fruto de posições teleológicas, retorna à consciência alimentando um processo infundável de novas subjetivações e objetivações que materializam este ser social sob formas históricas diversas. Daí deriva a importância central do conceito de práxis formulado por Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (1984), enquanto atividade objetiva e subjetiva marcada por uma intencionalidade aberta ao devir histórico, sendo um referencial prioritário no entendimento das questões humanas que emergem da relação concreta com o mundo.

Entendida a posição teleológica e sua relação com o mundo das conexões causais como determinação essencial do trabalho enquanto práxis originária que gera o ser social, partiremos para a compreensão de como deriva desta determinação o complexo problemático da necessidade e da liberdade. Novamente convém sublinhar que Lukács faz sua análise tendo como referência o trabalho em sua forma mais simples, como produtor de valores de uso, somente em alguns momentos trata das formas históricas mais complexas do trabalho. Deste modo, seu esforço está em mostrar como este complexo surge a partir do

caráter teleológico do trabalho, ainda que suas formas mais desenvolvidas somente podem ser pensadas no bojo da totalidade social, em especial no campo da ética<sup>22</sup>.

Lukács sublinha que o caráter teleológico do trabalho não deve ser visto de forma mecânica, como uma projeção da consciência que surge por si mesma e se realiza através de uma interação imediata com as conexões causais. Na análise da efetivação da posição teleológica, Lukács apresenta dois atos heterogêneos entre si que ao se relacionarem formam a base ontológica do ser social em sua especificidade, são eles: o reflexo mais exato possível da realidade e o correlato movimento das conexões causais. (ibid., p.15). No que tange ao reflexo da realidade, ele marca a separação imprescindível entre sujeito e objeto, visto que o sujeito busca uma apropriação dos objetos que existem independente de sua consciência. Este reflexo da realidade é apresentado por Lukács como premissa da presença do fim e da busca dos meios no trabalho, visto que a realidade refletida é uma realidade própria da consciência<sup>23</sup>.

No entanto, esta realidade reproduzida na consciência pode ser vista como uma nova forma de objetividade, mas jamais como uma realidade, (...) *pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão defronte um ao outro como coisas heterogêneas, mas são até mesmo opostas: o ser e o seu reflexo na consciência.* (ibid.). Segundo Lukács é devido a esta dualidade contraditória do reflexo que o homem sai do mundo animal, no entanto, mesmo sendo o reflexo da realidade o oposto de qualquer realidade, somente através dele podem surgir novas objetividades, pois (...) *a consciência que reflete a realidade adquire um certo caráter de possibilidade.* (ibid., p.16). Aqui Lukács recupera o conceito de *dynamis* de Aristóteles, abrindo caminho para compreender como a liberdade deriva deste complexo processo teleológico do trabalho.

---

<sup>22</sup> É conhecida a intenção de Lukács de escrever após *Para uma Ontologia do Ser Social* uma obra que trate da Ética. Em várias partes da sua obra citada esta intenção é posta com evidência, principalmente nos momentos em que estão em jogo os chamados complexos problemáticos como dever-ser e valor, necessidade e liberdade.

<sup>23</sup> Convém aqui demarcar o entendimento do reflexo como interpretação da realidade e não como cópia da realidade ou imagem copiada, entendimento que marca o senso comum de nossa cultura.

Lukács coloca a questão do reflexo do ser como um paradoxo ontológico explícito na situação concreta: não-ser realidade, mas ao mesmo tempo ser condição para a colocação de conexões causais, e para superar tal paradoxo recorre a Aristóteles associando a estrutura da posição teleológica à racionalidade dialética do conceito de *dynamis*:

*(...) Toda potência é, ao mesmo tempo, potência de duas coisas contrárias, uma vez que, se de um lado, tudo aquilo que tem a potência de existir também pode não se transformar em ato. Consequentemente, aquilo que tem a potência de ser pode ser e também não ser; daí que seja a mesma coisa a potência de ser e de não ser. (...)* (Aristóteles apud Lukács, *ibid*, p.17).

Lukács insiste em validar esta colocação de Aristóteles apenas no limite da práxis humana, repelindo qualquer interpretação fora dela. Sua apropriação será no sentido de compreender a passagem do reflexo da realidade do não ser ao ser ativo, onde a *dynamis* aristotélica se converte no caráter alternativo do pôr teleológico no processo de trabalho. Podemos elucidar o processo da seguinte maneira: através do reflexo e sua elaboração na consciência são identificadas as propriedades de um certo objeto que o tornam apropriado ou não para determinada finalidade. A questão que se apresenta é: será certo ou errado escolher este objeto para esta finalidade? Ou, será esta finalidade adequada às propriedades deste objeto? Lukács aponta que ambas as alternativas ou escolhas só podem se desenvolver a partir de um sistema de reflexo da realidade (ainda que seja um sistema de atos não existentes que são elaborados dinamicamente), que se consolida numa práxis capaz de, em termos de alternativas, criar uma objetividade radicalmente nova.<sup>24</sup>

Ainda que tenha utilizado um exemplo muito simples, Lukács está preocupado em apontar a alternativa não apenas como um momento da atuação do pôr teleológico, mas como um processo temporal de alternativas que se renovam permanentemente em todos os momentos do processo de trabalho. Tanto a finalidade, quanto a causalidade devem tornar-se postas, como realidade projetada e modificada concretamente pelo ser social, situadas na

---

<sup>24</sup> Lukács oferece como exemplo a apropriação de uma pedra, que no seu ser-em-si natural é apenas uma pedra. No entanto, mediante o reflexo na consciência, mediante a apropriação de suas propriedades e as alternativas que derivam deste movimento, torna-se possível a escolha de uma determinada finalidade: a transformação da pedra numa faca ou num machado, modificando sua causalidade natural numa causalidade posta. (*ibid.*, p.18)

totalidade dos atos teleologicamente postos e na reciprocidade de suas relações dentro de um contexto histórico-social determinado<sup>25</sup>. Assim sendo, o processo de trabalho se torna também um processo de alternativas, ainda que como sublinha Lukács, as alternativas não possuem a mesma identidade, função ou importância, como também não são passíveis de um determinado controle em termos de suas conseqüências mais diretas ou indiretas. No entanto, o fundamental a ser fixado para além da compreensão da alternativa como ato de consciência e como mediação do reflexo da realidade é que:

*(...) o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas. A superação da animalidade através do salto da humanização no trabalho e a superação da consciência epifenomênica, determinada apenas biologicamente, ganham assim, com o desenvolvimento do trabalho, uma tendência a reforçar-se permanentemente, a tornar-se universais. (...) Certamente o caráter de alternativa da decisão de realizar a posição teleológica se torna ainda mais complexo, mas isto apenas aumenta a sua importância enquanto salto da possibilidade à realidade. (ibid., p.20).*

Atualmente, mesmo com o desenvolvimento do trabalho no contexto histórico do capitalismo tardio, mantém-se aberto o caráter de alternativa à práxis humana, sendo, portanto, necessário a nossa aproximação da dialética inerente à categoria da potencialidade. Ou seja, uma projeção teleológica ainda que irrealizada, imersa na condição de um não-existente, possui a potencialidade de ser, pois (...) *a alternativa de uma pessoa (ou um coletivo de pessoas) que põe em movimento o processo de execução material através do trabalho, pode efetivar esta transformação da potencialidade em um ser existente.* (ibid., p.21). Entretanto, para fugirmos de qualquer combinação anacrônica que envolva elementos puramente idealistas ou materialistas, convém levar em consideração que os limites da potencialidade de uma posição teleológica (sempre fundada numa necessidade social ávida por satisfazer-se) não devem ser vistos apenas num suposto reflexo inadequado da realidade, mas também nos limites das circunstâncias concretas, ou nas resistências impostas pelo próprio movimento das causalidades, sejam estas naturais ou sociais.

---

<sup>25</sup> Mais de uma vez Lukács alerta que é o processo social real que determina o espaço das alternativas que realizarão o salto da possibilidade à realidade.

Um fator de fundamental importância sublinhado por Lukács, no que diz respeito a este paradoxo ontológico da potencialidade do ser e do não-ser, é que toda alternativa tem seu fundamento concreto na liberdade de decisão, sendo inexistente sob qualquer tipo de predeterminação ou coação. A alternativa se refere a uma realidade concreta que abre condições concretas para a realização de uma escolha que, segundo Lukács, não foi produzida pelo (...) *sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de sua finalidade, de sua alternativa, as possibilidades determinadas sobre o terreno e por este complexo de ser que existe independente dele.* (ibid.).

Para Lukács, a gênese ontológica da liberdade como um acontecimento concreto está justamente na alternativa tal como aparece no interior do processo de trabalho, enquanto produtor de valores de uso. O trabalho como mediação entre as necessidades humanas e suas satisfações, marcado por uma intencionalidade e por uma natureza cognitiva que se efetivam na constituição de cada pôr teleológico, se desenvolve conforme vai dominando conscientemente os afetos humanos, os fins, a busca dos meios e o campo das alternativas concretas, avançando nos processos de objetivações sempre que transforma, através de suas escolhas, uma potencialidade em realidade concreta. A visualização deste processo em sua totalidade permite conceber o homem enquanto ser social que se humaniza e se cria teórica e praticamente através do trabalho. Ou seja, um ser que processa o salto para fora da natureza biológica através de um fazer-se a si mesmo, tendo como premissa o autodomínio (dos fins teleologicamente postos, das causalidades postas, dos meios e dos sentimentos), condição necessária para a realização do trabalho enquanto práxis originária.

O complexo problemático da liberdade e da necessidade possui sua gênese ontológica no trabalho. Já vimos que a liberdade aparece pela primeira vez no caráter alternativo das posições teleológicas do trabalho, resta-nos agora relacioná-la com as determinações da escolha tomada (sempre inserida num campo de possibilidades concretas) e com as conseqüências que esta provoca no movimento real do ser social. A primeira

determinação do sujeito apontada por Lukács é o desconhecimento (parcial ou total) das conseqüências da tomada de posição, próprio de toda alternativa, gerando já um movimento contraditório, visto que ao mesmo tempo em que agimos com liberdade de decisão não dominamos o movimento desta sobre as conexões causais reais. Sendo assim, (...) *quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas em cadeias causais postas tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que pode ter.* (ibid., p.59)

De fato, o que se explicita é que na escolha consta a presença simultânea e inter-relacionada da determinação e da liberdade, ou seja, no processo de efetivação da tomada de decisão o que está em jogo é a transformação de causalidades (naturais ou sociais) em causalidades postas, resultando num domínio consciente dos homens sobre a natureza e a sociedade, que, no entanto não anula as determinações internas e externas do sujeito. Lukács afirma que qualquer campo de alternativas somente tem sentido dentro de um complexo concreto de determinações naturais ou sociais, ou seja, somente no interior de uma totalidade social que a inter-relação existente entre determinação e liberdade adquire uma realidade concreta, tendo na (...) *liberdade de movimento no material (...) o momento dominante para a liberdade, quando se trata dela no âmbito das alternativas do trabalho.* (ibid., p.60).

É evidente que num processo social mais complexo, a liberdade vai assumindo qualidades distintas, porém permanece intacto o seu caráter essencial de tomada de posição e de condição de movimento frente à totalidade social, mantendo assim sua força concreta no movimento de transformação de uma possibilidade em realidade, de uma causalidade social em uma nova causalidade posta. Segundo Lukács, o reconhecimento das modificações qualitativas dos objetos dos processos teleológicos, das contradições entre finalidade e busca dos meios e dos movimentos das conexões causais encharcadas de uma sociabilidade extensivamente e intensivamente heterogênea e cindida, não deve jamais desconsiderar duas características essenciais da práxis humana: ser constituída por uma posição teleológica que inclui necessariamente um campo de alternativas e ter como base

real ineliminável a relação recíproca existente entre determinação e liberdade (ibid., p.66-67).

A posição de Lukács, no que diz respeito ao lugar da liberdade na totalidade social e sua vinculação recíproca e orgânica (não hierarquizada) com as determinações internas e externas do sujeito da práxis, alcança o nível de complexidade que a relação entre necessidade e liberdade atingiu na história da filosofia, sendo até os dias de hoje uma questão problemática, pouco compreendida e geradora de muitas deformações. É claro que não faremos aqui a trajetória desta relação, apenas nos limitaremos a localizar o principal interlocutor da crítica de Marx, Hegel.

Segundo Lukács, a relação entre necessidade e liberdade esteve marcada por uma visão antitética, que nega a existência de uma reciprocidade dialética. Como consequência, a necessidade assumiu uma prioridade nesta relação, recebendo inclusive um intrínseco caráter teleológico. A citação de duas frases de Hegel explicitam esta posição: (...) *A necessidade é cega apenas na medida em que não é compreendida* (...) e (...) *essa verdade da necessidade é a liberdade* (...) (Hegel apud Lukács, ibid., p.61). A crítica de Lukács está centrada na retirada destas categorias de uma totalidade real enquanto elementos decisivos (fundados no caráter teleológico do trabalho) do processo de objetivação e subjetivação do ser social. Ora afirmadas, ora negadas, a partir de uma concepção abstrata e lógica, necessidade e liberdade ficam restringidas a uma teleologia da história (lugar de manifestação do Espírito Absoluto), que impossibilita uma apropriação real no sentido de converter as potencialidades da relação numa práxis efetiva.

No capítulo *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*, Lukács avalia os fundamentos da posição de Hegel, mostrando não apenas seus limites, mas também seus avanços necessários que apontam em direção à uma apreensão mais correta da ontologia do ser social. O primeiro movimento de Lukács é detalhar as deformações da ontologia de Hegel, fundada no predomínio metodológico dos princípios lógicos, que mantém a prioridade ontológica da razão na sua relação dialética com a realidade. No entanto, segundo Lukács, o reconhecimento da contradição como fundamento da filosofia (uma

filosofia que vive o momento pós-revolucionário da Revolução Francesa) e a valorização do presente (em sua contraditoriedade dialética) como realização da razão possibilitam uma íntima relação entre lógica, ontologia e história até então desconhecida. (1979, p.10). Esta novidade filosófica traz na sua constituição um elemento altamente conservador, já que sendo o presente (entendido como processo) a realização do Espírito e a manifestação do dever-ser da história da razão, não há possibilidade alguma de se conceber um dever-ser orientado para transformações futuras, revelando assim uma imensa contradição entre a filosofia da história de Hegel e a história real dos homens.

Esta situação exemplifica como no seio das colocações de Hegel existe um movimento contraditório que permite avanços e recuos na aproximação entre conhecimento e realidade. Lukács mostra, citando algumas observações de Marx na sua crítica à filosofia do direito de Hegel<sup>26</sup>, a existência de duas ontologias articuladas que surgem de uma mesma base histórica e filosófica, gerando, na sua contraditoriedade, uma antinomia de princípios que não é reconhecida:

*(...) Por um lado, as verdadeiras conexões ontológicas recebem em Hegel a sua expressão adequada no pensamento tão somente na forma de categorias lógicas; por outro, as categorias lógicas não são concebidas como simples determinações do pensamento, mas devem ser entendidas como componentes dinâmicos do movimento essencial da realidade, como graus ou etapas no caminho do espírito para realizar a si mesmo. (id., p.27).*

Esta questão é essencial para entendermos como a filosofia de Hegel (que elabora uma lógica dialética portadora de uma ontologia) abriu caminhos para o desenvolvimento de uma ontologia do ser social, já que de fato a realidade apresenta-se em sua concretude, embora esteja submetida ao *dever* de um espírito autofundado. Assim, os avanços possíveis da filosofia de Marx e de seu desenvolvimento serão devedores dos descobrimentos ontológicos de Hegel, ainda que se faça necessário a superação do enquadramento lógico. Lukács se lança a um longo caminho ao tratar dos principais temas que devem ser revistos como a identidade sujeito-objeto, a negação da negação, a hierarquia dos elementos

---

<sup>26</sup> Citação de Marx: (...) *A única coisa que importa a Hegel é encontrar para as determinações singulares concretas, as determinações abstratas correspondentes (...) o momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve para provar o Estado, mas é o Estado que serve para provar a lógica.* (apud Lukács, 1979, p.27).

homogêneos, a teleologia em sua forma lógica como unidade da natureza e da história, etc. Contudo, apesar do interesse em aprofundar a compreensão destes temas, nos limitaremos ao nosso tema anterior, qual seja, a relação entre necessidade e liberdade.

Na filosofia de Hegel, as categorias necessidade, causalidade e possibilidade se reportam à lógica da essência e são concebidas como determinações reflexivas<sup>27</sup>. Segundo Lukács, Hegel ao criticar a concepção de Kant, que interpreta tais categorias como categorias do pensamento, se direciona para uma interpretação de fôlego no sentido de concebê-las de modo ontológico, considerando a realidade o ponto central destas categorias. Neste sentido, o avanço de Hegel está no reconhecimento de que a necessidade tem como base a realidade, embora ocorra ao mesmo tempo um aprisionamento desta descoberta pela concepção de uma necessidade cega, entendida como o encobrimento de uma posição teleológica, visto que a superação da cegueira está ligada à revelação da finalidade. Lukács localiza este limite no momento em que Hegel transforma a teleologia num princípio universal, apesar de ter sido o primeiro a compreender a teleologia do trabalho, provocando assim uma deformação de sua autêntica descoberta ontológica, a subordinação da necessidade à realidade. Um outro avanço de Hegel, segundo Lukács, está na utilização do método da determinação reflexiva para a compreensão da possibilidade como algo realmente existente, ainda que limite esta compreensão quando define, a partir de uma perspectiva lógica, a necessidade como unidade da possibilidade e da realidade. (ibid., p.96-97)

Para Lukács é justamente nas posições teleológicas da práxis humana (fontes do dever-ser, dos valores, da relação liberdade e necessidade) e nas suas objetivações que se localiza o processo de humanização do homem. Este processo inicia-se com a práxis originária do trabalho, momento necessário em que a luta pelo autocontrole de suas

---

<sup>27</sup> Lukács define as determinações reflexivas como a mais importante descoberta metodológica, como ato filosoficamente revolucionário de Hegel, estando no centro da dialética da estrutura da realidade independente da consciência, como também da dialética dos diversos reflexos da realidade na consciência subjetiva. A intencionalidade de tais determinações consiste em (...) *mostrar como as diversas fases, categorias, do pensamento humano surgem na consciência dos homens, ao mesmo tempo como produtos e instrumentos da dominação ideal e prática da realidade, paralelamente ao desenvolvimento peculiar dessa mesma realidade; como o fracasso parcial ou total da consciência em cada fase conduz à explicitação de um modo cognoscitivo melhor adequado à verdadeira essência da realidade, até que se verifique uma verdadeira apropriação da realidade pelo sujeito.* (ibid., p.77).

atividades contra o meio natural que lhe deu origem surge como ato de liberdade de um ser social automediado<sup>28</sup>. A produção histórica do gênero humano e do ser social, de suas alternativas concretas e de suas escolhas reais surge como condição e como horizonte da realização de um domínio consciente dos homens sobre o mundo que produzem e sobre si mesmos, ainda que tais alternativas e escolhas estejam impregnadas de complexas mediações e contradições da realidade que se movem independente da consciência dos homens. É precisamente nesta totalidade processual aberta da práxis humana que se lança a via crucis da ontologia do ser social.

O que Lukács nos mostra, seguindo Marx e Lênin, é que a determinação do mundo material não restringe a liberdade ao meramente existente:

*(...) sempre atinge concretamente alguma coisa diferente daquilo que se propusera, mas que nas suas consequências dilata – objetivamente e de modo contínuo- o espaço no qual a liberdade se torna possível; e tal dilatação ocorre, precisamente, de modo direto, no processo de desenvolvimento econômico, no qual por um lado, acresce-se o número, o alcance, etc, das decisões humanas entre alternativas, e, por outro, eleva-se ao mesmo tempo a capacidade dos homens, na medida em que se elevam as tarefas a eles colocadas por sua própria atividade. Tudo, isso, naturalmente, permanece ainda no reino da necessidade. (1978., p.15)*

Verifica-se que a liberdade, enquanto dilatadora do campo das alternativas humanas, atua no alargamento do mundo da necessidade, ou seja, ao criar novas possibilidades de escolhas, cria também novas condições materiais (determinações) da existência. Tal fato não nega a sua condição de ser produto de um desenvolvimento material anterior, sua vinculação orgânica com o mundo da necessidade, apenas a localiza desde tais condicionamentos que expressam um limite histórico, como também uma abertura<sup>29</sup>. Segundo Lúkacs,

---

<sup>28</sup> Segundo Lukács, (...) a liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza, primitiva, limitada; isto não altera o fato de que também a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do trabalho mais primitivo, e que o seu resultado, não importa o grau de consciência, tem, em última análise, o mesmo conteúdo: o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, puramente natural. Julgamos que neste sentido o trabalho pode ser entendido como modelo de toda a liberdade. (ibid., p.69).

<sup>29</sup> Muito interessante é a análise apresentada por Fontes (2001) a respeito do princípio de historicidade em Freud e da identificação do conflito como núcleo da estrutura psíquica, possibilitando a compreensão não unilateral da relação entre liberdade e determinação: (...) A determinação incorpora, em Freud,

*(...) Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como um fim autônomo.(...) (id., p.16)*

Meszáros (1978) analisa os aspectos políticos da teoria da alienação de Marx a partir da relação da liberdade com as relações de propriedade, expressa a partir de três aspectos essenciais: a liberdade do homem da necessidade natural (sem negar o homem como parte específica da natureza), a liberdade frente ao poder de interferir dos demais homens e a liberdade para exercer os poderes essenciais dos homens (que apresenta um vínculo direto com a universalidade do homem e a sociabilidade). Nesse sentido, antes de aparecer como questão de uma teoria moral (como realizar a liberdade humana), os problemas da liberdade surgem como tarefas práticas, e a liberdade ao mesmo tempo em que afirma os poderes da essência humana (sua potencialidade), afirma seus limites (naturais e sociais), suas necessidades e determinações reais, ambos concebidos dentro da perspectiva histórica de permanências e rupturas. (id., p.144-147 e 152-56). Segundo Meszáros, em Marx

*(...) la solución está en afirmar estas limitaciones como la fuente de la liberdade humana. La actividade productiva impuesta al hombre por la necesidad natural, como condición de la supervivencia y el desarrollo humanos resulta así idêntica a la plenitud humana, esto es, a la realización de la liberdade humana. La plenitud, por lógica necesidad, implica limitaciones, porque solamente aquello que está limitado de alguna manera se puede completar (...) (id., p.156).*

A liberdade, enquanto processo autêntico de humanização, ainda não possui as determinações necessárias para o autodomínio do homem. Estamos imersos no domínio de uma reprodução social centralizada no capital, geradora de uma desumanização impiedosa, que alimenta diariamente uma barbárie sem limites. O próprio mundo da necessidade se

---

*necessariamente, um aspecto incontrolado, incontrolável e capaz de favorecer a produção de transformações radicais, balizado pela tensão entre id e superego; a liberdade esbarra sempre no princípio de realidade, que aponta para a existência tanto dessa estrutura psíquica, quanto fornece os elementos de garantia de sobrevivência e equilíbrio do ego. A reprodução, como forma de reposição do idêntico (a recorrência) e a transformação superadora (sublimação, por exemplo) encontram-se colocadas como condição de possibilidade.(...). (2001, p.12).*

tornou privilégio para poucos, se levamos em consideração a imensa massa humana excluída, sem comida, sem abrigo, sem escolha. A exigência de dar respostas a este mundo esgarçado de sentidos humanos<sup>30</sup> pode ser realizada por quais sujeitos? A experiência de trabalho voluntário na ENFF e o trabalho político-organizativo do MST podem abrir caminhos para a formação destes sujeitos?

Se a necessidade nos pressiona, nos determina a agir de acordo com os limites impostos pelas circunstâncias objetivas, a liberdade nos permitir agir como sujeitos da história. Konder, ao propor uma revisão do marxismo que fortaleça sua eficiência revolucionária, aponta alguns problemas referentes às principais categorias do materialismo histórico. A dialética da necessidade e da liberdade aparece intimamente ligada a uma racionalidade da história, que confere à liberdade a função de ser um complemento da necessidade. Segundo Konder, esta visão de Marx já estava exposta em Hegel<sup>31</sup>, havendo, entretanto algumas diferenças, visto que em Hegel a necessidade possui um predomínio sobre a liberdade, e Marx de fato tentou atribuir à liberdade um campo maior de intervenção na história:

*(...) a necessidade passa por nós, o necessário não é cancelado pelo exercício de nossa liberdade, mas, ao mesmo tempo, o necessário não é suficiente para que a história tenha a racionalidade que nós conferimos a ela, que é a nossa, que vem de uma intervenção nossa. (...).* (2001, p.102).

O que Konder questiona é um certo esvaziamento da liberdade na compreensão do processo de objetivação do mundo, permitindo inclusive o fortalecimento de concepções deterministas e evolucionistas baseadas numa razão que limita a abertura ao novo, ao inesgotável de uma realidade em perpétuo movimento<sup>32</sup>. Para além de definir o lugar justo ou “necessário” da liberdade no processo histórico, o desafio posto por Konder é

---

<sup>30</sup> Marx já nos *Manuscritos de 1844* apresenta os sentidos humanos como elementos essenciais para uma apropriação humana (em contraposição à apropriação privada do sentido do ter) do produto do trabalho, apontando a importância do ver, do sentir, do olhar, do tocar na objetivação concreta do pensamento e do processo de humanização. (1968, p.118).

<sup>31</sup> Hegel apresenta a verdade como uma unidade dialética, como a unidade das antinomias, apresentando o seguinte exemplo: *devemos dizer que o espírito em sua necessidade é livre, que só na necessidade possui sua liberdade, que sua necessidade consiste em sua liberdade. Assim se unifica o diverso.* (1991, p.49).

<sup>32</sup> Sobre a redução da determinação a uma perspectiva determinista e evolucionista aparecendo já em Engels e suas conseqüências na história do marxismo, ver: Lukács (1981b), Konder (1992), Menegat (1996).

justamente abrir a reflexão em direção às tensões existentes na relação necessidade e liberdade.

É a partir das tensões existentes entre necessidade e liberdade, que buscaremos refletir sobre a materialidade concreta e as escolhas dos trabalhadores/as que realizam a experiência de trabalho voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>33</sup>. Em primeiro lugar, convém ressaltar que as motivações dos trabalhadores rurais sem-terra organizados no MST têm raízes nas suas necessidades materiais e não nos aspectos ideológicos, estes vão se desenvolvendo ao longo de um processo formativo, dinâmico, com base na práxis das relações sociais, no trabalho político-organizativo, na cultura do coletivo e na luta política. Os trabalhadores sem-terra antes de entrarem na luta e na vida social da organização se encontram em uma brutal realidade de desumanização: sem referência de trabalho que lhes garanta um mínimo de condições para a sobrevivência física, ou seja, vivenciam uma realidade de fome endêmica, de enfermidade generalizada do corpo, de submissão e exploração. A ocupação da terra representa a possibilidade de sair de um estado animalesco de vida, representa o retorno ao mundo do trabalho em sua dimensão concreta e imediata: produzir alimentos para a subsistência da família.

---

<sup>33</sup> O filósofo Karel Kosik questiona se haverá uma escolha privilegiada de pares dialéticos na análise do processo de trabalho. De fato, podemos especificar o caráter do processo de trabalho fazendo a escolha de uma determinada relação dialética? Kosik nos chama a atenção para o modo de identificar tais relações, ou seja, nos alerta para o fato de que os pares dialéticos que expressam o processo de trabalho nos ajudam na análise se os compreendemos também como uma manifestação dialética, como uma unidade de contradições que cria de fato condições para o surgimento do qualitativamente novo. Portanto, a questão não está na escolha de uma ou outra relação dialética para compreensão de um determinado processo de trabalho e sim no modo como concebemos tal relação, o fundamental é não eliminar em sua existência mesma o movimento dialético que possibilita a criação de uma nova objetivação histórica do homem enquanto ser social. Seguimos nossa investigação com uma cautela maior após as advertências de Kosik:(...) *Enquanto se esgotar ou se caracterizar o trabalho mediante um único par de opostos, ou uma série incompleta de tais opostos, os membros de tais pares se apresentam como categorias, e a análise do trabalho se torna uma análise (completa ou incompleta) de sistematização de categorias, ou então, um exemplo ou um caso em que as categorias são exemplificadas. A crítica da insuficiência das análises parciais não se dirige, por conseguinte, a sua completicidade, a sua formulação de uma série sistemática de análises parciais, mas ao problema: o que constitui a especificidade dos pares dialéticos nos quais e mediante os quais se descreve o trabalho?* (1995, p.200-201).

Retomamos aqui questões já apresentadas: a partir do encontro com novas determinações do mundo do trabalho, que graus de liberdade é possível aos trabalhadores rurais sem-terra organizados pelo MST? Quais são suas novas alternativas face às necessidades que enfrentam? Em que medida a ENFF se apresenta como dilatação da liberdade? O trabalho voluntário na ENFF, em contraposição a uma experiência de trabalho voluntário a partir do indivíduo, se materializa a partir de um sujeito social coletivo que se identifica com um projeto de emancipação humana. O dilema que apresentamos é o seguinte: o trabalho voluntário na ENFF está circunscrito à necessidade, visto que os acampados e assentados que o realizam ainda estão no limite da sobrevivência, lutando pela terra e pela condição material mínima de produção para a subsistência familiar, como também são permanentemente excluídos do direito à educação, à saúde, etc. No entanto, mesmo estando na esfera da contingência, o trabalho voluntário realizado na ENFF se coloca como materialidade concreta, como projeto, como utopia, como ruptura com a *relação capital*, como busca de um processo autêntico de humanização.

A dialética da necessidade e liberdade será nossa referência para a compreensão da historicidade do ser social produzido pelo desenvolvimento do trabalho político-organizativo do MST. Fazemos esta escolha por dois motivos: devido a densidade de uma razão histórica explicitada nas tensões desta relação dialética e ao próprio caráter deste movimento social de massas, que ao se constituir como uma organização social define com clareza um projeto político, tendo como base a intensificação do processo de humanização dos trabalhadores/as, entendido desde uma intervenção filosófica, pedagógica, política e ética.

Hoje as principais características do desenvolvimento histórico do ser social são aterrorizantes. Abrem-se possibilidades de novas alternativas quanto às posições teleológicas dos trabalhadores? O movimento território das conexões causais experimenta um alargamento dos conflitos como consequência da inserção quantitativa e qualitativa dos homens na realidade social dominante do mundo globalizado e militarizado do capital. Em todos os cantos do mundo nos defrontamos com um ser social cada vez mais destruído e desumanizado e com o fato de que a maior parte dos homens vive e trabalha no plano da sobrevivência e da satisfação das necessidades animais.

Reconhecemos sim, como nos fala Marx, a base material da liberdade como um ato histórico e não um ato do pensamento (1984, p.25). Entretanto, o que nos deixa perplexos é o processo vivenciado pelo conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, pessoais e afetivas, onde se estabelece no concreto do cotidiano um grau elevado de desconhecimento da totalidade do ser social que lhe confere limites e sentidos enquanto atividades humanas desprovidas de escolhas, de enraizamentos e de projetos.<sup>34</sup> Ou seja, não há liberdade alguma (ou uma liberdade extremamente restrita) dentro das determinações onde atuam os homens confinados ao imediato da sobrevivência física, nada (ou pouco) escolhem, portanto, não avançam na tomada de posição frente à realidade social, apenas se adequam à violência ensurdecadora de uma barbárie objetivada como necessidade histórica de uma pós-modernidade herdeira dos mitos do progresso da envelhecida e embrutecida modernidade<sup>35</sup>.

Quais são os limites do trabalho humano?

Marx nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* assinala as determinações do trabalho alienado dentro do processo cada vez mais crescente de socialização da produção, onde os homens se alienam do produto, do processo da produção, dos outros homens e da espécie humana (1968, p. 72-84). No entanto, aponta para uma certa positividade deste processo de socialização, visto que existe um movimento real da dimensão autocriadora do trabalho humano, o trabalho gerador do ser social e da práxis da liberdade.

---

<sup>34</sup> Estamos nos referindo ao enorme contingente de pessoas que *são postos* sob condições subumanas como a desesperada procura de lixo para o alimento, a sujeição ao trabalho escravo, a mendicância, a degradação do trabalho materializada na exploração direta sem intervenção alguma da sociedade, como a prostituição de jovens e crianças, etc.

<sup>35</sup> Segundo Menegat (1996), a percepção da barbárie como algo próprio da dinâmica da modernidade já estava presente de forma intuitiva nos *Manuscritos de 1844* de Marx, no entanto não será levada até as suas últimas consequências. A teoria crítica do capitalismo que Marx começa a esboçar nos *Manuscritos* aponta para uma dimensão materializada da dialética que deveria pressupor a tensão existente entre civilização e barbárie, considerando as formas de subjetivação e objetivação de ambas. (p.6)

Para Marx, a existência de mediações e de contradições entre os aspectos ontológicos e históricos no bojo da totalidade da práxis social mostra que o trabalho alienado (nas suas dimensões materiais e subjetivas) expressa formas fenomênicas da relação ontológica fundamental, ainda que imponha limites concretos do ponto de vista da própria sustentabilidade da vida humana. Este desenvolvimento material objetivo é a expressão da realização das próprias forças da essência humana através da atividade produtiva vital dos homens como manifestação (objetiva e subjetiva) de si mesmos. Na sua 6ª tese sobre Feuerbach, Marx apresenta a essência humana na sua existência real concreta como: (...) *o conjunto das relações sociais (...)*, criticando a concepção de Feuerbach por apresentá-la como (...) *generalidade interior, muda, que liga naturalmente muitos indivíduos.* (1984, p.109).

A não coincidência direta, mas a determinação mútua, entre a essência e suas formas fenomênicas historicamente determinadas, torna possível a produção de um conhecimento crítico da realidade, entendida como produção e produto da práxis social dos homens. Nesta perspectiva, Kosik apresenta a unidade dialética da essência e do fenômeno:

*(...) A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte, nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.* (1995, p.15).

A práxis da liberdade e a práxis da alienação distinguem-se ontologicamente, porém não estão isoladas uma da outra, combinam-se no movimento interno da realidade histórica e da dialética da essência e do fenômeno. Sendo assim, não faz sentido separar a essência do homem alienado e do homem desalienado como pertencentes a temporalidades distintas. A essência como um conjunto de relações sociais é produzida pela práxis social em suas variadas formas históricas. Sendo assim, a essência enquanto práxis se desdobra historicamente a partir do movimento dialético existente entre as posições teleológicas e as causalidades postas, não estando, como afirma Kosik, inerte ou passiva diante a a realidade concreta dos homens.

Para Marx, a individualidade rica é o indivíduo consciente da riqueza de suas relações sociais reais, entendida como a totalidade (material e espiritual) das manifestações da vida social, colocado sob condição de adquirir a capacidade de fruição para todas as criações humanas (1984, p.45). Meszáros vê nesta afirmação de Marx um critério de humanidade que decidirá os tipos de relações que devem ser moralmente recusadas e combatidas praticamente, relacionado-o com uma definição de liberdade como a *necessidade interior* do trabalho, enquanto realização humana, que nega seu caráter exterior ao homem. A liberdade seria a realização do objetivo do homem: (...) *la autorealización en el ejercicio autodeterminado y no impedido externamente de los poderes humanos. Como autodeterminación, la base de este libre ejercicio de los poderes humanos (...) es una necesidad positiva realmente existente de autorealización del trabajo humano. (...)* (1978, p.173-175).

Nesse sentido, a desumanização do homem está no processo de descaracterização desta necessidade positiva, que vai promovendo um conjunto de necessidades alheias que se satisfazem mediante o reconhecimento do poder do capital. Marx escreve nestes termos sobre a auto-renúncia da sua vida e das suas necessidade que é imposta ao homem:

*(...) Cuanto menos comas y bebas, cuantos menos libros leas, menos vayas al teatro, al baile y a la taberna, menos pienses, ames, teorices, cantes, pintes, hagas versos, etc, más ahorrarás, mayor será tu tesoro, mayor será tu capital. Cuando menos seas tu, cuanto menos exteriorices tu vida, más tendrás, mayor será tu vida enajenada, más esencia enajenada acumularás. (...)* (1968, p.134).

A dialética da essência e do fenômeno determina-se num outro nível da relação sujeito e objeto, que produz o homem alienado incapaz de reconhecer na objetivação do mundo a realização objetiva e subjetiva das forças essenciais dos homens. O processo de alienação reproduz continuamente a ruptura da automediação humana, da determinação recíproca entre sujeito e objeto, do movimento auto-reflexivo entre objetivação e subjetivação, materializando uma sociabilidade controlada pelo poder do objeto que domina o sujeito impondo-lhe necessidades externas, alheias. Porém, se estamos no terreno

da dialética não podemos supor que uma determinação, ainda que predominante, encerre de modo estéril as múltiplas determinações da vida real. Deste modo, mesmo com o domínio do processo de desumanização ou da práxis fetichizada, utilitária e unilateral, como diz Kosik (1995, p.14), o processo de humanização se mantém como força contraditória e como realização presente na dialética entre a essência e fenômeno, ainda que não se materialize como força hegemônica.

Um outro elemento fundamental para a compreensão dos limites da forma histórica do trabalho na atualidade é a categoria *general intellect* que Marx apresentou nos *Grundrisse*. Entendendo o *general intellect* como conhecimento social geral materializado em força produtiva imediata, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de cooperação ou de socialização do trabalho, Marx aponta para a possibilidade dos homens não mais se colocarem como força produtiva imediata e sim como supervisores do processo de produção, criando deste modo tempo livre para o desenvolvimento pleno das potencialidades dos sentidos humanos, nas suas dimensões teóricas e práticas. (Meszáros, 2002, p. 1056-57, Menegat, 2003, p.192).

Ocorre que tal desenvolvimento se processou, principalmente a partir da segunda metade do século XX com a chamada terceira revolução industrial (molecular-digital), no entanto, submetido ao fetiche do processo de produção determinado pela lógica de expansão do capital. Ou seja, o tipo de apropriação social das novas tecnologias tem servido para manter a opressão e a dominação das relações sociais sob a centralidade do capital. Cumpre ressaltar que o *general intellect* não se restringe ao avanço do capitalismo nos termos da potencialidade objetivada das forças produtivas, tal conhecimento atinge todo o processo de reprodução da vida social, entranhando-se na vida dos indivíduos e acelerando a produção de subjetividades cada vez mais subordinadas aos imperativos do capital. O tempo livre, ora imaginado por Marx, se manifesta ou no consumo desenfreado de objetos inúteis e descartáveis, porém expressão da modernidade tecnológica, ou na intensificação do prolongamento da jornada de trabalho, oriunda do decréscimo do valor do

trabalho num mundo marcado pela automação<sup>36</sup> e pelo império de um mercado auto-regulado.

Menegat chama a atenção para as formas eletrônicas de comunicação como uma manifestação da objetivação e da subjetivação do *general intellect*, determinando a vida social dos indivíduos de forma autoritária e abusiva de modo a torná-los cada vez mais atomizados e incapazes de se perceberem no processo social no qual estão inseridos. Deste modo, o *general intellect* de Marx se confirma no seu inverso, já que

*(...) O capital torna-se uma forma concentrada do desenvolvimento social de conhecimento aplicado cujos meios são a ciência e as técnicas de controle e organização, tanto da massa humana como da natureza. Diante do sentido anárquico do todo, o conhecimento se volta para o escrutínio ínfimo das partes, buscando com isso controlá-los nos contornos de uma organização rígida e paranóica, otimizando com isso as possibilidades de intercâmbio da sociedade com o meio ambiente. Nesse aspecto, o adensamento do conhecimento social geral não representou neste meio século qualquer avanço da autocompreensão da sociedade.* (Menegat, 2003, p. 193).

Se o capital se fortalece no mundo dominado pelo *general intellect* para onde se deslocaram as projeções de uma emancipação humana fincada na práxis do liberdade? Ainda há possibilidades de criação de um tempo livre direcionado para o desenvolvimento de uma auto-reflexão intersubjetiva sobre os descaminhos da sociedade atual que se converta em práxis emancipatória? A realidade concreta nos mostra que os próprios sujeitos vão se articulando subjetivamente e objetivamente à desumanização crescente e à auto-conservação do poder do capital, se lançando ao abismo de uma barbárie que está na própria epiderme desfigurada da espécie humana. Há alternativas nesta dialética?

Trazendo a realidade concreta do MST: Que elementos da *práxis organizativa* do MST apontam para esta escolha de impulsionar uma tendência regressiva da barbárie? Ainda que permaneça com profundidade a dominação da objetivação alienada dentro da sociedade brasileira, o MST a partir de sua *práxis organizativa* cria algumas novas

---

<sup>36</sup> A automação como uma manifestação do *general intellect* aponta para uma forma avançada de cooperação do trabalho que engendra uma contradição no interior da estrutura da reprodução do capital. Segundo Menegat (id, p.197), tal contradição está marcada por um (...) *grau elevado de realização do trabalho abstrato como uma forma de produção social que corresponde, por outro lado, a uma dificuldade ainda maior no processo de valoração do capital, já que ele tende a incorporar menos trabalho vivo.*

condições sociais que permitem a modificação da práxis social dos sujeitos em direção ao desenvolvimento de um processo de humanização que se define por um projeto ético e político. Colocando a questão nestes termos não caímos no erro de afirmar a eliminação dos limites impostos pela atual forma histórica do trabalho no espaço social gerado pelo MST, e sim buscamos mostrar a potencialidade de um processo de ruptura a partir da objetivação concreta e contraditória do trabalho voluntário e do trabalho político-organizativo.

Seguimos com os ensinamentos de Marx nos *Manuscritos*: as contradições da vida humana (seu processo de desumanização e humanização) jamais serão resolvidas no âmbito unilateral do pensar humano reduzidas ao entendimento de contradições teóricas. As contradições da vida humana possuem uma existência real e somente se consolidará um processo de superação a partir de uma experiência real da vida social, como manifestação de realizações humanas conscientes. Deste modo, nosso problema central incide sobre a realidade histórica da vida social produzida pelo conjunto de práticas desenvolvidas pelo MST. Nossa intenção é vislumbrar a dimensão educativa do trabalho político-organizativo e do trabalho voluntário capazes de superar algumas contradições enraizadas na efetivação de uma vida inteira fincada na dialética de uma objetivação e subjetivação alienadas, gerando um processo de humanização centrado na luta social, no trabalho e na cultura do coletivo.

#### 1.4. História, Cultura e Classes Sociais.

Diante da problemática apresentada a respeito da atualidade do capital, do trabalho e da produção do conhecimento (dialética, ontologia e método) falta-nos reportar a três categorias fundamentais que atravessam e constituem o ser social: a história, a cultura e as classes sociais.

Aqui buscaremos uma síntese dos ensinamentos de Marx sobre a dupla significação da história como produção da vida e como produção do conhecimento da realidade política

e social, tendo como referência *A Ideologia Alemã* (1845-46) e *Introdução à Crítica da Economia Política* (1859).

A história como produção da vida humana trata da atividade consciente dos indivíduos reais no processo de criação de suas condições materiais de existência social. Segundo Marx e Engels, a história humana compreende a totalidade das ações dos homens a partir das relações sociais que estabelecem com a natureza, com a sua produção, com a forma de sua atividade, com a forma como exprimem sua atividade e com o resultado de sua atividade. (1984, p.15). A produção da vida implica, portanto, um intercâmbio material e espiritual que atravessa universalmente todos os indivíduos, como base da própria sociabilidade humana.

A história como produção da vida também anuncia-se como trabalho e como práxis. Já nos referimos ao trabalho em sua dimensão ontológica como práxis social originária e como forma histórica subordinada ao capital. A história como movimento dialético do trabalho gerador de práxis emancipatórias e alienantes estrutura, materialmente e subjetivamente, a vida social, política e cultural dos homens.

Marx e Engels apontam para algumas premissas fundamentais no que diz respeito à concepção materialista da história. A primeira premissa está na garantia das condições materiais para a produção da vida. A vida é pré-condição para a existência da história. A produção constante da vida alarga-se com o aumento da necessidade de criar novas relações sociais. (id., p.32).

A segunda premissa, segundo Marx e Engels, está na dupla função da produção da vida como relação natural e como relação social. A primeira diz respeito à produção da vida alheia no ato de procriação, a segunda diz respeito à cooperação dos indivíduos sob quaisquer circunstâncias, formas e finalidades. Para Marx, produção e cooperação se determinam mutuamente, onde a própria (...) *quantidade das forças produtivas acessíveis*

*aos homens condiciona o estado de sociedade.* (id., p.33). Ou seja, existe uma conexão material entre os homens, condicionada por suas necessidades, que faz parte da sua condição de ser social. A cooperação, a produção da vida e de novas necessidades sociais como condições da existência humana vão assumindo formas históricas diversas, criando e recriando relações sociais, produzindo conhecimento e cultura.

A terceira premissa da concepção materialista da história está na produção social da consciência e da linguagem. Para Marx e Engels, a consciência é um produto das relações sociais que os homens estabelecem com a natureza, com os outros e consigo mesmo, sendo a linguagem (...) *a consciência real prática que existe também para os outros e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade da carência física do intercâmbio com outros homens.* (id., p.34).

Para Marx e Engels, existe um condicionamento mútuo, uma ação recíproca entre a produção da vida, a cooperação, a produção da consciência e os intercâmbios materiais e espirituais gerados, determinando assim o movimento dialético da história.

A partir desta concepção de história, Marx e Engels analisam criticamente o fenômeno da divisão social do trabalho material e espiritual, apontando-o como o lugar das contradições, onde se materializam as relações sociais que fundamentam a propriedade privada, a alienação, o Estado, a produção da ideologia e de suas formas de consciência. Além da contradição que se estabelece entre a consciência como teoria pura (teologia, filosofia, moral, etc) e a consciência da práxis existente, Marx e Engels apontam para as contradições que passam a mover as relações entre a produção da vida social, a cooperação e a produção da consciência, visto que (...) *com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, mais, a realidade da atividade espiritual e da atividade material, da produção e do consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho.* (id., p.36).

O fenômeno da divisão do trabalho material e espiritual como fator determinante do processo de produção da vida, de cooperação e de produção da consciência, ou seja, como

fator determinante do processo histórico instaura a contradição no seio da relação humana onde os criadores não se reconhecem no que criam, (...) *Curvaram-se, eles que são os criadores, diante das suas criaturas.* (id., p.7). A fixação da atividade social, a repartição desigual do trabalho e dos seus produtos, a cisão entre interesse individual e comunitário, o domínio das idéias apartadas da práxis autêntica vão determinando a produção de novas formas históricas da vida social marcadas pela autoalienação humana. É neste esgarçamento da produção da vida social provocado pela divisão do trabalho que Marx e Engels articulam, portanto, os fenômenos sociais da ideologia, do trabalho alienado, das classes sociais, do Estado e do capital.

A história como método de conhecimento se impõe como crítica das ideologias<sup>37</sup> e como práxis revolucionária, ou seja, como teoria crítica capaz de reproduzir no pensamento a totalidade contraditória das relações sociais herdadas e modificadas com a finalidade de transformar a realidade social e política dos homens. Assim nos dizem:

*(...) com os pés assentes no chão real da história, não explica a práxis a partir da idéia, explica as formações sociais das idéias a partir da práxis material (...) todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica espiritual (...) mas apenas pela transformação prática (revolucionária) das relações sociais reais (...) a força motora da história (...) não é a crítica, mas a revolução (...) nela se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros, que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas capitais e circunstâncias que, por um lado, é modificada pela nova geração, mas, por outro lado, também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento (...) mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias.* (ibid., p.48-49).

A história como método tem como base a reconstrução do processo da vida real a partir da análise de um conjunto de relações sociais, de uma combinação múltipla de

---

<sup>37</sup> Convém ressaltar que, segundo Konder (2002, p.43-49), as construções ideológicas para Marx vão muito além da interpretação da ideologia como falsa consciência, visto que ao mesmo tempo em que (...) *deforma o sentido global do movimento de uma totalidade concreta, respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores(...)* (id., p.43), quer dizer, incorporam em seu processo de construção conhecimentos verdadeiros. Entretanto, a ideologia tem sua raiz na divisão do trabalho material e intelectual, marcando a situação histórica onde os homens não são capazes de apropriarem-se das idéias como produtos das relações sociais vigentes marcadas pelos interesses de classe, (...) *são impelidos a agir sem poder ter plena consciência da ação que empreendem (...)* (ibid., p.48), sendo dominados por um forte processo de descontextualização da história e de distorção do conhecimento da realidade social e política.

contradições e mediações, tornando possível a apreensão de uma totalidade complexa formada por uma multiplicidade de fenômenos sociais que ao se relacionarem, se determinam mutuamente.

Podemos aqui relacionar a história como método de conhecimento com a compreensão da dialética como ontologia e método, ou seja, se a realidade é dinâmica, constituída por uma totalidade de fenômenos sociais que se determinam e se contradizem ao mesmo tempo, o método de conhecimento desta realidade deve construir categorias capazes de produzir no pensamento as propriedades concretas desta realidade. É nesse sentido que Marx ao tratar do método aponta para a intenção de se construir uma (...) *rica totalidade de determinações e relações diversas (...)*, quer dizer, construir o concreto real como (...) *síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso*. (1974, p.122), como resultado de um processo de conhecimento que consiste em (...) *elevar-se do abstrato ao concreto, maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado*. (id., p.123).

Deste modo, a história como ciência, como produção do conhecimento tem como objeto a história real, ou como nos diz Labastida, (...) *a construção do objeto teórico da história só pode dar-se sobre a base da reconstrução do objeto real da história. Por isso, toda teoria do conhecimento – e toda lógica- implica uma ontologia*. (1983, p.161).

Por fim, podemos dizer que a concepção materialista da história e o marxismo como experiência metodológica assumem uma função teórica e prática: conhecer o concreto, as determinações da realidade para operá-la, para transformá-la em função de um projeto político e de emancipação dos homens, sendo, portanto, a história a base filosófica da própria teoria do comunismo.

Sendo assim, a reconstrução histórica do MST e da ENFF teve como objetivo, no plano teórico, a reconstrução de uma totalidade das relações sociais que fundamentam a sua práxis organizativa. No plano empírico, tratamos de vivenciar a dinâmica das relações

sociais produzidas no cotidiano da obra, não como uma “descrição densa”<sup>38</sup>, mas como uma análise histórica das relações humanas produzidas e projetadas, no âmbito individual e no âmbito da vida social produzida historicamente pelo MST. Portanto, o que realizamos foi uma pesquisa de história social<sup>39</sup> que tem como objeto um movimento e uma organização social de massas que articula um projeto político como alternativa às formas de dominação social<sup>40</sup>.

Partindo das reflexões de Bosi (1992) e de Cardoso (2003), compreendemos a cultura como um conjunto de processos de base histórica e social. Bosi demarca na dialética da cultura o movimento das ações humanas, sua historicidade, temporalidades passadas e futuras, determinada pela produção material dos meios de vida, pelas relações de poder e pela produção da linguagem. (1992, p. 12). Deste modo, cultura apresenta-se como um conjunto de processos que envolve a ação mesma, como presente imediato, a produção de memória, como constante reatualizações das origens, e a projeção do futuro, que supõe (...) *uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.* (id., p16).

A dialética da cultura, como um conjunto de processos, assegura seu enraizamento numa realidade histórica determinada, no sentido de estar inserida num sistema social e de compartilhar de uma condição humana que (...) *traz em si múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no*

---

<sup>38</sup> Aqui estamos nos referindo à definição da prática da etnografia do antropólogo Clifford Geertz e sua concepção de cultura como um sistema de significações. (1978, p.22-24). Reconhecemos o valor desta metodologia no tratamento dos significados, visto que possibilita a captação da realidade nas suas formas mais sutis, difíceis de apreender e de conceituar. No entanto, também reconhecemos seu limite frente a aproximação do fenômeno, principalmente devido a ausência de uma análise das classes sociais e das contradições históricas da sociedade capitalista.

<sup>39</sup> Segundo Cardoso (1983) existem vários sentidos da expressão “história social”. Existe a concepção da história social como síntese que busca a vinculação entre os aspectos econômicos, políticos, demográficos e mentais da atividade humana, fruto da visão global da Escola dos *Annales*, como também uma concepção de história social que se apresenta como uma especialidade no sentido de estar vinculada ao estudo da sociedade, da dinâmica de suas relações sociais e dos grupos, classes sociais que a constituem, incluindo aqui os mecanismos de formação cultural dos diferentes grupos sociais. (id., p. 348-394). Apesar de reconhecermos a validade da concepção de história social a partir de uma visão global, nesta pesquisa nos identificamos com a segunda concepção de história social.

<sup>40</sup> Sobre o estudo dos movimentos e as lutas sociais como um dos campos principais da história social ver: Cardoso (1983, p. 383- 388)

*coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado. (id., p.26-27).*

Acrescenta-se nesta dialética, o processo de domínio sobre a natureza e de opressão sobre os homens, a sobredeterminação da colonização como um:

*(...) complexo formado de tempos sociais distintos, cuja simultaneidade é estrutural, pois, estrutural é a presença de dominantes e dominados, e estrutural é a sua contradição (...) sempre que uma cultura (ou um culto) vale-se de sua posição dominante para julgar a cultura ou o culto do outro. A colonização retardada, também no mundo dos símbolos, a democratização. (ibid., p.62).*

É a partir desta dimensão essencialmente histórica e social da cultura que Cardoso apresenta a trajetória histórica do conceito de cultura, bem como a crítica de sua apropriação atual como noção auto-explicativa, pautada na maioria das vezes por antropólogos e hermenêuticos, e centrada na imagem de uma natureza humana não historicizada identificada como *Homo Symbolicus*. (2003, p.3).

Cardoso crítica à noção da cultura que se opõe à natureza e privilegia o mental, as idéias, as representações simbólicas, tendo como base o chamado multiculturalismo, que ao diluir as culturas em si mesmas, oculta as relações de poder que existem entre elas, em particular as lutas sociais e a ação imperialista. Além de demarcar o contexto histórico do nascimento da Antropologia, como estudo de culturas com fins eminentemente colonialistas (id., p.10-11), Cardoso apresenta o reducionismo da metodologia antropológica de “descrição densa” de Geertz, onde a cultura ou as culturas tornam-se sistemas de significações de coisas e de pessoas, podendo ser interpretadas e traduzidas como um texto, suplantando assim a noção de sociedade e das formações sociais. (id., p.11-14).

A polissemia e as ambiguidades que envolvem o conceito de cultura provocaram, segundo Cardoso, confusões também entre os marxistas, dentre eles Hobsbawm e Williams, tratando-a vagamente como um sinônimo de conceitos mais comuns do referencial teórico do marxismo, ou a partir das variáveis do par identidade/alteridade (gênero, raça, idade,

etc.), que foram apropriadas pela ideologia do capitalismo com a finalidade de diluir a perspectiva de classe. (ibid., p.18).

Compartilhamos da crítica ao *Homo Symbolicus* de Cardoso e de seu alerta a respeito do conceito polissêmico de cultura. Assim sendo, uma coerente apropriação do conceito de cultura deve sempre preservar (...) *o vínculo indissolúvel entre o cultural e o social, bem como o laço entre o sociocultural e o natural, em lugar de preferir as [acepções] que, operando recortes unilaterais, cindem de tal modo, a unidade do humano.* (ibid., p.21).

Neste sentido, analisar a vida social produzida pela *práxis* organizativa do MST implica necessariamente analisar a produção de uma cultura do coletivo que se materializa nas relações sociais cotidianas, bem como no conjunto da luta social e política.

Apresentaremos a questão da classe social a partir da necessidade histórica de se compreender os Sem Terra organizados pelo MST. Nesse sentido não vamos fazer um percurso da historicidade do conceito de classe social, tampouco fazer um levantamento da crítica formulada pelo pensamento pós-moderno nas últimas décadas. Isso não quer dizer que desmerecemos as atitudes críticas e autocríticas desenvolvidas em torno do conceito de classe social, ao contrário, reconhecemos tal importância como também respeitamos os diversos trabalhos teóricos que seguem esta perspectiva, a exemplo da reflexão feita por Medeiros (1992), Wood e Foster (1999) e Frigotto (2001).

Existem no mundo contemporâneo resistências, críticas e defesas a respeito da questão das classes sociais. Optamos aqui pelo conceito marxista, onde a classe aparece como uma relação de força histórica e social inserida na circunstância da divisão social do trabalho e do capital como relação social dominante. Neste sentido a classe social não é uma coisa estática com limites definidos, mas uma relação social que se insere num processo histórico cheio de mediações e contradições que abrangem interesses particulares marcados pelo processo de cooperação existente entre indivíduos divididos. A classe,

enquanto fenômeno social, surge desta contradição que acaba por surbordinar a formação dos indivíduos. Segundo Marx,

*(...) Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe, de resto contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se face aos indivíduos pelo que estes encontram já predestinada as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida. Como esta subordinação dos indivíduos à classe se desenvolve numa subordinação a toda a série de representações (...). (1984, p.83)*

Sobre a questão da classe social acrescentamos a compreensão que nos oferece o filósofo marxista István Mészáros (1990, p 76) onde o “ser” da classe indica determinantes complexos de uma ontologia social. Cumpre ressaltar que o processo de formação da classe não se dá de forma linear e absoluta, ao contrário é um processo constituído por mediações e contradições que conformam a particularidade do ser social, correspondente à abrangência e à velocidade dos ritmos históricos.

As interrogações que se apresentam são: qual a importância das classes sociais hoje? Como avançar sobre o limite histórico posto para a população brasileira no que se refere à sua formação enquanto classe trabalhadora em si e para si? A intenção de tratar do problema ontológico e histórico da formação da classe trabalhadora brasileira nos permite resgatar do pensamento de Florestan Fernandes o conceito de capitalismo dependente e sua consequência histórica principal, que é a incompletude do regime de classes no Brasil. Fernandes define as classes sociais como:

*(...)uma especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista(...)a “sociedade de classes” possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula, o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração de riqueza, do prestígio social e do poder, quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais (1975b, p. 34-35).*

Dentro da especificidade histórica do conceito de classe social apresentada por Fernandes a questão das classes sociais no Brasil aparece de forma complexa e transitória no que se refere à dinâmica da reprodução do capitalismo dependente e ao próprio desenvolvimento histórico dos trabalhadores como *classe em si* e *classe para si*. Segundo Florestan, o processo de formação da *classe em si* representa a conquista do espaço político diante do capital, dentro da sociedade de classes, abrindo caminho para a “revolução dentro da ordem”. Num segundo momento da luta de classes, a classe trabalhadora cria condições para um desenvolvimento independente da *classe para si* que tem como objetivo político e projeto histórico a superação da própria sociedade de classes, instituindo uma “revolução contra a ordem” (1995a, p.174).

No caso das sociedades de classes inacabadas, condição da dinâmica estabelecida entre o capitalismo monopolista e o capitalismo dependente, a burguesia subordinada fecha, através de um deslocamento totalitário de classe, todo espaço de socialização política dos trabalhadores, estando estes confinados à opressão e à atrofiação da capacidade de se constituírem como *classe em si* e de lutar pela liberdade, mesmo concebendo esta nos limites de uma revolução democrática burguesa. Para a compreensão do processo da luta de classes na formação da *classe em si* e da *classe para si* no que se refere à particularidade dos trabalhadores brasileiros, Fernandes (1995a, p.171) acrescenta que se tomamos como referência a década de 1910 como o momento de formação da *classe em si* foram necessários 75 anos para que os trabalhadores brasileiros conquistassem o patamar histórico da *classe para si* com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda que inseridos numa processualidade altamente contraditória revelada hoje no conjunto de ações deste partido como núcleo central do governo Lula.

No entanto, esta situação histórica dos trabalhadores brasileiros não é vista por Fernandes como algo essencialmente negativo, ao contrário abre para vários questionamentos que marcam a particularidade da formação da *classe para si* nos países dependentes:

(...) *O que importa é reconhecer que esta violência é construtiva, ela abre novas evoluções e transforma a rebelião dos oprimidos em condição objetiva de emancipação de toda a*

*sociedade(...)O que podem prometer as classes burguesas quando elas estrangulam a sua revolução, se elas são incapazes de oferecer às outras classes as condições de liberdade intrínsecas à existência do capital e à exploração do trabalho como mercadoria? Que confiabilidade ou “aliança”, mesmo precária, podem elas obter quando a ordem que representam aprisiona o “trabalhador livre” a um odioso cativo, sob a chibata da miséria, da espoliação desenfreada e da crueldade? (ibid, p. 175)*

A particularidade de nossa formação social impede que a maior parte dos trabalhadores radicados no campo e na cidade se aproprie das condições econômicas, culturais, psicológicas e políticas de uma classe social. Ou seja, as condições históricas mínimas do exercício do direito social e político de uma democracia burguesa são negadas.

Se olharmos atentamente para as relações sociais de trabalho produzidas no campo brasileiro nas três últimas décadas do século XX torna-se explícita a combinação do trabalho escravo, do trabalho precário, do trabalho assalariado. Esta combinação também pode ser visualizada na fragmentação de tipos sociais representados na condição de trabalhadores meeiros, parceiros, posseiros, assalariados rurais, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, pequenos agricultores, assentados e trabalhadores rurais sem-terra. Esta diversidade das relações sociais de produção, resultado da particularidade do capitalismo nas sociedades periféricas, se agrava no processo atual de reestruturação produtiva do capital, acelerando e recriando as combinações existentes entre relações de trabalho de forma violenta e destrutiva, esgotando toda e qualquer capacidade civilizatória do capital. (Meszáros, 2002, Frigotto, 2002).

Dentro deste contexto histórico-social nosso desafio é compreender a categoria *Sem Terra* à luz do processo de formação de uma classe social. Sabemos que este é um desafio de duplo caráter. Primeiro, compreender que mesmo sedimentada historicamente, a dificuldade de formação das classes sociais na sociedade brasileira não implica a inexistência da classe trabalhadora brasileira. Segundo, compreender a realidade em mudança do movimento de massas que se impõe como resposta à construção de uma nova sociabilidade. O conceito de classe social deve ser apreendido não como um dado fixado no tempo e no espaço da produção capitalista, mas (...) *como um processo, uma relação social*

*de força e de poder.* (Frigotto, 2001, p.46). Deste modo, a tarefa de reconstruir historicamente o referencial marxista de classe não é apenas a partir de um alicerce teórico, mas também de um alicerce ético-político, revelando (...) *no plano do conhecimento, enquanto concreto pensado, a sua materialidade histórico-social (...)*. (id., p.44).

Thompson (1987, p.9), seguindo a concepção marxista da história, compreende a classe a partir da dinâmica própria das relações sociais dentro de processos históricos e de realidades particulares, ou seja, como um (...) *fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência (...)*. Portanto, a questão da classe social deve ser definida em termos históricos, emergindo de processos que materializam uma formação social (relações e práticas sociais) e cultural (tradições, valores, instituições, etc.). Por isso, deve ser compreendida dentro de um contexto histórico real: (...) *A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.* (ibid., p.12).

Se a raiz da compreensão da questão da classe social está na história, ou seja, no processo histórico enquanto método de conhecimento da realidade (Marx, 1974), as experiências humanas devem ser analisadas como elementos fundamentais do processo de formação da classe social. As tensões da realidade pressionada pela luta social acabam por criar experiências com densidade social, política e afetiva que dinamizam e materializam a formação da consciência de classe. Nesse sentido, retomamos a questão da experiência apresentada por Thompson (1981, p.16), avançando na questão de como a experiência pode ser alcançada ou mesmo produzida.

Segundo Thompson, (...) *a experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.* (id.) Está clara nesta colocação de Thompson a recuperação da antiga tese de Marx: (...) *Não é a consciência que determina a vida, é a vida determina a consciência* (1984, p.23). Ou seja, ao mudarem sua realidade através da experiência concreta os homens mudam seu

pensamento, assim como os produtos do seu pensamento. Neste sentido, a consciência é uma mediação do ser social, tendo em vista que se modifica no todo processual da mudança da própria realidade do ser social. Como mediação concreta, a consciência possui um poder significativo na totalidade do ser social, interferindo dialeticamente nas experiências humanas. (Lukács, 1978, p.5-6).

Conceber a experiência como elemento de referência significa buscar um conhecimento capaz de dar conta dos processos formativos reais da classe social. Daí a importância de compreender, segundo Thompson, o (...) *diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem á experiência*. (1981, p.42). No entanto, tratando-se da questão do conhecimento não podemos esquecer a complexa questão da ideologia, tal como foi apresentada pelo professor Konder (2002, p.10), significando, desde Marx, *a distorção do conhecimento*, em termos claros: (...) *a expressão da incapacidade de cotejar as idéias com o uso histórico delas, com a inserção prática no movimento da sociedade (...) essa incapacidade também precisava ser compreendida historicamente*. (id., p. 40).

Por fim, gostaríamos de trazer algumas reflexões do historiador marxista Hobsbawm a respeito da questão das classes sociais e da consciência de classe. Segundo Hobsbawm, a classe é uma realidade histórica vivenciada diretamente no capitalismo, embora possa ser percebida em outras realidades históricas (sociedades pré-capitalistas) combinada com outras estratificações sociais como, por exemplo, as relações de parentesco (2000, p.37). Sendo a consciência de classe um fenômeno da sociedade industrial, Hobsbawm aponta para as complexidades sociais intrínsecas às classes, bem como para a influência do caráter nacional na formação da consciência de classe (id., p.41).

Hobsbawm nos chama a atenção para duas complexidades no processo de formação da consciência de classe. A primeira diz respeito às relações que se estabelecem entre as formas de consciência de classe, e as ideologias nelas baseadas, e o próprio desenvolvimento histórico. Segundo Hobsbawm, estas formas de consciência de classe podem estar ou não em harmonia com o desenvolvimento histórico, ou mesmo, podem em

determinados momentos estar e em outros não, ou seja, Hobsbawm aponta para a existência de uma dinâmica própria entre consciência de classe e processo histórico (ibid., p.44).

A segunda complexidade diz respeito a relação existente entre classe e organização. Segundo Hobsbawm, a consciência de classe operária, tanto no nível das exigências imediatas, quanto no nível das exigências estratégicas, implica a organização formal, ou seja, (...) *uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe, que sem ela seria pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais.* (ibid., p.46). Ainda que existam diferenças nos tipos de organização, o importante é a construção de uma ação coletiva que possa tornar público e hegemônico os propósitos políticos dos trabalhadores.

Entretanto, o que de fato Hobsbawm ressalta são os níveis de mediações existentes entre a classe e a organização, já que a própria consciência de classe não é automática ou atribuída, tampouco inevitável. Tal questão apresenta-se como um problema crítico da política das organizações socialistas no século XX, visto que diferentemente dos sistemas burgueses, os sistemas socialistas não surgem da classe, mas de uma combinação entre classe e organização. Daí que:

*(...) quanto mais nos afastamos das unidades sociais elementares e das situações nas quais a classe e a organização se controlam mutuamente e penetramos na vasta e complexa área em que são tomadas as principais decisões sobre a sociedade, maior a divergência potencial.* (ibid., p.49).

A realidade histórica dos sistemas socialistas apresentou uma distorção da compreensão do socialismo, principalmente quando a classe passa a vivenciar uma situação de subordinação total à organização, se relacionando com esta de forma automática e superficial, impossibilitando inclusive divergências no que diz respeito aos destinos de sua própria vida (ibid., p.50-51). Para Hobsbawm, este é um problema de democracia política que não deve ser negligenciado, tampouco tratado com superficialidade, tendo em vista os abusos que ocorreram, como também a desagregação social e ideológica. Sendo assim, deve-se construir dentro das organizações socialistas ou mesmo dos sistemas socialistas

vindouros mediações com a classe capazes de criar múltiplas esferas de participação e de decisão com a finalidade de se construir uma efetiva democracia interna. (id.).

A questão que nos interessa diante as múltiplas *evidências portadoras de valor* da existência real<sup>41</sup> é a seguinte: Como a realidade dos *Sem Terra* nos permite ler e saturar historicamente o conceito de classe social, tendo como mediação os desafios postos pela atualidade do capital?

A experiência da ocupação massiva de terras é o principal método de luta do MST. A organização de trabalhadores/as rurais sem-terra em acampamentos como resistência direta à expropriação total da vida e como luta pelo direito a terra e ao trabalho fundam a identidade coletiva do MST. Segundo Fernandes (2001, p.280-281), a luta pela terra é fruto do processo histórico de destruição e recriação do trabalho familiar imposto pela territorialização do capital, onde a ocupação é (...) *uma forma de materialização da luta de classes*.

Para Caldart (2000, p.81), (...) *a ocupação define para os sem-terra e para a própria sociedade a existência social do MST*. No que diz respeito à formação humana, o processo de ocupação e organização do acampamento evidencia a criação de novas relações sociais capazes de efetivarem uma mudança concreta de valores e comportamentos. Fruto de uma necessidade concreta, as famílias sem-terra assumem a decisão de ocupar o latifúndio improdutivo, neste ato iniciam o rompimento com uma tradição de opressão que os formaram socialmente até o momento em que (...) *tomam a própria vida nas mãos*.(id., p.110). Inicia-se então um processo contraditório que combina valores fundados em uma realidade de opressão e valores fundados em uma experiência de organização que cria condições para os processos de (...) *formação da consciência de classe, a partir da vivência direta do enfrentamento*. (ibid., p.111).

---

<sup>41</sup> Thompson afirma que a prática do conhecimento histórico deve partir da suposição de que (...) *a evidência de que está utilizando tem uma existência real (determinante), independente de sua existência nas formas de pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou alguma compreensão aproximada dele) é o objeto do conhecimento histórico*. (1981, p.37-38).

Neste sentido, a ocupação de terras enquanto uma experiência de formação da classe abre as condições para o desenvolvimento de novos processos como a vida no acampamento, as assembléias, a organização de núcleos, a escola, o trabalho coletivo, a vida no assentamento, o trabalho voluntário, as marchas pelo Brasil, etc, incluindo o mundo da militância e a opção pelo trabalho político-organizativo. Todos estes processos se articulam a um movimento e organização de massas nacional, que envolve todas as regiões do Brasil, com suas dinâmicas particulares tanto em relação à luta pela terra e pela reforma agrária, quanto em relação à ao processo de organização dos trabalhadores *Sem Terra*.

## Capítulo II. A Reconstrução histórica do MST no contexto do Capitalismo Agrário.

Este capítulo apresenta a reconstrução histórica da consolidação do capitalismo dependente no Brasil, tendo como foco de análise o capitalismo agrário. Para tanto, trabalhamos com o conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes a fim de compreender a particularidade das relações sociais capitalistas que se estabelecem no campo brasileiro e sua peculiar combinação com relações sociais de produção oriundas de nossa herança colonial e imperial.

Deste modo, foram valiosas as análises de José de Souza Martins e Sérgio Buarque de Holanda no que diz respeito ao processo histórico de nossa formação social, onde terra, homens e trabalho foram apropriados em tempos históricos distintos de acordo com as necessidades do processo de mercantilização de nossa sociedade.

Foi a partir desta reconstrução histórica que partimos para a compreensão do MST como produto das lutas sociais e políticas do Brasil contemporâneo, como resultado concreto do avanço do processo de modernização conservadora do campo que ocorre nos anos 70 e 80 do século XX, tendo como base o fortalecimento da aliança entre Estado, Capital e Latifúndio.

Por fim, analisamos a inserção do modelo neoliberal na agricultura brasileira durante o governo de FHC, as concepções de reforma agrária, como também o mito do agronegócio tão propagandeado durante os dois primeiros anos do governo Lula (2003-2004). O que de fato se esclarece nesta análise é que a questão da Reforma Agrária no Brasil atual supera o sentido de uma reforma capitalista, visto que ao arraigar-se como problema secular e ao possibilitar o surgimento de um movimento social de massas como o MST, recupera o forte sentido político projetado pelas Ligas Camponesas, superando sua crítica contra o arcaico latifúndio de nova roupagem em direção a uma luta contra o capital em sua forma mais avançada.

## 2.1. O Capitalismo dependente e a questão agrária

*(...) O espaço do pobre não se dissociou por completo da tragédia do homem pobre livre sob a escravidão. Ou ele ganha o mundo ou fica atado à sina de reproduzir este autoritarismo destrutivo no âmbito do lar e da localidade. Se for valente fica. Se for um fraco busca outras plagas, tangido pela seca, pela fome ou pela dor de “não ser gente” perante si mesmo e diante de seus iguais.*

Florestan Fernandes

A questão da formação do conceito de capitalismo dependente nos parece uma das mediações mais complexas do pensamento de Florestan Fernandes. Uma das conseqüências deste conceito é a raiz histórica que finca e ao mesmo tempo projeta no que diz respeito à revolução democrática brasileira.<sup>42</sup> Partindo do desenvolvimento histórico da totalidade das relações sociais da sociedade capitalista, Florestan analisa as conexões reais que formam a particularidade e a historicidade do capitalismo que se processa nas regiões periféricas, principalmente América Latina e Brasil (1975, 1975a).

Entender o conjunto das relações capitalistas nas regiões periféricas, que dissocia revolução econômica da revolução política, nacional e democrática através do poder totalitário de classe de uma burguesia subordinada ao capital internacional significa entender a complexidade do desenvolvimento dependente, das forças sociais que se enfrentam e, principalmente, o caráter socialista da revolução democrática brasileira (Fernandes, 1975b, 1995, 2000). Este tipo de entendimento abre caminhos para o pensar as condições históricas e os processos sociais da formação da classe trabalhadora brasileira.

O tipo específico de revolução burguesa e a dialética existente entre democracia e desenvolvimento concebidos por Florestan Fernandes serão os caminhos iniciais para compreendermos o significado histórico e social do capitalismo dependente.

O tipo de revolução burguesa que se processa no Brasil dissocia revolução econômica, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, da revolução política,

---

<sup>42</sup> Retoma-se aqui o sentido marxista dos conceitos como determinações da existência. (Marx, 1974, Lukács, 1978).

nacional e democrática, a formação de um regime de classes como padrão de integração nacional. Há, segundo Florestan, um deslocamento totalitário do poder de classe, impedindo a criação de espaços sociais e políticos de direito e suprimindo o conflito da história. (1995a, p.126). Uma questão fundamental se coloca: em que base material esta atitude está assentada? Na repartição do trabalho excedente, da mais valia relativa e absoluta, entre a classe dominante brasileira e o capital internacional. Existe uma subordinação da classe dominante brasileira ao capital monopolista que se reproduz através do capitalismo dependente. Não há um atraso histórico do capitalismo dependente em relação ao capitalismo monopolista, existe sim uma dinâmica de relações que se combinam como forma de expandir a reprodução do capital.

Esta burguesia associada ao capital internacional na repartição do trabalho excedente acaba perdendo a hegemonia do poder, visto que abre condições para a interferência de organismos internacionais no controle do Estado. Esta burguesia subordinada assume o processo de expansão das relações de produção capitalista, mas ao mesmo tempo, para manter um volume imperioso de trabalho excedente se torna incapaz de implantar o regime de classes. A forma que esta burguesia subordinada estrutura a “revolução nacional e democrática” se processa através do poder totalitário e nunca através do poder democrático. Ela tem a face externa da subordinação, mas sua face interna é autoritária. Assim desenvolvimento capitalista dependente e democracia apresentam mediações complexas num nível de contradição antagônica. Assim esclarece F.Fernandes:

*(...)Ele (capitalismo dependente) concilia o desenvolvimento capitalista, a transição industrial (extremamente dinâmica e flexível) e a aceleração do crescimento econômico segundo as exigências do capitalismo mais maduro e avançado, mas faz isto através de formas de exploração do homem pelo homem que inoculam no capitalismo moderno o que havia de pior na ordem colonial (...). (ibid., p.140)*

O capitalismo dependente, como forma particular de expansão do próprio capitalismo monopolista, não permite sequer a instauração da democracia burguesa e a consolidação da nação soberana. Primeiro, porque a burguesia subordinada não desenvolve um padrão nacional de integração de classes, ao contrário impossibilita o desenvolvimento do espaço social e político das classes sociais, fomentando uma debilidade histórica que lhe

é intrínseca. Daí a importância de compreendermos o momento histórico da formação da classe trabalhadora brasileira e o processo ontológico da classe em si e da classe para si. Segundo, porque esta mesma burguesia não se liberta da dependência externa, ao contrário, só se mantém através da dependência. O poder de classe da burguesia subordinada consolida internamente uma revolução anti-nacional, anti-social e anti-democrática. (Sampaio Jr., 2000, p.5). Florestan aponta para uma crise deste padrão de dominação de classe com a chamada globalização, onde do Estado autocrático burguês transitaremos para uma aguda reconversão colonial:

*(...) Desencadeia-se uma modernização de dupla face: produtos sofisticados importados e transferência para fora de fortunas especulativas e bens econômicos. Ao contrário do ciclo anterior, não há a necessidade de formação de uma infra-estrutura específica. A reprodução do sistema de produção encerra-se no exterior. O país torna-se mais periférico, combina dependência com múltiplas malhas neocoloniais e sucumbe nas garras de imposições regressivas, das quais resulta o atual pós-moderno. Esperar o que deste desenvolvimento capitalista tão devastador?(...)* (Fernandes apud Sampaio Jr., id., p.7).

F. Fernandes coloca na base fundamental deste capitalismo dependente o conceito de heteronomia, uma combinação de ritmos históricos diferenciados que gera necessariamente a desigualdade e a exclusão.<sup>43</sup> Como força histórica e social a heteronomia vai aparecer na existência de relações capitalistas de produção combinadas com relações pré-capitalistas e subcapitalistas de produção. E é nesta combinação que reside a base material do capitalismo dependente e do poder totalitário de classe, acarretando a intensificação da exploração do trabalho e a repartição da apropriação da mais valia absoluta e relativa. Para explicitar melhor esta questão F. Fernandes (1975) utilizará como exemplo as relações sociais que se estabelecem no Capitalismo Agrário brasileiro.

A primeira questão que F.Fernandes (id., p.187) coloca é a dissociação existente entre a mercantilização dos produtos e a mercantilização da produção. Enquanto os produtos passam por um processo de comercialização ao nível das relações capitalistas, ou seja, como valores de troca, as formas de organização da produção e as relações de trabalho se processam através de relações pré-capitalistas, subcapitalistas e capitalistas. Esta

---

<sup>43</sup> É possível aqui fazer uma relação do conceito de heteronomia de Florestan Fernandes com o conceito de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky.

dissociação reafirma a apropriação repartida do excedente econômico, agora não mais pensando na relação dos países hegemônicos com os países dependentes na expansão do capitalismo monopolista, mas na relação do capitalismo industrial e financeiro com o capitalismo agrário no espaço do Estado nacional, criando um subproduto da hegemonia econômica externa:

*(...) O Brasil dependeu e ainda depende da economia agrária como recurso ou técnica de acumulação originária de capital(...)para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalho semilivre (...). (ibid., p.191)*

A relação concreta que está implícita nesta combinação de ritmos históricos anacrônicos no capitalismo dependente é a não implementação real do regime de classes, ou seja, a sociedade de classes não se completa. Esta incompletude do regime de classes cria um problema ontológico para a formação das classes sociais no Brasil, tomando a particularidade tanto da classe burguesa quanto da classe trabalhadora. Fernandes explicita como a inexistência de uma estrutura e de uma dinâmica social essencial para a integração e estabilidade da sociedade de classes permite ao capitalismo monopolista a interação com valores, comportamentos e relações de trabalho próprias do antigo regime colonial. Ou seja, permite-se a convivência de esferas sociais e econômicas estruturadas ao mesmo tempo pelo trabalho escravo, pelo trabalho assalariado, pelo trabalho precário, pelo trabalho flexibilizado, etc. Fernandes exemplifica esta condição histórica no capitalismo agrário brasileiro da seguinte forma:

*(...)três categorias de indivíduos ou de grupos de indivíduos viam-se inseridos no processo de formação de classes sociais através das estruturas e dinâmismos da economia agrária(...)os agentes econômicos privilegiados, que realizavam diretamente a expropriação capitalista (através da combinação das relações de mercado com as relações de produção, capitalistas ou não). Segundo, os agentes econômicos livres ou semilivres, assalariados ou não, mas que podiam comercializar o excedente da produção doméstica e empregar a poupança como técnica de competição puramente econômica e como mecanismo de mobilidade sócio-econômica. Terceiro, os semi-assalariados e assalariados, que mesmo reduzidos à pobreza como condição permanente, conseguiam transformar o trabalho em mercadoria, através das relações de mercado(...)No entanto a maior massa da população, ligada pelo trabalho à economia agrária, ficava (e ainda fica) parcial ou totalmente excluída das probabilidades de classificação e de participação, abertas pela mercantilização do trabalho(...). (1975a, p. 193).*

São as contradições de uma sociedade capitalista dependente que movem as lutas sociais no campo brasileiro. Lutas sociais originárias dos mais diversos conflitos demonstram não só o caráter de classe de toda violência exposta pelo Estado brasileiro, como também os interesses de quem ele representa, os interesses aliados dos latifundiários, das empresas agrícolas nacionais e internacionais e do grande capital financeiro. Estes interesses mantêm o arcaísmo das relações sociais de produção e de propriedade que herdamos de nossa história colonial e imperial.

A constituição do mercado do trabalho e da terra no Brasil possui peculiaridades históricas muito marcantes. Primeiro porque temos como origem uma sociedade escravocrata e colonial, onde o escravo já aparece no início da colonização portuguesa como propriedade privada, movimentando fluxos de capital através da venda de gentios como peças de valor no mercado interno e posteriormente com o lucrativo tráfico de africanos. O que era mercantilizado era o escravo e não o trabalho. Martins (1983, p.38.) afirma que tanto no período colonial como no imperial, a escravidão:

*(...) impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, camponeses mestiços não viessem a organizar uma economia paralela livre da escravidão e livre do tributo representado pelo escravo pago pelo fazendeiro para o traficante, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo.*

Segundo Martins (id.), só podemos compreender historicamente a exclusão social, econômica e política do trabalhador do campo se compreendermos que sua determinação estava dada pelo trabalho escravo e secundariamente pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. Desta forma, os trabalhadores pobres, desde os primeiros séculos de colonização, estão excluídos duplamente: da condição de proprietário da terra (sesmeiro) e da condição de escravo, já que não podiam ser convertidos em renda capitalizada do tráfico. Porém, a exclusão das relações de propriedade não os excluía da propriedade, assumiam a condição de agregados das fazendas com funções complementares.

Quanto à constituição do mercado de terras, o processo foi mais lento, visto que a terra era uma propriedade do Rei, doada através do sistema de sesmarias, não sendo uma propriedade individual, mas uma concessão de uso. O processo de sesmarias era dado através do emprego útil da terra, porém com diferenciações de direito baseado no critério racial, visto que somente o branco e não o impuro de sangue, o mestiço, tinha sua posse reconhecida. O antigo posseiro da terra, indígena ou mestiço, só tinha seu direito de propriedade efetivado como concessão do fazendeiro, como questão privada, como agregado que se estabelecia através de relações de dominação, (...) *relações de troca-troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controladas através de um complicado balanço de favores prestados e recebidos.*(ibid, p.35).

Somente com a Lei de Terras de 1850 é que o mercado de terras vai começar a se constituir, visto que é neste momento que a terra se torna uma propriedade privada, passível de ser comprada ou vendida, não mais determinada pela concessão de uso e sim pela titulação da terra. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a década de 1850 marca uma divisão entre duas épocas em nossa história. Com a Lei de Terras rompe-se com o sistema das sesmarias e a terra torna-se uma propriedade privada. Esta lei insere-se num processo maior de adequação da economia brasileira, de profundas raízes rurais, aos paradigmas da civilização burguesa através de intensas reformas. No mês de setembro de 1850 cria-se a Lei Eusébio de Queirós que impõe limites ao tráfico negreiro, fortalecendo a pressão da Inglaterra para o fim do mesmo. Com a intenção de aproveitar a massa de capital oriunda do tráfico, o governo organiza a expansão do crédito bancário com a fundação do segundo Banco do Brasil, em 1851, estimulando a iniciativa particular e a criação das sociedades anônimas. Ou seja, a partir da década de 1850 inicia-se o desenvolvimento do capitalismo moderno, tornando incompatível o trabalho escravo e o domínio das famílias rurais tradicionais, culminando na abolição em 1888 e na proclamação da República em 1889. (1978, p.41-46).

A partir deste momento ocorrem mudanças no eixo da dominação, o trabalho escravo deixa de ser o elemento principal, passando a função de mercadoria para a

propriedade da terra. O confronto que antes estava explicitado entre o senhor e o escravo passa a se revelar agora entre o fazendeiro e seus agregados. Os conflitos de terras (...) só podiam surgir a partir do momento em que passaram a ter valor, ao menos, a partir do momento em que a terra passou a fazer parte da fazenda, passou a ser a parcela principal da fazenda, o que antes cabia ao escravo. (Martins, 1983, p.65). É neste contexto que inicia a intensificação da exploração do trabalho das famílias agregadas até a expropriação total de sua condição de sitiantes ou de moradores da fazenda, seguindo para a transformação dos agregados em trabalhadores assalariados, ou mesmo para a expulsão direta da terra.

No Brasil do século XX, o capitalismo agrário se desenvolveu sem a necessidade de mudar a estrutura fundiária. Mesmo com a pressão das lutas dos trabalhadores do campo ao longo das décadas de 50 e de 60, período em que a reforma agrária se insere efetivamente no cenário político nacional<sup>44</sup>, a grande concentração da terra em nosso país não impediu o avanço das empresas capitalistas sobre a agricultura, principalmente durante a década de 70. Deste modo, o tempo histórico da luta pela reforma agrária nas décadas de 80 e de 90 traz um novo caráter, que é o caráter de uma reforma que vai contra o modelo de desenvolvimento imposto pelas empresas capitalistas nacionais e internacionais. Como bem disse Stédile (1999, p.162), hoje a reforma agrária não passa apenas pela democratização da terra, mas também pela democratização do capital e da cultura. A luta pela reforma agrária, principalmente nos anos 90 e no início do século XXI, expressa a construção de novas experiências de luta contra o capital. (Fernandes, 2001).

---

<sup>44</sup> Na segunda metade da década de 40 ocorrem vários conflitos de terra envolvendo milhares de trabalhadores do campo em diversas regiões do país. A partir dos conflitos diretos surgem na década de 50 algumas organizações como as Ligas Camponesas, as ULTAB's (União de Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), sendo estas influenciadas pelo Partido Comunista e o Master (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), influenciado pelo PTB. Na década de 60, a luta pela Reforma Agrária assume um caráter mais radical, fruto do momento histórico gerado pela reivindicação das reformas de base e pela conjuntura política do país de intensa mobilização política. Momento em que a Igreja Católica surge como ator político na organização dos trabalhadores com o objetivo de impedir a expansão do comunismo no campo. Ainda no início da década de 60, antes do golpe militar, surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), intensificando a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. (Medeiros, 1989, Stédile, 1997, Fernandes, 2001).

## 2.2. O MST como produto das lutas sociais e políticas do Brasil Contemporâneo

Nossa intenção é compreender historicamente o MST, seu desenvolvimento e suas contradições a partir das mediações sociais e políticas que o constituem. Deste modo, buscaremos desenvolver uma síntese a respeito do processo histórico, das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, que permitiram o surgimento do MST dentro da totalidade dialética da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX. Tal síntese tem como fonte a abrangente historiografia produzida a respeito da questão agrária no Brasil, da reforma agrária e da luta política do MST.

Como vimos na seção anterior, a luta pela terra no Brasil tem profundas raízes históricas, imersas na expropriação dos povos indígenas, no trabalho escravo dos povos africanos e na expulsão massiva de trabalhadores da terra na condição de posseiros, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc. Podemos citar aqui várias lutas pela terra e pela reforma agrária que marcam a essência conflitante da história do Brasil, como também alimentam a memória coletiva dos trabalhadores rurais em processo de luta. Os símbolos da resistência possuem rostos de contornos definidos por nossa origem indígena, negra e mestiça: Sepé Tiaraju, Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Lampião e Maria Bonita, João Teixeira, Margarida Alves, José Pureza, Roseli Nunes, Oziel Alves, Antônio Tavares...<sup>45</sup>

As três últimas décadas do século XX marcaram definitivamente a entrada e a consolidação do capital no campo brasileiro. A modernização conservadora legitima a aliança entre Estado, Capital e Latifúndio e o neoliberalismo impede a realização de qualquer projeto de reforma agrária que se coloque em função da elevação das condições de

---

<sup>45</sup> No âmbito da historiografia brasileira são poucas as pesquisas históricas que tratam da luta pela terra no Brasil Colônia e no Brasil Império. As atenções são geralmente dadas ao momento da “Lei de Terras” de 1850 e seu significado histórico. Fernandes (2000, p.25-47) mesmo não sendo historiador constrói uma síntese coerente a respeito das lutas pela terra e pela reforma agrária no Brasil que intitula de *A Formação Camponesa na luta pela terra*. Segundo Fernandes (2001, p.30-31) a formação do campesinato é consequência de sua luta histórica contra a territorialização do capital, contra a expropriação e proletarianização, como também consequência da recriação permanente de relações de exclusão/inclusão a partir das condições de trabalho e de realização da propriedade familiar.

vida dos trabalhadores/as da terra. O surgimento e a existência do MST fazem parte destas duas configurações históricas: do processo de modernização conservadora e da inserção do neoliberalismo no campo brasileiro. Ambas vêm sendo pesquisadas intensamente como também interpretadas por diversos intelectuais brasileiros, apresentando, portanto diferentes posições teóricas e práticas políticas.

Um dos projetos da ditadura militar (1964-1984) foi o desenvolvimento capitalista no campo, marcado pela mecanização da agricultura, pela apropriação de terras realizada por empresas nacionais e estrangeiras e pela expulsão massiva de trabalhadores das terras onde viviam e trabalhavam. (Prado Júnior, 1979, Guimarães, 1979, Gorender, 1994). O Estado delimita como prioridade de sua ação política as empresas capitalistas e os grandes latifundiários, privilegiando a pecuária extensiva e produtos específicos de exportação, assim como certas regiões do país.

A agricultura brasileira herda deste projeto a dependência do modelo agrícola imposto por empresas multinacionais e a intensificação da concentração de terras e de riqueza. Ou seja, o capital entra no campo brasileiro reproduzindo o latifúndio com apoio irrestrito do Estado, demarcando os limites concretos da permanência do trabalho realizado pelas comunidades indígenas e caboclas (regiões norte e centro-oeste) e pelas famílias de trabalhadores rurais (regiões sul e sudeste). O Estado apresentava para os trabalhadores expropriados duas opções de vida: o caminho da cidade ou o caminho da fronteira agrícola. Em verdade, ambas se reduzem a uma mesma saída: a porta da migração. Entretanto, alguns trabalhadores decidiram por outra saída: a luta pela terra.

De acordo com Stédile (1999, p. 20-21), o trabalho pastoral da Igreja Católica e Luterana foi fundamental para o processo de reorganização dos trabalhadores do campo. A criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975 foi uma das expressões do trabalho ideológico realizado pela Igreja Católica, que teve um papel essencial para o redimensionamento político da luta pela terra em todas as regiões do país, alertando para a necessidade da construção de um movimento nacional. Este trabalho ideológico foi fruto de um processo de autocrítica vivenciado pela Igreja Católica, principalmente na América

Latina, a partir da Constituição pastoral do Concílio Vaticano II (1966) e do desenvolvimento de uma interpretação da teologia como práxis histórica vinculada ao método dialético e à filosofia marxista (Boff, 1982).

Gutiérrez, um dos expoentes da Teologia da Libertação, apresenta como movimento real da consciência crítica (...) *o esforço permanente do homem em situar-se no tempo e no espaço para o desenvolvimento de sua capacidade criadora e assumir responsabilidades no processo de libertação*(...)(1979, p.88). Durante a década de 1960 e a década de 1970 aconteceram momentos importantes no sentido da re colocação da função social da Igreja como, por exemplo, a II Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada na cidade de Medellín em 1968 e a III Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada na cidade de Puebla em 1979. (Betto, 1979, Gutiérrez, 1981). A Igreja liga-se organicamente à força histórica dos trabalhadores pobres do campo latino-americano.

No cenário político da transição da ditadura militar para o regime democrático, as lutas do campo e da cidade não acumularam força concreta suficiente para uma participação real na construção da “Nova República”. Apesar do processo de organização dos trabalhadores, a chamada “transição” resultou de um pacto político, de uma aliança conservadora, sem profundas rupturas com a ditadura militar. A chamada “Aliança Democrática” excluiu os trabalhadores do campo e da cidade de qualquer construção efetiva, tendo sido eleito o novo presidente civil de forma indireta no Congresso, apesar da mobilização popular pelas “Diretas Já”. Em verdade, ocorre uma reatualização do pacto político existente entre o Estado, o Capital e o Latifúndio, onde o retorno à democracia representava desde o início sua origem anti-democrática. (Martins, 1986). A colocação feita por Martins da situação política vivenciada pelos trabalhadores sem-terra neste período de “transição” mostra o entrave do problema político e social da reforma agrária, onde a desapropriação como uma política isolada recriava continuamente o latifúndio e a pobreza. Assim nos diz:

*(...)Uma composição política conservadora no governo não tem condições de realizar a reforma agrária na escala e na profundidade em que é proposta e exigida pela realidade social dos trabalhadores rurais. Algumas desapropriações e muita publicidade não são*

*suficientes para convencer o trabalhador dos acampamentos, das ocupações de terra e das áreas de conflito de que a reforma agrária será feita pelos fazendeiros que estão no governo(...)* (id., 1986, p.16).

Mesmo com este desfecho conservador da ditadura militar, os trabalhadores impõem continuamente a luta por seus direitos sociais, surgindo a partir deste momento uma série de organizações que se tornaram ao longo da década de 1980 e 1990 referências dentro da política brasileira e da política internacional como: o Partido dos Trabalhadores (PT, 1982), a Central Única dos Trabalhadores (CUT, 1983) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1984).

Em janeiro de 1985 ao mesmo tempo em que o governo da “Aliança Democrática” assume a República do Brasil, realiza-se o I Congresso do MST na cidade de Curitiba no Estado do Paraná, onde estavam presentes trabalhadores rurais de 23 estados.<sup>46</sup> Neste Congresso foram feitas análises da conjuntura política destacando a violência no campo, a ação dos latifundiários e dos governantes, tentando compreender as particularidades de cada região do Brasil. O coronelismo, a grilagem, a fome, os projetos de colonização das empresas particulares e do governo, o extermínio contra os índios, o trabalho assalariado no campo, enfim, todas as determinações históricas da luta pela terra e pela reforma agrária foram avaliadas. O resultado da avaliação mostrou que somente com a permanência da luta, os trabalhadores do campo podem conquistar o espaço político dentro da conservadora sociedade brasileira. Portanto é neste espírito de refletir sobre o processo histórico e sobre a função dos trabalhadores no alargamento da democracia brasileira que surgiu como lema do I Congresso do MST: Sem Reforma Agrária não há Democracia e como expressão da luta: Ocupar é a única solução. (Fernandes, 2000, p.90).

Segundo Medeiros (1999), o momento do surgimento e da consolidação do MST também significou um novo acirramento da disputa política, marcada pela diferenciação dos métodos de ação, entre as organizações sociais do campo. A CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) desde 1963, seu ano de fundação, até início da década de 1980 mantinha a hegemonia política da luta salarial e da luta pela reforma

---

<sup>46</sup> Para maior detalhamento da gestação e consolidação do MST ver: Fernandes (2000, p.49-93).

agrária, mesmo existindo em seu interior forças políticas contrárias. No entanto, a hegemonia da luta social do “trabalhador rural”<sup>47</sup> representada pela CONTAG passa a ser questionada pelos intensos conflitos no campo que se revelavam a cena política brasileira no final da década de 1970 (ibid., p.4). As críticas feitas às práticas sindicais da CONTAG partiam da Igreja Católica, que tinha uma presença nos sindicatos rurais, legitimada pelo Estado, desde o início de 64. Porém, a partir da década de 1970 a crítica da Igreja determinou uma intensa prática política de organização dos trabalhadores, principalmente nas áreas dos mais violentos conflitos de terra. Esta prática política tinha como referência a Teologia da Libertação e em 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja Católica

*(...) fornecia uma legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros, através da ação das pastorais e viabilizava espaços e infraestrutura para encontros e gestão de organizações, num período em que o próprio ato de reunir era posto sob suspeita pelo regime militar. (Novaes apud Medeiros, ibid.)*

Neste contexto surgem as “oposições sindicais”, que criticam a ditadura, a estrutura sindical e a prática política da CONTAG, articulando suas lutas com as greves operárias do ABC e com a luta política nacional da redemocratização. (ibid., p.5). As “oposições sindicais” vão ser a semente de novas formas de organizar os trabalhadores do campo, conforme as particularidades de cada região do país. No final da década de 1970 surgem novas situações de conflito na região sul do país, fruto da intensa modernização agrícola, causando o aparecimento dos “sem-terra”, *(...) pequenos proprietários e arrendatários expropriados da terra, que tinham suas lutas articuladas à criação das “oposições sindicais”(...).* (Esterci apud Medeiros, ibid.p.6).

---

<sup>47</sup> Segundo Medeiros, a categoria trabalhador rural surge como imposição da lei do Estado (Estatuto do Trabalhador Rural, 1963 e Estatuto da Terra, 1964) aos sindicatos rurais, no momento em que a CONTAG representava a força política dos trabalhadores na luta por direitos, porém de origens históricas diferenciadas quanto à relação de trabalho estabelecida no conjunto das relações capitalistas de produção (assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros, etc.). (ibid., p.2-3).

Os “sem-terra”<sup>48</sup> passam a ter uma dinâmica de luta centrada nas ocupações massivas de terra e vão se constituindo como um movimento nacional autônomo que constrói sua identidade na luta política pela reforma agrária. No início da década de 1980, os sem-terra são uma nova categoria na luta política pela reforma agrária em disputa com o sindicalismo rural. Segundo Medeiros (ibid.), a bandeira da reforma agrária, base da construção da identidade do “trabalhador rural” da CONTAG, foi sendo associada ao MST, (...) *produtor de uma nova identidade política (“sem terra”) e que, através de suas ações passou a impulsionar desapropriações e assentamentos(...).*

Podemos afirmar que o MST, enquanto movimento de massas e organização social que luta pela terra e pela reforma agrária, é produto das contradições sociais do capitalismo agrário brasileiro e da política nacional anti-democrática que se mantêm pós-ditadura militar. A conservação secular do latifúndio e sua aliança com o capital impedem a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que permita eliminar a fome, o subemprego, a migração, a exploração e expropriação dos trabalhadores rurais.

Com o desenvolvimento histórico das lutas foram aparecendo novas categorias, como “assentados” e “agricultores familiares”, que reatualizam os marcos da disputa política entre as organizações sociais do campo. Os inúmeros assentamentos que surgiram no decorrer das décadas de 1980 e 1990 como resultado da organização dos trabalhadores, criaram uma nova dimensão da luta pela reforma agrária como também das políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Estado. Os assentamentos introduzem, principalmente, quando frutos das ocupações e acampamentos, mudanças na cultura política local. (ibid, p.16). Os “assentados” em cena aparecem com força política concreta, enraizada na organização social que consolidam como resultado direto do movimento de massas.

---

<sup>48</sup> Caldart (2000, p.17) marca a distinção entre as designações Sem Terra e sem-terra. *Sem Terra* é nome próprio, fruto da identidade política construída com a autonomia do movimento de massas e da organização social. Com o hífen e a letra minúscula, *sem-terra* é *substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho* (Luft apud Caldart, id.). Segundo Caldart, o uso social do nome modificou a flexão do número, visto que no cotidiano a expressão mais comum é *os sem-terra*. Caldart esclarece sua utilização no masculino, referindo-se aos sem-terra como sujeitos, não sendo necessária a flexão de gênero, *os sem-terra, as sem-terra*.

As ocupações de terra como método de luta é a base da estruturação do MST. Ou seja, realizada a luta pela terra cria-se um novo dimensionamento da luta pela reforma agrária. Com o aumento do número dos assentamentos a partir de 1985 foi possível o desenvolvimento da produção agrícola e agroindustrial, da educação infantil e de jovens e adultos, assim como o surgimento de novos militantes dedicados à luta pela reforma agrária, permitindo a consolidação nos anos 1990 do movimento de massas e da organização social dos trabalhadores sem-terra.

Na década de 1990, principalmente durante os dois períodos do governo de Fernando Henrique Cardoso, surge com força no seio das políticas públicas a categoria “agricultor familiar” como sinônimo de “pequeno produtor”, categoria que já tinha expressão no universo do sindicalismo rural desde a década de 1980. (ibid., p.20). Tal categoria enfraquece social e politicamente o MST, visto que parte de sua base social formada por “assentados”, perde espaço nas políticas governamentais. Segundo Fernandes (2001, p.33), a agricultura familiar desenvolvida pelo governo FHC está vinculada às políticas de integração ao capital, elaboradas pelo Banco Mundial. Uma nova conjuntura da disputa política entre as organizações sociais do campo se apresenta, tendo em vista o ressurgimento das organizações de agricultores familiares ligadas à CONTAG. A prioridade dada à agricultura familiar pelas políticas públicas insere novas demandas no campo brasileiro, criando incentivos para o desenvolvimento do modelo empresarial na pequena propriedade.

As possibilidades históricas criadas pelas estratégias de sobrevivência da grande maioria de trabalhadores rurais desagregados social e economicamente, mas integrados num movimento social de massas que luta pela terra e pela reforma agrária, são parte integrante de nosso interesse em compreender como o mundo do trabalho agrário reage, numa sociedade capitalista dependente como a nossa, à imposição do capital em tempos de globalização. Na verdade o que queremos colocar como questão é a inserção do modelo neoliberal na agricultura brasileira que atua estrategicamente no sentido de enfraquecer os movimentos sociais do campo que lutam pela reforma agrária. Quais os interesses hoje

postos pelo já modernizado capitalismo agrário brasileiro? A questão agrária<sup>49</sup> e a globalização são termos antagônicos? Dentro do contexto da década de 1990, as políticas neoliberais para o campo ainda permitem espaço para a reforma agrária? Foram superados os violentos conflitos de terra no Brasil? Há indícios de que a terra foi democratizada?

### 2.3. Agronegócio e Reforma Agrária.

No início do século XXI mais de quatro milhões de famílias sem-terra (sem trabalho, sem habitação, sem alimentação, sem saúde, sem educação...) vagam pelo Brasil, constantemente empurradas para a migração. A modernização no campo coloca-se como realidade histórica dada, identificada como superação do arcaísmo que até então caracterizava o campo brasileiro. Modernização e latifúndio não são tomados como realidades históricas antagônicas e sim complementares e até mesmo orgânicas. Esta postura frente à realidade brasileira descaracteriza a necessidade de uma reforma agrária. Nas décadas de 1980 e 1990, a luta pela reforma agrária vai ser recolocada a partir de uma realidade bem visível: o fortalecimento de um movimento social de massas no campo. O MST surge como necessidade histórica, como contradição de um longo processo que relega para o campo relações sociais de dependência, de desagregação e desumanização.

A materialidade do modelo neoliberal na agricultura brasileira reafirma o processo conservador de modernização do campo, desencadeado pela aliança entre Estado, latifúndio, capital industrial e financeiro. Mas o que de “novo” apresentou a política agrícola e agrária pelo governo Fernando Henrique Cardoso?

A inserção do modelo neoliberal na agricultura brasileira intensifica a concentração de terras, a importação de produtos agrícolas e o empobrecimento da população que vive e

---

<sup>49</sup> O termo *questão agrária* abrange uma série de problemas referentes ao desenvolvimento da agricultura e da luta social dos trabalhadores que vivem e trabalham no campo. Desta forma, a *questão agrária* atinge os processos de desenvolvimento das políticas públicas, da produção agropecuária e agroindustrial (incluindo abastecimento, segurança alimentar, tecnologia, política agrícola, mercado, qualidade de vida no campo e na cidade) como também questões relacionadas às ações políticas dos movimentos sociais do campo. (Fernandes, 2001, p.23).

trabalha no campo. Nesse sentido a pós-modernidade do capital não altera as estruturas de poder, as relações sociais e econômicas que caracterizam os quinhentos anos de latifúndio na história do Brasil. Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 1996 materializam o neoliberalismo na agricultura: o aumento concreto e real da concentração fundiária, da diminuição das unidades de produção familiar e da redução das áreas cultivadas. (Teixeira, 2000, p.17-19). Alguns dados:

Quanto à concentração fundiária: Na década de 70 os estabelecimentos com menos de 100 ha<sup>50</sup> representavam 90.8% dos estabelecimentos totais, tendo 23,5% da área. Em 1996, o número de estabelecimentos com menos de 100 ha foram reduzidos para 89,3%, com 20% da área total. Entretanto os estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 ha que em 1970 representavam 0.7% do total e detinham 39,5% da área, em 1996 representam 1% do número de estabelecimentos e detém 45% da área.

Quanto à destruição das pequenas unidades agrícolas: No censo agropecuário de 1985 foram registrados 5.801.809 estabelecimentos agrícolas, em 1996 registra-se apenas 4.859.865 estabelecimentos (353.6 milhões de ha), que corresponde a 41.4% da área territorial do país (854,7 milhões de ha). Curiosamente 96% do total de estabelecimentos agrícolas extintos (906.283) apresentavam áreas inferiores à 100 ha, sendo que, a maior redução se deu com estabelecimentos de até 10 ha, onde desapareceram 662.448 estabelecimentos, significando 70,3% do total de estabelecimentos extintos, dentre estes 400 mil desapareceram nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Quanto à redução das áreas cultivadas, ocorreu principalmente nas áreas de estabelecimentos agrícolas menores, de um modo geral a área total com lavouras temporárias foi reduzida em quase 8.3 milhões de ha entre 1985 e 1996, caindo de 42.545 mil ha para 34.253 mil ha. A redução de áreas com lavouras permanentes foi de quase 2 milhões de ha, caindo de 9.835 mil ha para 7.542 mil ha.(ibid., p.18-19).

---

<sup>50</sup> A título de compreensão, 1 hectare de terra representa 100 metros quadrados, 100 hectares representam 10.000 metros quadrados, 1000 hectares representam 100.000 metros quadrados (ou uma extensão de 10.000 quilômetros quadrados).

O desenvolvimento do capitalismo agrário, consolidado nos anos 70, possui um caráter marcadamente desigual e excludente, que será mantido nos anos 90 com a implantação do modelo neoliberal. Os programas *Novo Mundo Rural* e *Brasil Empreendedor Rural* do governo FHC legitimaram: o fim dos serviços de assistência técnica e extensão rural, a terceirização da pesquisa agropecuária pelas corporações da química e da biotecnologia, a desnacionalização do controle da base técnica agrícola, a abertura unilateral da economia agrícola nacional, a privatização da política de reforma agrária, medidas de desregulamentação do setor agrícola e um novo modelo de crédito rural baseado na privatização e internacionalização de suas fontes. (Teixeira e Hackbart, 2000, p.54).

Todas estas ações combinadas apontam para a perda de controle do Estado sobre a produção agrícola, transferindo, através do processo de liberalização, o domínio da agricultura brasileira para o capital financeiro. Desta forma, a partir do governo FHC retira-se do Estado os projetos de financiamento, custeio e comercialização da produção agrícola, assim como a decisão sobre o modelo tecnológico que será implantado. Os assentados e agricultores familiares têm suas demandas identificadas através do PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar), visto que desde 2000 o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) fora extinto<sup>51</sup>. Uma outra política do governo é oferecer aos trabalhadores rurais sem-terra e aos agricultores familiares, créditos financiados pelo Banco Mundial. A nova política agrária simboliza um processo de perda de controle do Estado sobre a agricultura enquanto setor estratégico da soberania nacional. Qual o destino de uma nação que deixa de produzir alimentos para seu consumo interno e pode vir a perder sua soberania alimentar?

O processo de liberalização da economia agrícola no Brasil acelerou de forma abusiva o aumento das importações de alimentos, vejamos alguns exemplos: em 1993 a quantidade importada de tomates era de 20 mil toneladas, em 1998 a quantidade importada

---

<sup>51</sup> O PROCERA foi criado em 1986 com a finalidade de atender especificamente os assentados da reforma agrária que se diferenciam dos agricultores familiares por várias razões, dentre elas a própria origem e as condições de trabalho na terra. O PROCERA foi fruto de uma intensa luta dos trabalhadores rurais sem-terra organizados pelo MST. Com a extinção do PROCERA o governo acaba com os subsídios nos financiamentos conquistados pelos assentados igualando forçadamente estes aos agricultores familiares.

foi de 538 mil toneladas, um aumento de 2.590%; neste mesmo período a quantidade importada de manteiga de cacau era de mil toneladas passando para 352 mil toneladas, um aumento de 35.100%; a quantidade de alimentos de animais, de 24,8 mil toneladas para 236,6 mil toneladas, um aumento de 854%. Estão também neste quadro de importação abusiva (1993-1998) a cebola, com o aumento de 246%, a borracha natural, com 75%, o arroz, com 86% e o alho, com 122%. (Cândido, 2001, p.23).

O governo FHC acrescenta ao desenvolvimento do capitalismo agrário brasileiro, outras contradições da dependência, como o fato concreto da situação revelada: de exportador mundial o Brasil se tornou um importante importador de produtos agrícolas. Porque estamos importando produtos que antes exportávamos? Ou, porque estamos importando produtos que temos condições de produzir internamente?

Uma outra questão associada às importações é a questão dos preços agrícolas que se diferenciam enormemente. Enquanto os países desenvolvidos criam subsídios para a agricultura mantendo uma política de preços, o pequeno agricultor brasileiro sem receber apoio do Estado não consegue competir com o produto agrícola importado, sendo forçado a baixar o preço de seu produto. Impossibilitado de manter os custos de sua produção e de sua comercialização e endividado, o trabalhador do campo perde sua pequena propriedade, seguindo para a migração, para a periferia da cidade ou para as fileiras dos sem-terra.

Para termos uma visão ampla das questões sobre a importação e os preços não podemos deixar de citar o acordo de comércio agrícola da Rodada do Uruguai, quando da criação em 1994 da OMC - Organização Mundial de Comércio.<sup>52</sup> Neste encontro foram definidas as linhas do processo de liberalização do comércio agrícola, como diminuição das tarifas de importação, restrição às exportações e às políticas de proteção à agricultura, que

---

<sup>52</sup> A partir de 1994 com a criação da OMC, iniciou-se a elaboração do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma estratégia de consolidação da hegemonia americana na América Latina a fim de impor uma integração subordinada à lógica do capital e do livre comércio. A agricultura é um dos mais importantes temas do acordo, onde se projeta o controle total do comércio agrícola de grãos pelas empresas americanas (algumas são donas de latifúndios no Brasil), subordinando os preços ao mercado internacional. Uma das intenções é a imposição do modelo norte-americano de agroindústrias, que significa a monopolização (dos produtos alimentares e das sementes transgênicas), a desnacionalização e a integração dos agricultores familiares às agroindústrias de modo a fortalecer a reprodução e o domínio do capital.

expressam o cenário atual da agricultura brasileira. Vale a pena lembrar que o Brasil foi um dos países que desenvolveu uma política direta de aceleração do processo de liberalização do comércio agrícola e quanto às taxas de importação foi mais radical que as próprias exigências da OMC, podendo aplicar taxas de importação que variam de 35% até 55%, nossas taxas de importação variam, de forma ridícula e subordinada, entre 0% e 10%. (ibid, p.29).

Dentro da política agrária que promoveu a consolidação do modelo neoliberal na agricultura brasileira, temos além da questão da importação de produtos agrícolas, a questão da privatização da reforma agrária, ou reforma agrária de mercado, desenvolvida no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para a realização da reforma agrária, o Estado possui, desde o Estatuto da Terra de 1964, instrumentos de intervenção para a desapropriação, a tributação de terras, os projetos de colonização e a titulação das terras de posseiros. Entretanto, o governo FHC através do Ministério de Desenvolvimento Agrário apresenta novos instrumentos para a disponibilização de áreas para a reforma agrária como, por exemplo, o crédito fundiário, através do chamado Banco da Terra. O argumento do governo se referia aos custos por família, que são inferiores em relação ao instrumento tradicional da desapropriação. Um outro argumento a favor do crédito fundiário como novo instrumento da reforma agrária, dizia respeito à aquisição de terras produtivas com relativa infra-estrutura, ao contrário das terras improdutivas que são desapropriadas.

Dentro desta perspectiva, o Estado retira o caráter federal da reforma agrária colocando-a na esfera estadual e municipal, descentralizando todo o processo<sup>53</sup>. O papel do Estado torna-se o de agenciador que fornece o crédito para a aquisição da terra, informando a evolução do mercado de terras, “assessorando” os trabalhadores no processo de compra, tendo estes “autonomia” e “poder de decisão”. Desta forma, de acordo com o governo, o processo torna-se mais democrático, elimina a burocracia dos órgãos federais, acelerando o ritmo da reforma agrária no país. Sabendo que os compradores de terras são os

---

<sup>53</sup> Em 2002 existia um projeto de lei complementar que visava “Autorizar os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de desapropriação para fins de reforma agrária...”. Havia inclusive uma medida provisória que foi reeditada 51 vezes, onde o governo alterou os dispositivos da legislação da Reforma Agrária, delegando aos Estados e Municípios cadastramento, vistoria, avaliações de imóveis rurais no âmbito do Programa da Reforma Agrária.

trabalhadores rurais excluídos pelo processo de modernização do campo e de liberalização do comércio agrícola, quem são os vendedores de terras?

Segundo José Eli da Veiga, em seu texto “Diretrizes para uma Nova Política Agrária”, a primeira iniciativa no Brasil de adoção de mecanismos institucionais de regulação do mercado de terras surgiu com:

*(...)a lei complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o “Fundo de Terras e da Reforma Agrária: Banco da Terra”. Essa lei prevê, em seu artigo 4º que o Banco da Terra será administrado de forma a permitir a participação descentralizada dos Estados e Municípios, na elaboração, execução de projetos, garantida a participação da comunidade no processo de distribuição de terra e implantação de projetos. (2000 p.32).*

Ainda de acordo com o estudioso da reforma agrária, para a eficácia e eficiência de um programa de ordenamento fundiário, os governos, federal e estadual, devem ter funções normativas, deixando a competência operacional para as iniciativas intermunicipais, que devem se capacitar para a criação de novas instituições do mercado de terras. Como apenas um protótipo e não uma fórmula acabada, José Eli da Veiga aponta para:

*(...) o surgimento de sociedades de ordenamento fundiário (SOF) com o objetivo fundamental de facilitar a manutenção, expansão e criação de empresas agrícolas de caráter familiar(...)O formato ideal parece ser o consórcio municipal que constitui uma sociedade de economia mista. Para entrarem em funcionamento, tais sociedades deverão ser reconhecidas por ato administrativo do gestor do Banco da Terra, ter definida sua zona de ação e o montante da dotação inicial, que poderá ser equivalente a um determinado percentual do valor de mercado de terras rurais dessa zona de ação. (id., p.33)*

Como podemos pensar numa estadualização/municipalização da reforma agrária sem levar em conta as estruturas de poder locais centradas na hegemonia política dos latifundiários, que historicamente dominam as cidades do meio rural? Ou seja, continuamos a acreditar numa reforma agrária onde a histórica concentração de terras não aparece como um problema social e político.

O Banco da Terra, enquanto linha de crédito para os trabalhadores rurais sem-terra e para os pequenos produtores, faz parte da política neoliberal do governo FHC para o

campo, que visa transformar a reforma agrária num interessante mercado para os latifundiários, como também enfraquecer a ação dos movimentos sociais, especialmente do MST. Quem possui a propriedade das terras no Brasil são os grandes fazendeiros e as empresas capitalistas, que pelo processo de desapropriação recebiam os Títulos da Dívida Agrária. Os TDA's podem ser resgatados num período de até 20 anos, uma forma de “punir” o dono da propriedade por não ter cumprido a função social da terra, deixando-a improdutiva. Com o Banco da Terra, os fazendeiros vendem a parte do latifúndio que lhes interessa, produtiva ou improdutiva, e recebem o dinheiro à vista ao final do processo de venda. Vale a pena ressaltar, que a maior parte dos recursos do Banco da Terra é do Banco Mundial:

*(...) O controle financeiro do Banco da Terra é de responsabilidade do BNDES. No início de 1999 foi divulgado que o governo federal teria 1 bilhão de reais de empréstimo do Banco Mundial para implementar o programa e mais 95 milhões de contas inativas do Banco Central. (Marcon, 2000, p.2).*

Esta situação aponta para o entrelaçamento de uma política internacional com a política agrária do governo FHC, reafirmando o modelo neoliberal como o definidor do rumo de setores estratégicos da economia do país. Mas qual a situação real dos “beneficiários” desta linha de crédito? A regulamentação do Banco da Terra (Decreto nº. 3.475, de 22/05/00) estipulou as seguintes condições de crédito de financiamento para os trabalhadores rurais não proprietários, os agricultores proprietários de imóveis inferiores a um módulo fiscal ou para suas respectivas associações e cooperativas:

*“Limite de crédito: até R\$40.mil, por beneficiário;  
Prazo do financiamento: de até 20 anos, incluídos até três anos de carência;  
Garantia: hipotecária ou alienação fiduciária do imóvel financiado;  
Encargos financeiros: financiamentos até R\$15 mil: juros de 4% + IGP-DI (Índice Geral de Preços –Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas); financiamento acima de R\$15 mil até R\$30 mil: juros de 5% + IGP-DI; financiamento acima de R\$30 mil até R\$40 mil: juros de 6% + IGP-DI;  
Rebates: para financiamento de áreas mais pobres prevê-se rebate de 50% sobre os encargos financeiros, observado o limite máximo de R\$500,00;*

*Custos adicionais: a título de remuneração dos agentes financeiros, será cobrada a taxa de 1% sobre o valor total do crédito, a ser paga na data de sua abertura e mais 1% sobre cada parcela anual a ser paga.*<sup>55</sup>

Estas condições colocadas pelo governo FHC para o trabalhador rural sem-terra e o agricultor familiar, no contexto da crise estrutural da economia brasileira, não atraíram os trabalhadores nem os sindicatos rurais. O governo além de implementar uma linha de crédito de alto custo para o “beneficiário”, legitima a terceirização de áreas de atuação pública como, por exemplo, a assistência técnica, obrigando o trabalhador rural ou pequeno produtor a pagar pela elaboração de um projeto técnico e financeiro, provando a viabilidade da atividade agrícola a ser desenvolvida. Mesmo com toda a propaganda do governo de que agora não é mais necessário “pular a porteira”, pois há o cadastro nos correios (e na internet!) e o Banco da Terra para evitar o sacrifício das “invasões” e dos acampamentos, torna-se visível a médio e a longo prazo que os trabalhadores sem-terra que assumirem o Banco da Terra como possibilidade de acesso à terra não agüentarão a carga de juros e se tornarão novamente trabalhadores sem-terra. Assim, a história se repete? Já nos disse Marx: apenas como farsa.

No entanto, no início do ano de 2001 o Banco Central cria a Resolução 2.728 que retira a correção monetária (IGPI) e aumenta as taxas de juros dos empréstimos do Banco da Terra, fixas e diferenciadas segundo o empréstimo concedido. Esta mudança foi fundamental para o governo no aspecto político, pois a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) passou a se inserir no Conselho Curador do Banco da Terra, cumprindo assim a exigência do Banco Mundial de participação neste conselho das entidades beneficiárias.

Se a liberalização da economia agrícola e a privatização da reforma agrária, como aspectos do processo de globalização, representam o controle econômico e político dos países ricos sobre a periferia incluída sempre de forma subordinada e dependente, o que

---

<sup>55</sup> Gerson Teixeira faz uma simulação da evolução da dívida do beneficiário a partir das condições apresentadas e verifica que sendo o valor do contrato de R\$30 mil no final de 20 anos, incluindo os três anos de carência, o “beneficiário” pagará ao todo R\$320.142,68. In: Teixeira, Gerson. A Regulamentação do Banco da Terra. (29.05.00) p. 45. Assessoria Técnica da Secretaria Agrária do PT; [www.pt.org.br/assessor/agrario.htm](http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm)

pensar sobre a atualização da questão agrária nos marcos da história brasileira? Com a modernização conservadora, os governos militares não alteraram a estrutura fundiária do país, porém modificaram o modo de produção através da importação do modelo tecnológico dos países desenvolvidos. O resultado social deste processo de modernização foi a expulsão de milhões de trabalhadores do campo e a aceleração de uma urbanização precária. Os teóricos neoliberais afirmam que com o desenvolvimento do capitalismo agrário, a agricultura brasileira deixa de ter o estigma do atraso e a reforma agrária, torna-se desnecessária e anacrônica.<sup>56</sup>

Sampaio (2001) analisa a tese da não existência de uma questão agrária no Brasil e o deslocamento de função da reforma agrária preconizada pelos militares e reafirmada pelos teóricos neoliberais. A análise de Sampaio (2001, p.4) mostra que a reforma agrária não mais se justifica, para o governo, como um objetivo de desenvolvimento econômico, de distribuição de terra e renda, sendo entendida apenas dentro de um quadro mais geral de políticas sociais compensatórias. No entanto, como negar a existência da “questão agrária” mantendo no campo brasileiro uma situação de pobreza generalizada, onde as estruturas de poder são de herança colonial, onde a negação do acesso à terra, à educação, à saúde consolidam uma situação de entrave a qualquer perspectiva de desenvolvimento social. Como aceitar a tese neoliberal que une latifúndio, tecnologia e capital financeiro sob o espectro da modernização conservadora e de uma reforma agrária desnecessária?

Para Sampaio (*ibid.*, p.6-7), mesmo que o modelo neoliberal na agricultura brasileira continue apontando índices de produtividade e de avanço tecnológico, enquanto não houver o desenvolvimento de uma agricultura que priorize as necessidades básicas da população que vive e trabalha no campo, como também os problemas urbanos provocados por tal modelo, a questão agrária denunciará as contradições do capitalismo dependente, mantendo-se viva através das lutas sociais dos trabalhadores. Para além da distribuição de terras e de renda, a reforma agrária deve conceber um modelo agrícola não excludente,

---

<sup>56</sup> Segundo Alentejano (2001, p.3-4), esta é a posição dos intelectuais Albuquerque (1987), Graziano Neto (1991), Sorj (1998) e de partidos políticos como o PSDB e o PMDB. Como crítica a esta visão neoliberal marcam posição os intelectuais D’Incao (1991), Fiori (1992), Graziano da Silva (1993), Teixeira (1994), dentre outros.

alterando o padrão tecnológico importado, assim como a estrutura social e econômica brasileira de forma a modificar as relações de poder que impõem à maioria da população a pobreza, a miséria, a ignorância e a fome. Dentro desta perspectiva quebra-se a visão limitada e de cunho ideológico de que a reforma agrária é apenas uma política de assentamentos rurais de caráter localizado a fim de eliminar o conflito social, afirmando, portanto a importância política da questão agrária para o debate nacional sobre a democracia e a transformação social do país.

Nesse sentido, a questão agrária irá se manter de forma permanente e atual enquanto houver a hegemonia do latifúndio no campo brasileiro, enquanto houver a continuidade de políticas nacionais (autoritárias ou neoliberais), que visam apenas a inserção subordinada das elites na economia mundial globalizada, negando para a população pobre, rural e urbana, os padrões mínimos de integração em uma sociedade de classes, no âmbito, mesmo que limitado da democracia burguesa.

Os projetos de reforma agrária em disputa no contexto da globalização não apresentam uma correlação de forças políticas equivalentes. Segundo Alentejano (2001, p.3), existem três projetos de reforma agrária em disputa que identificam a reforma agrária como (...) *uma política social compensatória; como uma política distributiva destinada a sustentar a retomada de crescimento; como uma política voltada para alterar as bases do atual modelo de desenvolvimento.*

O projeto de reforma agrária como uma política social compensatória tem como base de sustentação as ações do governo de FHC e possui como concepção central a idéia de que a modernização conservadora deu respostas concretas quanto ao processo de inserção da agricultura brasileira ao mercado internacional, portanto a reforma agrária perde seu caráter de estruturação econômica e assume apenas a dimensão social, no sentido de oferecer condições mínimas de sobrevivência para a população miserável do campo impossibilitada de qualquer tipo de inserção no mercado. Nas palavras de Graziano da Silva (apud Alentejano, id., p.5): (...) *uma reforma agrária que garanta pelo menos casa e comida à população que não tem mais possibilidades de ser absorvida produtivamente no*

*novo padrão tecnológico que se avizinha.* Segundo Alentejano (ibid., p.6) este projeto de reforma agrária, mesmo com algumas diferenciações, é concebido por intelectuais progressistas, como também por economistas do BID e do Banco Mundial.

O projeto de reforma agrária como política de redistribuição de renda tem como base a adoção de uma política agrícola governamental capaz de incentivar a agricultura familiar, de modo que esta contribua para a retomada do desenvolvimento do país através da geração de alimentos com preços baratos e de novas condições de inserção no mercado mundial de produtos agrícolas. Tal projeto não coloca em questão a lógica da modernização no campo, tampouco a lógica dos novos mecanismos de disponibilização de terras para a superação do instrumento da desapropriação. De acordo com Alentejano (ibid, p.7), este projeto de reforma agrária é concebido por Veiga (1991), Abramovay e Carvalho (1994), Cano (1994) e a partir da segunda metade da década de 90 se insere dentro das discussões do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, o projeto de reforma agrária como uma política para a alteração do atual modelo de desenvolvimento apresenta a crítica ao processo de modernização conservadora e de liberalização da agricultura, mostrando que as lutas sociais são resultado das contradições que marcam a realidade histórica e social do campo brasileiro. A reforma agrária não se limita às políticas compensatórias ou redistributivas, visto que se apresenta como uma reforma estrutural que altera outros setores como o setor da educação, da saúde, da indústria e do setor financeiro, sendo fruto da própria luta dos trabalhadores. De acordo com Alentejano (ibid, p.9), esta concepção de reforma agrária é concebida por D’Incao (1990, 1994), Germer (1990, 1994), Leite (1992) e Stédile (1993, 1994) com algumas diferenciações, visto que enquanto Germer e Stédile defendem o socialismo como base deste projeto de reforma agrária, D’Incao e Leite afirmam apenas a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sem a definição de um projeto socialista. No ano de 1995, o MST apresentou seu Programa de Reforma Agrária baseado na democratização da terra e dos meios de produção, na industrialização do interior do país, no desenvolvimento do semi-árido, na implementação de um novo modelo tecnológico não predatório e na formação técnica e política dos trabalhadores rurais. (MST, 1998).

Com o início do governo de Lula podemos apontar alguns avanços, ainda que estes não revelem uma mudança estrutural do processo de intensificação do neoliberalismo na agricultura brasileira. Um avanço foi a diminuição da ação do Banco da Terra, impondo assim limites ao processo da reforma agrária de mercado. Por outro lado, foram intensificadas as ações do agronegócio como bandeira do governo no sentido de ressaltar a importância das exportações para o crescimento da economia num curto período de tempo, permitindo o fiel pagamento dos juros da dívida externa.

Segundo Oliveira (2004, p.15), foram três os fatores que permitiram a expansão dos negócios da elite empresarial do campo brasileiro no primeiro ano do governo de Lula: o crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, o aumento dos preços internacionais das principais commodities (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadoria e de futuro) e a abertura de novos mercados. O complexo da soja (grãos, farelo e óleo em bruto) teve um aumento do volume de suas exportações de 32,2%, ou seja, do valor de US\$ 6,006 bilhões passaram a acumular US\$ 8,125 bilhões. O complexo da carne teve seu crescimento através do aumento das vendas em 44% e do aumento dos preços dos produtos em mais de 49%, ou seja, do valor de US\$ 3,1 bilhões passaram a acumular US\$ 4,1 bilhões. Em relação aos produtos vegetais e florestais os aumentos foram: algodão e têxteis vegetais em 35%, trigo em 40%, papel e celulose em 38%, madeira em 18,4%, sucos de fruta em 17,5%, frutas e hortaliças em 32,9%, couros, peles e calçados em 5,3%, cacau em 55,4%, fumo e tabaco em 8,1%, pescados em 23,2%.

Vemos que mesmo com variações de expansão do lucro empresarial é uma multiplicidade de setores participantes das vantagens e concessões do mercado financeiro internacional. O agronegócio brasileiro invadiu as fronteiras da China, Turquia, Romênia, Ucrânia, Hong Kong, Taiwan, Irã, Israel e África do Sul. Acompanhando este alargamento de fronteiras, temos o aumento das vendas para os antigos compradores, principalmente dos blocos econômicos como o Mercosul (40%), a UE (22,4%) e o Nafta (17%). (id.).

O entusiasmo do governo com a façanha do agronegócio, propagandeado de forma intensiva pela mídia nacional, retira toda e qualquer crítica no que diz respeito ao processo de dependência que esta expansão comercial sinaliza, aprofundando cada vez mais nossa participação subordinada ao capitalismo financeiro. Aqui temos a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes. A elite empresarial do campo brasileiro, hoje com forte representação no governo, além de manter estruturas coloniais como o grande latifúndio e a monocultura visando o mercado externo, atualiza a repartição com o capital financeiro internacional de todo valor excedente aqui produzido. Podemos verificar esta situação de duas formas: a condição de país importador de alimentos e de fiel pagador da dívida externa.

Sendo assim, o Brasil do agronegócio é obrigado a importar arroz, feijão, milho, trigo e leite. No caso do algodão, do trigo e da própria soja temos uma situação trágica: enquanto o agronegócio exporta o algodão, as indústrias nacionais importam fibras sintéticas, produzindo no Brasil roupas inadequadas ambientalmente. O trigo aparece em segundo lugar no volume das importações. A soja é o décimo nono produto com maior volume de importação, ou seja, importamos para depois exportar. (ibid, p.16). Isto quer dizer que a lógica do agronegócio engendra a lógica da importação na mesma voracidade, incidindo diretamente sobre a soberania alimentar, visto que o objetivo da produção é a exportação não importando a vulnerabilidade da nação no que diz respeito à alimentação de sua população, vende-se para quem paga melhor preço.

Um outro lado da balança é o pagamento de juros da dívida externa. No primeiro ano do governo Lula, a balança comercial fechou com US\$ 73 bilhões de exportações e US\$ 48,2 bilhões de importações, tendo um superávit comercial de US\$ 24,2 bilhões. No que diz respeito à dívida externa, o governo Lula recebeu uma dívida externa de US\$ 227,68 bilhões, sendo que no seu primeiro ano de mandato seu compromisso seria de amortizar um total de US\$ 34,1 bilhões, além de pagar um total de US\$ 13 bilhões de juros. (ibid., p.18). Vemos que o mito do agronegócio com o seu volume de exportações não paga sequer o total da dívida externa referente às amortizações e aos juros. Em termos de moeda nacional temos a seguinte realidade: em dezembro de 2002 o país devia R\$ 826, 9

bilhões, pagou da dívida R\$ 332,3 bilhões e terminou o primeiro ano do governo com R\$ 929,3 bilhões de dívida total. Ou seja, o governo Lula mesmo pagando 28% da dívida em 2003, houve um aumento de 12% de seu volume já em janeiro de 2004 (ibid.). Novamente temos aqui a materialização concreta das armadilhas do capitalismo dependente.

Um outro mito do agronegócio diz respeito à geração de empregos. Na verdade sabemos que tradicionalmente neste país o grande latifúndio teve um ínfimo percentual referente à geração de empregos no campo, sua função social se revela na reprodução cada vez mais acelerada do desemprego massivo. Como reatualização constante deste processo temos as grandes empresas rurais exportadoras (herdeiras diretas dos velhos latifúndios), que depois do ciclo da expulsão de trabalhadores do campo alia-se com as chamadas cooperativas de prestação de serviços. Estas cooperativas possuem a função de intensificar a precarização do trabalho, eliminando toda e qualquer relação de responsabilidade do empregador para com os empregados, referente aos direitos trabalhistas e sociais. O mito do agronegócio aliado à geração de trabalho finca-se na reprodução das novas formas de exploração do trabalho ditadas pela reestruturação do capital<sup>57</sup>.

Em contrapartida ao projeto de expansão do agronegócio, temos a contenção dos projetos de Reforma Agrária. O governo anunciou em 2003 a autorização de liberação de recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário na ordem de R\$ 993.531.899,00, sendo que até maio de 2004 a liberação real dos recursos foi de R\$ 78.025.343,00, ou seja, apenas 7,9% do total anunciado<sup>58</sup>. No que diz respeito à implantação de projetos de

---

<sup>57</sup> Significativa é a inserção do mito do agronegócio na região de Riberão Preto/SP, onde está localizado um dos solos mais ricos deste país. Segundo Lavratti (2004, p.2), nesta região temos o “cenário futurista” do agronegócio brasileiro que responde por 26% da produção de álcool do país (4 bilhões de litro ao ano) e por 20% da produção nacional de açúcar (4 milhões de toneladas), e aliado ao processo de modernização através dos empréstimos volumosos do MODERFROTA do BNDES produziu a proeza de deixar no campo apenas 0,4% da população. A perspectiva para os próximos anos é de um volume de recursos para investimento no setor canavieiro de 8 bilhões de dólares tendo em vista a possibilidade de negócios para o álcool combustível (necessário aos países que necessitam cumprir o tratado de redução de CO2 na atmosfera, como por exemplo, o Japão) e a introdução de açúcar brasileiro nos países europeus. Ver: Lavratti, E. Agronegócio: a nova maquiagem para o velho latifúndio. Projeto de Pesquisa do Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção do Conhecimento da UFRJ em parceria com a ENFF.

<sup>58</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Publicado no Jornal Brasil de Fato de 3 a 9 de junho de 2004.

assentamentos rurais dos R\$ 52,87 milhões autorizados apenas R\$ 162,58 mil foram liberados, ou seja, 0,3%. (id.).

Apesar de sua contenção, as áreas de assentamento de reforma agrária são os que mais empregam no campo brasileiro. A chamada agricultura familiar engendra uma participação intensa de pessoas no mundo do trabalho. Segundo estudo realizado sobre o meio rural brasileiro, um dos principais impactos da criação de assentamentos é a geração de trabalho<sup>59</sup>.

Após os assentamentos das famílias verifica-se o desenvolvimento de estratégias para a reprodução familiar centradas no desenvolvimento econômico do próprio lote, ainda que não se exclua atividades econômicas não agrícolas dentro e fora do lote. Segunda a pesquisa, (...) *90% dos assentados maiores de 14 anos trabalhavam ou ajudavam no lote, numa média de três pessoas, sendo 2,6 ocupadas exclusivamente neste e 0,4 no lote e também fora dele, indicando que os assentamentos possuem um potencial significativo de geração de emprego.* (id., 125). Caso considerarmos a população menor de 14 anos que vive nos assentamentos, o número médio de pessoas empregadas por lote nos assentamentos sobe para 3,6. (ibid., p.127). Vale a pena ressaltar que os trabalhos fora do lote possuem um caráter temporário, sendo na maioria das vezes assalariamento rural.

Se quisermos ampliar esta perspectiva podemos apresentar os dados de pessoas que trabalham nos assentamentos, porém fora do lote. De acordo com a pesquisa, dos 12% das pessoas que trabalham fora do lote, 56% exercem atividades dentro dos assentamentos, seja trabalhando no lote de outros trabalhadores, seja desenvolvendo atividades não agrícolas, como por exemplo, construção de casas, estradas e infra-estrutura, contratação de professores do ensino fundamental e médio e de agentes de saúde, etc. (ibid.). Portanto, somando os trabalhadores que trabalham no lote mais os trabalhadores que trabalham fora do lote, porém dentro do assentamento, vemos concretamente (...) *que os projetos de*

---

<sup>59</sup> Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro/ coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde de Medeiros [et al.]. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Local; SP: Editora UNESP, 2004.

*assentamento absorvem o trabalho de cerca de 94% da população assentada acima de 14 anos (...)* (ibid., p. 128).

Na primeira versão do II Plano Nacional de Reforma Agrária coordenada por Plínio de Arruda Sampaio e apresentada em outubro de 2003 ao governo Lula estimava-se o assentamento de 1 milhão de famílias, o que corresponderia à criação de uma média de 3 milhões de empregos diretos, centrados na atividades agrícola, sem contar os empregos indiretos gerados conforme apontaram os dados do estudo sobre o meio rural realizado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>60</sup>. No entanto, no mês de novembro de 2003 foi apresentada pelo governo uma segunda versão do II PNRA, onde a meta apresentada era o assentamento de 400 mil famílias até o ano de 2006<sup>61</sup>.

O II PNRA apresentou a meta de assentar 115 mil famílias em 2004. Em novembro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto e o presidente do Incra, Rolf Hackbart apresentaram para o MST os números executados pelo governo na Reforma Agrária durante reunião em Brasília (DF). De acordo com os relatórios, 92 mil famílias estão com o assentamento assegurado. O governo alega ter assentado 66 mil famílias e outras 26,7 mil estão com o processo encaminhado<sup>62</sup>. Haverá vontade política para a realização de uma reforma agrária massiva nestes dois anos que restam do governo Lula? Ou no jogo de correlação de forças no interior do governo a tendência é fortalecer a vontade política expressa na intensificação do mito do agronegócio?

---

<sup>60</sup> Sampaio (2003) mostra que o custo médio necessário para o assentamento de uma família é de R\$ 8.000,00, valor inferior ao custo médio necessário para a criação de um posto de trabalho na indústria (R\$23.000), no setor de serviços (R\$ 35.500,00) e no comércio (R\$ 88.300,00), de acordo com os dados do Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do trabalhador (Pro-Trabalho) do Ministério do Trabalho (Passos e Costanzi. Brasília: MTb. Nota Técnica, 2002).

<sup>61</sup> Tal meta vem acompanhada do acesso à terra para 150 mil famílias via crédito fundiário e da regularização fundiária de 500 mil famílias. Estas estimativas são contrapostas aos dados de famílias assentadas durante o governo de FHC: 238 mil famílias de 1995 a 1998, 286 mil famílias de 1999 a 2002. Fonte: Incra. { HYPERLINK "<http://www.incra.gov.br>" }. Visitado em 30/10/2004.

<sup>62</sup> Informações apresentadas na seção Informativos do site { HYPERLINK "<http://www.mst.org.br>" } dia 11/11/2004.

## Capítulo III. A Formação Humana no MST

O objetivo deste capítulo foi trazer algumas reflexões sobre a pedagogia moderna e a importância do trabalho na constituição desta. Tentamos abordar a relação existente entre o trabalho e a formação do homem moderno, assim como sua relação com os projetos de acumulação do capital ou de humanização das relações sociais.

Um outro objetivo deste capítulo foi tratar da relação existente entre a teoria pedagógica e os movimentos sociais. Buscamos os fundamentos da pedagogia do MST, assim como a concepção do movimento social como sujeito pedagógico. Por fim, tratamos de construir uma relação entre a síntese pedagógica produzida pelo MST e alguns princípios educativos elaborados por Gramsci.

### 3.1. O trabalho e a formação do homem moderno

O que entendemos como formação humana? Do ponto de vista filosófico o que se coloca é o educar, o formar o homem para a vida, para a compreensão e a atuação como ser social. Analisando historicamente, a formação humana deve ser entendida como uma produção histórico-social que fundamenta valores e práticas culturais no que diz respeito ao convívio social, às relações de trabalho e de propriedade. A formação humana está marcada por processos de humanização e desumanização, por mediações históricas de uma materialidade e subjetividade próprias do lugar social no qual os homens se inserem, como produção social diferenciada da unidade dialética entre os elementos orgânicos da necessidade e da liberdade<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Convém frisar que a distinção ou mesmo o uso diferenciado das palavras educação e formação humana é fruto da problemática existente sobre a carga histórica e ideológica das palavras e dos conceitos tanto no sentido da produção do conhecimento, quanto no sentido da prática-política. Na atualidade a palavra educação é apropriada por um projeto formativo do humano que se restringe à atender mercados, processos produtivos com a finalidade da reprodução permanente do capital. Como reação, a palavra formação humana é apropriada por um projeto formativo do humano como produção histórica das virtualidades positivas do ser humano, na complexidade ontológica do desenvolvimento material e espiritual do homem como ser social.

Deste modo não existe a absolutização de uma verdade histórica sobre a formação humana como abstração pura despojada da realidade concreta e dos interesses humanos. Ao contrário, a questão da formação humana apresenta mediações diferenciadas quando tratamos da reprodução do capital como relação social dominante e do processo de trabalho dos homens como humanização da vida. Evidente que os projetos de formação humana do Capital e do Trabalho não estão isolados e sim inseridos numa dinâmica social de interesses de classes em disputa (Frigotto, 1999), logo estes projetos mantêm relações intrínsecas dentro do movimento dialético da história.

No âmbito da teoria pedagógica a questão da formação humana é central, visto que toca o coração da ação educativa, a dimensão social e histórica dos processos de humanização do homem. Segundo Arroyo (1998, p.143), a pedagogia moderna constrói seu objeto teórico a partir dos complexos processos de humanização dos homens. Estes processos abrangem as dimensões formadoras e deformadoras das relações sociais de produção material e espiritual da vida. Carregam consigo os projetos históricos da paidéia, do humanismo, do iluminismo e do socialismo com o objetivo de compreender e atuar sobre os processos produtivos, sobre a produção dos valores, dos saberes, da cultura e da consciência. Assim afirma:

*(...) Educar nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, a autonomia responsável, a subjetividade moral, ética (...) [objeto do educar] o que é e como acontece a formação humana? O que é educar pessoas? Como elas se formam e se constituem humanas?(...)A humanização como projeto, como telos, como pedagogia, é o ponto de toda a ação pedagógica fora ou dentro da escola (...). (id., p.144).*

A pedagogia moderna e a compreensão dos processos de humanização estão intimamente relacionadas com as condições nas quais os homens são produzidos como seres sociais e históricos. Relacionam-se também com o próprio movimento de transformação destas condições, entendidas como condições materiais da reprodução da

---

Como referência inicial: FRIGOTTO e CIAVATTA. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: Trabalho, Educação e Saúde, FioCruz, Rio de Janeiro, 1 (1): 45-60, março de 2003.

vida. A compreensão da história como processo e da vida social como uma totalidade de relações é fundamental para percebermos a produção histórico-social que são os homens como indivíduos e como coletividade. Portanto, a formação humana deve ser entendida como parte de um processo histórico suscetível às mudanças estruturais e conjunturais da realidade concreta.

Com as revoluções burguesas inicia-se um processo cultural onde o trabalho torna-se fonte de valor, ou seja, o trabalho passa a ser reconhecido como elemento fundamental da formação humana. É claro que há um interesse ideológico da burguesia da época nas mudanças de funcionamento da sociedade. O historiador Thompson (1991, p.83) analisa a mudança da cultura do trabalho ligada organicamente à vida para a cultura do trabalho ligada a unidade de tempo, fruto do desenvolvimento da sociedade industrial. As transformações partem dos ritmos irregulares do trabalho vinculado à vida e vão até a consolidação de uma disciplina do tempo, formando novos hábitos de trabalho baseados no lema *tempo é dinheiro*. Com a aceleração dos processos de automação e a formação da indústria dos “tempos livres”, o autor aponta para a necessidade de se construir uma (...) *nova síntese [da cultura do trabalho] não baseada nas estações do ano ou nas exigências do mercado, mas fundamentada nos interesses humanos. A pontualidade nas horas de trabalho tem de expressar o respeito pelos companheiros de trabalho (...)*. (id.).

A divisão social do trabalho e sua conseqüente relação de propriedade incidem sobre as mudanças de uma cultura do trabalho.<sup>64</sup> Em verdade há uma intensa transformação do trabalho humano em mercadoria, que atravessa o mundo da manufatura, da fábrica, da grande indústria e da empresa enxuta automatizada. O maior desafio dos proprietários dos meios de produção (força de trabalho, instrumentos, maquinarias, ciência aplicada, etc...) é organizar este mundo, transformado e determinado pela produção material, a partir de uma justificativa teórica capaz de naturalizar as relações de poder e o processo de acumulação de capital.

---

<sup>64</sup> Segundo Marx (1984), as formas de divisão do trabalho, determinadas historicamente, possuem sua correspondência nas formas de propriedade.

Uma das primeiras justificativas foi a afirmação da propriedade e a defesa do livre mercado como fontes de legitimidade para a diferença de direitos e de participação política. O pensador inglês Locke em seu *Segundo Tratado Sobre o Governo* define os limites do estado de natureza e do trabalho como fonte da propriedade privada, mostrando a necessidade do Estado Moderno e da legitimidade do poder político como (...) *o direito de fazer leis com pena de morte e conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo isso tão-só em prol do bem público (...)*. (1973, p.40). Além de tomar a defesa (e não o controle) da propriedade como uma das funções do Estado Liberal, Locke fundamenta o direito de propriedade na existência do indivíduo particular. É o sentido de propriedade (da vida e dos bens) que fundamenta a liberdade civil. Locke foi um dos primeiros pensadores que relacionou o trabalho com o direito de propriedade com a finalidade de justificar o próprio sentido de cidadania, visto que só se torna cidadão o indivíduo proprietário. Assim nos diz:

*(...) Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-a propriedade dele. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos enquanto houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros(...)*. (id., p.51-52).

Segundo Miguel Arroyo (1993), o pensamento liberal de Locke efetivou um padrão de moralidade baseada na capacidade racional do indivíduo, sendo esta capacidade condição de entrada na vida política da nação. A ação política está determinada pela divisão do trabalho, os homens que sobrevivem do trabalho não são capazes de agir racionalmente. Aqui a propriedade privada já está determinada pelo dinheiro que possibilitou sua expansão ilimitada, superando os limites do trabalho. Os trabalhadores não podem se integrar à vida política porque são limitados de propriedade, que existe apenas em decorrência de sua força de trabalho, única mercadoria que não é produzida pelo capital. Os trabalhadores ao não possuírem capacidade de expandir suas propriedades estão limitados racionalmente e

politicamente: (...) *os assalariados são incapazes de governar suas vidas por princípios de ordem moral e, nas raras vezes em que elevam seus pensamentos acima de sua subsistência, a única espécie de ação política que empreendem é a ação armada (...)* (Locke apud Arroyo, id., p.45).

Assim, a educação transforma-se em condição da cidadania e o trabalhador educado torna-se um cidadão, capaz de defender racionalmente o direito de propriedade como um direito natural. Miguel Arroyo analisa a cidadania como uma questão política e não pedagógica, visto que a racionalidade do cidadão proprietário é a (...) *negação da racionalidade operária e popular, ou a negação da sua capacidade de agir politicamente em defesa dos seus interesses e não dos interesses da burguesia(...)*. (ibid., p.46).

No entanto, o pensamento liberal como também o pensamento marxista estão marcados pela concepção do trabalho como atividade estruturante do ser humano e como fonte de valor de uso e de troca. Smith alimenta o pensamento liberal com a sua obra *A Riqueza das Nações*, onde fundamenta o trabalho como criação de novos valores. Marx em sua obra *O Capital* analisa a dialética do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato) e do valor (valor de uso e valor de troca), como também analisa na obra *Teorias da Mais Valia* a ambigüidade de Adam Smith sobre o trabalho produtivo, enquanto trabalho que se troca por capital e trabalho que se realiza como mercadoria.<sup>65</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, o trabalho insere-se na lógica da produção de capital necessitando estar adequado às suas exigências de reprodução permanente. Nesse sentido, constrói-se a relação entre trabalho e educação na perspectiva de acompanhar os avanços das mudanças tecnológicas, onde o trabalhador deve estar qualificado tecnicamente e profissionalmente, porém continuamente alienado de sua produção e do conhecimento que desta deriva.<sup>66</sup> Assim, esta concepção de formação estava

---

<sup>65</sup> Ver: Smith (1974), Marx (1980, 2001).

<sup>66</sup> Miguel Arroyo enfatiza os elementos materiais da formação humana, apontando, de forma positiva, para a universalidade dos instrumentos de produção apropriados pelos trabalhadores. Segundo Arroyo as (...) *formas de apropriação coletiva das forças materiais e sociais põem os trabalhadores em práticas sociais e formas de existência que determinam nova consciência, saberes, valores e concepções: possibilidade de formação de novas dimensões nos seres humanos(...)*. (Arroyo, 1991, p.214).

voltada para atender o moderno modo de produção capitalista e não o desenvolvimento de um modelo de homem integral. Ao contrário, a formação humana pelo capital intensifica o processo ideológico de cisão do homem, onde trabalho manual e trabalho intelectual são projetados de forma separada, marcando uma das principais divisões da sociedade moderna.<sup>67</sup>

As críticas à sociedade moderna mesmo variando o teor de sua ideologia apresentam como ponto comum a questão da união entre trabalho manual e intelectual. Uma referência é a experiência do inglês Robert Owen, que mesmo acreditando apenas numa modificação da organização do trabalho e da educação para tornar justa a sociedade capitalista, aponta para esta união:

*(...)No lugar da doentia figura do operário sempre fazendo pontas de alfinetes ou cabeças de pregos ou consertando fios, ou da figura de um rude camponês fixando no chão ou ao redor de si os olhos vazios sem nenhum clarão de inteligência ou de reflexão racional, surgiria uma classe trabalhadora cheia de iniciativas e de úteis conhecimentos, com hábitos, informações, maneiras e disposições que a levariam a um grau tal que o mais baixo dessa nova classe estaria acima dos mais altos graus atingidos pelas classes formadas pelas circunstâncias da sociedade passada e presente (...) com sua introdução [união entre trabalho manual e intelectual] e sua rapidíssima difusão, multiplicará logo, incalculavelmente, as forças físicas e mentais da sociedade inteira sem prejudicar a ninguém. (Owen apud Manacorda, 2000, p.274).*

Segundo o historiador Polanyi (1988, p.117-119), em sua análise sobre o desenvolvimento histórico da economia de mercado, Robert Owen via a questão da pobreza dos trabalhadores como uma questão de correção da organização do trabalho, que deve ser justa no sentido de produzir excedente e distribuir este aos trabalhadores e aos desempregados. Sua perspectiva social não avançou da esfera da filantropia como condição de auto-suficiência econômica da classe trabalhadora.

A teoria de Karl Marx herda da tradição liberal o sentido do trabalho como fonte de valor, assim como a questão da união entre trabalho manual e intelectual, porém apresenta

---

<sup>67</sup> É claro que esta separação não se inicia na sociedade moderna, Manacorda (2000) apresenta a separação entre o “Fazer” e o “Dizer” como critério interpretativo de toda a história da educação desde o antigo Egito até os dias atuais.

uma formulação orgânica entre educação e trabalho na perspectiva do homem integral.<sup>68</sup> Na verdade, a educação retoma seu sentido total, acrescentando à dimensão da totalidade do conhecimento (ciências naturais, sociais e tecnológicas) a dimensão do trabalho concreto, entendido como produção de valores de uso, tendo como possibilidade histórica o resgate do trabalho como autocriação humana, como um fim em si mesmo gerador da vida, superando a condição de meio para a valorização do capital, marcando, portanto, uma dimensão também política. Deste processo de formação surgirá o homem onilateral capaz de dar uma unidade orgânica entre a teoria e a práxis, refletindo e produzindo a vida social a partir da dinâmica do movimento dialético da história. Segundo Manacorda, o conceito de homem onilateral construído ao longo das obras de Marx retoma o sentido do trabalho como práxis educativa, como atividade vital que se realiza como processo de humanização das relações sociais. Assim afirma:

*(...) A onilateralidade é a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (...). (1996, p.81).*

Se o trabalho é visto como práxis educativa não é por uma essência ou natureza humana, mas por uma condição histórica do ser social. A relação entre trabalho e educação está posta na realidade e não no abstrato da teoria, muito menos na determinação das atividades produtivas de maior ou menor valor educativo. O trabalho como práxis educativa tem a função de potencializar as relações sociais no sentido da humanização dos homens e da produção de uma subjetividade consciente a respeito de sua condição de gênero humano.

Arroyo trata das condições materiais da educação ao longo do século XIX e do século XX, mostrando os equívocos do pessimismo cultural como também do determinismo tecnológico nas tentativas de apreensão das relações existentes entre a escola e trabalho. Tais linhas de pensamento não acompanham os novos processos de produção

---

<sup>68</sup> Segundo Manacorda (2000, p.296), o marxismo recebe também da tradição liberal os sentidos de universalidade, laicidade, estabilidade, gratuidade e renovação cultural na perspectiva literária, intelectual, moral, física, industrial e cívica.

como processos educativos, limitando, portanto, a compreensão da própria prática social realizada no mundo da escola e do trabalho. Assim nos esclarece Arroyo (1991, p.171):

*(...) Limites que não vêm só da escola ou da família, mas das formas específicas de relações sociais em que se dá esta produção – a propriedade privada, a divisão do trabalho(...) Limites que vêm também da instituição escolar, das polaridades em que ela se afirma socialmente: a separação entre tempo de formação e tempo de trabalho, tempo de infância e tempo de adulto, tempo de teoria e tempo de prática (...).*

A entrada no século XXI não apresenta a superação destes limites, ao contrário, a fragmentação do tempo de trabalho e a sua sujeição total ao mundo da valorização do capital, não permitiram o florescer do trabalho como campo hegemônico da educação. A globalização militarizada se expande pelo ocidente e pelo oriente, herdando do imperialismo clássico, a onipotência da guerra, a dominação de culturas e a exploração do trabalho. Os movimentos sociais e partidos políticos vinculados aos trabalhadores experimentam um longo período de refluxo, onde mesmo existindo algumas formas de resistência, como os movimentos anti-globalização e a organização de movimentos sociais do campo na América Latina, estes não são capazes de alterar a correlação de forças frente ao projeto hegemônico do capital.

Podemos citar a sobrevivência cotidiana do trabalhador, entre as quatro paredes de seu individualismo, inserido no mundo do trabalho informal ou precário. Este trabalhador reage à exploração de forma intuitiva, sem interferir nos processos de esvaziamento de sua politização no que diz respeito à luta de classes. Não se vê mais representado na esfera pública como também perde cada vez mais a capacidade de se reconhecer no outro através de atos de solidariedade e de atos de confiança. Como superar os limites de um indivíduo desacreditado, deformado pelos valores do consumo e do individualismo? Como superar os limites de uma sociedade que se tornou uma arena de leões com poucas chances de sobrevivência física e moral e exercitar um sentido de coletividade a partir de uma luta comum pela humanização das relações sociais estruturada pela força do trabalho?

### 3.2. Os movimentos sociais e a teoria pedagógica

A década de 1990 vivenciou um aprofundamento no debate relativo aos movimentos sociais e à teoria pedagógica. Primeiro porque os movimentos sociais valorizam os conflitos do cotidiano na reflexão e na prática pedagógica. Segundo porque os movimentos sociais trazem a dinâmica das lutas sociais, como exercício da prática política e pedagógica e como condição do direito à vida, ao trabalho, à terra, à educação, à saúde e etc. A noção de cidadania não aparece como algo naturalizado pelo pertencimento social, mas surge e se desenvolve através dos processos históricos de luta social e política, residindo nos processos de materialização do direito social, uma das principais dimensões do caráter pedagógico dos movimentos sociais. (Gohn, 1997, 1999).

Cardart (2000, 2001) coloca duas questões que se inserem no debate das teorias pedagógicas e dos movimentos sociais. Primeiro apresenta o MST como sujeito pedagógico. Segundo compreende o movimento social como princípio educativo. Esta compreensão não está isolada, ao contrário está atravessada por muitas mediações históricas, entre as quais a educação e o trabalho. Conhecer a materialidade social dos homens nos ajuda a compreender o movimento dialético da ação pedagógica no que esta possui de determinações concretas para a formação ou deformação humana.

A questão é como se processa o formar-se ou o deformar-se do homem na ação ou na totalidade de ações enquanto práticas sociais, culturais, políticas e pedagógicas? Para irmos a diante nesta questão temos que ir ao fundo das relações humanas, do convívio direto. Temos que ir à historicidade dos conflitos, que aparecem e se desenvolvem no cotidiano, marcado pela exigência de enfrentamentos e de comportamentos que manifestam uma ética do humano. É, portanto, na complexidade da totalidade produzida pelas relações entre os homens, pelas contradições sociais e pelas mediações históricas que devemos buscar a compreensão dos processos de formação humana assim como a materialização de seus métodos.

Como se dá a formação do sem-terra brasileiro? A indicação do processo histórico posta na pergunta vai ao fundo de nossa formação nacional, produzida pela materialidade do latifúndio, do trabalho escravo, do sub-imperialismo (Marini, 2000), da violência do capitalismo dependente e do poder totalitário da classe dominante subordinada ao capital internacional (Fernandes, 1975, 1975a, 1975b, 1995). Caldart (2000, p.78) mostra como foi produzido historicamente o trabalhador sem-terra como categoria social que abrange uma totalidade concreta de relações de trabalho: a meia, a parceria, a posse, o assalariamento, o pequeno arrendamento, a pequena propriedade familiar.

Mas, como se deu o processo de formação humana dos trabalhadores organizados pelo MST? Que pedagogia foi produzida pelo MST? Segundo Caldart (2000, p.199), para compreendermos o processo de formação dos trabalhadores Sem Terra precisamos olhar o MST como (...) *sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação de pessoas que a constituem(...)*. Nesta compreensão, os objetivos, os princípios organizativos, os valores e o jeito de ser do MST possuem uma intencionalidade política e pedagógica que age diretamente sobre o processo de formação dos trabalhadores/as acampados e assentados. Na dialética do desenvolvimento do MST como movimento e organização social de massas são produzidos sujeitos sociais da luta de classes. O projeto histórico, ético e político e as relações sociais que são propostas pelo MST o tornam um sujeito pedagógico.

A questão sobre o movimento como princípio educativo dialoga com as questões de origem da pedagogia moderna, principalmente com a questão do trabalho como princípio educativo. (Arroyo, 1991, Ciavatta, 1990, Frigotto, 1991, Manacorda 1990, 1996, 2000, Nosella, 1991). Segundo Caldart (2000, p.202-203), a compreensão das relações sociais de trabalho e de produção como um processo educativo abre perspectivas para a ampliação da pedagogia das práticas sociais. Ou seja, a própria dinâmica social entendida como um processo contraditório de múltiplas determinações torna-se um elemento chave para a compreensão da formação ou deformação do ser humano. Se as práticas sociais do mundo do trabalho estão definitivamente legitimadas como práticas pedagógicas, porque não dar ênfase também às práticas pedagógicas dos movimentos sociais e de suas lutas?

Caldart faz uma crítica aos caminhos da pedagogia moderna e aos trabalhos produzidos pelo pensamento educacional brasileiro que polarizam a reflexão pedagógica, afirmando ou negando a prática escolar, ou restringindo a dimensão pedagógica das práticas sociais às questões da educação popular e do trabalho como princípio educativo. Em sua análise sobre a pedagogia do MST retoma da pedagogia moderna, questões que podem dinamizar o movimento de renovação vivenciado pela teoria pedagógica atual, principalmente no que se refere à questão do movimento social como princípio educativo. O MST aparece como um sujeito pedagógico permanente:

*(...) É ele o sujeito educativo principal do processo de formação dos sem-terra, no sentido de que por ele passam as diferentes vivências educativas de cada pessoa que o integra, seja em uma ocupação, um assentamento, uma marcha, uma escola. Os sem-terra se educam como Sem Terra (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) sendo do MST, o que quer dizer construindo o Movimento que produz e reproduz sua identidade ou conformação humana e histórica. Mas quem é este Movimento que se transforma em matriz educativa de seus próprios sujeitos? Quem é esta coletividade que se forma educando as pessoas, as famílias e a si mesma? O que é, afinal, este Movimento que é sujeito pedagógico e princípio educativo?(...) (ibid., p.205)*

Esta reflexão teórica não é simples, mesmo porque, as particularidades históricas do MST não o colocam na categoria dos movimentos sociais da década de 1980 nem mesmo na categoria dos novos movimentos sociais. Segundo Vendramini (2000, p. 60-67), o próprio conceito de “novos movimentos sociais” que surge na década de 1980 substitui a análise dos processos históricos por uma análise de determinadas situações localizadas, substituindo inclusive, o conceito de classes sociais. A compreensão dos conflitos de classe é substituída por uma compreensão onde os conflitos assumem uma dimensão particular que se restringe aos problemas pontuais, como por exemplo, moradia, meio ambiente, raça, gênero, violência, etc., visando apenas mudanças setoriais e não a mudança estrutural da sociedade. Nesta reflexão, Vendramini dialoga com os trabalhos de Offe (1992) e Scherer-Warren (1993) problematizando o uso das categorias de sujeito popular e de ator social como também as características de informalidade e descontinuidade dos “novos movimentos sociais”.

Em artigo recente, denominado *Teses sobre a Pedagogia do Movimento* (mimeo, 2005), Caldart numa permanente reelaboração teórico-prática da Pedagogia do Movimento recoloca a questão do movimento social como princípio educativo, apresentando uma nova síntese onde reafirma o MST como sujeito pedagógico, porém não mais afirma o movimento social como princípio educativo. Apresenta a luta social como princípio educativo, (...) *não como atuação isolada, mas como parte da totalidade formadora que é a própria práxis social de que esta luta é parte ou expressão mais radical.* (2005, p.3). Para Caldart, a luta social educa na medida em que forma sujeitos sociais capazes de fazerem escolhas, tomarem decisões, ou seja, na medida em que se reproduz e se projeta como práxis revolucionária:

*(...) A reprodução ou continuidade histórica de um sujeito social depende de sua constituição projetiva como sujeito político, que é aquele sujeito social que efetivamente passa a fazer diferença na correlação de forças políticas da sociedade em uma determinada época, e cuja dinâmica de luta encarna/projeta cada vez mais dimensões do modo de vida social, tornando-se capaz de provocar a reflexão da sociedade sobre si mesma.* (ibid., p.2)

Caldart chama a atenção para duas situações. A primeira situação diz respeito ao não reconhecimento da luta social como princípio educativo pela teoria pedagógica, devendo, portanto, ser tratada com mais cuidado. A segunda situação diz respeito a ação combinada das matrizes pedagógicas ou dos princípios educativos no processo complexo de formação dos sujeitos sociais, sendo apreendidas não de forma isolada, mas como partes integrantes e articuladas de uma totalidade social. Nesse sentido, a luta social, o trabalho, a organização coletiva, a cultura e a experiência da opressão como matrizes pedagógicas da Pedagogia do Movimento devem ser compreendidas a partir de circunstâncias históricas particulares, tendo como referência o contexto político e teórico da filosofia da práxis. (ibid., p.4).

Mas como se dá a materialização da Pedagogia do MST? Segundo Caldart (2000), a materialização da pedagogia da MST se dá através de um síntese pedagógica que o MST *põe e é posto* em movimento a partir de um conjunto de processos formativos marcados pela pedagogia da luta social, da organização coletiva, da terra (ou do trabalho), da cultura

e da história. (id., p. 208-232). Portanto, é uma pedagogia ligada à vida da organização social de massas, como também à vida social dos trabalhadores, marcada de tensões e conflitos próprios da formação cultural de uma sociedade pautada pela valorização das coisas e não das pessoas.

Assim, a luta como estado permanente visando sucessivos saltos (da luta pela terra à luta de classes), marcados pelo confronto direto com os limites impostos à vida de uma coletividade vai formando estes sujeitos sociais de modo a consolidar o aprendizado coletivo, que exige uma boa dose de crítica e criatividade para a conformação de uma nova reprodução social. No entanto, o caráter permanente da luta somente se mantém se junto a ele se consolida a pedagogia da organização coletiva ou a pedagogia de um enraizamento social capaz de mobilizar-se a qualquer momento, de modo que tal unidade vai ultrapassando a luta imediata, sendo sedimentada por objetivos, princípios, valores e práticas. Segundo Caldart, existe uma forte dialética nesta pedagogia da luta e da organização coletiva, visto que (...) *os sem-terra se educam à medida que se organizam para lutar; e se educam também por tomar parte em uma organização que lhes é anterior, quando considerados como pessoa ou família específica.* (ibid., p.216).

Cumprido ressaltar que esta pedagogia da organização coletiva vai se desenvolvendo de modo a consolidar uma cultura do coletivo que ultrapassa a vida da organização e a esfera da luta política, atingindo a vida social dos indivíduos em toda a sua totalidade, ou seja, no conjunto das relações que estabelece na família, no trabalho, na amizade, no estudo, etc. Abrem-se possibilidades para o reconhecimento do outro, rompendo com a cultura do isolamento e do individualismo. Daí ser uma mediação pedagógica fundamental dentro da totalidade da humanização das relações sociais.

A pedagogia da terra ou do trabalho insere-se na tradição do trabalho como práxis educativa. No entanto, a partir da vida social dos sem-terra como o trabalho rural se reproduz como práxis educativa? Superada a dimensão da sobrevivência imediata, produzir para comer, o esforço do MST enquanto organização social está em elaborar e massificar novos elementos que reatualizem a práxis do trabalho dos trabalhadores rurais, visto que

não haveria coerência histórica se tais trabalhadores reproduzissem apenas o modo familiar de produção ou mesmo a prática da monocultura e o uso de agrotóxicos, fruto de sua formação enquanto pequenos produtores, posseiros, assalariados, arrendatários, meeiros, etc.

Sendo assim, o grande desafio está em reatualizar a origem histórica de trabalhadores da terra, mas ao mesmo tempo introduzir novas formas de organização do trabalho, bem como técnicas de produção capazes de combinar retorno econômico e tradição cultural (ibid. p. 224). Aqui situam-se as experiências de cooperação agrícola e de produção agroecológica. Novamente não podemos esquecer o caráter conflituoso e contraditório deste movimento de mesclar tradição e atualidade, velho e novo no que diz respeito às relações de trabalho, de propriedade e de vida comunitária.

Para além dos conflitos, surge o risco de uma limitação do trabalho ao nível meramente econômico (ou trabalho produtivo), sem avançar numa intencionalidade pedagógica capaz de intensificar o processo de humanização das relações sociais. Ou seja, como atualizar a cultura do campo (vida social, trabalho agrícola e não-agrícola, trabalho individual, familiar e cooperado) sem fragilizar as bases de sua resistência cultural, um dos pilares fundamentais da própria organização social e política do MST?

Podemos dizer, que a pedagogia da cultura e da história estão organicamente vinculadas às demais, ou melhor, enquanto síntese pedagógica apenas podemos concebê-las enquanto mediações de uma totalidade maior que é o próprio conjunto da pedagogia das práticas sociais desenvolvida pelo MST. Segundo Caldart, a pedagogia da cultura posta em movimento pelo MST se traduz materialmente e subjetivamente, através de um modo de vida coletiva reproduzida e refletida nos acampamentos, assentamentos, marchas, escolas, nas ocupações, etc. Tal cultura está fortemente marcada pela prática de valores, pela simbologia expressa na arte, na religiosidade, na ciência, nos gestos, etc, apontando deste modo para a potencialidade educativa da práxis, entendida enquanto raiz e projeto, processo histórico e movimento dialético da realidade social (ibid., p.228).

Interessa-nos neste momento apontar de forma sintética como esta conformação da pedagogia do MST se entrelaça com os princípios educativos apresentados por Gramsci, tendo como referência suas experiências concretas de organização dos trabalhadores, bem como suas reflexões durante os anos em que esteve submetido ao cárcere fascista.

Em primeiro lugar gostaríamos de ressaltar a dimensão pedagógica da cultura em Gramsci, que aponta insistentemente para o aspecto subjetivo e objetivo da organização, tanto do indivíduo (exercício do pensamento, aquisição de idéias gerais, conquista de uma visão de mundo crítica), quanto da luta política, dentro de uma perspectiva integral da vida humana. (Manacorda, 1990, p.22).

A cultura aparece como organização e nesse sentido é uma construção histórica, ou seja, um processo que produz uma determinada materialidade e subjetividade, objetivando interferir diretamente na estrutura econômica e política da sociedade. Daí que para Gramsci, cultura, educação e organização são indissociáveis quando tratadas na perspectiva de uma luta cujo objetivo é a elevação intelectual e moral das massas trabalhadoras com base em uma linguagem comum capaz de consolidar uma nova hegemonia ética, política e cultural.

Uma outra dimensão fortemente relacionada com a concepção do MST é a relação orgânica entre a pedagogia da cultura e da história. Segundo Gramsci, a consciência histórica, ou seja, o colocar-se a si mesmo criticamente e refletidamente a partir de um processo histórico é o mais alto grau de cultura alcançado pelos homens. Numa carta ao filho, Gramsci declara:

*(...) a história te agrada, como agradava a mim quando tinha a tua idade, porque se refere aos homens em sua existência e tudo quanto se refere aos homens, o máximo de homens que seja possível todos os homens do mundo, na medida em que se unam entre si na sociedade e trabalhem e lutem e melhorem a si mesmo, não pode deixar de te agradar mais do que qualquer outra coisa.* (Gramsci apud Manacorda, *ibid.*, p.112).

Quando o MST pensa a si mesmo historicamente e se coloca como um sujeito pedagógico que põe e é posto em movimento a partir de um conjunto de pedagogias, intervindo na vida de sua base social, promovendo um amplo campo de vivências educativas, que inclui um intenso processo de escolarização e de formação política, não estaria se portando como um intelectual coletivo? Ou, como intelectual coletivo que surge das massas e com as massas a fim de superar o senso comum destas e projetar uma visão de mundo crítica, o MST é capaz de produzir uma cultura hegemônica, influenciando os movimentos de esquerda da sociedade brasileira?<sup>69</sup>

A cultura da organização, base da reflexão de Gramsci, fundamentou o desenvolvimento histórico do MST, superando os limites do movimento de massas, potencializando antigas pedagogias, bem como inovando no processo de consolidação de um trabalho político-organizativo como força cultural que tem como objetivo formar intelectuais orgânicos, militantes e dirigentes políticos, oriundos de sua própria base social. Depois de 20 anos de existência, trabalhadores/as rurais outrora semi-analfabetos ou com uma escolarização precária se escolarizam ao mesmo tempo em que seus filhos crescem dentro desta cultura e tornam-se professores, técnicos, agrônomos, médicos, historiadores, seguindo níveis de pós-graduação. No entanto, todo o conhecimento acumulado não se desvincula da função de dirigentes e militantes políticos capazes de manter viva a cultura da organização e seu projeto histórico a partir da experiência concreta da luta de classes.

Um outro elemento importante apontado frequentemente por Gramsci e muito presente na cultura da organização do MST é a dimensão pedagógica da disciplina, entendida como consciência individual e histórica. Individual, quando se trata da construção de uma organicidade do pensamento (acúmulo de conhecimentos interessados e desinteressados), como também de uma prática pedagógica marcada pelo exemplo frente aos demais: (...) *Comecem aos poucos: nada é mais eficaz, pedagogicamente, que o*

---

<sup>69</sup> Para Caldart, um dos desafios da Pedagogia do Movimento é tornar-se referência para o trabalho de educação do povo organizado ou não, o que representaria um salto de qualidade na formação política dos próprios sujeitos da Pedagogia do Movimento, estando em condições para a construção de uma hegemonia. (2005, p.4).

*exemplo.* (Gramsci apud Manacorda, id., p.30). Histórica por materializar e difundir a cultura da organização, massificando-a enquanto práxis educativa. Gramsci ressalta a dialética da subjetividade e da materialidade na produção de uma pedagogia da cultura. Ou seja, a cultura deve apresentar-se como expansão ilimitada do conhecimento (justificando toda a liberdade de espírito), promovendo a massificação de uma visão de mundo crítica, mas ao mesmo tempo deve se impor como disciplina social necessária para o desenvolvimento das atividades político-organizativas. (ibid., p.35).

Outro elemento presente nas reflexões de Gramsci e materializada na síntese pedagógica do MST é a relação orgânica existente entre uma pedagogia da cultura e do trabalho dentro da escola. É claro que o contexto histórico das reflexões de Gramsci o faz pensar fundamentalmente em um trabalho marcado pelo processo de industrialização, ou seja, pelos avanços tecnológicos próprios do aspecto civilizatório do capital. Assim como Marx, Gramsci acreditava que o desenvolvimento das forças produtivas vinha acompanhado de um processo ético e organizativo dos trabalhadores capaz de impulsionar uma práxis educativa do trabalho de caráter humanizante a partir dos novos conteúdos culturais e produtivos projetados pela modernidade tecnológica (ibid., p.168).

Segundo Manacorda, para Gramsci a escola de cultura e de trabalho, organicamente ligada à vida, é ao mesmo tempo (...) *ciência tornada produtiva e prática tornada complexa* (...), onde o domínio da técnica não se desvincula da direção política, como também de uma auto-disciplina intelectual e uma autonomia moral. (ibid., p.155 e p.163). A dupla função do intelectual de novo tipo ou do dirigente, técnico e político, é o resultado da escola única de Gramsci, capaz de unir trabalho intelectual e técnico, e de fortalecer o projeto político através da elevação cultural da organização. Assim nos diz:

*(...) o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial, não somente na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário refletir-se-á, portanto, em todos os organismos de cultura, transformando-os e dando-lhes um novo conteúdo.* (Gramsci apud Manacorda, ibid., p.240)

A formação dos jovens nas escolas do MST está marcada por esta relação entre trabalho e cultura da organização. Após serem formados estes jovens retornam para a vida social dos acampamentos e assentamentos e passam a desenvolver a função de dirigentes políticos e técnicos com autonomia intelectual, sendo capazes de desenvolverem um trabalho político-organizativo crítico e criativo. O domínio da técnica é permanentemente atualizado através de cursos vinculados aos setores de atividades (produção, educação, saúde, etc.) e o trabalho político-organizativo é permanentemente avaliado pela instância na qual o jovem está inserido.

Uma outra relação que podemos estabelecer entre a escola projetada por Gramsci e a escola do MST é a dimensão pedagógica da auto-organização dos educandos. É claro que existe relações diretas entre o pensamento de Gramsci e a pedagogia russa, cumpre lembrar apenas alguns fatores: Gramsci permaneceu um ano e meio na Rússia pós-revolucionária (maio de 1922- novembro de 1923), é contemporâneo de Makarenko e teve seus dois filhos estudando em escolas russas. Nas escolas do MST, a organicidade das turmas constrói-se a partir de núcleos de base, possibilitando a participação nas decisões coletivas, a divisão de tarefas e organização do trabalho, bem como a construção de um planejamento coletivo que fundamenta a prática da autonomia e da responsabilidade dos educandos<sup>70</sup>. Segundo Manacorda, Gramsci localiza na produção da vida coletiva o critério objetivo capaz de avaliar as opções educacionais. (1990, p.111).

Por fim, ressaltamos a relação entre educação e política. Gramsci apontava para a dimensão pedagógica da relação política, concebendo a educação do homem coletivo (sinônimo do homem moderno, do homem-massa e do homem socialista) a partir de uma formação prática, intelectual e política (Manacorda, id., p. 107). A educação do MST está intimamente vinculada à vida da organização e de seu projeto político. Segundo Caldart (2000, p.240), quando o MST assume a educação como uma tarefa da organização, também impõe novas tarefas à escola, colocando-a em movimento e num intenso processo de reflexão sobre suas tarefas políticas e pedagógicas em cada situação social concreta.

---

<sup>70</sup> Ver: Miranda, A. Instituto de Educação Josué de Castro: núcleos de base e sua organicidade. In: Reflexões sobre a prática. Cadernos do ITERRA. Ano II – no.5, outubro de 2002.

O MST pensa a si mesmo como construção histórica e como sujeito pedagógico. Recupera na história das lutas sociais do campo o método da luta de massas, inserindo ao mesmo tempo dois elementos fundamentais: a formação permanente de quadros políticos e o método de direção coletiva<sup>71</sup>. A noção de pertencimento social materializa-se na prática de uma luta, onde os direitos não são produtos da realidade estática e naturalizada do Estado liberal. Os direitos são produtos do processo histórico-social da luta orgânica: a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social do país. No entanto, esta luta orgânica como garantia da efetivação dos direitos resulta do processo de objetivação do trabalho político-organizativo, da intencionalidade de uma práxis que tem por necessidade a produção de uma organização social, política e cultural.

Nossa intenção no capítulo final da tese é discutir a dimensão educativa do trabalho político-organizativo do MST. Em que sentido ele educa, ou como se expressa na materialidade e na subjetividade dos sujeitos Sem Terra que produz? Como este trabalho político-organizativo potencializa a luta social, o trabalho, a práxis das relações sociais e a cultura do coletivo enquanto eixos principais do processo de humanização do ser social e da dilatação do campo das escolhas e das alternativas humanas?

---

<sup>71</sup> No seminário *64 + 40: Golpe e Campos de Resistência* realizado pela UFRJ em março/abril de 2004, João Pedro Stédile em seu depoimento traz a memória de Francisco Julião e o sentido histórico das Ligas Camponesas dentro do *pensar a si mesmo* do MST. Primeiro pelo salto qualitativo da luta pela terra à luta de classes realizado pelas Ligas, segundo pelo ensinamento da experiência histórica da derrota que permite a auto-crítica e a abertura da possibilidade futura: a ausência de um processo permanente formação de quadros políticos, o personalismo da liderança e os limites concretos do movimento de massa.

#### Capítulo IV - A Reconstrução histórica da Escola Nacional Florestan Fernandes

Neste capítulo buscamos a reconstrução histórica do MST a partir de sua *práxis organizativa*. Ou seja, buscamos os elementos necessários da categoria práxis a fim de aproximar a concepção de formação e de organização do MST. Deste modo, apontamos os principais momentos da formação política e ideológica do MST, articulando o período marcado pela influência da teologia da libertação, das CEB's e do sindicalismo rural, até o período de consolidação de uma formação política autônoma que atinge seu ápice no final dos anos 90 e no início do século XXI com a construção de escolas nacionais como o ITERRA (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e a Escola Nacional Florestan Fernandes e a realização de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação em parceria com as principais universidades federais do Brasil.

Vale a pena ressaltar que as necessidades da formação política-ideológica no MST estão vinculadas organicamente às respostas políticas e organizativas formuladas pelo MST a partir dos problemas concretos e das mudanças qualitativas da conjuntura política de nosso país.

Para além das linhas políticas da formação do MST tratamos de sua relação com os métodos de organização, ou seja, com os princípios organizativos. Na verdade, buscamos mostrar como os princípios e as instâncias organizativas dão densidade à formação de militantes e dirigentes desde uma perspectiva teórica, prática e ética. Deste modo, trabalhamos o significado pedagógico de cada princípio organizativo, entendendo-os como mediações sociais que compõem a totalidade do MST. Portanto, os princípios devem ser compreendidos em seu conjunto e em sua complexidade, visto que representam o acúmulo histórico das organizações socialistas, como também o intenso movimento dialético da história, se adequando às contradições da realidade social.

Neste sentido, buscamos aprofundar o conceito de práxis a partir da necessidade de compreender a práxis organizativa do MST como processo histórico e social. Para tanto, foi necessário compreender as contradições dos movimentos sociais de massa e das organizações políticas, tornando possível a apreensão dos limites e das potencialidades da chamada práxis revolucionária.

O segundo momento do capítulo refere-se à particularidade da construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes. Buscamos localizar seu surgimento no ano de 1990 em Santa Catarina, bem como a base de sua proposta pedagógica. Reconstruímos todo o processo da Campanha Nacional e Internacional da construção da nova sede da ENFF, mostrando a importância da construção de uma organicidade no exterior, na sociedade brasileira e na base social do MST. Por fim, partimos para a apresentação do projeto arquitetônico da ENFF, de seus objetivos e dos métodos de construção, como por exemplo, o processo artesanal da obra e o método de trabalho voluntário.

#### 4.1. Formação e Organicidade no MST

##### 4.1.1. A trajetória histórica da Formação

A formação é um dos princípios mais ativos do MST. A formação de militantes e de dirigentes é projetada no movimento dialético da prática político-organizativa e da teoria revolucionária, em seu sentido clássico, herança de Lênin.<sup>72</sup> Neste sentido, nos convém fazer uma breve historização do processo dinâmico da formação política que se desenvolve a partir da consolidação da estrutura organizativa do MST e dos desafios políticos postos por cada momento histórico. Esta historização tem como objetivo localizar a construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes como uma necessidade histórica que surge de forma imperativa no final da década de 1990.

---

<sup>72</sup> Em *Que Fazer* (Lênin, 1978) podemos encontrar a base da concepção de Lênin, no que diz respeito à formação de dirigentes e militantes, fundada num tripé composto por tarefas teóricas, políticas e de organização.

No início de sua trajetória histórica no final da década de 70 e no início da década de 1980, o MST surge como uma articulação entre o movimento pastoral e o movimento sindical, tendo como objetivo principal integrar as experiências concretas de luta das principais áreas de conflitos de terra do norte, nordeste, sul e sudeste do país (Bogo, 1996, p.10). Sua base de ação estava fincada nos setores progressistas da Igreja Católica, ligados aos princípios da Teologia da Libertação e à prática organizativa das Comunidades Eclesiais de Base, como também nas oposições sindicais rurais (estas surgem nos anos de 1970 a partir de um forte trabalho ideológico desenvolvido pelos mesmos setores progressistas da Igreja Católica ligados a Comissão Pastoral da Terra – CPT). A formação política estava mesclada por uma variedade de visões e valores, incluindo os religiosos, onde o próprio sentido de organização apresentava um caráter voluntarista. A formação política das lideranças que surgiam no processo da luta pela terra era conduzida, portanto, por padres ligados à Teologia da Libertação e por assessores ligados as escolas sindicais e ao Instituto Cajamar do Partido dos Trabalhadores.

No final da década de 1980 e do início da década de 1990, com o refluxo da teologia da libertação e do movimento sindical, que começa a sentir os primeiros golpes do projeto neoliberal sobre o mundo do trabalho<sup>73</sup>, surge a necessidade do MST se responsabilizar por sua própria formação, ou seja, ter seus próprios formadores.

A partir da metade da década de 1980, a necessidade de uma separação orgânica da Igreja Católica e do movimento sindical, objetivando a construção de uma autonomia política, fez com que o MST se colocasse uma série de questões no que diz respeito ao tipo de organização e ao caráter de formação capazes de enfrentar o momento político representado pela “Nova República”. A construção da autonomia deste novo movimento social de massas passava necessariamente pela definição do caráter da Reforma Agrária. Deste modo, definido o caráter antilatifundista e anticapitalista da Reforma Agrária, o MST passa a se apresentar como um movimento político dirigido por uma teoria política. Tanto a

---

<sup>73</sup> Segundo Bogo, um outro aspecto do distanciamento do movimento sindical foi sua incompreensão das mudanças ocorridas no campo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 que provocaram o surgimento de novas relações de trabalho e de novas demandas efetivas dos trabalhadores que ultrapassavam o tipo de reivindicação e o tipo de organização desenvolvido até então. (1996, p.9)

Igreja Católica, quanto o movimento sindical e o PT assumem o papel tático e estratégico de aliança de classes.<sup>74</sup>

Definido seu caráter, o MST passou a construir um método próprio de formação, sempre fincado nos desafios impostos pela realidade concreta da luta pela terra e da luta pela Reforma Agrária em cada período histórico de sua existência social. Segundo Pizetta (mimeo, 2003, p.2), o principal desafio imposto pelo período de 1985 a 1990 foi o de combater o medo da ocupação da terra, onde a formação se caracterizava fundamentalmente por seu caráter de agitação e propaganda, tendo como base de estudo o Estatuto da Terra de 1964 e textos bíblicos, materiais que tornavam possível estimular uma compreensão de como funcionava a sociedade brasileira.

A dinâmica de luta social do MST logo lhe impõe a necessidade de avanços na formação de militantes e dirigentes capazes de desenvolver a autonomia nos diferentes Estados, assim como métodos de organização e de direção política diferentes dos tradicionais oriundos de sindicatos e partidos políticos. Dentro desta perspectiva, começam a elaborar cursos direcionados para a Coordenação Nacional e para a juventude militante, surgindo assim em 1987 a *Turma de Monitores*, com uma experiência de curso mais prolongado, possibilitando o aprofundamento de temas de caráter teórico e organizativo. É um momento de expansão do MST em várias regiões do país, resultando no surgimento de novas necessidades, como a organização da produção nos novos assentamentos e a organização de setores de atividades. Daí que em 1988, junto com outros setores de atividades, surge o Setor de Formação com a tarefa de articular os coletivos, que já realizavam na prática a tarefa de formação interna do MST, e de elaborar um programa amplo de formação capaz de atingir todos: base social, militantes e dirigentes. (id, p.3).

Convém lembrar que a questão da formação nos movimentos e organizações sociais faz parte de um longo processo de desenvolvimento na América Latina e na América

---

<sup>74</sup> A síntese destas informações foi apresentada numa palestra realizada por um integrante da Coordenação do MST, Elemar Cezimbra, no dia 14/03/2003, no Sindicato dos Engenheiros, localizado no Rio de Janeiro.

Central da chamada Educação Popular, que surge na década de 1960, tendo como um dos principais expoentes Paulo Freire. Ocorreram experiências particulares de educação popular dentro dos movimentos sociais e organizações políticas no Equador, Colômbia, Nicarágua, Guatemala e El Salvador, principalmente nas décadas de 1970 e de 1980.

Com o início da década de 1990, as necessidades da formação no MST vão mudando de caráter, visto que se opera uma mudança qualitativa do momento histórico com o início da implementação do projeto neoliberal na economia brasileira. Além de estar atento ao momento histórico a fim de compreender os processos de mudança social, econômica e política, se tem a urgência de desenvolver uma formação para a nascente organização<sup>75</sup>. Ou seja, uma formação ligada aos objetivos estratégicos da organização, como por exemplo, reforçar as mobilizações de massa e a organicidade interna com os setores urbanos, fortalecer as lideranças e o processo de conscientização política. Ou seja, implementar um conjunto de atividades no âmbito da formação e da prática política de forma a esclarecer o papel do MST no desenvolvimento da luta de classes no Brasil<sup>76</sup>. A formação da consciência dos Sem Terra começa a adquirir uma maior qualidade quando os próprios trabalhadores passam a atuar para além da luta pela terra. A construção de uma estratégia, que inclui a compreensão da conjuntura política vivenciada pelos primeiros anos de neoliberalismo, a compreensão dos enfrentamentos vividos por outros setores sociais, potencializa o sentido político de cada ação realizada.

---

<sup>75</sup> Seguimos aqui a compreensão de Lênin (1978, p.36, p.41) no que diz respeito às diferenças existentes entre movimento social de massas e organização política. Enquanto o movimento social se define por seu caráter massivo, espontâneo, de agitação, onde a luta é conduzida por um viés fundamentalmente econômico, a organização política se define por um método de trabalho consciente, fincado no conhecimento teórico e prático de *revolucionários profissionais*, na estruturação de um programa e de uma estratégia em função do fortalecimento da luta política. Ainda que preocupado com a construção de uma organização política, Lênin jamais desvalorizou o movimento de massas, ao contrário, sempre marcou a relação dialética existente entre o movimento social e a organização, já que a própria explosão dos movimentos sociais impõe novas tarefas teórica, políticas e de organização.

<sup>76</sup> Lênin vai acentuar a importância de uma educação da atividade revolucionária, no sentido de explorar os acontecimentos políticos para além do universo da luta econômica ou sindical dos trabalhadores. O método da agitação ou das *revelações vivas e precisas* tem como objetivo (...) *aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política (...)* pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não só teórico como fundamentado na experiência da vida política. (1978, p.55).

Os primeiros anos do Governo Collor foram de grande ofensiva, policial e econômica. Várias secretarias estaduais foram invadidas pela polícia federal, onde muitos militantes foram presos, e se iniciou a liberalização do comércio agrícola, com diminuição de taxas alfandegárias e um processo gradativo de importação de alimentos. A formação no MST teve, portanto, que se desenvolver em dois sentidos específicos: a autodefesa da massa nas ocupações de terra e dos militantes no trabalho político-organizativo, como também o desenvolvimento de uma concepção de cooperação agrícola capaz de (...) *formar grupos coletivos e garantir o avanço na produção através da organização do trabalho e da estruturação dos assentamentos através da criação de cooperativas.* (Pizetta, mimeo, 2003, p.4).

Mesmo em condições adversas, o MST neste período de 1990 a 1995 teve um crescimento no número de assentamentos e de ocupações de terras, enfrentando como desafio permanente a necessidade de massificar a formação, ou seja, de elaborar um método de formação massiva. Segundo Pizetta, as primeiras referências foram os Laboratórios Organizacionais de Campo assessorados pelo professor Claudomir Santos Moraes, que permitiram a participação de todas as famílias do assentamento. A partir das experiências dos laboratórios foram sendo adaptadas algumas questões de caráter metodológico e organizativo, possibilitando a implementação de uma metodologia que unificava trabalho e estudo:

*(...) O objetivo principal dos Laboratórios, mini-laboratórios e também os FIP,s (Formação Integrada a Produção) era acelerar a formação da consciência organizativa dos camponeses, superando os vícios provenientes das formas artesanais de trabalho. Por isso, era importante o processo organizativo do curso e também o tempo de duração (...) Com a realização destes cursos nas próprias áreas, descobriu-se rapidamente que o lugar social é também o lugar da solução do problema social. Os acampamentos e os assentamentos passaram a ser o espaço da reflexão e da produção de novos conteúdos. Ali era possível refletir com maior segurança e liberdade (...) Os cursos de formação se davam agora integrados com a vida e a produção (...) Foi assim que passamos a ter o problema como ponto de partida para o conteúdo do estudo (filosofia, história, economia, política) (...)* (id, p.4).

Foram a partir destas experiências concretas de formação que começa a surgir a idéia de se construir escolas nacionais do MST, que no início dos anos 90 se realiza com a experiência prática do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e da Escola Nacional, tendo como objetivo qualificar a formação técnica, política e ideológica de militantes para a atuação nas áreas de acampamento e assentamento e nos setores de atividades do MST.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) apresenta desde o início a intencionalidade de consolidar o neoliberalismo no Brasil, realizando as transformações necessárias no Estado a fim de garantir novos mecanismos de reprodução do capital financeiro, realizando assim privatizações de empresas estatais e do fundo público, flexibilizando e precarizando as relações de trabalho, subordinando a política econômica brasileira aos interesses das agências internacionais. Todo este conjunto de ações estava acompanhado de uma política ofensiva aos movimentos dos trabalhadores, desconsiderando reivindicações e destruindo direitos sociais. Um dos fatos mais significativos deste período foi a greve dos petroleiros em 1995, que expressou o primeiro confronto direto dos trabalhadores com a política neoliberal. Os Sem Terra foram ao encontro dos petroleiros levando sua bandeira como símbolo máximo de seu apoio à luta. Devido a forte propaganda ideológica do governo nos meios de comunicação, o movimento dos petroleiros perdeu o apoio da sociedade, o exército ocupou as refinarias, a greve foi julgada abusiva, com implementação de elevadas multas, o que inviabilizou em muitos casos o funcionamento dos sindicatos.

Como reação ao enfrentamento político do governo federal, que também atingia o MST com a implementação de políticas neoliberais no campo e de uma política de repressão e isolamento, surgem a partir da metade da década de 1990 as marchas pelas estradas do país. Estas marchas tinham o propósito de evitar o isolamento, sendo desenvolvidas como método de luta e de formação, já que os trabalhadores acampados e assentados durante o longo trajeto, passando por vários municípios, tinham a tarefa de propagandear sua luta e de iniciar o debate da reforma agrária na sociedade a partir de suas

*revelações vivas*<sup>77</sup>. Este processo provoca um debate interno em torno da necessidade de ampliar as alianças com outros setores como petroleiros, caminhoneiros, operários, no sentido de fortalecer a luta de outras categorias de trabalhadores e a própria luta pela terra realizada até então. Como resultado, houve o fortalecimento da luta pela reforma agrária, concebendo-a como parte orgânica da luta pelo socialismo. (Bogo, 1996, p.12).

No que diz respeito à formação, principalmente a partir de 1995, vão se consolidando uma prática de cursos de formação de formadores e de dirigentes, ou seja, de militantes com a tarefa de fazer a formação e de desenvolver a organicidade no interior dos acampamentos e assentamentos. É importante salientar que vai se constituindo nos cursos uma metodologia própria com o objetivo de fortalecer a organicidade da turma. Assim se cria uma Coordenação Política Pedagógica e Núcleos de trabalho, onde se discutem questões políticas, pedagógicas e de infra-estrutura, como também se implementam os princípios organizativos do MST. Ou seja, os cursos se constituem de forma autônoma e com uma organização própria, onde os alunos junto com a Coordenação Política Pedagógica e a Coordenação dos Núcleos passam a ter o controle do curso. Esta metodologia vai atingir todos os cursos elaborados pelo MST, seja de nível médio ou de nível superior, seja para militantes ou dirigentes.

Outro aspecto significativo deste período é o desenvolvimento de uma relação mais estreita com as Universidades, com o objetivo de criar cursos de nível superior, inicialmente na área de pedagogia, tendo como referência a proposta pedagógica elaborada pelo MST em suas escolas de acampamento e assentamento. Sendo assim, a partir do final da década de 1990 vão se abrindo várias possibilidades de cursos em parceria com as Universidades, respeitando sempre o conhecimento metodológico produzido pelo MST no

---

<sup>77</sup> Podemos citar como marcos expressivos deste processo a Marcha por Emprego, Reforma Agrária e Justiça realizada em 1997 que partiu de três colunas, norte, sul e cento-oeste e significou um grande ganho político para o MST sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, reunindo junto com outros setores da sociedade 100 mil pessoas em Brasília. Esta marcha foi estudada como um processo de fabricação social por Chaves (2000). Outra marcha significativa para compreendermos este processo pedagógico de formação da consciência dos Sem Terra foi a Marcha Popular para o Brasil realizada em 1999, organizada pelo MST e pelo Movimento Consulta Popular, onde 1000 trabalhadores marcharam três meses percorrendo o trajeto do centro do Rio de Janeiro até Brasília, onde em cada município desenvolviam atividades de propaganda e formação.

que diz respeito ao caráter organizativo e massivo da formação e ao caráter orgânico do conhecimento com a realidade que se deseja modificar.

Com a entrada do século XXI e os desafios postos pela ofensiva do projeto neoliberal na economia brasileira, intensificada nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o MST se coloca como tarefa principal o conhecimento da realidade brasileira e a formação de quadros capazes de intervir na conjuntura a partir da elaboração de uma teoria fincada em sua prática político-organizativa. Daí a resignificação histórica da Escola Nacional do MST que passa a ser identificada como Escola Nacional Florestan Fernandes, tendo como uma das maiores expressões do período os Cursos de Realidade Brasileira, uma parceria conjunta do MST e de outros movimentos sociais com as Universidades Públicas.

O objetivo do Curso Realidade Brasileira é desenvolver um estudo aprofundado do pensamento social brasileiro a partir das experiências de lutas concretas e da elaboração teórica de grandes pensadores como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Camara Cascudo, etc. O primeiro Curso Realidade Brasileira foi realizado em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (2001-2003), identificado como um curso de extensão universitária, sendo reproduzido em cinco turmas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte e em diversos estados (SP, ES, RJ, PR, SC, PB), em parceria com outras universidades públicas.<sup>78</sup> A experiência dos Cursos de Realidade Brasileira possibilitou a realização de cursos na área da história, da teoria social, da agronomia e dos estudos latinoamericanos, variando seu caráter de extensão universitária, graduação e pós-graduação, de acordo com as necessidades do MST e as condições oferecidas pelas estruturas das Universidades.

---

<sup>78</sup> No caso da Região Sudeste o Curso Realidade Brasileira está sendo realizado em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia com uma turma de 80 militantes, iniciado em fevereiro de 2003. No Rio de Janeiro, o Curso Realidade Brasileira está sendo realizado em parceria com a Universidade Federal Fluminense com uma turma de 80 militantes, iniciado em julho de 2003. São distintas as formas de periodização destas duas experiências que refletem o próprio perfil da turma. No curso regional realizado em Uberlândia os períodos de aulas acontecem durante as férias das universidades, geralmente fevereiro e julho. Já no curso realizado no Rio de Janeiro as aulas acontecem um final de semana por mês, cobrindo o período de dois anos.

A realização destes cursos é um dos exemplos de como o MST prioriza o caráter massivo da formação, tendo em vista que num período de dois anos serão formados no mínimo 800 militantes sociais com capacidade de identificar as principais matrizes do pensamento social brasileiro.

Esta preocupação com a formação de dirigentes e de quadros políticos não elimina a elaboração qualificada da formação de base e de militantes, ao contrário, o processo de formação é sempre concebido a partir de um conjunto de relações orgânicas que formam o MST. Desta forma, no mesmo período (2000-2001) se elabora o Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base, com o objetivo de avançar na multiplicação de militantes e de fortalecer a organicidade e a formação ética e política da base social, que em quase uma década de luta e de resistência não obteve praticamente nenhuma conquista a nível econômico, tendo inclusive que se defender de uma política de criminalização da luta pela reforma agrária.<sup>79</sup>

A formação política no MST é pautada por problemas concretos que vão surgindo ao longo de sua trajetória histórica, como exemplo podemos citar as questões sobre o processo de territorialização em diferentes regiões do país, as questões sobre o processo de produção apresentadas pela revolução verde e a biotecnologia, o processo de criminalização desencadeado pelo governo, ou mesmo, questões que dizem respeito ao processo de elaboração de propostas para a área de educação, saúde, cultura, gênero, meio ambiente, meio urbano, etc.

Com a ampliação de suas preocupações e de sua inserção política, principalmente a partir de meados da década de 1990, a formação no MST assume um caráter amplo de

---

<sup>79</sup> No segundo governo de FHC (1998-2002) foi desencadeada uma grande ofensiva ao MST que pode ser identificada através dos seguintes fatores: extinção do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), fim da cooperativa de técnicos (LUMIAR) que prestava assistência técnica nas Áreas de Reforma Agrária, desenvolvimento de uma política diplomática no exterior com o objetivo de cancelar os projetos de entidades e ONG's com o MST, desenvolvimento de uma propaganda massiva na televisão com respeito a violência e a corrupção praticada pelo MST, parceria do governo com o Banco Mundial para impulsionar a chamada Reforma Agrária de Mercado com a consolidação do Banco da Terra, criação de um setor da polícia federal dentro do INCRA com o objetivo de criminalizar o MST, criação de medidas provisórias postergando a vistoria da terra ocupada por 2 anos, etc.

formar militantes e quadros que possam compreender os elementos estratégicos da luta de classe no Brasil e no mundo, superando a luta pela terra e a luta pela reforma agrária e apontando para uma luta contra o capital. Nesse sentido, o MST começa a projetar a discussão e elaboração de um projeto anti-imperialista e socialista que atinja a sociedade brasileira e latinoamericana. Daí a contribuição na formação de organismos internacionais como a Coordenação Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina.<sup>80</sup>

Portanto, como resultado deste processo histórico surge a necessidade de construção de um amplo complexo de formação de dirigentes e de quadros políticos não só para o MST, mas para todo o conjunto da sociedade brasileira e latinoamericana que se encontra na luta social e política. A construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes no Estado de São Paulo visa aprofundar o processo de formação de um camponês de novo tipo, inserido num projeto estratégico alternativo, objetivando ampliar o debate político na esquerda brasileira e latinoamericana, assim como ampliar a força material deste projeto a partir de novos acúmulos de territórios e da construção de uma nova hegemonia.

#### 4.1.2. Os Princípios da Organização

Para além das linhas políticas da formação, construídas como resposta à conjuntura histórica, necessitamos compreender que a formação no MST se desenvolve organicamente junto com os métodos de organização. Primeiramente através da integração de três condições: ser massiva, permanente e completa, buscando sempre (...) *a articulação de três*

---

<sup>80</sup> A Via Campesina surge em 1992 como uma articulação de várias organizações camponesas, tendo como eixos centrais de luta: a soberania alimentar, a reforma agrária, crédito e dívida externa, biotecnologia, gênero, desenvolvimento rural, dentre outros. Atualmente conta com a participação de mais de 100 organizações distribuídas em 40 países de todos os continentes. Via Campesina. SP: Via Campesina – Brasil, 2002.

*elementos pedagógicos: estudo, trabalho produtivo e trabalho de base.(...)* (MST, 2001, p.109-110)<sup>81</sup>.

Ser massiva significa agrupar muitas pessoas (acampados, assentados, militantes e dirigentes, mulheres, jovens, crianças e idosos), dentro dos diferentes processos de formação da consciência social e política, com o objetivo de multiplicar militantes. Ser permanente é entender todos os momentos da organização como momentos de formação (assembléias, reuniões, marchas, encontros, ocupações de terras e de prédios públicos, etc.). Ser completa significa atingir todas as esferas da vida (social, política, produtiva, afetiva, religiosa, ética, etc.) dando uma qualidade particular ao militante:

*(...) [devemos] não apenas nos preocupar com a teoria, mas com todos os aspectos da organização, seja disciplina, trabalho produtivo, companheirismo, etc, com a vida e o crescimento do militante, individualmente. Nosso movimento necessita de militantes que tenham condições de enfrentar e resolver os diversos desafios que a realidade atual nos impõe. Por isso, é preciso empenharmo-nos para formar e capacitar dentro dos princípios organizativos e revolucionários que vão formando um militante de “novo tipo”. (...)* (id.)

Portanto, são os métodos de organização que dão densidade à formação, não somente em termos de militantes qualificados do ponto de vista teórico e prático, mas principalmente pela construção de uma ética do humano. Para o MST, formação política e organicidade são indissociáveis. O militante que se forma no dia a dia das tarefas da organização tem o papel de qualificar a própria luta em seus diversos aspectos, desde o momento das mobilizações massivas até o momento de uma análise de conjuntura política, de uma intervenção técnica mais pontual no local em que desenvolve o seu trabalho político-organizativo ou mesmo de um conselho amigo em um dia de festa. Neste sentido, a formação permanente deve ser pensada como um processo de caráter duplo: a formação das pessoas e da própria organização.

---

<sup>81</sup> A partir do ano de 2003 novos eixos pedagógicos passaram a ser discutidos dentro da metodologia de formação do MST, incluindo o eixo *relações humanas, valores e participação da mulher* e o eixo *mobilização de massa*, mantendo os eixos *trabalho* (educativo, produtivo e de base), *estudo científico e pesquisa, história e cultura*.

A construção da estrutura organizativa do MST se deu de acordo com as necessidades que foram aparecendo no processo de luta e de organização dos sem-terra, ou seja, do processo de luta foram se consolidando os princípios e as instâncias. Segundo Fernandes (2000, p.171), a estrutura organizativa do MST pode ser compreendida como *forma em movimento*, modificando-se conforme as transformações da própria realidade do movimento social. A formação das instâncias do MST foi fruto do processo de construção do MST enquanto uma organização social dentro do movimento de massas, situação complexa que vai se delineando a partir do final da década de 80<sup>82</sup>. Bogo (1999, p.131) explicita a necessidade da organicidade, da integração orgânica entre as diversas atividades que ocorrem no interior do movimento de massas:

*(...)É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social, que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação.(...).*

Desta forma, a estrutura organizativa surge com o objetivo de diminuir a espontaneidade do movimento social, criando condições para que as massas (o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem-terra) se mantenham aglutinadas mesmo após os momentos das grandes mobilizações.<sup>83</sup> A organização dos trabalhadores em instâncias

---

<sup>82</sup> Ainda que esta combinação entre movimento de massas e organização política caracterize uma das principais particularidades do MST, o que constitui em muitos casos a força de sua referência nos movimentos latinoamericanos, tal combinação não é algo extraordinariamente novo na história. Lênin (1978, p.85-86) já apontava em 1902 a necessidade do movimento de massa [apresentar] *não apenas reivindicações concretas, mas (...) um número cada vez maior de revolucionários profissionais. (...) a massa, que desperta espontaneamente para a ação fará surgir igualmente do seu seio um número cada vez maior de revolucionários de profissão.*

<sup>83</sup> Este tema da espontaneidade e do método consciente possui uma complexidade para além do que imaginamos quando se trata de manter a dialética entre movimento de massas e organização política. Podemos aqui fazer uma relação com o pensamento de Lênin e de Gramsci. Lênin (1978) em uma longa discussão no *Que Fazer?*, apesar de afirmar que o (...) *elemento espontâneo é a forma embrionária do consciente(...)* (id., p.24), desenvolve um forte argumento mostrando como o culto da espontaneidade está impregnado de ideologia burguesa, influenciando no desenvolvimento de um método artesanal de trabalho, na negação da elaboração teórica e na subordinação da luta política à luta econômica, resultando no (...) *aniquilamento da consciência pela espontaneidade.* (ibid.,p.29). Segundo Gramsci (1999, p.309-312), a espontaneidade é característica da história das classes subalternas, onde mesmo que haja alguns elementos de direção consciente dentro do movimento estes não ultrapassam a condição de senso comum ou de ciência

permite um trabalho sistemático quanto à formação, no sentido de superar a dimensão imediata da luta pela terra e de avançar para um processo de humanização e politização que permita refletir a respeito dos problemas atuais, da experiência histórica e do projeto político da organização social que estão construindo. No entanto, não é apenas através de uma racionalidade política que esta unidade se mantém, outros elementos são fundamentais, como (...) *os símbolos, as festas em datas comemorativas, o respeito à cultura, e todos os costumes, a solidariedade, a participação, as informações, etc.*(...). (id., p. 151).

As instâncias se definem da seguinte forma: Congresso nacional, Encontro nacional, Coordenação nacional, Direção nacional, Encontros estaduais, Coordenações estaduais, Direções estaduais, Coordenações regionais, Direções regionais, Coordenações de acampamentos e assentamentos, Grupos de base ou Núcleos de famílias.<sup>84</sup> A unidade de cada uma destas instâncias não está posta numa representatividade eletiva, mas através das decisões coletivas e da realização de ações concretas. A unidade das instâncias como um todo foi se fortalecendo ao longo da década de 90 através da participação permanente dos setores<sup>85</sup>, coletivos e núcleos de famílias, de modo a cultivar a democracia interna na implementação das linhas políticas e dos princípios organizativos.

Portanto, a organicidade tem o papel de manter a unidade nacional do movimento de massas, atingindo não só as instâncias, mas principalmente as pessoas simples que

---

popular, não atingindo assim a consciência de classe para si. No entanto, Gramsci alerta para duas coisas: primeiro a necessidade de educar os movimentos para uma mentalidade moderna, distinguindo os elementos ideológicos e os elementos da ação prática, principalmente quando compreendem a espontaneidade como método e objetivo do devir histórico. Segundo, este elemento da espontaneidade não deve ser eliminado de todo e sim combinado com elementos de direção consciente e de disciplina através de uma prática educadora sistemática. De acordo com Gramsci, espontaneidade e direção consciente não podem estar em oposição, pois existe entre os dois diferenças de quantidade e não de qualidade. Por fim, sobre a prática política dos movimentos sociais, afirma Gramsci: (...) *la realidad abunda en combinaciones de lo más raro, y es el teórico el que debe identificar en esas rarezas la confirmación de su teoría, "traduzir" al lenguaje teórico los elementos da vida histórica, y no al revés, exigir que la realidad se presente según el esquema abstracto.*(...).

<sup>84</sup> Para um melhor detalhamento das funções destas instâncias ver: Fernandes, 2000, p. 184-185.

<sup>85</sup> Os setores de atividades vão aparecendo conforme a compreensão de que a luta pela terra inclui também o direito à educação, à saúde, à cultura, etc. Atualmente o MST apresenta as seguintes formas de organização das atividades: secretarias nacionais, secretarias estaduais, setor de frente de massa, setor de formação, setor de educação, sistema cooperativista de assentados, setor de produção e meio ambiente, setor de comunicação, setor de finanças, setor de projetos, setor de direitos humanos, setor de relações internacionais, setor de saúde, coletivo de cultura, coletivo de gênero, articulação dos pesquisadores. Fernandes (2000, p.172 e p.246-247).

integram o MST e que até então tinham sua condição social negada na sociedade, sem direito à participação, sem direito à fala autêntica<sup>86</sup>. Sejam idosos, jovens, crianças, todos têm a mesma oportunidade da fala e por isso,

*(...)se sentem em condições de dizer o que pensam(...) O mistério da força e do crescimento do MST está justamente nas pequenas coisas que as velhas estruturas nunca valorizaram(...) [as virtudes do MST] são apenas a expressão da dedicação que cada sem-terra tem ao fazer as pequenas coisas acontecerem.(...). (ibid., p.152).*

Os princípios organizativos das instâncias do MST aparecem em 1989 no momento em que são sistematizadas as normas gerais do MST. É evidente que estes princípios são resultado da práxis política desenvolvida desde o momento de sua fundação em 1984. Ou seja, os princípios organizativos são resultado da própria atuação das instâncias que foram se desenvolvendo. Portanto, não podemos pensá-los separadamente e sim numa interação permanente com o *movimento* da totalidade concreta, expressa na dialética existente entre movimento social de massas e organização política. Gostaríamos de ressaltar que todos os princípios organizativos são princípios sociológicos e políticos e constituem a metodologia específica de formação (humana e política) do MST, visto que quando praticados se consolidam como exemplo a ser seguido, interferindo nos diferentes processos de formação da consciência social e política dos militantes e dos trabalhadores acampados e assentados.<sup>87</sup>

O princípio da *direção coletiva* configura uma nova relação de poder, onde se nega a constituição de uma representatividade burocratizada. Os setores, os coletivos e as próprias direções regionais e estaduais devem encarnar este princípio como forma de desenvolver a prática participativa, onde o poder de decisão não está centralizado em

---

<sup>86</sup> Aqui recordamos Paulo Freire quando nos alerta sobre nossa formação histórica: (...) *o Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas. Doente. Sem fala autêntica.* (Freire, 1996, p.74).

<sup>87</sup> No capítulo seguinte vamos mostrar a dimensão educativa dos princípios organizativos do MST a partir da particularidade do processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

poucas pessoas, ao contrário, o poder de decisão é responsabilidade da maioria. (MST, 1989, p.17).

O princípio da *divisão de tarefas* tem como objetivo estimular a participação, de forma a integrar todos os membros das instâncias através de tarefas específicas. Este princípio é fundamental para a constituição da organicidade interna, visto que além de ser um importante instrumento para a formação de militantes, está vinculado de forma permanente aos demais princípios. A complexidade do princípio da *divisão de tarefas* posta na sua condição estratégica para o funcionamento das instâncias como um todo e que diz respeito às mudanças nos métodos do trabalho político-organizativo, aponta para a seguinte questão: é possível estimular a compreensão da unidade do trabalho material e intelectual no fazer do trabalho político-organizativo? Ou pensando desde a categoria da práxis, que vamos aprofundar mais adiante: ao fazermos, ao realizarmos uma tarefa já estamos elaborando teoricamente? Queremos esclarecer que não temos a pretensão de responder tal questão, apenas nos deteremos um pouco mais neste princípio com o intuito de compreender seu papel na formação de militantes do MST.

A tarefa dentro da organização assume uma dimensão individual e coletiva. Coletiva porque compõe um conjunto de atividades de responsabilidade de um setor, coletivo ou instância que está articulado a outras instâncias da organização. Individual porque o militante que recebeu a tarefa terá que apresentar um resultado concreto. Diferente do que ocorre com a divisão do trabalho no regime de assalariamento, onde o tempo do trabalho se define por um número determinado de horas, na *divisão de tarefas*, o que vale é o resultado obtido independente do tempo utilizado. É claro que existem prazos para a avaliação das facilidades e dificuldades encontradas na realização ou não da tarefa. A avaliação assume também um caráter de acompanhamento do militante, conhecendo assim suas habilidades, e identificando as atividades que correspondem mais diretamente ao seu perfil. Segundo Pizetta (2000, p.59), a tarefa possui dois elementos básicos:

*(...)As ações concretas (ato de agir, de intervir, de transformar) que se desenvolvem para cumprir a tarefa(...)[e] o resultado obtido pela execução das ações. Por isso, a avaliação*

*é extremamente importante e necessária para medir o resultado das ações e, reordená-las se necessário for (...).*

O princípio de *divisão de tarefas* fortalece o princípio da direção coletiva, visto que quando as tarefas são divididas, são divididos também as responsabilidades e o poder. Desta forma, se evita ao máximo a centralização do trabalho e do poder como também se criam impedimentos para a prática do personalismo na organização.<sup>88</sup> Somente com a distribuição das tarefas é que o militante poderá se formar, se preparando continuamente para realizar as ações, como também para avaliá-las e ser avaliado coletivamente. Este é um rico processo de aprendizagem, permeado de acertos e erros que impulsionam o tempo todo a reflexão sobre a prática. Mais uma vez ressaltando a dimensão humana deste processo de formação, a divisão de tarefas contribui para o desenvolvimento do respeito e da confiança entre os militantes. De acordo com Pizetta (id., p.62), somente com o desenvolvimento de uma práxis o militante pode aprimorar seus conhecimentos e habilidades, assim como desenvolver suas potencialidades, qualificando e solidificando a própria organização com os resultados concretos do seu trabalho político-organizativo.

O princípio do *profissionalismo* atrela-se diretamente ao que foi exposto acima, as tarefas devem ser assumidas com a responsabilidade de um profissional.<sup>89</sup> O militante deve se tornar um especialista, um profissional, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas. Existe também uma intencionalidade de formar o militante polivalente, ou seja, o militante capaz de atuar em qualquer setor de atividades do MST, conhecendo assim o todo da organização, sem cair na prática do setorismo. (MST, 1989, p.17-18).

O princípio do *planejamento* é a base para a eliminação das ações espontâneas, consolida os métodos de trabalho, qualifica a intervenção na realidade e fortalece a estrutura orgânica do MST. (Bogo, 2000, p.38) As instâncias devem fundamentar seus

---

<sup>88</sup> Vale a pena ressaltar que o conhecimento dos princípios não elimina as contradições, principalmente quando se trata de romper com o personalismo e com as estruturas de poder que fazem parte da cultura política brasileira.

<sup>89</sup> Este princípio nos remete à concepção de Lênin do (...) *profissional da ação revolucionária* (...) onde deve desaparecer por completo toda a distinção entre operários e intelectuais, e ainda com maiores razões entre as diversas profissões de uns e de outros. (...). (1978, p.87).

métodos de trabalho no planejamento, de forma a criar condições concretas para a realização da ação prevista. O planejamento permite que o militante desenvolva coletivamente uma análise da realidade ou do problema a ser superado, participando da definição do caráter e dos objetivos da ação, como também dos processos de divisão de tarefas e de avaliação. (id, p.43-45).

O princípio do *estudo* é estimulado em todas as esferas da organização: base, militância e direção. A herança de uma escolarização negada marca a pouca relação do militante com o estudo. O princípio do estudo é desenvolvido nas reuniões dos setores e das instâncias, nas mobilizações massivas e principalmente nos cursos de formação.<sup>90</sup> O militante deve acumular conhecimento para discernir os problemas atuais da realidade social brasileira, por isso deve desenvolver o hábito da leitura, recebendo sempre indicações de livros com orientações de perguntas de modo a forçar o exercício da reflexão teórica. O MST desenvolveu um senso comum expresso na idéia de que *todo militante, todo dirigente deve ser um formador*. A questão do estudo é primordial para o reconhecimento dos dirigentes, sendo uma qualidade que marca a atuação política e organizativa, havendo inclusive um juízo de valor muito difundido expresso na frase: *dirigente que não estuda não deve estar na direção do MST*. (MST, 1989, 2001).

O princípio da *vinculação com as massas* garante a vitalidade da força histórica do MST. Os militantes no convívio direto com as famílias acampadas e assentadas devem apreender suas aspirações e seus anseios. A partir de sua experiência cotidiana deve apresentar e encaminhar propostas que condizem com as linhas políticas da organização e com a necessidade dos trabalhadores rurais sem-terra. Tal princípio permite o desenvolvimento de instâncias mais orgânicas a base social, como também o desenvolvimento de fato de uma democracia interna, de uma democracia de massas. (MST, 1989, p.10).

---

<sup>90</sup> Cumpre lembrar que há um processo de escolarização que ocorre em todas as instâncias, indo da alfabetização ao nível superior. O Setor Nacional de Educação do MST está organizado nas seguintes *Frentes de Trabalho*: Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Formação de Formadores. De acordo com as necessidades foram sendo criados escolas e cursos normais, vinculados a municípios, estados ou universidades. Existem 1.200 escolas de ensino fundamental em que 3.800 educadores lecionam para cerca de 150 mil alunos. Para a educação dos 25 mil jovens e adultos lecionam 1200 educadores. *Jornal Assentamentos do MST*, CONCRAB: ago, 2000, p.4.

O princípio da *crítica e auto-crítica* é um elemento fundamental para a avaliação das instâncias da organização como um todo e do indivíduo em particular. Este princípio tem o objetivo de fortalecer o trabalho político-organizativo, de forma a corrigir os erros e encaminhar soluções. (id.) Neste processo a organização cresce politicamente e socialmente, tendo em vista a necessidade de uma maturidade do coletivo e do indivíduo para fazer e aceitar a crítica de modo a reformular a própria prática organizativa. (MST, 2001, p.121). Este princípio possibilita também o desenvolvimento de novas bases da relação humana no sentido de não utilizar este momento como instrumento para a desqualificação do outro, próprio das disputas internas que se consolidam como prática política dentro das organizações, atitude visível na vida cotidiana de partidos, sindicatos, etc.

O princípio da *disciplina* está baseado no respeito às decisões do coletivo, quanto aos horários determinados, às tarefas designadas, e principalmente quanto aos valores e aos objetivos políticos da organização. (MST, 1989, p.10, 2001, p.216). A disciplina no MST possui um sentido alargado que envolve a ética e o projeto da organização. Manter a disciplina interna significa garantir a realização dos objetivos políticos da organização, não se restringindo, portanto apenas à dimensão cotidiana (horários, comportamentos, etc). Significa também garantir a prática dos valores que fundamentam a construção de uma ética da organização (solidariedade, companheirismo, respeito, amor, etc).

Segundo o MST, somente a disciplina praticada pelos militantes e dirigentes pode garantir a unidade da organização, visto que garante a segurança das ações, a defesa do patrimônio físico e humano da organização e o próprio enfretamento na luta de classes. (MST, 2001, p.220-223). No entanto, a disciplina não pode ser algo que venha de fora como uma obrigação ou uma submissão, ao contrário, deve estar baseada no respeito e na responsabilidade do militante frente à organização social a que pertence<sup>91</sup>. A disciplina deve partir de dentro do militante ao compreender que esta deve ser:

---

<sup>91</sup> Aqui podemos incluir a compreensão de Gramsci (1999, p.23) quando se refere a relação entre disciplina e liberdade: (...) *Adherirse a un movimiento quiere decir asumir parte de la responsabilidad de los*

*(...) um método de trabalho que represente a efetiva contribuição para o alcance dos objetivos pessoais de transformação da sociedade; (...) resultado da adesão voluntária e consciente do militante, que busca na sua prática o alcance de seus ideais revolucionários. (id., p.201)*

Por fim, a *Mística* se realiza como um princípio de fundamental importância para a unidade da organização e do conjunto das ações desenvolvidas pelo MST (1998 a). Sua origem vem da influência da Igreja Católica no princípio da década de 1980 e da exigência da utilização de uma forte simbologia para o trabalho social com o povo: *(...) A mística em sua essência não é teórica, se compõe de atitudes e manifestações simbólicas (...) Onde existir homens, existirá a mística. (Bogo, mimeo, 1997, p. 7)*

Segundo Bogo, a mística deve ser compreendida dentro de um projeto revolucionário, sendo atitudes e manifestações vinculadas a um projeto de transformação social, política e econômica. Assim, a mística faz parte de todas as relações humanas inseridas dentro do projeto político da organização. Sem ser racional alcança o campo da sensibilidade, da consciência de um dever por parte do indivíduo, que por escolha própria estabelece uma relação de transformação do seu próprio eu com o meio em que vive, determinando assim sua função dentro do projeto revolucionário. (id.).

Assim sendo, os princípios organizativos, quando implementados na ação, constituem-se em mediações que compõem à totalidade social do MST. Possuem, em seu conjunto, um caráter complexo, que pode ser expresso através de dois aspectos. Primeiro representam o acúmulo histórico das organizações sociais no Brasil e das organizações socialistas no mundo. Segundo, apresentam uma forte dimensão dialética, se adequando às contradições da realidade, de acordo com suas diferenças de ritmo e de qualidade. Uma questão a ser pensada é justamente a dialética existente entre princípios e método de trabalho. Existem situações concretas onde os métodos de trabalho não correspondem aos princípios? Que situações permitem contradições deste tipo? No entanto, o que vale a pena ressaltar é a intencionalidade pedagógica dos princípios de projetar a mudança da realidade

---

*acontecimientos mismos. Un joven que se inscribe en el movimiento socialista realiza un acto de independencia y liberación. Disciplinarse es hacerse independiente y libre (...).*

concreta, da organização do trabalho político-organizativo, do comportamento e da ética dos militantes no sentido de materializar um processo de ruptura com as relações sociais fundadas na centralidade do capital.

#### 4.1.3. Formação e Práxis Organizativa

O sentido mais forte e concreto da palavra formação no MST se materializa no íntimo da condição de movimento social: o formar-se na ação. No entanto, a potencialidade da ação concreta no processo formativo não elimina a teoria, entendida como estudo da realidade, como capacidade crítica de interferir de forma consciente na realidade e transformá-la, apreendida, portanto como filosofia da práxis. Deste modo, a práxis organizativa é o elemento central da formação no MST.

Gostaríamos neste momento de aprofundar o conceito de práxis a fim de compreender as complexidades da práxis organizativa, relacionando-as com a elaboração do MST até agora explicitada e com nosso objeto de tese, que é compreender a dialética do trabalho no MST, a partir da experiência de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Seguimos a compreensão da práxis de acordo com os trabalhos dos pensadores Sanchez Vazquez (2003), Freire (2002), Gramsci (1999), Kosik (1995) e Konder (1992), ou seja, como o principal conceito da filosofia moderna, qualificado a partir da elaboração de Marx (1984), sendo entendido basicamente como atividade prática humana que mantém uma relação orgânica com a teoria, como ação consciente transformadora da natureza, do homem e da sociedade. No entanto, não podemos desconsiderar que o conceito marxista de práxis faz parte de um processo histórico de construção da própria filosofia moderna, tendo seu lugar tanto no idealismo alemão quanto no materialismo tradicional. Importa aqui salientar que a práxis enquanto conceito nos permite alcançar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do homem como ser social, ou seja, como nos diz Vazquez, à luz da práxis podemos compreender as questões humanas a partir de:

*(...)un ponto de vista antropológico – puesto que el hombre es lo que es en y por la praxis, histórico - puesto que la historia es, en definitiva, historia de la praxis humana, sino también gnoseológico – como fundamento y fin del conocimiento, y criterio de la verdad, y ontológico – ya que el problema de las relaciones entre hombre y la naturaleza, o entre el pensamiento y el ser, no pueden resolverse al margen de la practica. (2003, p.57).*

O primeiro problema que se coloca é definir que práxis necessitamos nos fixar, visto que há diversos níveis de práxis, assim como diversos tipos de relacionamentos entre elas.<sup>92</sup> Sem cair no risco de eliminar tal complexidade, buscaremos a compreensão da chamada práxis criadora, visto que estamos tentando a apreensão da práxis organizativa do MST, que possui como um de seus objetivos principais a transformação social. Deste modo, o entendimento do que seja a práxis criadora passa pela compreensão da intervenção da consciência e da prática humana sobre a necessidade histórica da emancipação do homem como ser social, da produção de uma realidade não existente. Assim, se coloca como condição fundamental da práxis criadora o enraizamento na situação social, nos problemas concretos a serem superados em função de tal objetivo. Segundo Vazquez (2003, p.323), a particularidade da práxis criadora está fincada em tres elementos: (...) *unidad indisoluble en el proceso práctico de lo subjetivo y lo objetivo (...) imprevisibilidad del proceso y del resultado (...) unicidad e irrepetibilidad del producto*. Portanto, a práxis criadora não existe por si mesma, se constitui como um processo histórico, já que se consolida a partir do próprio movimento da realidade social que se deseja transformar, se colocando frente a novas necessidades.<sup>93</sup>

Entendido este caráter processual, nos interessa aprofundar como o conceito de práxis foi se construindo a partir da obra de Marx e de Lênin, apontando que em ambos este conceito não se encontrava definido e encerrado numa concepção fixa. O conceito de

---

<sup>92</sup> Vazquez (2003) aponta, por exemplo, uma complexidade de relações existentes entre a práxis criadora e a práxis reiterativa, entre a práxis espontânea e a práxis reflexiva, entre a práxis intencional e a práxis inintencional, etc.

<sup>93</sup> Gramsci (1999, p.276) acentua este caráter processual da práxis criadora, através de sua compreensão do que seria a unidade dos elementos constitutivos do marxismo, marcada pelo (...) *desarrollo dialectico de las contradicciones entre el hombre y la materia (naturaleza - fuerzas materiales de producción)(...)*.

práxis em Marx e em Lênin se apresenta como algo movente e inconcluso, em função da própria prática política e organizativa que os desafiou na elaboração de uma teoria revolucionária.

Segundo Konder (1992, p.103), Marx inicia a elaboração do conceito de práxis nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, vinculando a práxis à atividade produtiva do trabalho como auto-criação do homem. No entanto, será apenas em 1845-46 na elaboração das *Teses sobre Feuerbach* que o conceito de práxis será aprofundado, criando diferenças em relação ao conceito da filosofia antiga, que se expressava no conjunto de conceitos de *poiésis* (fabricação), *práxis* (atividade política e ética) e *theoria* (contemplação). Konder (id, p.115) nos apresenta a síntese resultante das *Teses sobre Feuerbach* no que se refere ao conceito de práxis: (...) *a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática(...)*.

Diferentemente de Konder, Vazquez mostra que Marx inicia sua construção do conceito de práxis já no texto *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* de 1843, principalmente nos momentos em que polemiza com os jovens hegelianos, sendo expresso através das seguintes colocações:

*(...)El arma de la crítica no puede sustituir a la crítica de las armas(...)la teoría se convierte en poder material tan pronto como se apodera de las masas(...)cuando se hace radical (...) En un pueblo, la teoría solo se realiza en la medida en que es la realización de sus necesidades.* ( Marx apud Vazquez, 2003, p. 137).

Esta compreensão de que o surgimento da teoria se encontra determinado por uma necessidade radical, que implica um conhecimento da realidade, ou que a própria teoria é expressão de uma necessidade concreta, nos possibilita compreender o processo de construção da teoria e do método de organização elaborados pelo MST. Ou seja, a própria

configuração de seus princípios e de suas instâncias, como já foi abordado anteriormente, surge como resposta as necessidades concretas dos trabalhadores rurais sem terra, e é nesta direção que estes começam a sair da esfera de um movimento social que luta pela terra, inserindo-se na luta por outras necessidades como educação, saúde e etc, como também envolvendo-se na construção de uma organização de maior permanência histórica e de uma teoria política.

Regressando à elaboração de Marx no que diz respeito ao conceito de práxis, está clara a insipiência deste conceito no texto de 1843, visto que a práxis não pode ter um fundamento apenas na necessidade concreta e na crítica radical, daí o motivo de Konder localizar sua construção mais efetiva nos *Manuscritos Econômico – Filosóficos* de 1844. De fato, neste texto estão as bases da elaboração do conceito e da fundamentação de uma filosofia da práxis, visto que define o trabalho como atividade humana produtiva, como produção<sup>94</sup> do homem, ou seja, como práxis originária. Este avanço teórico permite a Marx criar as bases da compreensão histórica do trabalho alienado, que desenvolverá em *O Capital* em 1867, assim como criar as bases para a compreensão da própria dialética do trabalho e do valor.

Vazquez, a partir da elaboração de Marx, apresenta a dialética do trabalho:

*(...) el hombre se halla en un proceso de producción de sí mismo, es decir, de humanización, dentro de cual puede hallarse en niveles humanos tan ínfimos como el hombre enajenado, o coisificado. (...) El trabajo niega el hombre, y, a la vez, lo afirma.* (2003, p. 147).

A visualização desta dialética nos possibilita compreender justamente a dialética do trabalho no MST, particularmente no que diz respeito ao tipo de homem que é produzido pelo trabalho político-organizativo e pelo trabalho voluntário, desenvolvido dentro da Escola Nacional Florestan Fernandes, incluindo a compreensão de suas contradições desde

---

<sup>94</sup> É fundamental entender que o conceito de produção em Marx ultrapassa o sentido econômico, estando fincado numa raiz filosófica, enquanto produção do homem como ser social e enquanto produção de suas próprias necessidades. Deste modo, a produção assume já nos Manuscritos de 1844 um caráter social, sendo uma referência central em todo o pensamento de Marx elaborado nos anos 50 e 60.

a prática do trabalho alienado que marca toda a história de vida dos trabalhadores sem-terra.

Não há dúvida que nas *Teses sobre Feuerbach* Marx conjuga suas descobertas anteriores e aprofunda a dimensão objetiva e subjetiva da práxis. A práxis é elevada a condição de fundamento de toda a relação humana, produzindo uma unidade da relação subjetividade e objetividade no plano efetivo do trabalho (explícito nos *Manuscritos*) e do conhecimento (explícito nas *Teses I, III, V*). Depois de muitos erros históricos praticados principalmente por movimentos e organizações políticas que se colocavam a tarefa de transformar a sociedade, Vazquez nos alerta sobre o modo de conceber a prática como critério do conhecimento e da verdade:

*(...) La práctica no habla por sí misma, y los hechos prácticos – como todo hecho – tienen que ser analizados, interpretados, ya que no revelan su sentido a la observación directa e inmediata, o a una aprehensión intuitiva. El criterio de la verdad está en la práctica, pero sólo se descubre en una relación propiamente teórica con la práctica misma (...).* (2003, p.174).

Por fim, podemos dizer que a Tesis XI possibilita ter uma visão do que pretende realmente uma práxis criadora, uma práxis revolucionária. Neste momento, Marx efetiva a ruptura com a filosofia idealista e materialista, visto que a filosofia passa a ser concebida como crítica às teorias conservadoras e como teoria da práxis que objetiva transformar o mundo, transformando assim a própria função da filosofia.

Deste modo, podemos compreender a filosofia da práxis como uma teoria fundada na história enquanto processo e na compreensão das potencialidades, limites e contradições da atividade prática humana, sendo concebida não apenas como uma ideologia ou utopia, e sim como ciência que analisa as condições históricas concretas para a realização de um conjunto de ações de caráter revolucionário. Neste sentido, sendo objeto de tal filosofia, a práxis humana não deve ser coisificada como de fato ocorreu em vários momentos do século XX, seja por uma visão ingênua, positivista, pragmatista ou mesmo academicista do

marxismo<sup>95</sup>. A teoria da práxis deve estar aberta ao devir histórico com todas as conseqüências possíveis que isto acarreta, sem perder a condição de consciência crítica, de consciência filosófica da prática humana que deseja transformar os homens e o mundo que criaram, sendo portanto um *guia da ação*.

Também em Lênin, o conceito de práxis se constitui como um processo em busca da unidade entre a teoria e a prática. Sendo desafiado pela realidade russa do final do século XIX e início do século XX, Lênin tenta unir organicamente sua elaboração teórica com a consolidação de uma prática política-organizativa, tentativa reiterada mais adiante com a construção do partido.<sup>96</sup> Como explicita várias vezes em suas obra *Que Fazer* (1978), é fundamental a existência de uma dialética entre as experiências concretas do movimento social de massas e a elaboração teórica, para que se possa criar as condições de mudança da sociedade. Apoiando-se em Marx e Engels, Lênin faz uma crítica ao partido social democrata russo no que diz respeito ao menosprezo do trabalho teórico, fruto da revisão reformista sofrida pelo marxismo no final do século XIX, lembrando as palavras de Marx afirma: (...) *façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem a ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam concessões teóricas* (...). (1978, p.18).

O trabalho político-organizativo se modifica conforme as exigências da realidade russa, recolocando em novos termos a relação existente, por exemplo, entre a centralização partidária e a democracia interna. Num primeiro momento, frente as condições históricas impostas pela repressão política e pela clandestinidade, Lênin admite a prioridade da centralização sobre a democracia interna, limitando assim a participação da *multidão* nas decisões políticas, no entanto, afirma: (...) *a centralização das funções clandestinas da organização não significa absolutamente a centralização de todas as funções do movimento*. (...).(1978, p.97). Ao modificar as condições de luta, se exige modificações da

---

<sup>95</sup> Para uma compreensão melhor destes processos ver: Anderson, P. (1987) e Konder, L. (1984).

<sup>96</sup> Daí a importância significativa da obra *El desarrollo del capitalismo en Russia* escrito de 1894 e que serve como conhecimento teórico da sociedade russa, de suas contradições, limites e possibilidades concretas de transformação. (Lenin, 1971).

própria teoria da organização, visto que existe um salto qualitativo na participação de um conjunto de pessoas, onde

*(...) no se trata solo del aspecto cuantitativo que deja atrás la organización restringida de revolucionários profesionales, sino también de una nueva relación entre dirección y base en la que, al fomentarse la participación de todos los militantes, queda atrás el centralismo sin democracia (...). (Lenin apud Vazques, 2003, p.219.).*

Uma outra modificação quanto à prática organizativa elaborada teoricamente por Lênin diz respeito à relação entre o elemento da espontaneidade e da consciência, que já assinalamos anteriormente. Principalmente depois da criação espontânea dos sovietes pelo movimento dos trabalhadores em 1905, Lênin compreende que a relação espontaneidade e consciência não deve ser concebida de forma abstrata ou generalizada, e sim deve partir das exigências do momento político. Segundo Vazquez (2003, p.221), a partir desta reflexão Lenin faz a crítica a algumas elaborações teóricas do *Que Fazer?*, principalmente no que diz respeito *(...) a los principios organizativos del partido que tienen que tomar en cuenta unas condiciones históricas concretas (...)* [o sea] *(...) la validez de la teoría – de sus principios organizativos – se comprueba en la practica misma tal como se desarrolla en un período histórico determinado. (...).*

Assim vemos que a elaboração da práxis organizativa é um processo, onde a teoria enquanto atitude crítica e projetiva, só se consolida através da vinculação com a prática concreta de uma luta política de transformação da sociedade, desde uma realidade histórica determinada, evitando cair no risco do anacronismo ou da abstração.<sup>97</sup>

A compreensão da práxis em Lênin possibilita perceber o processo de união entre os elementos objetivos e subjetivos, ou seja, as condições concretas da realidade russa e a inserção consciente dos trabalhadores, como também o processo de união entre a estratégia e a tática no sentido de conceber o próprio movimento das ações a partir das mudanças que ocorrem na vida desde situações particulares, e por fim da união entre a prática e a teoria,

---

<sup>97</sup> Vale a pena ressaltar que a teoria, segundo Lênin, nos esclarece o fundamental do processo histórico, no entanto, não abarca toda a complexidade da vida. (Lênin, 1978).

desde a prioridade do movimento da vida. Esta compreensão não está fechada em si mesma, visto que carrega consigo contradições e problemas que só vão ser apreendidos em momentos posteriores, existindo, portanto, limites concretos impostos pela própria realidade histórica e pela compreensão teórica que dela deriva.

O importante na obra de Lênin é salientar a busca incessante do conhecimento do movimento da realidade e a referência constante à atividade teórica, que vai ser recolocada em seus *Cadernos Filosóficos* com o aprofundamento da dialética como método de conhecimento, recuperando Hegel e Marx. Para Lênin, a práxis faz parte do processo teórico, é condição para a construção do conhecimento, como também é a própria objetivação da teoria. O fundamental desta compreensão da práxis é a recuperação do que Marx já havia apontado, ou seja, seu caráter subjetivo, consciente e seu caráter objetivo, como ação direta sobre a materialidade histórica. De forma concisa e sintética, nos esclarece Vazquez com respeito à elaboração de Lênin:

*(...)Para Lenin, la teoría como conocimiento científico de la realidad histórico-social, que se aspira transformar de acuerdo con fines revolucionarios, de clase, es pues no sólo reflexión sobre la praxis sino ante todo teoría de la praxis, teoría que surge de la practica, la sirve y, a la vez, está en la practica misma como parte necesaria e indisoluble de ella. (ibid, p.260).*

Partindo desta compreensão da práxis, seguimos com o objetivo de apreender a práxis organizativa do MST, a partir dos princípios e do trabalho político-organizativo. O que se deseja com o desenvolvimento de tal trabalho? Ou seja, que fim, que teleologia se põe e é posta pelo desenvolvimento do trabalho político-organizativo? Não há dúvidas que a finalidade do trabalho político-organizativo do MST é a transformação objetiva da realidade social, com a intenção de atender as necessidades humanas concretas e o processo de humanização dos homens em seu sentido mais profundo. Portanto, o trabalho político-organizativo modifica o social, ou seja, as relações sociais e humanas, a partir de uma nova configuração concreta de reprodução social. Assim, o objeto ou a matéria da práxis organizativa do MST é a realidade social e o homem, compreendido aqui, segundo as palavras de Gramsci: (...) *[como] un complejo de las relaciones sociales, porque incluye la*

*ideia de devenir: el hombre deviene, cambia continuamente al cambiar las relaciones sociales, y porque esta respuesta niega al “hombre general”.*(...) (1999, p.280).

Está claro que não podemos conceber este trabalho político-organizativo como uma práxis produtiva, ainda que produza parcialmente uma nova realidade social e que tenha como um dos seus objetivos mudar as relações sociais de produção e as condições do trabalho concreto. Isto porque não há após um determinado processo de trabalho um produto materializado.<sup>98</sup> Deste modo, caracterizamos o trabalho político-organizativo como práxis política, (...) *el tipo de praxis en que el hombre es sujeto y objeto de ella; es decir, praxis en que actúa sobre sí mismo* (...). (Vazquez, 2003, p.277). É, portanto, uma práxis que visa a transformação do homem como ser social, tendo como matéria as classes sociais, e como objetivo a transformação dos mecanismos de reprodução social, inserindo-se numa luta política pelo poder. Deste modo, a práxis política se vincula necessariamente a métodos de luta e de organização, a um processo de conhecimento das condições e possibilidades reais de mudança da realidade social, como também a um projeto e a uma ideologia<sup>99</sup>.

Sendo, portanto, a práxis organizativa do MST nosso objeto de estudo, nos deteremos em algumas questões complexas que se apresentaram com o desenvolvimento da história das organizações políticas. Uma primeira questão diz respeito à formação da consciência de classe. Desde as colocações de Marx e Engels feitas no *Manifesto Comunista* (1998), se compreende que a consciência de classe dos trabalhadores vai se desenvolvendo a partir da luta concreta e da organização que dela deriva. Ou seja, o meio social produzido pela prática organizativa vai desenvolvendo um processo de qualificação da consciência de

---

<sup>98</sup> Marx define o trabalho como atividade material produtiva orientada por um fim que transforma a natureza e o próprio homem, tendo como resultado um objeto concreto que atende as necessidades humanas. (2001, p.212-214.) Queremos ressaltar aqui a importância do trabalho produtivo dentro dos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST e principalmente o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, baseadas na concepção de cooperação agrícola. Ver: Vendramini (2000) e Bonamigo (2001).

<sup>99</sup> Compreendemos o conceito de ideologia a partir da concepção de Marx, entendida não apenas como distorção do conhecimento, como processo de alienação fruto de uma situação histórica determinada que se vincula a própria divisão do trabalho e a consolidação da propriedade privada, mas também como uma visão da realidade determinada pela classe social (Marx, 1984), concepção ampliada por Gramsci, entendida como ideologia orgânica, ou seja, ideologia que organiza as massas, forma o terreno no qual os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. (Gramsci, 1999, p.364).

classe. Daí, também podemos recordar a colocação feita por Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (1984, p.23), de que é a vida social que determina a consciência e não o contrário. No entanto, que tipo de relação existe entre a teoria e a consciência de classe produzida pela práxis organizativa dos trabalhadores? Segundo Vazquez (2003, p.372), teoria e consciência de classe se relacionam diretamente visto que a consciência de classe necessita da teoria para qualificar-se e por sua vez, a teoria revolucionária só tem condições de elaboração concreta a partir de um ponto de vista de classe, no entanto,

*(...) Marx sostiene que el proletariado por sí mismo puede elevarse a cierta conciencia de clase al mismo tiempo en que deja en claro que la elaboración de la doutrina del socialismo si bien sólo puede darse en relación con el movimiento obrero no es un producto directo suyo, sino de sus teóricos. (id., p.373).*

Aqui, também podemos relacionar tal pergunta com as colocações feitas por Gramsci no que diz respeito ao papel dos intelectuais orgânicos e a dificuldade dos trabalhadores terem consciência teórica de sua prática política e organizativa<sup>100</sup>, sendo, portanto necessário o processo de superação da religião e do senso comum, ou da consciência contraditória, e consolidação de uma consciência filosófica por parte dos trabalhadores. Segundo Gramsci, a compreensão crítica dos trabalhadores de si mesmos se produz através de uma luta de hegemonia, que primeiro se dá no campo da ética e depois no campo da política até chegar a uma concepção superior da realidade histórico-social. Deste modo, esclarece:

*(...) La conciencia de ser parte de una determinada fuerza hegomonica (o sea, la conciencia política) es la primeira fase de una ulterior y progresiva autoconciencia, en la cual se unifican finalmente teoria y práctica [entendida como] un devenir histórico (...) el desarrollo del concepto de hegemonia representa un grand progreso filosófico, además de político-práctico, porque implica necesariamente y supone una unidad intelectual y una*

---

<sup>100</sup> Assim afirma: *(...) el hombre activo, de masa, actúa practicamente, pero no tiene una clara conciencia teórica de su hacer, pese a que éste es un conocer el mundo en cuanto lo transforma. Puede incluso ocurrir que su conciencia teórica se encuentra historicamente en contradicción con su hacer. Puede decir que tiene dos conciencias teóricas (o una conciencia contraditória): una implícita en su hacer, y que realmente lo une a todos sus colaboradores en a transformación práctica de la realidad, y otra explícita o verbal, que ha heredado del pasado y ha recogido sin crítica Pero esa concepción “verbal” no carece de consecuencias: vuelve a anudar al sujeto con un determinado grupo social, influye en la conducta moral, en la orientación de la voluntad (...) que puede llegar al un punto en el cual la contradictoriedad de la conciencia no permita ya ninguna acción, ninguna decisión (...) y produzca un estado de pasividad moral y política. (...). (Gramsci, 1999, 372.)*

*ética concorde con una concepción de lo real que ha superado el sentido comun y se ha convertido – aunque dentro de limites todavía estrechos- en concepción crítica.* (1999, p.373).

Lênin afirma que o socialismo ou a teoria marxista não surgiu espontaneamente do movimento dos trabalhadores, sendo o resultado do desenvolvimento do pensamento de intelectuais de distinta origem de classe que se vincularam ao movimento. Não nega a participação de operários na construção de tal teoria, porém afirma que ao participarem desta elaboração teórica participam não na qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo. (1978, p.31). A partir desta visão, Lênin incentiva a participação de outros setores sociais dentro do movimento, levando novos conhecimentos políticos aos trabalhadores, como também aprendendo com a experiência revolucionária.

Uma das grandes contribuições de Lênin, neste sentido, foi perceber que a organização (ou o partido) tem como uma das tarefas principais o aperfeiçoamento da educação de *revolucionários profissionais*. Ou seja, a organização deve se consolidar através de atividades educativas sistemáticas capazes de fortalecer este processo de formação da consciência filosófica dos trabalhadores, a fim de que teoria, prática organizativa e consciência de classe sejam produzidas de forma orgânica, (...) *sem a menor tolerância para com as deformações voluntárias ou não do marxismo*.(...). (id., p.70). Daí que, apesar das contradições antagônicas produzidas pelo desenvolvimento da Revolução Russa, onde os trabalhadores passam a ser objetos e o partido o único sujeito histórico legítimo, os princípios organizativos elaborados pela teoria da práxis de Lênin seguem tendo validade histórica.

No entanto, há que considerar com bastante vivacidade, o que tanto Marx, Lênin e Gramsci nos afirmam em seus escritos: deve-se levar em conta as condições históricas vivenciadas por cada realidade social concreta, ou seja, não pode haver um modelo abstrato, mecânico de organização ou de partido, ou mesmo uma teoria universal do socialismo. Portanto, cada momento histórico participa do processo de construção da teoria

da práxis, marcando uma particularidade quanto ao movimento dialético existente entre os princípios organizativos e a realidade social.

Partindo destas considerações a respeito da práxis organizativa, nos interessa aprofundar sua complexidade no que tange as relações sociais internas desenvolvidas entre dirigentes, militantes e base social. Aqui nos situamos em um dos terrenos mais difíceis da práxis organizativa, visto que é o lugar onde se identifica a superação (ou não) de relações de domínio e de poder. É o lugar onde se consolida a participação da militância e da base social no desenvolvimento da estratégia da organização, ou o lugar onde se consolida a submissão. A questão a ser colocada é justamente a relação entre os dirigentes e a base social, no sentido de romper uma hierarquia de poder capaz de imobilizar a própria organização, visto que reproduz os valores da sociedade que se deseja transformar. Segundo a concepção de Lênin, o dirigente, devido ao desenvolvimento de uma consciência filosófica, tem o dever de se comportar como um educador da militância e da base social, sem correr o risco de eliminar a dimensão dialética desta relação.

Interessa-nos fazer uma relação entre a Tese III de Marx (exposta nas *Teses sobre Feurbach*) e a concepção de práxis apresentada por Paulo Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*, com o objetivo de demarcar a importância da educação como prática social e revolucionária. Na tese III, Marx (1984, p.108) faz uma crítica a concepção iluminista da educação, baseada na idéia de que a prática educativa deve ser a fonte principal da transformação da sociedade e do homem, limitando, portanto, a uma elite de educadores (insuspeitáveis) a tarefa do desenvolvimento da humanidade. Segundo Marx, os educadores também devem ser educados e tal educação se baseia na prática concreta da transformação das circunstâncias, que ao serem transformadas, transformam e educam ao mesmo tempo o homem em sua condição de ser social.

Os trabalhadores, portanto, entendidos como produtos das circunstâncias e também como produtores delas, como educadores e educandos, recuperam seu potencial ativo na sociedade como sujeitos históricos transformadores, negando a condição de sujeitos passivos condicionados pela educação dos ilustres mestres e pelo meio social. Ou seja,

não basta a educação sem a mudança das circunstâncias da vida, assim como não basta a mudança das circunstâncias sem uma prática pedagógica de formação da consciência para que realmente se efetive a transformação dos homens. Ao fazer a crítica, Marx aponta para a dialética existente entre a educação e as circunstâncias históricas e sociais na formação dos homens, tendo como referência a práxis revolucionária.

Paulo Freire vai ao encontro de uma pedagogia que tem como centro a superação da contradição entre oprimido e opressor, entre educador e educando. Ou seja, é a partir da circunstância concreta da opressão e da desumanização que a educação como prática de luta em busca da liberdade consolida o processo de formação da consciência. Existe uma íntima ligação entre a dialética educação e circunstância apresentada por Marx e a pedagogia crítica desenvolvida por Freire a partir da realidade opressora vivenciada pelos trabalhadores dos países dependentes da América Latina.

Segundo Freire é a partir da realidade da opressão que se deve desenvolver a consciência da opressão, concebendo dialeticamente a objetividade e a subjetividade do ser oprimido, visto que somente desse modo é possível a realização de uma práxis autêntica, transformadora do mundo e da contradição opressor e oprimido. (1999, p.38) Neste sentido, a práxis é a mediação mais concreta para que os próprios trabalhadores tenham uma visão crítica de sua realidade como oprimidos, sendo, portanto o elemento central de chamada pedagogia do oprimido, ou (...) *a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação* (...) (id., p.40).

Um outro elemento importante destacado por Freire para a consolidação de tal pedagogia é a realização de trabalhos educativos no seio do processo de organização dos trabalhadores, rompendo como uma educação sistemática de conteúdos externos à realidade vivenciada. A relação pedagógica que se desenvolve junto com os trabalhadores permite ao educador a condição de ser educado, permite a abertura de uma formação coletiva da consciência desde uma práxis organizativa.

Aqui podemos retomar mais uma vez a exigência de uma prática educativa entre dirigentes e a base social de uma organização revolucionária e a importância de conceber a base social ou a massa de trabalhadores como agentes educadores. Segundo Freire, os trabalhadores não podem estar na luta de forma coisificada para depois se transformarem em homens ativos, devem estar como sujeitos críticos conhecedores da realidade, rompendo com a condição de objeto imposta pela relação de opressão. A intensificação de um processo de humanização deve ser a função primeira de uma práxis organizativa que deseje a libertação dos homens frente ao domínio e à opressão da relação capital-trabalho. Na relação dirigente e base social deve-se negar as deformações da propaganda acrítica, do dirigismo e da manipulação, deve-se explorar o sentido pedagógico da luta e desenvolver uma inserção cada vez mais consciente na vida social. Para Freire a autenticidade da luta está vinculada a um processo dialético de longo prazo que é o processo intenso da conscientização, que nega a imediatez da ação ou da pseudoparticipação e a burocracia da prática organizativa. Assim diz:

*(...) Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelecem uma relação dialógica permanente (...) a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz co-intencionalidade. Educador e educandos (liderança e massas) co-intencionados à realidade se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento..(...).* (ibid., p.56-57)

Assim, a educação como práxis revolucionária deve estar vinculada organicamente à realidade concreta dos trabalhadores, considerando-os como educadores e educandos que se constroem como sujeitos históricos produtores de uma realidade social negadora da opressão.

Por fim, gostaríamos de acrescentar uma dimensão mais que afetiva ou subjetiva da práxis apresentada por Kosik, que complementa toda a construção de uma racionalidade política e pedagógica posta na dialética existente entre prática e teoria revolucionária:

*(...) A práxis do homem não é atividade prática contraposta a teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (...) A práxis compreende além do momento laborativo, também o momento existencial; ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc, não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta por reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana.(...) (1995,p.222- 224).*

Deste modo, assim como o partido e o dirigente devem ser vistos como educadores, também devem ser educados pelas massas, principalmente no que diz respeito à qualificação da consciência de classe e da organização que alcançaram a partir do desenvolvimento da luta concreta. Tal relação nem sempre é compreendida, provocando conseqüências terríveis no desenvolvimento dos movimentos sociais e das organizações políticas como o personalismo, a burocratização e a divisão social entre dirigentes e dirigidos<sup>101</sup>. A conseqüência direta é a reprodução de uma relação de poder, onde os militantes e a base social não possuem espaços de participação efetiva, se comportando de forma submissa frente às decisões tomadas pelos dirigentes. Sendo assim, este tipo relação culmina na desqualificação da base social e dos militantes como sujeitos históricos, sendo reconhecidos apenas como instrumentos passivos de uma determinada direção política.

Daí a necessidade concreta de se criar mecanismos de participação efetiva que atravessem toda as instâncias, a fim de se efetivar uma democracia de massas no cotidiano da organização, e que tal democracia se consolide como um direito conquistado pela própria base social e pelos militantes a partir da condição de sujeitos históricos e do lugar que ocupam na luta de classes. Portanto, este processo não resulta de um princípio abstrato

---

<sup>101</sup> Gramsci vai explicitar este problema a partir das seguintes questões: *(...) na formação dos dirigentes é fundamental esta premissa: pretende-se que haja sempre governados e governantes, dirigentes e dirigidos, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade da existência desta divisão desapareça? Ou seja, parte-se da premissa da perpétua divisão do gênero humano ou crê-se que ela seja apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?(...) é precisamente neste terreno que se dão os erros mais graves, ou seja, que se manifestam as incapacidades mais criminosas, mais difíceis de se corrigir(...) Crê-se que uma vez colocado o princípio do próprio grupo, a obediência deve ser automática, deve não só verificar-se sem necessidade de uma demonstração e racionalidade, mas que é também indiscutível.(...) Assim é difícil extirpar dos dirigentes (...) a persuasão de que uma coisa será feita porque para o dirigente é justo e racional que se faça: se não se faz, a “culpa” é reservada a quem deveria, etc. (Obras Escolhidas, Martins Fontes, p.165)*

e sim da vida real dos trabalhadores que na luta diária pela sobrevivência vão desenvolvendo uma prática consciente, projetando uma organização política sem negar os conflitos próprios da realidade concreta em que se inserem.

No entanto, todo este processo está repleto de contradições no sentido de permanências e rupturas com uma cultura política própria da sociedade burguesa, que dentre outros aspectos pode ser exemplificado através da divisão social do trabalho intelectual e manual. Ou seja, o perigo dos movimentos sociais e das organizações políticas em suas práticas organizativas é reproduzirem uma divisão social do trabalho onde se determina aqueles que pensam (conseqüentemente os que mandam) e aqueles que fazem, determinação justificada pelo chamado centralismo democrático. Vazquez (2003, p.394-396) salienta que a experiência histórica nos revela que as organizações revolucionárias (principalmente os partidos) não conseguiram desenvolver uma relação equilibrada entre centralismo e democracia, onde esta muitas vezes aparece como um adjetivo, tendo em vista a necessidade de se assegurar a chamada unidade da ação por vias do centralismo. Ou seja, o centralismo dentro das organizações acaba por impor limites concretos à efetivação de uma democracia interna capaz de estimular a participação política de todos, dirigente, militantes e base social. Tal situação é apontada por Vazquez como resultado concreto de duas situações:

*(...) la separación entre dirección y base [y] el predominio del centralismo sobre la democracia interna, [que] priva a los dirigentes a posibilidadde de corregirse a sí mismos y, sobre todo, de la enorme ayuda que para ellos y el partido en su conyunto representa la participación conciente de todos los militantes en la vida del partido. Ciertamente es que en esta participación activa de los militantes – como las masas en su lucha – pueden cometer errores. Pero, en este sentido, las palabras de Rosa Luxemburgo conservan toda a su vigencia: ‘Los errores que comete un movimiento obrero verdaderamente revolucionario son, desde el punto de vista histórico, infinitamente más fecundos y valiosos que la infabilidad del mejor de los comites centrales’.*

O importante a ressaltar é a necessidade concreta de uma relação dialética entre centralismo e democracia como fundamento do método de organização dos trabalhadores.

A unilateralidade de um ou de outro elemento tem resultado em deformações no âmbito interno das relações políticas e humanas das organizações sociais.

A partir da reflexão de Rosa Luxemburgo, que nos oferece Vazquez, podemos fazer relação com um dito muito comum dentro do MST: *É melhor errar no coletivo do que acertar sozinho*. É claro que a práxis organizativa do MST possui contradições próprias da cultura política brasileira<sup>102</sup>, no entanto, ao se localizar como um movimento e organização social fruto de um processo histórico, ou seja, como herdeiro das organizações socialistas e da tradição política que se consolidou com estas no Brasil e na América Latina<sup>103</sup>, o MST pensa a si mesmo de forma crítica. Ainda que tenha como base os princípios organizativos tradicionais de uma organização revolucionária (concepção de Lênin), tais princípios não possuem uma legitimidade em si, a validade dos princípios está na sua práxis efetiva, desde uma intencionalidade teórica, política e pedagógica a fim de atingir a totalidade concreta da organização: dirigentes, militantes e base social.

Marta Harnecker vem desenvolvendo nos últimos anos uma história crítica da práxis organizativa dos movimentos e organizações socialistas da América Latina, revendo inclusive algumas de suas posições anteriores. Harnecker parte da situação histórica atual, onde as formas organizativas do passado não dão conta das transformações ocorridas no mundo. É a partir desta constatação que empreende uma avaliação dos acontecimentos históricos relativos ao século XX, como também uma reflexão sobre o sujeito político capaz de responder aos desafios do século XXI.

A primeira verificação é que apesar das grandes mobilizações massivas ocorridas no final do século XX e no início do século XXI contra o neoliberalismo, estas não foram capazes de mudar de fato a correlação de forças no âmbito da luta de classes. Ainda que os

---

<sup>102</sup> Vale a pena citar um belo trabalho monográfico apresentado em fevereiro de 2003 por Edgar Kolling., como requisito de finalização do Curso Realidade Brasileira em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste trabalho, o autor faz uma análise da cultura política brasileira apresentada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, indo a fundo na reflexão sobre a cultura política praticada pelo MST, mostrando suas continuidades e descontinuidades em relação a cultura política apresentada por Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>103</sup> Sobre o desenvolvimento do marxismo no Brasil ver Konder (1988).

movimentos de massas tenham sua importância, faz-se necessária a consolidação de um instrumento político que aponte para um projeto alternativo, unificando o conjunto de ações (que muitas vezes surgem espontaneamente) de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura política.<sup>104</sup>

Partindo da necessidade de uma organização com princípios e instâncias para o desenvolvimento da luta de classes, Harnecker faz uma análise minuciosa dos erros teóricos e do anacronismo presente em algumas concepções de organização política. O primeiro apontamento crítico em relação às organizações latinoamericanas feito por Harnecker diz respeito à cópia acrítica do modelo bolchevique de partido, agravado por uma concepção mecânica, simplificada e dogmática de organização. Tal apropriação acrítica impediu, segundo a autora, a compreensão da especificidade do sujeito revolucionário latinoamericano, que incluía, por exemplo, os cristãos e os indígenas, ficando restrito a uma concepção de sujeito revolucionário circunscrito ao proletariado industrial.<sup>105</sup>

O segundo erro teórico apontado é a concepção de revolução como tomada do poder, reduzindo a compreensão de poder ao poder de Estado. Tal concepção, segundo Harnecker, descuidava de outros aspectos da luta, como a transformação cultural da consciência popular e a disputa pela sociedade. Um terceiro erro estava na insuficiente valorização da democracia em função de uma ditadura do proletariado, que era fruto das condições históricas de contrarrevolução vivenciada pela Rússia no período pós-revolucionário. Segundo Harnecker, as organizações latinoamericanas não levaram em consideração as colocações de Lênin no que diz respeito à relação existente entre socialismo e democracia de massas, baseada no princípio: *Cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo sua necessidade.* (ibid., 19).

---

<sup>104</sup> Harnecker, M. Acerca del sujeto político capaz de responder a los desafíos del siglo XXI. In: *Revista Trabajadores*. Universidad Obrera de Mexico. Año 7. Mayo-Junio 2003, p.18.

<sup>105</sup> Harnecker aponta para algumas experiências que estão modificando a compreensão anterior, como por exemplo, as guerrilhas na Guatemala no final dos anos 70, o papel protagonista dos indígenas no Equador e o levantamento zapatista em Chiapas, México. (id., p.19). Convém assinalar que a questão não é criar uma idéia abstrata do que seja a identidade indígena na América Latina, e sim conceber a classe trabalhadora latinoamericana como fruto de um processo de mestiçagem que inclui a questão indígena como parte do processo de dominação e exploração.

Dentre outros tantos erros citados pela filósofa chilena, podemos ainda nos fixar: na idéia de vanguardismo de uma classe trabalhadora, ainda que em muitos dos países latinoamericanos esta classe era minoritária ou mesmo inexistente, ou mesmo na concepção de uma vanguarda que se autodefine por uma capacidade inerente de direção e não por uma conquista efetiva no espaço da luta concreta, havendo uma disputa interna como também uma disputa entre as organizações com o objetivo de legitimar o reconhecimento como a mais vanguardista de todas, gerando um sectarismo deformador; na prática de uma teoria unilateral e dogmática, promovendo análises gerais incapazes de se relacionarem com os processos concretos vivenciados pelos trabalhadores desde uma realidade nacional e continental. Como consequência desta ausência de uma análise profunda da realidade se gerava um subjetivismo por parte dos dirigentes, provocando confusões sobre o que correspondia aos seus desejos revolucionários e o que de fato correspondia tanto às compreensões dos setores populares menos politizados, quanto às condições concretas de se fazer a luta; e, por fim, na idéia de que a consciência socialista é algo que deve ser introduzido na luta de classe dos trabalhadores, visto a incapacidade destes de superar a ideologia burguesa.

Harnecker apresenta este último apontamento com uma maior complexidade, visto que se necessita compreender as mediações existentes entre consciência socialista e consciência de classes desde a própria experiência prática da luta, como processo de formação da consciência e não simplesmente postular sua identidade imediata ou sua contradição imediata. De fato, a afirmativa da incapacidade dos trabalhadores desenvolverem uma consciência de classe a partir de sua própria luta, e que somente a ação dos intelectuais conhecedores da teoria marxista permitiria um processo de crítica à ideologia burguesa, ignora a relação dialética existente entre prática e teoria, ou seja, ignora o próprio desenvolvimento histórico de uma práxis revolucionária. A origem de tal compreensão está, segundo Harnecker, na deformação das teses de Kautsky apropriadas por Lênin, que inclusive negam as teses de Marx que afirmam que a emancipação da classe trabalhadora deve ser realizada pela própria classe trabalhadora a partir do processo concreto de luta como um dos elementos centrais da formação da consciência de classe, geradores inclusive de uma ideologia própria. (ibid., p.22).

Compreendemos que a questão não é negar a construção de uma ideologia de classe desde o processo concreto de uma práxis organizativa revolucionária, mas assinalar o que Gramsci já apontou, que é a existência de uma consciência contraditória por parte dos trabalhadores, formada por concepções do senso comum que no mundo contemporâneo são intensificadas pelos meios de comunicação de massa a serviço da ideologia burguesa. Daí a necessidade de a partir da luta concreta (escola política viva) desenvolver um processo de formação política e ideológica com base na teoria marxista, agregando toda a sua atualização histórica.

No entanto, Harnecker afirma que de fato acredita que o socialismo, como teoria científica, não pode nascer somente da prática do movimento social dos trabalhadores e sim deve ser introduzida pelos teóricos orgânicos do movimento, ou seja, acredita que a consciência de classe está ligada à prática social da luta de classes, mas que tal consciência somente fortalecerá sua coerência histórica na medida em que esteja fundamentada no socialismo como ciência.

No que diz respeito aos erros políticos derivados desta concepção, Harnecker assinala a consolidação de uma visão da teoria como uma verdade absoluta, de propriedade de um grupo (a direção), provocando a discriminação da capacidade teórica dos militantes e dos trabalhadores e impossibilitando um debate teórico interno, assim como a construção de um ambiente que possibilite a geração de novas idéias. Um outro erro decorrente é a prioridade da formação política sobre a ação, como um fim em si mesmo, sem que esteja ligada organicamente a um processo de fortalecimento das lutas populares (ainda que se retire dos movimentos sociais as pessoas mais destacadas para serem formadas nas escolas de militantes e quadros da organização). Tal erro produz militantes acríticos de fácil controle e manipulação, já que se orientam pelos dirigentes identificados como donos da razão e da verdade. (ibid., p.25).

Ciente de tais contradições geradas no processo histórico das organizações de esquerda, Harnecker (ibid., p.26) aponta a necessidade de se construir um instrumento

político desde uma força social anti-sistêmica, tendo como ponto de partida as formas de lutas geradas pelos setores populares. Tal instrumento político deve criar condições para o desenvolvimento de uma práxis organizativa, fortalecendo a formação de uma consciência crítica capaz de enfrentar os atuais mecanismos de dominação do capital.

Segundo Harnecker, este processo de construção de um instrumento político que de conta das atuais necessidades de luta recuperaria algumas posições que foram deformadas ao longo do processo histórico da esquerda e acrescentaria as novas demandas da luta de classes, como por exemplo: o respeito ao movimento de massas e o reconhecimento de sua capacidade educadora; a eliminação dos intentos de verticalidade e de manipulação dos dirigentes sobre os militantes e a base social, com o objetivo de estimular a participação de todos na tomada das decisões coletivas e de criar de fato mecanismos para o desenvolvimento de uma democracia de massas e de transformar dirigentes em pedagogos; aprender a escutar o real estímulo dos trabalhadores em seguir lutando, como também reconhecer as soluções criadas pelo povo para enfrentar suas dificuldades e valorizá-las, consolidando o protagonismo real das massas populares; incluir além da luta contra a exploração econômica outras formas de opressão contra o homem e o meio ambiente, indo assim além da aparência econômica da relação capital-trabalho, atingindo os problemas de dominação cultural, étnica e de gênero; em suma, fortalecer uma práxis organizativa em função de um projeto político alternativo, onde (...) *la organización como prefiguración de la sociedad emancipada debe anticipar en su vida interna los valores de la democracia, solidaridad, cooperación, camaradería. Debe proyectar vitalidad y alegría de vivir.* (ibid.)

No que se refere à história das organizações de esquerda, a questão não é negar uma continuidade em relação ao passado, já que cada conjunto de ações políticas faz parte de um processo complexo que inclui uma temporalidade secular e uma consciência histórica que permitem a duração e a concretude de um projeto socialista. No entanto, seria ingênuo, para não dizer hipócrita, o não reconhecimento da necessidade de uma auto-crítica coletiva, geracional inclusive, no sentido de apontar as problemáticas existentes, principalmente com respeito às experiências de implementação de princípios fundamentais para a criação de

instrumentos políticos capazes de seguir adiante na projeção do socialismo. Dentre tais princípios podemos citar o centralismo democrático, a teoria e sua relação com a prática e a disciplina. Ou seja, apesar da inegável importância destes princípios para o desenvolvimento de uma práxis organizativa capaz de formar sujeitos históricos que atuem frente aos mecanismos de perpetuação do capital, necessitamos de um conhecimento crítico profundo no que diz respeito às suas deformações, para que a tragédia não se repita como farsa, como uma vez nos disse Marx.

Um modo particular de produzir a existência social vem se desenvolvendo ao longo de 20 anos pelos trabalhadores rurais sem-terra organizados pelo MST, marcado por uma práxis organizativa que produz novos comportamentos, valores, afetos, memória, consciência social e política. A formação no MST atinge todos aqueles que se envolvem na luta diária de resistência no acampamento e no assentamento, como também no processo de construção da organização social que decorre de um intenso trabalho político-organizativo.

Podemos sintetizar a Formação no MST através de quatro elementos: a organização direta das ações pelos trabalhadores, a valorização da cultura do coletivo e do trabalho político-organizativo, a valorização da teoria e a construção de uma ética baseada nos valores humanistas e socialistas. Portanto, não é apenas a teoria, mas fundamentalmente a vida centrada na práxis organizativa que alicerça o processo de formação no MST, abarcando as ocupações de terra, as mobilizações de massa, os cursos, as marchas, além de todos os aspectos da convivência social, incluindo a afetividade, o amor pela luta e o sonho de construir uma sociedade justa. Sobre a capacidade de sonhar, Lênin nos deixa as seguintes palavras:

*(...) O desacordo entre sonho e realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o homem acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente a vida, compara suas observações com seus castelos no ar e, de uma forma geral, trabalha conscientemente para a realização de seu sonho. Quando existe contato entre o sonho e a vida tudo vai bem. (1978, p.133).*

#### 4.2. As particularidades da construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes

A Escola Nacional Florestan Fernandes surge no ano de 1990 no Estado de Santa Catarina, tendo como sede o Centro de Formação e Pesquisa do Contestado (CEPATEC) e como principal atividade de formação o Curso Básico de Formação de Militantes. Segundo Medeiros (2002, p.4), este curso ao longo de sua trajetória formou até o ano de 2001 dois mil militantes *Sem Terra*. A duração do curso é de três meses, a turma, geralmente de 90 militantes de todas as regiões do país, se mantém num ritmo de trabalho diário de 12 horas, sustentado pela proposta pedagógica da ENFF baseada no tripé Educação, Trabalho e Organicidade. (id., p.5).

Este tripé significa que a proposta de formação da ENFF não está centralizada somente nos conteúdos<sup>106</sup> e sim num processo maior de formação de formadores da organização de massas que é o MST. Neste sentido, o indivíduo é projetado numa perspectiva onilateral que deve alcançar não só o militante em sua extensiva vivência coletiva, mas o ser humano na sua atuação mais profunda de transformação dos valores e dos comportamentos da sociedade capitalista na qual foi formado.

O Curso Básico de Militantes tem como objetivo preparar o militante durante um longo período de tempo para que seja capaz de desenvolver um estudo sistemático e uma prática organizativa. A partir do ano de 2001, o Curso Básico de Militantes adotou uma

---

<sup>106</sup> Segundo Medeiros (2002, p.5) os conteúdos estudados no Curso de Formação Política são os seguintes: 1. História: História da Humanidade e as Grandes Revoluções Mundiais; História da América Latina, História da Formação do Povo Brasileiro, História das Lutas populares, História da Luta pela Terra no Brasil e no Mundo. 2. Filosofia, Economia e Política : Introdução à Filosofia, Materialismo histórico e dialético, Economia Política, Imperialismo, Globalização, Neoliberalismo, Dívida Externa, Pensamento de Caio Prado Jr., Pensamento de Florestan Fernandes, Pensamento de Josué de Castro, Pensamento de Paulo Freire, etc. 3. Teoria da Organização do MST: História, princípios e Organicidade do MST, Formas de Trabalho de Base, Organização dos Setores de Saúde e Educação no MST, Sistema de Cooperação Agrícola e o Novo Modelo de Assentamento. 4. Temas Gerais: Análise de Conjuntura, Reflexões sobre políticas governamentais (saúde, educação, habitação, emprego, etc), A mídia brasileira, Projeto Popular para o Brasil, Direitos Humanos, Gênero, Questões Étnicas, etc.

metodologia itinerante, acontecendo a cada período do ano em diferentes regiões do país, por exemplo, no primeiro período do ano de 2003, a XXI turma do Curso Básico de Militantes realizou suas atividades em Goiânia no centro de formação do Assentamento Canudos.

Vale a pena ressaltar que além de um conjunto de atividades de formação organizado pelo setor de formação nacional, existem as atividades de formação organizadas pelos setores estaduais de formação e pelos coletivos regionais de formação.<sup>107</sup> Por exemplo, existem os cursos massivos que acontecem no interior de uma longa mobilização ou no interior de um assentamento ou um acampamento, seguindo um ritmo intercalado de trabalho (produtivo e político-organizativo) e estudo. Existem os cursos prolongados para a juventude, que duram em torno de 6 meses e acontecem na forma de acampamento, onde os jovens desenvolvem um aprendizado na área da produção, da organização e da convivência social a partir dos princípios do MST.

Há também os cursos massivos de jovens, que são nacionais e acontecem em parceria com universidades públicas, objetivando um maior aprofundamento da realidade brasileira de forma a unificar o conhecimento em todo o território nacional. Há os cursos mais específicos para militantes que atuam nas atividades de formação, que acontecem em etapas ao longo do ano, tendo como temas de estudo a economia política, a filosofia, história, a teoria da organização, o método de trabalho de base, a ética e os valores, e existem ainda os cursos para dirigentes, que aprofundam os conhecimentos teóricos e organizativos. Para além destes cursos voltados para a formação política ideológica, existem os cursos técnicos de cooperativismo e de magistério, reconhecidos pelo Estado e os cursos superiores de pedagogia, agronomia e história, que acontecem em parceria com as universidades públicas. (Bogo, 2003, p. 162-163).

---

<sup>107</sup> A formação tem um peso tão forte no MST que não podemos deixar de mencionar os cursos de formação e especialização próprios dos setores, ou seja, os setores de educação, de produção, de cultura, de gênero, as secretarias (estaduais e nacionais) são dinamizados com cursos de formação que tratam de questões específicas, assim como questões gerais: conjuntura política, história do MST e etc.

Portanto, existe uma infinidade de cursos identificados como próprios da ENFF, no entanto, acontecem fora de uma estrutura escolar fixa. Ou seja, a ENFF engloba todas as atividades de formação técnica, política e ideológica, desenvolvidas pelo MST, se configurando como o símbolo do acúmulo do MST na área da formação.

#### 4.2.1. A Campanha Nacional para a construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes

Em 1998 inicia-se uma Campanha Nacional para a construção de uma nova sede da ENFF, que passa a ser concebida como um dos principais símbolos da luta e do futuro do MST. A construção da nova sede da ENFF é comunicada a todos os trabalhadores organizados, militantes, dirigentes e amigos do MST, simbolizando a síntese do acúmulo das experiências do MST no campo da práxis organizativa, no campo da educação e da formação política-ideológica, da cultura e dos valores. (MST, Caderno de Formação nº.29, 1998b, p.9). A partir de então se desenvolve um sentimento de honra em participar da Escola como construtor e/ou estudante, ou seja, a ENFF se torna um forte elemento da mística do MST.

A Campanha de Construção da ENFF teve desde o início o sentido de fortalecer a dimensão coletiva do MST, onde a própria Campanha ao se desenvolver passa a se constituir como um curso de formação massiva, onde todos possuem o direito e o dever de participar, intensificando a necessidade histórica do estudo para o fortalecimento da organização social. Ou seja, a Campanha passa a ser identificada como uma luta coletiva dos núcleos, dos setores e das instâncias, estando relacionada às lutas coletivas por terra, por crédito, por agroindústrias, por saúde, por educação gratuita, etc. (id., p.20-21). Além de fazer parte da organicidade interna, a Campanha também passa a ser um instrumento para a qualificação da relação do MST com os vários setores da sociedade brasileira e internacional. Como proposta de arrecadação de recursos, a Campanha foi estruturada da seguinte forma:

Atividades Prioritárias:

1. *Frentes de Projetos para o Exterior;*
2. *Frente Amigos – Campanha no Exterior;*
3. *Campanha Junto à Sociedade – Nacional;*
4. *Atividades Prioritárias junto à Sociedade:*
  - 4.1. *Exposição TERRA: Venda para Prefeituras para que coloquem nas Escolas Publicas.*
  - 4.2. *Venda de Bônus Nacional.*
  - 4.3. *Realizar Campanha de Venda de materiais.*
5. *Atividades junto à Base Social. Realizar a Campanha da pertença ao MST junto a todas as famílias de nossa base social.*

Atividades Secundárias:

1. *Junto aos Artistas.*
2. *Colégio Particulares e Públicos.*
3. *Sindicatos Urbanos.*
4. *Igreja.*

Lançamento da Campanha (Nacional e Estados)

1. *Aproveitar todos os eventos para motivar e ampliar a Campanha para a construção da Escola Nacional.*
2. *Sugerimos aproveitar o Encontro de Educação de Jovens e Adultos em Recife e fazer um Lançamento Nacional para motivar e abrir a Campanha Nacional. Outro evento poderá ser a Conferência Por Uma Educação Básica no Campo que se realizará em Brasília de 27 a 31 de julho de 1998.*<sup>108</sup>

Deste modo, a partir de 1998 vão se construindo as condições necessárias para o desenvolvimento da Campanha da ENFF, que além de ser responsabilidade da Coordenação Nacional, também passa a ser responsabilidade do Setor de Projetos. Inserida na estrutura orgânica do MST, a Campanha da Escola Nacional construiu uma organicidade

---

<sup>108</sup> Fonte: Arquivo ENFF. Memória 1. Doc.6.

no Exterior, principalmente na Europa, onde os principais articuladores foram a Fredes Hommes (França) e a Cáritas (Alemanha), como também uma organicidade dentro da sociedade brasileira. Esta organicidade foi de fundamental importância para a realização do sonho de se construir uma universidade popular.

Tal organicidade pode ser exemplificada da seguinte forma: A campanha no Brasil se estruturou a partir da coordenação nacional do MST que estimulou as coordenações regionais a criarem três frentes de trabalho: distribuição do bônus para a sociedade, desenvolvimento de propagandas capazes de envolver a base social e os organismos governamentais. Já a campanha no exterior adquiriu uma outra organicidade, mesmo partindo da coordenação nacional, criou-se uma secretaria operativa que assumiu a função de criar comitês da campanha em cada país, estando presentes representantes do MST e do Consórcio da União Européia. Tais comitês assumiram a função de desenvolver a Campanha TERRA junto aos Amigos/as do MST (incluindo EUA e Canadá) e junto às Organizações de Solidariedade, assim como de desenvolver um Consórcio de ONG's para um projeto de co-financiamento na União Européia<sup>109</sup>.

Deste modo, a partir da construção de uma organicidade da Campanha de Construção da ENFF no Brasil e no Exterior foi possível o levantamento dos custos inicialmente projetados. Em Junho de 1998, a ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) como requerente do Projeto de Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes adquiriu um terreno de 30 mil metros quadrados situados no município de Guararema, São Paulo, tendo como fonte de recursos a venda das fotos TERRA do fotógrafo Sebastião Salgado. A partir da compra do terreno e do financiamento da União Européia foi se construindo toda uma infraestrutura física, reformas nas duas casas existentes no terreno e aquisição de maquinários, assim como uma estrutura de recursos humanos como equipe de arquitetos e técnicos, equipe de coordenação da obra e brigadas de trabalho voluntário.

---

<sup>109</sup> Fonte: Arquivo ENFF. Memória 2. Doc.1.

#### 4.2.2. Objetivos e métodos de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes

A princípio, serão realizados na ENFF os Cursos desenvolvidos pelo MST em outros centros de formação como, por exemplo, no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) situado no Estado do Rio Grande do Sul. Dentre eles, destacamos: Cursos de magistério e de pedagogia licenciatura e especialização, Curso técnico em administração cooperativista (TAC), Cursos agro-industriais, Cursos de liderança e quadros para o MST, Cursos de capacitação para os setores orgânicos do MST. (Campanha Nacional – Escola Nacional Florestan Fernandes, MST, 1998c, p.3).

Os principais objetivos da ENFF são:

(...) a. *Buscar uma prática intelectual e política que permita produzir o máximo de conhecimento científico necessário à transformação da sociedade;*

b. *Estimular a organização social, política e econômica para superar os desafios internos das áreas de reforma agrária;*

c. *Formar lideranças que contribuam para a construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática e igualitária;*

d. *Proporcionar intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações de trabalhadores rurais e urbanos;*

e. *Capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária, nas áreas de maior necessidade do movimento.* (id.)

A construção da nova sede da ENFF teve seu início em março de 2000, tendo o trabalho voluntário como metodologia principal. As Brigadas de Trabalho Voluntário se formam da seguinte maneira: existe uma discussão em cada Estado no sentido de convidar os trabalhadores sem-terra acampados e assentados para participarem da construção da ENFF. Os trabalhadores são questionados quanto às suas experiências de trabalho na construção civil, ou seja, se algum dia trabalharam como pedreiro, carpinteiro, marceneiro, ou mesmo se já tiveram experiências nos processos de *mutirão para a construção* das casas de parentes, vizinhos, etc. São apresentadas as condições de trabalho na ENFF: a

permanência durante 2 meses na obra, a integração na organicidade da ENFF, a participação nos cursos técnicos e nas atividades de formação política.

Em seguida a discussão é feita sobre a natureza do trabalho voluntário, porque não irão receber para trabalhar durante os 60 dias que permanecerão na ENFF, já que estão construindo uma Escola para eles próprios e para a geração de futuros trabalhadores. No final de cada semana os trabalhadores recebem R\$ 10,00 não como pagamento pelo seu trabalho, mas para que possam no fim de semana passear pela cidade. Esta é uma discussão que a todo instante é apresentada pela coordenação da Escola, fortalecendo o sentido pedagógico do trabalho voluntário a fim de desconstruir o sentido do trabalho como mercadoria.

No entanto, esta discussão não garante a eliminação de conflitos, visto que entre os trabalhadores há níveis diferenciados de compreensão, avançando ou recuando conforme o processo de convivência na Escola e no MST. Por fim, a discussão é feita sobre a personalidade de Florestan Fernandes e porque o MST está homenageando este pensador brasileiro. Estes trabalhadores acampados e assentados terão durante o tempo em que permanecerem na ENFF alimentação, alojamento, assistência médica e odontológica. Deste modo forma-se a Brigada de Trabalho Voluntário do Estado com 50 a 80 trabalhadores.<sup>110</sup> Em cada brigada deve estar integrado um militante formador, que será responsável pelo estudo dos trabalhadores no período da noite.

Os trabalhadores que decidem participar da brigada são em sua maioria acampados recentes, ou seja, possuem uma vivência no acampamento de 2 a 3 meses, conhecendo muito pouco a história do MST ou mesmo seus princípios organizativos. Nestes quatro anos de construção da ENFF houve a participação de vários assentados, a grande dificuldade apresentada pelos trabalhadores para participarem da construção da ENFF é sua

---

<sup>110</sup> Seqüência das Brigadas que participaram da construção da Escola no período entre março de 2000 e julho de 2004: 1º. Mato Grosso do Sul, 2º. Vários militantes, 3º. Santa Catarina, 4º. Rio Grande do Sul, 5º. Espírito Santo, 6º. São Paulo, 7º. Ceará, 8º. Paraná, 9º. Alagoas, 10º. Mato Grosso, 11º. Pernambuco, 12º. Rio de Janeiro e Minas Gerais, 13º. Bahia e Sergipe, 14º. Rio Grande do Norte e Goiás, 15º. Mato Grosso do Sul, 16º. São Paulo e Santa Catarina, 17º. Brasília – DF, 18º. Paraná, 19º. Rondônia 20º. Espírito Santo, 21º. Maranhão, 22º. Mato Grosso, 23º. Sergipe., 24º. Rio Grande do Sul., 25º. Minas Gerais. Fonte: Arquivo ENFF.

saída do lote por um período longo: quem vai cuidar da produção, dos animais e da família? Alguns assentados aceitam o argumento de que seu núcleo no assentamento se responsabilizará por seu lote e sua família. Já os trabalhadores que estão acampados a mais de 2 anos têm receio de saírem e perderem o processo de pré-assentamento. E os militantes em sua maioria se fixam no planejamento existente para a realização de tarefas dos setores e coletivos nos quais estão inseridos. Assim sendo, poucos são os militantes da organização que participam das brigadas de trabalho voluntário, quando participam, são em sua maioria militantes do setor de formação. Portanto, a dimensão educativa do trabalho voluntário na ENFF pode assumir uma determinada importância para a organização do MST, já que abre possibilidades reais para a expansão do trabalho político-organizativo em sua base social.

A vida cotidiana da Escola Nacional Florestan Fernandes é bastante dinâmica, além do trabalho na construção existe a divisão do trabalho doméstico. Somente a disciplina no cumprimento dos horários pode garantir o funcionamento da ENFF, sendo assim é escolhida uma pessoa que ficará responsável por tocar o sino durante todo o período de permanência da brigada, marcando o início e o término das atividades. O sino deve ser tocado nos seguintes horários:

Horário	Atividade
06:15h	Levantar
06:45h	Café da manhã
07:15h	Formatura para o trabalho
09:15h às 09:30h	Lanche
11: 30h	Término turno da manhã
11:45h	Almoço, limpeza, descanso
13:30h	Retorno aos trabalhos, formatura
15:00h às 15:30h	Lanche

17:30h	Término do turno da tarde
18:30h	Janta
19:30h às 21:00h	Atividade de formação (estudo, vídeo, palestras, oficina, alfabetização, etc.)
22 :00h	Silêncio <sup>111</sup>

A divisão do trabalho doméstico por núcleo é determinada pelos dias da semana, podendo ser exemplificada pela tabela abaixo:

Dias da semana	Vasilha (copos, pratos, talheres, panelas)	Refeitório	Banheiro	Dormitório
Doming	Núcleo 1	Núcleo 2	Núcleo 3	Núcleo 4
Segunda	Núcleo 4	Núcleo 3	Núcleo 2	Núcleo 1
Terça	Núcleo 3	Núcleo 4	Núcleo 1	Núcleo 2
Quarta	Núcleo 2	Núcleo 3	Núcleo 4	Núcleo 1
Quinta	Núcleo 1	Núcleo 2	Núcleo 3	Núcleo 4
Sexta	Núcleo 2	Núcleo 1	Núcleo 4	Núcleo 3
Sábado	Núcleo 4	Núcleo 3	Núcleo 2	Núcleo 1 <sup>112</sup>

<sup>111</sup> Os lanches da manhã e da tarde foram retirados depois de uma avaliação coletiva, ocorrida em dezembro de 2002, de que eram desnecessários e quebravam o ritmo de trabalho nas obras. No horário da tarde, são levados para os grupos de trabalho suco e biscoitos, porém não mais se interrompe o conjunto da obra por um intervalo de tempo. Isto demonstra a flexibilidade da estrutura organizativa que vai se adaptando de acordo com a avaliação e a necessidade dos trabalhadores.

<sup>112</sup> Esta foi a divisão de trabalho que ocorreu com a brigada do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que permaneceu na ENFF entre os meses de janeiro e março de 2002. A variação que pode existir diz respeito ao número de núcleos existentes, mas a lógica permanece a mesma.

Os limites concretos da vida cotidiana, fundados na apreensão imediata da realidade, na tendência à conservação dos costumes, bem como na adaptação passiva às circunstâncias, não eliminam suas possibilidades de desenvolvimento do homem. Segundo Konder (2002, p.241), existe uma ambigüidade própria da consciência cotidiana, capaz de possibilitar tanto a distorção ideológica quanto a resistência aos processos da ideologia. Segundo o filósofo, para além de reconhecer os limites da consciência cotidiana, o que se deve buscar são os métodos capazes de realizar:

*(...) as mudanças mais profundas que puderem ser realizadas, distinguindo no plano da reflexão e da consciência crítica, entre o que a ação deve conservar e o que ela precisa, efetivamente, superar (...) a atividade cotidiana quase nunca chega a ser práxis e a consciência cotidiana quase nunca chega a ser teoria. Esta formulação matizada tem a vantagem de nos chamar a atenção para a importância de competências que estão sendo engendradas, e saberes que estão sendo elaborados, numa mal definida zona de transição entre a cotidianidade, de um lado, e a teoria e a práxis, de outro. (id.).*

É, portanto, a partir desta zona de transição que nos fala o professor Konder que analisamos a vida cotidiana da ENFF, buscando uma aproximação em relação aos limites engendrados pela permanência das contradições e aos avanços possibilitados pelo rompimento de relações sociais marcadas pela lógica do capital.

O projeto de construção da Escola Nacional foi elaborado pela direção nacional do MST e pela arquiteta Lílian Lubochinski. Segundo a arquiteta, numa exposição feita para brasileiros e estrangeiros que estavam visitando a Escola, o grande desafio foi buscar uma linguagem arquitetônica para a população agrária. Reproduzindo sua fala:

*(...)O desafio era de não reproduzir nem a Casa Grande nem a Senzala que marcam a história da injustiça no Brasil. Na ausência de uma linguagem do povo para edificações públicas fui buscar uma referência histórica que ultrapasse a história do capitalismo. Trazer do Renascimento esta linguagem que priorizou uma arquitetura humanista, da escala humana, retomando um outro curso da história a fim de re-elaborar a linguagem arquitetônica e seguir adiante. Os humanistas em busca do novo e de uma nova referência vão a Roma, na arquitetura, na política e no pensamento. A linguagem renascentista sai da vida contemplativa para entrar na vida ativa, da participação criativa. O MST hoje, dentro do contexto histórico brasileiro, é formado por homens que tomam a iniciativa para a vida*

*política. Esta arquitetura tem a função de falar esta linguagem da ação política na tentativa de reagir ao neoliberalismo e seu discurso único do mercado (...).*<sup>113</sup>

Uma das particularidades do trabalho concreto na ENFF é o caráter artesanal do processo de construção, marcando uma grande diferença do caráter industrial principalmente quanto à padronização dos modelos e das escalas, o que implica diretamente no fator tempo. A mentalidade vigente, fruto da sociedade industrial nos coloca a velocidade, a rapidez do término da obra como elemento de produtividade e qualidade do serviço. Segundo o relato de um dos engenheiros coordenadores da obra<sup>114</sup>, Jorge Hage., a diferenciação do modo artesanal para o modo industrial causou uma certa angústia durante estes dois anos de construção, no entanto, com o amadurecer do processo perceberam que o modo de trabalho diferenciado marcado pelo caráter da artesanaria ao necessitar de mais tempo de trabalho possibilita o aprofundamento da relação humana entre os trabalhadores e a própria equipe de engenharia.<sup>115</sup>

Com o tempo, a equipe de engenheiros descobriu a necessidade de implementar um curso de formação técnica para os trabalhadores voluntários, tendo como temas principais a história da arquitetura, solo-cimento e paisagismo. Os cursos de paisagismo<sup>116</sup> e solo cimento (com aulas teóricas e práticas) foram os primeiros a serem implementados, na

---

<sup>113</sup> Fala da arquiteta Lílian Avivia Lubochinski para um grupo de brasileiros de Minas Gerais e de Santa Catarina e estrangeiros da Alemanha, da Romênia e da Holanda que estavam participando do I Seminário Internacional de Solidariedade. Visita realizada em 18/01/02.

<sup>114</sup> Entrevista realizada no dia 18 de abril de 2003.

<sup>115</sup> Existe uma equipe de engenheiros, arquitetos, paisagistas e sociólogos que acompanham a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Estes profissionais, graduados pela USP, no período de sua formação participaram ativamente do grêmio estudantil e recuperaram o projeto Escritório-piloto onde prestavam assessoria técnica aos movimentos sociais. Ao concluírem seus estudos criaram a INTEGRA –Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar e foram convidados pelo MST a trabalhar na construção da Escola.

<sup>116</sup> Os temas tratados no curso de paisagismo são: sustentabilidade (recursos finitos e capacidade de suporte, relação ser humano e natureza e condicionantes históricos e políticos-sociais), Sódio e biodiversidade (a cadeia alimentar, a interdependência entre ser humano, fauna, plantas, água, solo, ar e o manejo correto destes recursos, relacionando-os com os efeitos de erosão, queimadas, adubação química e toxicidade dos produtos químicos), a importância das espécies nativas, (a convivência com as diferenças), conceito de meio ambiente (o natural e o antrópico). O projeto de paisagismo na ENFF está na socialização do conhecimento de técnicas de jardinagem e manejo agrícola: preparação do solo, plantio, adubação, controle biológico de pragas e doenças, poda. Os temas são abordados através de diferentes métodos: exposições com cartazes e desenhos, apresentação de diapositivos, oficinas com exercício de desenhos feitos pelos próprios alunos, brincadeiras com jogos cooperativos e períodos de práticas de plantio, mutirão de ajardinamento da Escola. Fonte: Arquivo ENFF. Relatório de Março de 2002.

verdade eram ministrados em três aulas semanais distribuídas no período noturno, onde ocorrem as aulas de formação política e de alfabetização de jovens e adultos.

O curso de história da arquitetura foi uma necessidade que surgiu dos engenheiros e dos trabalhadores, já num período posterior, tendo em vista os conflitos de conhecimento que apareciam no decorrer da obra. Na verdade, este curso surge como um experimento capaz de identificar as práticas tradicionais dos trabalhadores com o conhecimento sistematizado da arquitetura. Segundo o depoimento do engenheiro, o processo é rico na troca de aprendizados, possibilitando inclusive o questionamento da formação acadêmica em arquitetura a partir do conhecimento dos trabalhadores acumulado pela vivência prática da construção civil. Ou seja, os trabalhadores acumulam conhecimentos complexos na área da arquitetura sem muitas vezes ter a educação básica ou mesmo um processo sólido de alfabetização.<sup>117</sup> O que se efetiva no cotidiano do canteiro de obras é uma escola viva através de um processo coletivo, onde arquitetos, engenheiros e trabalhadores rompem com uma hierarquia do conhecimento e do fazer próprio da construção civil e vivenciam uma relação pedagógica de forma dialética, aprendendo e ensinando a partir do processo de trabalho.

Outra particularidade é o fato da base da construção ser feita com terra, onde o lema da Escola Nacional Florestan Fernandes é *Sem Terra construindo com Terra*. Há uma cartilha do MST chamada “Como Construir com Terra”, onde são apresentadas algumas justificativas para o uso da terra como matéria-prima básica da construção da Escola:

1. *Tecnológica – gera emprego, conhecimento e autonomia.*
2. *Econômica – temos fartura de mão de obra e de material.*
3. *Ambiental - de baixíssimo consumo de energia não renovável, não gera entulho, o material é reciclável e resulta numa moradia mais saudável para o ser humano do que aquelas que se utilizam materiais sintéticos que não respiram, etc.*
4. *Conforto - esta técnica proporciona um excelente conforto térmico e acústico.*
5. *Cultural - resgata uma tradição quase esquecida.*<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Entrevista realizada em 18 de abril de 2003.

<sup>118</sup> Como Construir com Terra. SP: MST, 2000a. Segundo o texto *Construir com Terra*, desde a Antiguidade, diversas civilizações usaram a terra como material de construção, no entanto, as tradições de erguer arquiteturas de terra crua (taipa), acumuladas ao longo de dez mil anos, caíram no esquecimento a partir da 1ª Guerra Mundial, quando os métodos construtivos artesanais foram substituídos por novos sistemas e produtos industrializados. Meio século depois desta fase, a crise econômica e energética da década de 1970 favoreceu o

Uma outra justificativa para a escolha deste método de construção é a formação profissional dos acampados e assentados (para além da área da agricultura), com possibilidades reais de socializar os conhecimentos técnicos em seus Estados de origem e de garantir a permanência na terra em condições dignas de moradia sem a exigência de custos muitos elevados.<sup>119</sup>

O programa arquitetônico da ENFF inclui a projeção de espaços administrativos e pedagógicos. A seguir, informações sobre os espaços construídos e os espaços em processo de construção.<sup>120</sup>

{ EMBED Word.Picture.8 }

A construção do Refeitório foi a primeira grande obra da ENFF, tendo uma duração de dois anos, de março de 2000 a março de 2002, envolvendo 12 brigadas de trabalho voluntário e resultando em uma área construída de 1.044 metros quadrados. A construção do refeitório expressa um processo de experimentação constante da técnica de solo cimento em um edifício de grande porte com a construção de pilares e de paredes monolíticas de solo cimento. Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 21/04/2002 Refeitório, lavanderia, banheiros, loja de conveniência, espaço cultural e de lazer, prédio para depósito de gás e de lixo.<sup>121</sup>

---

renascimento das construções com terra, procurando aliar as virtudes destas culturas tradicionais às aquisições modernas. (2000a, p.3)

<sup>119</sup> A reprodução da técnica solo-cimento já está sendo reproduzida nos assentamentos, um exemplo concreto é o Assentamento Justino Draszewski, em Araquari, Santa Catarina. Foi criado um Setor da Construção Civil no assentamento, onde os trabalhadores dividem as tarefas da fabricação de tijolos e da execução da obra. Revista Sem Terra. Jan/Mar, 2003, p.30.

<sup>120</sup> Convém reconhecer a construção de outros espaços que surgem da necessidade dos trabalhadores e que a princípio não participam do complexo projetado no programa arquitetônico, dentre eles estão: um alojamento para 100 trabalhadores, um almoxarifado, a pequena fábrica de BTC, a horta, um tanque de peixes, galinheiro, chiqueiro, etc.

<sup>121</sup> Fonte: Arquivo ENFF. Relatório da obra de Junho de 2001.

Em seguida foram construídos os prédios de alojamento. Esta construção conta com oito prédios com dois pavimentos (superior e térreo), totalizando 1.133 metros quadrados. Cada prédio tem a capacidade de acomodação para 25 pessoas no total, sendo que 11 pessoas no pavimento térreo e 14 pessoas no pavimento superior, permitindo a permanência de 200 alunos. Nesta estrutura ainda consta uma sala de convivência e de espaço de lazer, contando cada pavimento com um banheiro para cada quarto. Foram sendo construídos quatro edifícios ao mesmo tempo, tendo como seqüência: estaqueamento, blocos das fundações, alvenarias estruturais, contrapiso, lajes, instalações hidráulicas, esquadrias (portas e janelas), caixa d' água, telhado, instalações elétricas, chapisco/emboco interno, azulejos, cerâmica em piso, pintura geral, acabamentos externos. A proposta de construção era de envolver de forma simultânea nos quatros primeiros edifícios 100 trabalhadores, sendo que 30 com a experiência de trabalhar a técnica de solo cimento, tendo alguma especialização, e 70 em processo de formação, formando 4 equipes de 25 trabalhadores em cada prédio e um coordenador responsável por cada prédio, além do apoio da equipe técnica.<sup>122</sup>

Ao mesmo tempo em que se consolida a construção dos prédios de alojamento se inicia, em março de 2003, a construção do edifício pedagógico, o maior desafio da obra. Projeta-se para este edifício uma área de 2.100 metros quadrados. Sua estrutura deverá compor as salas de aula, as salas do professores, o auditório, a biblioteca (com capacidade para 50 mil livros), os laboratórios de física, química, biologia, informática e artes<sup>123</sup>. Em julho de 2004, o prédio pedagógico encontrava-se na fase final de construção, encerrando a primeira etapa de construção da ENFF.

Como parte do programa arquitetônico, ainda constam: a edificação do espaço da administração e do museu, com uma área de 350 metros quadrados; a edificação de um espaço para a ciranda infantil, com uma área de 100 metros quadrados; a edificação de um auditório com capacidade para 500 pessoas, com uma área de 1.000 metros quadrados; e a

---

<sup>122</sup> Fonte: Arquivo ENFF. Relatório da obra de Março de 2002.

<sup>123</sup> Fonte: Arquivo ENFF. Relatório de agosto de 2003.

edificação de um ginásio, com capacidade para 1.000 pessoas, com uma área de 1.250 metros quadrados (id.). O complexo da Escola Nacional Florestan Fernandes, em sua totalidade, constará de uma área edificada de aproximadamente 9.000 metros quadrados.

Sem dúvida a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes apresenta várias dimensões novas para a reflexão sobre o processo de formação humana no MST, dentre elas o caráter artesanal da construção, a metodologia (o fato de ser construída por trabalhadores sem-terra de todo o país) e a tecnologia de construção com a terra, gerando um maior grau de autonomia nos assentamentos, já que ao voltar para os seus Estados os trabalhadores retomam a tradição autônoma da construção, construindo suas próprias casas e passando este conhecimento para as gerações futuras. Entretanto, o que se destaca dentro do desenvolvimento da história do MST é a criação de novas possibilidades concretas de formação de militantes, como, por exemplo, a experiência de trabalho voluntário na ENFF, onde a transformação está na luta pela *mudança qualitativa* da categoria trabalho, passando da condição de objetivação alienada para a condição de objetivação social, produzida e apropriada coletivamente e humanamente.

## Capítulo V – A dialética do trabalho voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes

Este capítulo teve como objetivo a reconstrução histórica do trabalho voluntário a partir de processos sociais diferenciados. No primeiro momento procuramos apresentar o trabalho voluntário a partir da centralidade do capital, ou seja, a apropriação do trabalho voluntário no contexto do Estado neoliberal e da expansão do terceiro setor durante a década de 90. Mostramos como a ideologia do trabalho voluntário se adequa às necessidades de reestruturação produtiva e se insere no senso comum de modo a se tornar uma exigência do mundo do trabalho e da sociedade civil impulsionada pelo

próprio Estado e pelas empresas capitalistas. No segundo momento, apresentamos a tradição religiosa do trabalho voluntário a partir da mediação das Comunidades Eclesiais de Base dos anos 70. Nosso interesse foi mostrar como o trabalho voluntário se apresenta como trabalho comunitário pastoral que tem como objetivo a ajuda mútua, a solidariedade entre os pobres e para com estes, assim como o fortalecimento da identidade comum da fé e da organização social. A formação de militantes cristãos pelas CEB's teve um papel fundamental na formação de novas organizações sociais e políticas após o fim da ditadura militar no Brasil. No terceiro momento, apresentamos a tradição marxista de trabalho voluntário com base nas experiências da Revolução Russa, da revolução Cubana e do Governo de Allende. Neste aspecto, o trabalho voluntário aparece como um *rebento do novo*, como o autêntico *trabalho comunista*, já que é impulsionado por uma determinação interior tendo em vista o fortalecimento da consciência política dos trabalhadores e a superação da relação capital-trabalho.

Por fim, apresentamos a concepção de trabalho voluntário do MST, sua importância como linha política da organização, bem como sua forte dimensão educativa e organizativa dentro e fora do MST, ou seja, como estratégia de formação de militantes e de ação junto a outros setores da sociedade. Desenvolvemos a dialética do trabalho voluntário da ENFF, apresentando sua relação orgânica com o trabalho político-organizativo, bem como sua dimensão educativa que avança para a totalidade das relações humanas que se estabelecem dentro da ENFF. Apontamos como o trabalho voluntário, como mediação do trabalho político-organizativo do MST, fortalece a práxis do trabalho, das relações sociais e da cultura do coletivo através do processo de formação de uma subjetividade de classe, como também de materialização de um projeto da classe trabalhadora que vai além do próprio MST.

Nossa pesquisa de campo seguiu os parâmetros de uma pesquisa de história social (apontados no quarto momento do primeiro capítulo) e esteve centrada na dinâmica das relações sociais. Tratamos de vivenciar a dinâmica das relações sociais produzidas no cotidiano da obra da ENFF a partir da nossa participação em três momentos diferenciados.

No primeiro momento, integramos a Brigada de Trabalho Voluntário Minas Gerais e Rio de Janeiro como operária da fábrica de tijolos e formadora, permanecendo na ENFF entre o período de janeiro e março de 2002. No segundo momento, em abril de 2003, tratamos de realizar as entrevistas com os trabalhadores da Brigada Permanente e de pesquisar o Arquivo da ENFF, participando ainda de alguns momentos de formação no período da noite. No Arquivo da ENFF constam um acervo de fotografias e um acervo de documentos, que estão em processo de catalogação, suas identificações vinculam-se ao período de permanência das Brigadas de Trabalho Voluntário. No terceiro momento, em abril de 2004, tratamos apenas de observar as mudanças ocorridas no cotidiano da obra.

Cumpramos lembrar que a leitura de fontes históricas diversas como os documentos escritos, as entrevistas e as fotografias foi realizada através do método da intertextualidade, que consiste na utilização de várias linguagens no processo de construção das mediações (sociais, políticas e culturais) que particularizam o fenômeno que desejamos investigar. Sendo assim, reafirmamos que nossa intenção foi a produção de análise histórica das relações sociais e humanas produzidas e projetadas, no âmbito individual e no âmbito da vida social produzida historicamente pelo MST.

### 5.1. O trabalho voluntário sob a centralidade do capital

Em seu sentido terminológico, voluntário é aquele que age espontaneamente, de acordo com sua própria vontade, livre de qualquer tipo de coação. Neste caso a classe dos voluntários, se identifica como voluntariado e o voluntarismo, passa a significar (...) *a doutrina que afirma a preeminência da vontade, quer no plano psicológico, quer no domínio ético (em que a vontade supera a razão, divina ou humana), quer no domínio do*

*conhecimento, quer, por fim, no domínio metafísico*<sup>124</sup>. O que fica evidente nesta definição é que o voluntário pauta-se apenas por uma vontade individual, sendo uma escolha do indivíduo, livre de qualquer determinação social.<sup>125</sup>

O trabalho voluntário é, em suas origens, produto histórico do capitalismo, ou seja, surge no âmbito da *relação capital*. Isto significa que ele vai assumindo várias formas e contradições ao longo do processo histórico dominado pela reprodução social do capital, mesclando relações de filantropia, de caridade, de crença religiosa, de solidariedade, de alienação e de superexploração.

A partir das décadas de 70 e 80 do século XX, com a crise estrutural do capital, o trabalho voluntário vem se configurando como uma nova forma de relação capital-trabalho, sendo apropriado de modo a dar respostas capazes de encobrir a impossibilidade do pleno emprego ou mesmo “amenizar” a crescente realidade concreta do desemprego crônico, chegando ao extremo de se realizar como uma extração mais intensa da mais valia.<sup>126</sup>

O que gostaríamos de compreender é como o intenso apelo ao trabalho voluntário nas sociedades contemporâneas, principalmente na sociedade brasileira, atua no sentido de afirmar um discurso moralizador com uma função ideológica bem determinada. Podemos ver explicitamente este tipo de atitude tanto em programas governamentais, como em programas de empresas privadas, resultando numa ambígua composição do que hoje se define como terceiro setor. Ou seja, estamos partindo das seguintes indagações: Como o

---

<sup>124</sup> Novo Dicionário Aurélio. Editora Nova Fronteira.

<sup>125</sup> O quanto de ideológico está posto nesta definição. Segundo Chauí (1982) e Konder (2002), em Marx, a questão da ideologia está posta justamente na separação criada entre as condições sociais e as produções das idéias. Portanto, o conceito de voluntário deve ser compreendido como fruto de uma realidade concreta, uma *determinação da existência*, a partir de relações sociais produzidas historicamente. Nesse sentido, a idéia de um indivíduo movido apenas e exclusivamente por sua vontade é uma construção ideológica, pois nega as determinações sociais.

<sup>126</sup> Lessa (2002, p.44) amplia esta compreensão mostrando como as propostas do “terceiro setor” como economia solidária, cooperativismo, etc, intencionam criar novas formas de relação capital-trabalho no bojo da reestruturação produtiva, fomentando uma realidade ultracontraditória, já que o movimento atual do capital é justamente combinar (...) *desenvolvimento das forças produtivas com eliminação de postos de trabalho*.

trabalho voluntário aparece nas últimas décadas do século XX com a chamada reestruturação produtiva do capital? Qual a sua real vinculação com as ONG's, com o Estado e com as empresas capitalistas?

Principalmente a partir da década de 1990 fica evidente a articulação entre trabalho voluntário, participação cidadã e ação solidária a fim de realizar o inquestionável objetivo de promover a defesa dos direitos humanos. Este discurso atravessa o campo governamental e não governamental, incluindo a esfera privada, sempre no sentido de criar ações e espaços criativos que fortaleçam a abstrata e fragmentada sociedade civil. O termo parceria como num passe de mágica dá a liga a conjuntos sociais tão diversos a fim de resolver todos os problemas postos por esta adversa realidade de crise social, que aparece sem origem e sem causa histórica. No bojo deste discurso, o voluntário passa a ser definido como aquele cidadão participativo e solidário que doa seu tempo e seu trabalho para as boas causas sociais.

Arantes (2004) destrincha todo este discurso ideológico indo a fundo nos novos mecanismos do capital que mesclam interesses estatais e privados, como forma de adequação aos imperativos do lucro e do livre mercado<sup>127</sup>. Na verdade, o autor de *Esquerda e Direita no espelho das ONG's* nos mostra como o *marketing social* da “empresa-cidadã sem fins lucrativos” está acoplado às reformas gerenciais do Estado, baseadas na terceirização das suas funções sociais. (Arantes, id., p.168). Relacionado a este aspecto está a contradição do simbolismo ultrapositivo das chamadas “ações voluntárias sem fins lucrativos” que dinamizam e tornam legítimas as políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo em que participam ativamente do processo de destruição da estruturação social e econômica do chamado Estado de Bem Estar Social. As relações existentes entre interesses privados e investimentos sem fins lucrativos

---

<sup>127</sup> Segundo Arantes, a retraída histórica do socialismo como força moral defensora da vida humana contra o capital possibilitou a apropriação de seu vocabulário (direitos, cidadania, participação) pelo discurso oficial de conservadores e de progressistas engajados na implementação do novo modelo neoliberal. Tal processo provocou uma intensa inversão do sentido das palavras de modo a impossibilitar uma demarcação clara da luta política e das classes sociais em conflito. (...) *Daí o vácuo ideológico em que foi precipitada a luta das classes e das nações pela riqueza capitalista, devolvendo-nos ao “espantoso deslizamento semântico” que arrastou consigo os derradeiros fragmentos do discurso anti-sistema.* (...). (2004, p.189).

instauram uma perversa dialética na dinâmica atual da relação Estado e Capital, cabendo àquele legitimar os novos imperativos de acumulação, as novas regras do mercado, sendo seu principal agenciador. Como analisa Arantes:

*(...) Ocorre que só um Estado gerencialmente reformado pode se tornar um eficiente parceiro-facilitador da acumulação privada, em particular nos elos das cadeias produtivas mundiais que porventura hospede e remunere, e assim sendo se “envolverá” prioritariamente (“eticamente”, melhor dizendo, pois afinal estará lidando com “empresas-cidadãs”) na seleção e hierarquização dos agentes não-governamentais que, por subcontratação política, adquirem concessões do poder estatal e se lançam na conquista do espaço-público, desertado por sua vez por um Estado cuja capacidade de regulação social parece ter enfim se esgotado, mas não o poder organizacional, ou mais propriamente, poder estratégico-gerencial (e é em torno deste poder que se travam as lutas políticas de hoje) de promover a concorrência entre os serviços públicos (...) descentralizados por contratos de gestão, mais preocupados portanto, tais “serviços”, com objetivos e “resultados”, em obter recursos e não em despendê-los (embora não se trate de produção mas de serviço): quanto aos usuários serão tratados de clientes se forem solventes. Aqui o lugar de um Terceiro Setor gerencialmente enxuto (...). (ibid. p. 176-177).*

No que diz respeito ao universo ideológico o que vemos é uma retórica alienante de um equilíbrio quase que natural entre Estado, sociedade civil e mercado.<sup>128</sup> Portanto, é a partir deste processo de reestruturação das funções do Estado, que o trabalho voluntário se torna uma das exigências do processo que envolve empresas-cidadãs e as ONG's (geradas ou não no seio do Estado), aparecendo como uma contrapartida das respectivas responsabilidades, social e ética, frente a uma sociedade civil carente de “direitos de cidadania”. Na verdade, uma sociedade civil cada vez mais retalhada e disputada para fins privados e políticos.

O que se verifica é uma certa conjugação entre trabalho voluntário e lógica mercantil, o que ironicamente é classificado por Arantes (2004) como (...) *a utopia da autoabsorção narcísica própria do confronto concorrencial se resolvendo*

---

<sup>128</sup> Não pretendemos aqui aprofundar esta questão, porém podemos relacionar o processo descrito acima às justificativas das teorias pós-modernas, como por exemplo a teoria da ação comunicativa, ou mesmo as teorias que afirmam o fim dos conflitos sociais, da luta de classes, da história, etc. (ver: Wood e Foster, 1999).

*milagrosamente na coreografia da solidariedade(...)* (id. p.181). Ou seja, o trabalho voluntário surge como uma peça importante no corte de custos da empresa-cidadã, aumentando seu poder no jogo da concorrência e integrando perversamente a noção de ética e cidadania como valor agregado ao produto da empresa. Um outro aspecto que é reiterado por esta ética-gerencial do trabalho voluntário é sua condição de ser capital moral qualificador para a entrada no mercado de trabalho, o que dá margem para uma intensa extração de mais-valia principalmente sobre o trabalho dos jovens trabalhadores.

Uma exemplificação desta postura é a análise feita por Teodósio (2001) sobre os novos desafios da ética gerencial, ressaltando a função do Terceiro Setor de criar um mercado de trabalho voluntário<sup>129</sup>. Sendo assim, o Terceiro Setor deve se empenhar na construção de uma (...) *gestão de Recursos Humanos que esteja voltada para o tratamento e a regulação de conflitos* (id., p.19), já que em caso de insatisfação com a postura e a organização da empresa o voluntário pode facilmente se desligar e se dedicar a uma outra instituição. Segundo Teodósio, o trabalho voluntário, do ponto de vista da ética gerencial, se configura como um dos grandes desafios das organizações do terceiro setor, justamente porque sua realização pode concretizar objetivos variados, como por exemplo, a qualificação profissional de parte do voluntário (a fim de “alimentar” seu currículo) ou o barateamento de custo por parte da empresa, aumentando sua competitividade e produtividade. (2001, p.20-21).

Ao trazer em sua análise os riscos e os aspectos positivos do incentivo ao voluntariado por parte das empresas brasileiras, a exemplo das empresas americanas, Teodósio (2001) vai ressaltar dois aspectos em especial. O primeiro relaciona-se às estratégias de gestão de recursos humanos que incentivam os empregados voluntários a trabalharem em equipe, interagirem com públicos de diferentes mentalidades, alcançando metas com baixa utilização de recursos.

---

<sup>129</sup> Teodósio define o Terceiro Setor como o mundo da gestão que tem a finalidade de alcançar rapidamente as metas sociais, o equilíbrio financeiro, a perenidade organizacional e principalmente de mobilizar voluntários. (2001, p. 1.)

O segundo aspecto fundamental está na combinação entre trabalho voluntário e marketing. Teodósio aconselha as empresas privadas a conceberem seu projeto de voluntariado não somente como uma oportunidade de repassarem às comunidades carentes suas metodologias de resoluções de problemas, mas, sobretudo (...) *como uma grande chance para que a própria organização privada aprenda com a comunidade e se aproxime de seus mercados consumidores(...)*. (2001., p.21). Por fim, completando todas as suas avaliações a respeito do processo de inserção do trabalho voluntário nas organizações privadas, Teodósio faz uma comparação direta com o processo de absorção da chamada Qualidade Total, onde os investimentos sociais das empresas e o trabalho voluntário antes de serem tidos como um diferencial competitivo, devem ser um pré-requisito para a entrada das empresas nos mercados. (id., p.25).

No âmbito das ONG's em geral, o trabalho voluntário, na função social de ampliar os direitos e a cidadania, se reduz a uma atuação pontual em uma comunidade qualquer, eliminando a palavra favela ou periferia do vocabulário do senso comum no qual está inserido. Mesmo o sentido de solidariedade (doar aquilo que está sobrando) se reduz a uma relação eventual com os "excluídos", que quando são reconhecidos por seus nomes próprios se tornam meros usuários de serviços.

A noção mais geral de trabalho voluntário, produzida principalmente pelas campanhas publicitárias de órgãos governamentais, se vincula a um certo tipo de *engajamento indolor*<sup>130</sup>, que se revela como um estilo de vida, um exercício de cidadania como terapia social. Ou seja, como a realização de um conjunto de atividades com o objetivo de recuperar uma identidade social perdida (como, por exemplo, os *amigos da escola*) capaz de salvar uma realidade inadequada ao avanço prodigioso da nação brasileira.

---

<sup>130</sup> Expressão utilizada por Arantes (2004, p.182).

Na sociedade brasileira dos anos 90 do século XX, a discussão do trabalho voluntário foi incentivada tanto pelo Estado, como pelas instituições privadas. Criou-se um ambiente sadio na mídia para esta discussão através de campanhas de doações, programas de capacitação de voluntários e promoção de voluntariado empresarial entre funcionários<sup>131</sup>.

É bem significativa a criação do Programa Voluntários em novembro de 1997 pelo governo de FHC, assim como a criação de centros de referência do voluntariado em várias regiões do país, objetivando a capacitação dos interessados, assim como a mediação entre as instituições e os candidatos ao voluntariado. Tal programa está vinculado à Estratégia Comunidade Solidária, uma proposta elaborada pelo governo federal em 1995 com a finalidade de combater a fome e erradicar a pobreza no país, fundamentada em quatro princípios centrais: *parceria, solidariedade, descentralização e integração e convergência de ações*, que estão agregados às noções de *comprometimento, perseverança, gradualismo e multiplicidades*. (Resende, 2000, p.4).

Podemos, portanto visualizar dentro desta estratégia do governo de FHC a implementação do que antes sinalizamos como as reformas gerenciais do Estado, onde se destaca a organização de uma rede de articulação entre o governo federal, estadual, municipal e a sociedade civil<sup>132</sup>, ONG's, empresas privadas, nacionais e internacionais, em suas diversas formas de organização social.

---

<sup>131</sup> Maria Cristina Dal Rio (2001) em sua dissertação de mestrado mostra como nos anos 90 o trabalho voluntário toma espaço na vida do aposentado a partir de sua inserção em ONG's como exemplo de cidadania ativa.

<sup>132</sup> A parceria com a sociedade civil tem um objetivo bem definido: (...) *mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros voltados para apoio a demandas não atendidas por recursos federais* (...). (Resende, 2000, p.19)

O Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária<sup>133</sup> anunciou em 1997 a primeira campanha publicitária nacional sobre trabalho voluntário, sendo financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).<sup>134</sup> Sua intenção de massificar o trabalho voluntário no Brasil se realizou através de um intenso trabalho midiático de divulgação, como também um trabalho de administração da oferta e demanda dos trabalhadores voluntários, criando inclusive um aparato institucional de capacitação de pessoas e instituições, através da implementação de uma rede de mais de 10 centros regionais de voluntariado, incluindo as principais capitais e o interior do Brasil.<sup>135</sup>

Além do trabalho voluntário ser reconhecido pelo governo federal tornando-se uma questão do espaço público foi legitimado por meio da Lei do Voluntariado em 1998.<sup>136</sup> O argumento principal é a criação de uma moderna cultura do voluntariado, que prima pela eficiência dos serviços prestados e por seus resultados práticos, como também pela promoção, valorização e qualificação dos voluntários e das instituições, rompendo

---

<sup>133</sup> Foi criado um Sistema Comunidade Solidária dividido da seguinte forma: Conselho Consultivo, Secretaria Executiva, Ministérios Setoriais e interlocutores estaduais. Até o ano de 2000 foram criados 20 programas federais realizados por 9 ministérios (Agricultura, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho), com os seguintes objetivos: reduzir a mortalidade na infância, melhorar condições de alimentação dos escolares, trabalhadores e famílias carentes, melhorar condições de moradia e saneamento básico, melhorar condições de vida no meio rural, gerar emprego e renda e promover a qualificação profissional, apoiar e desenvolver a educação infantil e o ensino fundamental, defender os direitos das crianças e dos adolescentes e promovê-las socialmente. (Id, p.20).

<sup>134</sup> Além do Programa Voluntários foram criados pela Comunidade Solidária os programas de Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária e a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS). Curiosamente, estes três programas a partir de 2001 se tornaram organizações não governamentais, independentes, embora utilizem o logotipo de Comunidade Solidária simplesmente por serem oriundos da Comunidade Solidária e seguirem seus princípios éticos, de profissionalismo e qualidade na realização dos projetos. (Goldberg, Ruth. Entrevista A Força do Voluntariado. Revista Reboças. Ano VIII, no. 50. maio/junho de 2001).

<sup>135</sup> Estas informações estão no site: { HYPERLINK "<http://www.programavoluntarios.org.br/>" }.

<sup>136</sup> Lei no. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1. Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade. Parágrafo Único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Art. 2. O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador de serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício. Art. 3. O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo Único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário. Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5. Revogam-se as disposições em contrário.

portanto com um conceito antigo associado à caridade ou ao tédio de pessoas solitárias e desocupadas.<sup>137</sup> Está evidente que o conceito de voluntário do governo de FHC, ou seja, o (...) *modelo de voluntariado como cidadão, motivado por valores de participação e solidariedade, que doa trabalho e talento de maneira espontânea e não remunerada em causas de interesse social e comunitário (...)*<sup>138</sup> fundamenta-se nas premissas da reestruturação das funções gerenciais do Estado e com os interesses das empresas-cidadãs, socialmente responsáveis.

Em 2000 foi criado o projeto Portal do Voluntariado, uma parceria entre Comunidade Solidária, TV Globo e Globo.com, que se define como uma ferramenta de divulgação do trabalho voluntário pela internet, com o objetivo de viabilizar a promoção de oportunidades de trabalho voluntário. Neste portal qualquer “indivíduo bondoso”, desde filhos de executivos até portadores de deficiência física podem na condição de usuários

*(...) encontrar vagas para a sua ação voluntária. Do lado da instituição, com a mesma tecnologia possibilita, disponibiliza a demanda por voluntário. Com o crescimento da demanda, enquanto a oferta de trabalho voluntário ficou estática (refletindo a realidade brasileira, havendo mais voluntários que vagas), o Portal está ampliando suas ações para o voluntariado virtual(...).*<sup>139</sup>

Assim verifica-se uma inversão completa da realidade vivenciada pelo mercado de trabalho brasileiro, marcado por um desemprego atroz e crescente. O impressionante é que, segundo o Portal do Voluntário, existem cerca de 15 mil voluntários para um conjunto de 800 vagas oferecidas. O valoroso serviço prestado por esta parceria entre Comunidade Solidária, TV Globo e Globo.com é a organização de seções fixas que tratam de encaminhar dicas de atuação do voluntariado, como o *banco de oportunidades de voluntariado*, o *voluntariado empresarial* (mostrando, por exemplo, os benefícios

---

<sup>137</sup> Curiosamente na lei utiliza-se o conceito de serviço voluntário diferentemente de trabalho voluntário utilizado nas campanhas publicitárias. No anexo III, apresentamos um modelo de contrato de Voluntariado.

<sup>138</sup> Conceito do Programa Voluntários da Comunidade Solidária. Ver: [www.programavoluntarios.org.br](http://www.programavoluntarios.org.br)

<sup>139</sup> Estas informações estão no site: { HYPERLINK "<http://www.portalvoluntario.org.br/>" }.

produtivos para as empresas que possuem programas de voluntariado), o *voluntariado jovem* e o *centro de voluntários* (permitindo a cópia de metodologia de implementação de um centro de voluntários).

Não é de se estranhar que dentro deste grande Portal do Voluntário se encontram a Fundação Odebrecht, o Instituto C&A, IBM, McCann-Erickson e outras grandes parceiras desta incansável e destemida Comunidade Solidária que purifica o Estado e o Mercado com a melhoria das condições de vida dos pobres e miseráveis deste país. Como estratégia do capitalismo internacional, o ano de 2001 foi decretado pela ONU como Ano Internacional dos Voluntários, com o objetivo de divulgar experiências de trabalhos voluntários e estimular estes tipos de ações entre pessoas, empresas e instituições.<sup>140</sup> No Brasil, no mesmo ano foi criado um comitê nacional, com um calendário de eventos e ações junto ao governo.

Portanto, a década de 90 do século XX evidencia a consolidação do trabalho voluntário como uma estratégia do capital, justificada em tempos de uma crise social extremamente trágica. Tal estratégia atua ideologicamente no estilo de “faça um pobre feliz” ou “melhore sua auto-estima, seja um voluntário”, como também atua no sentido de uma re-atualização da relação capital-trabalho e da relação Estado-mercado, reforçando a exploração e a alienação do trabalho, assim como a perda de direitos sociais garantidos pelo fundo público<sup>141</sup>, principalmente nos países periféricos.

Convém ressaltar que apesar de localizarmos no último governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) a intensificação da utilização do trabalho voluntário como estratégia da reestruturação do capital, não há modificações substanciais nos dois primeiros anos do governo Lula (2003-2004), ao contrário, existe uma continuidade e um reforço de tal estratégia.

---

<sup>140</sup> Ver Página oficial do Ano Internacional do Voluntário: { [HYPERLINK "http://www.iyv2001.org/"](http://www.iyv2001.org/) }.

<sup>141</sup> Sobre a questão da disputa do fundo público pelo capital e seu esgotamento no sentido da valorização da força de trabalho ver: Oliveira (1998).

Mesmo se realizando enquanto trabalho social que produz uma funcionalidade para o capital, sendo muitas vezes fruto de uma coação (objetiva ou subjetiva, como as condições materiais de pobreza e desemprego ou mesmo a noção de uma “qualificação moral” no bojo das relações de mercado), as experiências de trabalho voluntário possuem valor como experiência humana, transformando de algum modo o ser social que o realiza e que nele crê seja enquanto instrumento de bondade, de solidariedade, seja de qualificação profissional.

## 5.2. A tradição religiosa do trabalho voluntário

Nos textos religiosos, ou nos textos que tratam das experiências do trabalho pastoral, não vamos encontrar um referência direta sobre o trabalho voluntário e sim sobre o trabalho comunitário. Este trabalho está permeado pela generosidade, pela caridade e pela vontade de justiça, unindo-se a um sentimento de responsabilidade pessoal pelo seu esforço comunitário. O esforço comunitário organizado simboliza e materializa o telos deste trabalho que é a ajuda mútua. Não vamos tratar aqui das origens deste trabalho comunitário, mas apenas apontar para uma situação histórica concreta onde o trabalho comunitário pastoral ganha uma dimensão política-organizativa, influenciando na formação de muitos militantes e dirigentes sociais. Ou seja, nossa análise sobre o trabalho comunitário partirá da experiência desenvolvida pelas Comunidades Eclesiais de Base que se expandem no Brasil ao longo dos anos 70.

O comunitário se materializa pela identidade comum da fé, pelo pertencimento à mesma igreja e pelo lugar social ocupado pelas pessoas no bairro, na fábrica ou na roça. O eclesial é a nomeação dos núcleos que partem da igreja para a comunidade, compostos por agentes pastorais, também identificados como militantes cristãos. Ou seja, são núcleos de comunidade de fé. A base social é composta pelas classes populares em toda a sua

heterogeneidade. Segundo Betto, a relevância das CEB's está na consolidação de uma nova forma de organização pastoral, antes restrito apenas à paróquia. (1985, p.17).

O que nos interessa aqui é compreender a concepção deste trabalho comunitário pastoral desenvolvido pelos chamados agentes pastorais, padres, religiosas e leigos formados pela igreja e pela própria comunidade. O que fundamenta este trabalho de organização do povo?

Em primeiro lugar, o sentido da comum-união em torno da fé e da resolução dos problemas da vida de forma solidária como expressão (...) *do amor-de-justiça (agápe) ou caridade (no seu sentido autêntico e não no sentido das “obras de caridade” das damas beneficentes), o amor cristão se vive no plural, na comunidade, no povo.* (Dussel, 1986, p.21). Assim, as relações sociais que fundamentam este trabalho comunitário está no amor mútuo de um pelo outro em função de todos, onde o indivíduo se realiza socialmente na expressão comunitária da fé e da solidariedade humana. Deste modo, surge a concepção de um prática fincada na bondade, no doar e no servir em função da evangelização de muitas pessoas:

*(...) o serviço se realiza com respeito ao outro termo da relação face-a-face, com respeito ao pobre, comunitariamente. (...) Estes “muitos” fora dos direitos do sistema, ainda na exterioridade da classe social, são o objeto especial do homem bom, santo, da práxis da justiça, de bondade, de santidade, de amor ao outro como outro. A bondade “pessoal” é a própria práxis pela qual se luta, até dar a vida pela realiação do outro.* (id., p.54).

Dussel chega a comparar as expressões “comunidade eclesial de base” e “associação de homens livres” como realidades onde as relações de bondade e amor foram reconstituídas, onde o bem jamais será um ato isolado, e sim um ato de comum-união dos homens. Desde modo, o trabalho na comunidade (ou o trabalho comunitário) expressa a solidariedade real que exerce (...) *uma função crítico-libertadora e serviçal concreta ao pobre, ao povo. É tal comunidade concreta que constiui a “multidão” como “povo”, o “pobre” como sujeito histórico.* (ibid., p.55).

Em segundo lugar, percebemos no trabalho comunitário pastoral o caráter de trabalho de base, ou seja, de trabalho permanente com o povo, sendo povo, morando, vivendo, vestindo, comendo como povo. A conjuntura política do país nos anos da ditadura militar foi consolidando uma dimensão cada vez mais política das CEB's, tornando-se expressão de uma vontade popular em busca da libertação da opressão militar, política e econômica. Deste modo, o trabalho comunitário vai assumindo o caráter de um trabalho político-organizativo que ultrapassa as fronteiras da fé, fortalecendo uma gama de movimentos políticos, como por exemplo, as oposições sindicais e a construção do partido dos trabalhadores. Segundo Betto, a ação das comunidades eclesiais de base se desenvolve de modo intra-ecclesial (celebração do culto, preparação aos sacramentos, estudos de documentos da igreja) e de modo extra-ecclesial (vinculação às lutas populares na cidade e no campo). (1985, p.23 e 32).

Este trabalho de base marca a formação do militante cristão que não se restringe à prática cotidiana, ainda que esta tenha um alto valor formativo. A reflexão teórica dos princípios da teologia da libertação, a compreensão do processo histórico da Igreja Católica e da formação das classes populares, o planejamento da ação e a avaliação permanente da prática são elementos centrais de um processo formativo impulsionado pela igreja após o Concílio Vaticano II (1962). Sendo assim, o trabalho comunitário pastoral fomenta um processo de conscientização política que impulsiona uma práxis da libertação dos oprimidos.

No entanto, esta práxis da libertação dos oprimidos jamais estará desvinculada das energias libertadoras do Evangelho, sendo a justiça social e a ajuda mútua que se pratica no trabalho comunitário a manifestação da fidelidade aos mandamentos de Deus e da missão do Espírito Santo para a transformação do mundo. Segundo Betto, (...) *embora a religião do povo seja uma questão política, não é por vias exclusivamente políticas que ela se equaciona, é sobretudo por vias religiosas e teológicas. É pela igreja e na igreja que a fé*

*cristã reencontrará sua vitalidade evangélica, traduzida em práxis transformadora do homem e do mundo.* (ibid., p.84).

Deste modo, o trabalho comunitário pastoral desenvolvido pelas CEB's criou uma unidade dialética entre fé cristã e política como condição da evangelização, ainda que a fé se apresente como a determinação primeira e de maior densidade histórica, em função do resgate do compromisso evangélico da Igreja com a libertação do povo de Deus da opressão, praticado com amor e com base no princípio da não-violência. Tal unidade dialética foi capaz de formar centenas de militantes cristãos que impulsionaram a formação de inúmeros movimentos populares, criando possibilidade inclusive para o surgimento do PT, da CUT e do MST. Entretanto, seu limite histórico também está marcado por tal unidade, visto que instaurado o processo de redemocratização necessitava-se desenvolver um trabalho político-organizativo não como complemento do trabalho comunitário pastoral, mas com autonomia e com capacidade concreta de formular e materializar um projeto político junto ao conjunto das forças populares.

### 5.3. A tradição marxista de trabalho voluntário

Existe uma tradição marxista de trabalho voluntário que aparecerá nos contextos específicos dos processos revolucionários. Apenas vamos situar as particularidades da objetivação e da subjetivação da práxis do trabalho voluntário, com o objetivo de apresentar o trabalho voluntário na ENFF como uma expressão desta tradição, marcando diferenças e semelhanças a partir de sua inserção numa organização política que está na contramão do domínio das relações coisificadas do capital na sociedade brasileira. Trataremos de três experiências: os sábados comunistas da Revolução Russa, o trabalho voluntário da Revolução Cubana e o trabalho voluntário realizado pelos mineiros de Chuquicamata durante o Governo de Salvador Allende.

Lênin depara-se quase dois anos após a tomada de 1917 com o surgimento dos *sábados comunistas*, um valioso rebento do novo que está por semear e fortalecer a mudança concreta da organização social do trabalho. Seu grande espanto frente a

espontaneidade dos trabalhadores projeta uma intencionalidade pedagógica para dentro do partido, uma lição prática que deve ser desenvolvida, aprofundada, aperfeiçoada na busca do trabalho autenticamente comunista,

*(...) que demonstra a capacidade de trabalhar gratuitamente no interesse da sociedade, no interesse de todos os trabalhadores, a capacidade de trabalhar à maneira revolucionária, a capacidade de elevar a produtividade do trabalho, de organizar as coisas de modo exemplar, e depois estende a mão para o honroso título comuna.(...). (1980, p.139)*

A experiência se inicia com os ferroviários do caminho de ferro Moscovo-Kazán, que numa situação de escassez de alimentos, de resistência contra os ataques contra-revolucionários e de uma fraca intensidade de trabalho (provocando atrasos nas encomendas e na própria manutenção das locomotivas) se lançam sobre o desafio de resolver praticamente e coletivamente seus problemas. É neste contexto que se convoca comunistas e simpatizantes para trabalharem uma hora a mais diariamente, que somando-se poderiam ser realizadas de uma vez só durante seis horas de trabalho físico, no *sábado comunista*, com o objetivo imediato de se produzir um valor real. Os resultados concretos foram:

*(...) o valor total do trabalho ascende, segundo a tarifa normal, 5 milhões de rublos, e segundo a tarifa de horas extraordinárias, 50%. A intensidade do trabalho de carga foi superior a 270% dos operários normais(...) o trabalho foi efetuado apesar do mau estado das ferramentas(...) (id., p. 140).*

Ainda que o elemento da produtividade do trabalho tenha um poder real de impulsionar, de mover os homens no sentido da melhor satisfação da meta projetada e isto significar um avanço substantivo, uma duplicação ou triplicação da produção material, Lênin já projeta sobre este primeiro *reberto do novo* uma qualificação maior do aspecto organizativo. Daí sua imediata demarcação histórica ao conceber a disciplina socialista, diferenciando-a da disciplina do cacete da organização feudal do trabalho e da disciplina da fome da organização capitalista do trabalho, como fruto da

*(...) organização comunista do trabalho social, de que o socialismo constitui o primeiro passo, assenta e assentará cada vez mais na disciplina livre e consciente dos próprios trabalhadores, que derrubaram o jugo tanto dos latifundiários quanto dos capitalistas.*(ibid., p. 148)

O exemplo dos operários da linha Moscovo-Kázan desdobrou-se como símbolo do trabalho pesado e extenuante que embalado no canto da Internacional transforma-se em vento espalhando por toda a jovem Rússia revolucionária a alegria e a fé no socialismo<sup>142</sup>. Desta experiência, que deve ser assumida como uma obrigação para todas as esferas do partido e do Estado proletário, Lênin destaca três elementos: o caráter sistemático e permanente deste trabalho extraordinário, o caráter potencial de organizar comunistas e simpatizantes em brigadas modelo, mostrando aos operários como se pode organizar o trabalho coletivamente ainda que sob situações materiais adversas, e o caráter solidário deste trabalho. Assim declara: *(...) todas as organizações do partido na Rússia devem imitar este exemplo. E no campo as células comunistas devem, em primeiro lugar, cultivar as terras dos combatentes do Exército Vermelho, ajudando as suas famílias.* (ibid., 143).

Estrategicamente, Lênin apresenta os *sábados comunistas* como um método para *depurar* o partido e para clarear o caráter de classe do aparelho do Estado. No primeiro caso, podem ajudar a identificar as capacidades dos novos integrantes do partido, sendo na verdade um critério, uma prova ou estágio de meio ano antes de entrar no partido. Os *sábados comunistas* cumprindo esta intencionalidade pedagógica estariam potencializando a formação da consciência dos militantes, e conseqüentemente melhorando o aparelho do poder do Estado, já que aproximaria a massa de camponeses do proletário revolucionário. (ibid., p.159).

---

<sup>142</sup> Uma bela passagem do relato de um camarada que foi para seu estágio num *sábado comunista*: *(...) Caminhamos em grupo para a casa que serve de clube à célula local, que coberto de cartazes e cheio de espingardas, estava muito iluminado, e depois da Internacional bem cantada deleitam-nos com chá, com rum e até pão. Esta bebida preparada pelos camaradas locais vinha muito a propósito depois de nosso duro trabalho. Despedimo-nos fraternalmente dos camaradas e alinhamos em filas. Os cantos revolucionários ressoavam no silêncio da noite da rua adormecida, e o ruído cadenciado dos passos acompanhava a canção.*(...). (ibid., 145).

Segundo Lênin, os *sábados comunistas* apontavam para a tarefa mais difícil da luta contra o capital: a mudança real do sentido das relações sociais através de um trabalho de massas e do cotidiano. Ou seja, a realização da objetivação consciente de um novo vínculo social a partir do desenvolvimento da produtividade e de uma nova disciplina do trabalho, capaz de criar condições socialistas não somente na economia, mas também na vida dos homens.

Em janeiro de 1964, Che Guevara entregava, como Ministro das Indústrias, os certificados de trabalho comunista aos trabalhadores da jovem Cuba revolucionária. A entrega dos certificados eram momentos de repartição de estímulos morais e de reconhecimento (...) *a los hombres que por su entusiasmo y su dedicación al trabajo son verdaderos ejemplos para toda la sociedad(...)* (1991, p. 238), (...) *compañeros que han comprendido plenamente el sentido de la nueva hora en que vivimos(...)*. (id., p.240). A emulação já se coloca como posição do valor, como práxis, como movimento interno de uma objetivação consciente de um processo real, concreto, materializado no cotidiano das horas de um sujeito que fez uma escolha consciente, atingindo suas determinações e abrindo novas possibilidades do humano, matéria sensível que o constitui como uma universalidade concreta.

A questão prioritária continuava a ser a produtividade do trabalho a fim de avançar no desenvolvimento material, no entanto, o trabalho voluntário já se apresenta mais maduro que os *sábados comunistas*, aparecendo de modo mais planejado e organizado dentro das empresas, mas fundamentalmente pela construção de um método de emulação como explicitação da subjetivação consciente do valor objetivado. A efetivação do trabalho voluntário apresentava-se quantificado nas milhares de horas acumuladas pelas empresas (...) *774, 344 horas de trabajo voluntario en todo el Viceministerio para la Industria Ligera, y le correspondió el primer lugar en la rama Mecanica con 404,000, siguiéndolo (...)*. (id., p.240). Mas o principal do trabalho voluntário, segundo o Ministro, não diz

respeito à economia das empresas e do Estado, a importância fundamental do trabalho voluntário:

*(...)Se refleja en la conciencia que se adquiere frente al trabajo y en el estímulo y ejemplo que significa esa actitud para todos los compañeros (...) que los trabajadores voluntarios de vanguardia son los hombres que cumplen más cabalmente que nadie los ideales del verdadero comunismo que en su lugar de trabajo, en su centro de producción- que es su lugar de lucha, de trincheras-les dice a los demás: Sigue-me por este camino.(...) La actitud comunista(...) es llevar a las masas con el propio ejemplo(...) Quien puede mostrar el ejemplo de su trabajo repetido durante días y días, sin esperar de la sociedad otra cosa que el reconocimiento a sus méritos de trabajador, de constructor de esta nueva sociedad, tiene derecho a exigir en la hora del sacrificio. (ibid., p.241).*

Aqui a pedagogia do exemplo se explicita na mais pura e cruel sensibilidade, pois ser o exemplo implica manter constantemente uma disciplina consciente de todos os seus atos para que possam ser reproduzidos e difundidos na massa de modo a interferir na mudança de comportamentos e valores. Assumir esta disciplina consciente como práxis é se lançar sobre todos os níveis de sacrifício, para que se realize a dilatação da liberdade humana. Fazendo referência ao espírito de sacrifício e ao aumento significativo de novas brigadas de trabalho voluntário em outubro de 1962, Che Guevara conclama manter viva a chama do “espírito de outubro”, valorizando todos os tipos de trabalho na construção de Cuba, fazendo com que todos sejam contagiados por (...) *el espíritu de ponerles pies, alas, cualquiera cosa a todo; el espíritu de volar en la producción, el espíritu de ir hacia adelante, rompiendo todos los obstáculos, barriendo con todo lo que se oponga al cumplimiento del deber social (...)* (ibid., p.242).

Esta intenção de contagiar a todos expressa o próprio método de emulação, já que o trabalhador terá que estar disposto a receber um outro tipo de valor, um valor que se objetivará na consciência como satisfação de um dever social cumprido, como também na memória deste ser social que se reconstrói. A mística do trabalho voluntário (sua subjetivação coletiva?) se projeta e se realiza na materialidade de todo o processo. Os certificados são o resultado final, a posição do valor da causalidade social posta, pois o

acúmulo diário das horas de trabalho concreto foi acompanhado por um processo de avaliação coletiva.

Uma outra permanência dos *sábados comunistas* no “espírito de outubro” expresso por Che é o sentido da intencionalidade pedagógica do trabalho voluntário sobre os próprios membros do governo Cubano, no caso para os membros do Ministério das Indústrias, como forma de *depurar o partido* como dizia Lênin:

*(...) En nuestro Ministerio planteamos también en nuestro Batallón Rojo que tiene ahora-120 a 130 companeros- la obligación (...) es obligación porque si trata de trabajo voluntario-de que el miembro del batallón que quiere seguir siendole tiene que trabajar las 240 horas. Es decir: sacar su certificado comunista durante los seis meses. De modo que después de los seis meses no haya ninguna depuración, incluyendo el jefe del batallón, que soy yo, que también tendré que hacer mis 240 (...). (ibid., p.244).*

O trabalho voluntário impulsionado por Che Guevara aparece, ainda que vivido concretamente dentro da situação econômica e política de Cuba, como um momento que segue em busca da força criadora do trabalho, desta qualidade desconhecida do trabalho mercadoria, na direção daquela autorealização humana. Na sua leitura de Marx recupera o trabalho no comunismo como uma necessidade moral do homem: *(...) cuando en cada cubano el trabajo sea una necesidad vital como expresión de creación humana, la técnica, la tecnología, los inventos se sucederán por millares. (ibid., p.247).*

Através de um encontro de orientação realizado com o professor de sociologia Francisco Zapata<sup>143</sup> foi possível avarçarmos na descoberta de experiências de trabalho voluntário na América Latina que resignificam a tradição marxista. Segundo Zapata, no início do governo de Salvador Allende foram criados comitês de trabalho voluntário como uma política de governo. Estes comitês tinham um caráter interpartidarista, ou seja,

---

<sup>143</sup> Encontro realizado no Colégio de México no dia 7 de outubro de 2003 nas dependências do Centro de Estudios Sociológicos (CES), Ciudad de Mexico, D.F.

envolviam todos os partidos que apoiavam a Unidade Popular, frente que possibilitou a vitória de Allende em 1970. Tais comitês impulsionaram distintas experiências em todo o Chile, envolvendo homens e mulheres das áreas urbanas e rurais. Trataremos aqui da experiência da fábrica de Chuquicamata que tem uma forte significação histórica, visto que tornou-se um dos símbolos mais importantes do processo de nacionalização da economia chilena desencadeado pelo governo de Allende. Convém ressaltar que após o golpe de 11 de setembro de 1973 todos os trabalhadores que participaram desta experiência foram reprimidos, presos ou assassinados, os militares tinham uma visão altamente negativa do trabalho voluntário, pois revelava o nível de conscientização política dos trabalhadores.

Em julho de 1971 o governo de Salvador Allende no Chile aprova a nacionalização das minas da chamada Grande Mineração do cobre que desde 1912 eram exploradas por uma companhia americana, a Chile Exploration Company (CHILEX). Os trabalhadores passam a assumir tarefas de administração, de remuneração e de participação na direção das minas de Chuquicamata. O surgimento de um programa de trabalho voluntário tinha como intenção impulsionar a participação dos trabalhadores, como também recuperar a potencialidade das minas que foram exploradas intensamente de modo predatório. A política acelerada de extrair o mineral causou um certo desastre no ambiente, criando montes de um resquício chamado *lastres* fruto da operação das *faenas*, que representavam um perigo de desmonte sobre a localidade. Em agosto de 1971 foi criado o comitê de trabalho voluntário dirigido pelos trabalhadores das minas, tendo como meta a remoção de tais resquícios. A condição de participar do comitê era dedicar um dia de domingo por mês de trabalho gratuito, organizado pelos trabalhadores e por técnicos dispostos a colaborar. (Zapata, 1975, p.57).

Durante os finais de semana, os trabalhadores recolhiam o lixo químico (*lastres*) resultado do próprio processo de produção e limpavam os lugares de trabalho. O interessante é que este período do trabalho voluntário envolvia também as mulheres dos trabalhadores, que cuidavam da parte urbana da mina, ou seja, de seus lugares de moradia. Por serem lugares extremamente áridos, a função das mulheres era semear árvores e plantas, transformando e humanizando a paisagem local.

Segundo Zapata, os trabalhadores voluntários das minas trabalharam de agosto de 1971 a setembro de 1973, removendo todos os *lastres* acumulados, criando uma forte mística do trabalho em Chuquicamata. A produtividade do trabalho nos dias de trabalho voluntário aparece com superioridade em relação aos dias normais, mas o elemento importante desta experiência está no fato de que tanto o programa de participação institucional, quanto a realização das jornadas de trabalho voluntário deram lugar a novas formas de intervenção direta dos trabalhadores na operação das *faenas* e na direção das minas. Para Zapata, o trabalho voluntário foi desenvolvido em todas as partes do país, de forma intencional, como parte do processo de formação dos trabalhadores, o exemplo dos mineiros de Chuquicamata foi o modo mais direto de demonstrar a posição consciente no que diz respeito às novas condições dos trabalhadores sob o governo de Allende. (id., p.57).

#### 5.4. A dialética do trabalho voluntário na ENFF

A experiência de trabalho voluntário no MST não foi inaugurada no processo de construção da ENFF. O trabalho voluntário aparece no MST como um valor praticado pelos militantes e dirigentes com o objetivo de fortalecer na sociedade brasileira a prática da solidariedade humana. O valor da solidariedade possui um forte peso educativo no MST, no sentido de educar a consciência dos Sem Terra para uma dimensão ampliada do real que vai além das circunstâncias do acampamento e assentamento. Segundo Bogo (1998), as ações de solidariedade do MST possibilitam uma relação orgânica com outros setores sociais, possuindo uma intenção pedagógica no sentido de fortalecer a dimensão organizativa da sociedade<sup>144</sup>. Diferentemente das concepções de “ajuda”, “colaboração” ou “assistência”, a solidariedade (...) *deve ser a ação consciente das pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas para se buscar soluções definitivas e para*

---

<sup>144</sup> Uma das atribuições do militante é se integrar pelo menos uma vez ao ano às brigadas de trabalho voluntário e promover ações de solidariedade junto à sociedade. (MST, 2002).

*todos.* (Bogo, 2000, p.23). Ações concretas como doação de sangue aos hospitais públicos, doação de alimentos aos asilos, limpeza de praças públicas, construção de hospitais e escolas públicas, etc, fazem parte da práxis organizativa do MST.

A solidariedade é um valor que se torna prática cotidiana na construção de uma pedagogia do exemplo. Esta pedagogia aponta para a formação dos valores, estando presente na práxis dos dirigentes e militantes. A prática da solidariedade resgata o homem em sua humanidade, produz a subjetivação do gênero humano, de sua universalidade, fortalece o valor da vida. Entretanto, também aponta para uma intencionalidade organizativa, a solidariedade é orgânica, ela mobiliza, organiza o povo, fortalece a identidade de classe. Ainda dentro do aspecto da solidariedade, podemos trazer a tradição religiosa que se revela na prática da caridade, do assistencialismo cristão, da ajuda aos pobres, que teve influência na formação de muitos dirigentes sociais brasileiros. Podemos aqui lembrar as palavras de Paulo Freire: (...) *Solidarizar-se não é ter a consciência de que explora e “racionalizar” sua culpa paternalistamente. A solidariedade exigindo de quem se solidariza “assuma” a situação com quem se solidarizou, é uma atitude radical.* (Freire, 1999, p.36).

Esta conjunção de práticas de solidariedade no MST, mesmo com graus de intensidade diferenciados, intenta uma unidade ideológica na memória da pedagogia do exemplo de Che Guevara. A prática do trabalho voluntário no MST carrega o simbolismo de Che Guevara, pertencendo ao processo de formação de militantes com forte significação, tendo sido implementada como linha política da organização. Não é de se estranhar que no aniversário da morte de Che Guevara em 8 de outubro de 2004 foi comemorado o dia do trabalho voluntário através de uma mobilização massiva que durou uma semana, envolvendo a base social do MST e o conjunto de seus dirigentes, militantes e amigos.

Nosso interesse aqui é delinear os processos de aprendizagem que se consolidam no cotidiano do trabalho e da organicidade da ENFF. Trataremos do aprendizado no cotidiano do trabalho no canteiro de obra, do aprendizado do trabalho político-organizativo e do aprendizado das relações sociais. Existe uma intensa dinâmica entre

esses processos pedagógicos, gerando contradições no ser social que se desenvolve a partir da centralidade do trabalho, da luta social e da cultura do coletivo. Seguimos estes caminhos instigados pelas seguintes questões: Como o trabalho voluntário na ENFF abre possibilidades para o trabalho político-organizativo? Qual a dimensão educativa do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST?

#### 5.4.1. Caracterização dos Sujeitos Sociais

*(...) sou filho de pequeno agricultor de uma família pobre de nove irmãos e trabalhei muito de empregado, de meeiro, empregado rural, empregado nos ônibus, lutando sempre pela sobrevivência e lutando para voltar para a terra, me senti fora da realidade em viver na cidade. (P. F., 33, assentado, RS).*

Ao direcionarmos nossa pesquisa para a questão da dimensão educativa do trabalho político-organizativo desenvolvido através da mediação do trabalho voluntário na construção da ENFF, escolhemos como centro da investigação os trabalhadores da chamada brigada permanente. A brigada permanente se formou espontaneamente com a permanência dos profissionais que se destacaram ao longo do processo de construção entre os anos de 2000 e 2002. Entretanto, após a reunião da coordenação nacional em novembro de 2002 no centro de formação de Caruaru/PE, foi estabelecida, a partir de uma definição política, a criação de uma brigada permanente de profissionais, fruto da própria experiência de trabalho até então realizada e da necessidade de acelerar a construção da ENFF.

A brigada é composta pelos seguintes grupos de trabalho: BTC (bloco de terra comprimido), hidráulica, elétrica, alvenaria, carpintaria, ferragem. Os trabalhadores temporários vão chegando e se integrando aos grupos de trabalho a partir de uma apresentação pessoal e de uma adequação às necessidades da obra, como também a partir das habilidades dos trabalhadores que vão se revelando no processo. Sendo assim, uma das tarefas principais da brigada permanente é integrar a brigada temporária ao processo de construção da ENFF.

A caracterização dos sujeitos sociais identificados como trabalhadores voluntários da brigada permanente da Escola Nacional Florestan Fernandes foi realizada a partir de duas referências centrais: as experiências de trabalho antes da ocupação e sua vinculação com o acampamento/assentamento.

No que diz respeito às experiências de trabalho, nosso objetivo foi perceber o lugar social deste trabalhador antes de sua inserção no movimento social. Que trajetória percorreu na insana procura por trabalho? Que práxis social foi marcando seu corpo e sua subjetividade a fim de se adequar às necessidades da reprodução do capital? Com o trilhar destas trajetórias, fomos nos dando conta da heterogeneidade deste trabalhador sem-terra que ultrapassa a própria diversidade das relações de trabalho no campo brasileiro. Não encontramos apenas o meeiro, o pequeno arrendatário, o pequeno agricultor familiar, o assalariado sub-empregado ou o boía-fria. Além do que já era esperado encontrar, como o pedreiro, o carpinteiro, o marceneiro, tendo em vista a especificidade do trabalho na construção da ENFF, encontramos também o mecânico, o *office-boy*, o *bar-man*, o varredor de ruas, o operador de máquinas, o eletricitista, o metalúrgico, o trocador de ônibus, etc.

Um elemento comum que atravessa a vida destes trabalhadores é a inserção no mundo do trabalho, que tem seu início na infância, geralmente a partir dos 10 anos de idade, seja na própria lavoura da família, seja como ajudante de um ofício, sendo o mais comum o ajudante de pedreiro. O trabalho duro e a vida sacrificada levam estes trabalhadores a uma procura do diferente, mesmo sem saber exatamente o que significa este diferente. Muitas vezes o diferente é a idéia de se livrar do patrão, de trabalhar para si próprio, de ter uma casa num loteamento recente sem pagar aluguel, ainda que o trabalho continue ocupando a maior parte do seu dia, permitindo o mínimo de uma alimentação para toda a família, o pagamento das contas básicas e de algumas prestações que facilitam a entrada de uma televisão nova, um aparelho de som, etc. De outro modo, o diferente aparece como saída desta lógica do trabalho exaustivo e submisso, diminuindo cada vez mais a tênue fronteira entre o trabalhador da periferia e o trabalho no campo. O depoimento seguinte nos ilustra esta situação:

*(...)antes de fazer a ocupação não foi muito bom, porque você trabalhar de empregado não tem uma renda, se você tiver um estudo muito bom até que você consegue alguma coisa na vida, mas sempre você é submisso ao patrão, aí eu trabalhei de metalúrgico, de eletricista, em injetora com plástico, aí depois que eu fui para obra, no tempo do Maluf, que ele foi governador de São Paulo, aí teve muita greve, inclusive o Lula no ABC, aí teve uma greve geral, ficou muita gente desempregado, aí como eu tinha pouco estudo não conseguia trabalho em fábrica, foi ficando escasso, aí foi quando eu optei para a construção civil, fui no Senai uns tempos para aprender um pouco de desenho, para conseguir mais um dinheirinho, consegui um terreno, mas não era aquilo que eu queria, eu queria a liberdade que eu não tinha, eu vivia para o serviço eu levantava 5 da manhã chegava em casa 8, 9 horas da noite e só conseguia o pão para as crianças mal, vestia mal, estudo muito escasso para eles, aí foi quando eu conheci umas pessoas que era do Movimento Sem Teto, começou conversando com a gente, inclusive é quase vizinho no mesmo bairro, eles conseguiram uma área de terra, e eu explicava para eles meu objetivo é sair da cidade, eles sugeriram o Movimento Sem Terra (...) (B. S., 47, pré-assentado, SP)*

Esta diversidade de experiências no mundo do trabalho, ainda que tenha sido dolorosa, por ser o resultado direto de um movimento regular, porém descontínuo, da negação do trabalho, surge como algo positivo na nova realidade de trabalhador acampado, fruto da luta social. Esta positividade se revela no sentido de socializar o conhecimento adquirido nas experiências anteriores de trabalho. O trabalhador que tem noções de eletricidade vai ser responsável por iniciar a eletrificação do acampamento/assentamento, o trabalhador que é um pedreiro profissional vai ajudar na construção das casas<sup>145</sup>, o outro que tem noções de hidráulica vai ficar responsável de organizar o saneamento básico, etc. Esta socialização do conhecimento realizada pelos trabalhadores mais experientes nos seus acampamentos/assentamentos já implica uma forte dimensão educativa, visto que sempre se constrói um coletivo de trabalho para resolver as necessidades do acampamento/assentamento.

---

<sup>145</sup> (...) Comecei a trabalhar na construção aos 16 anos como servente, depois aos 19 quando casei, fui trabalhar como pedreiro, e daí para diante comecei a trabalhar nas obras, serviu dentro do assentamento onde construímos a casa no mutirão. (J. S., 38, assentado, MS)

A partir deste convívio no coletivo, os trabalhadores vão se formando, adquirindo novos saberes, tendo noções de construção civil, carpintaria, eletricidade, enfim, noções de tudo que comporta a diversidade social dos próprios trabalhadores que ali vão residir. Ou seja, este conhecimento acumulado no mundo do trabalho assume uma nova função na realidade social dos trabalhadores Sem Terra, possui uma utilidade que é para todos, que é para a melhoria das condições de vida daquelas famílias. O que salta aos olhos em termos de aprendizagem nesta experiência de socialização é a dimensão do valor de uso do conhecimento, como também a força coletiva do trabalho que pode de fato impulsionar a atividade criadora daqueles trabalhadores na construção do desenvolvimento social e econômico do acampamento/ assentamento.

No que se refere à vinculação ao acampamento/assentamento, nosso objetivo foi perceber o nível de envolvimento destes sujeitos com o espaço social de origem, ou seja, o lugar em que se fixava antes de chegar na ENFF. Esta dimensão da origem para o trabalhador sem-terra é algo bastante difuso, devido a própria condição de migrante sempre em busca de trabalho, se deslocando para o interior do Brasil ou arriscando a sobrevivência numa cidade grande. Deste modo, quando nos referimos à origem, estamos tratando do acampamento ou assentamento no qual está residindo este trabalhador. Identificar o nível de vinculação do trabalhador com o seu acampamento/assentamento nos permite uma aproximação com o nível de informações que domina, assim como o grau de envolvimento com o acampamento/assentamento e com o MST enquanto organização política. Um outro elemento que nos permite identificar a vinculação ou envolvimento do trabalhador com o MST é o fato deste trabalhador já ter assumido alguma tarefa no acampamento/assentamento antes de chegar na ENFF.

A maioria dos trabalhadores quando chegam na ENFF são acampados recentes, com dois a 12 meses de acampamento, ou seja, estão iniciando a experiência de organização coletiva, como também o processo de formação política desenvolvido pelo MST. A compreensão destes acampados recentes é bastante diferente daqueles trabalhadores que

chegam na ENFF já na condição de assentados. Os trabalhadores acampados participaram quando muito da organização inicial do acampamento, quando são divididos os núcleos de famílias e os coletivos de segurança, da cozinha coletiva, da farmácia, da escola, comunicação, etc. Ainda que tenham participado como coordenadores de núcleo ou de outro coletivo, logo foram convidados a participar da construção da ENFF.

No entanto, o próprio processo de permanência na ENFF faz com que o acampado recente mesmo distante do seu acampamento mantenha o interesse sobre a situação legal, ou seja, se o INCRA já vistoriou, se já foi feita a repartição dos lotes, se já estão em processo de pré-assentamento, etc. Inclusive alguns deles saem por alguns dias da ENFF, quando se faz necessário sua presença física no acampamento para que possa apresentar sua documentação ao INCRA, sendo reconhecida a concessão de uso da terra. Há diferenças de comportamento no que se refere à faixa etária, os jovens dos acampamentos se envolvem mais facilmente na organização, diferentemente dos acampados com 40, 50, 60 anos de idade, ainda que isto não seja a regra, visto que o próprio acúmulo de experiência e a nova situação social gerada impulsiona o trabalhador de mais idade a participar ativamente da organização do acampamento. A juventude dos acampamentos logo se lança no trabalho de base para as novas ocupações e nos primeiros meses de acampamento já começa a trabalhar na organização:

*(...) meu acampamento que completou 4 anos no dia 17 de abril, teve seis liminar de despejo, nós fomos despejados duas vezes pela polícia de choque e a COI do Estado, com 15 dias nós entramos de novo, aí através disso um dia eu saía para a cidade vender doce, a gente tem os dias de ficar no acampamento, três dias, aí naquele dia que eu já tava fora, que eu tava em casa e ia vender o doce na outra cidade de Candépe e aí quando eu cheguei no batalhão eu vi dois ônibus cheio de polícia de choque indo para o acampamento (...) teve o prazo de a gente sair da fazenda e saímos, tava com três caminhões para tirar as coisas, a gente veio de pé como é que a gente vai voltar de caminhão, pode deixar que a gente vai se virar aqui, foi quando a juíza ligou para o comando da polícia militar e pediu para mandar 10 da gente para o Fórum, o companheiro da direção regional falou se for para ir 10 vai 230 porque o mesmo crime que os 10 cometeram, os outros também cometeram o mesmo crime, e aí ela falou podem ficar aí mesmo, nos organizamos na estrada, com 15 dias na estrada nós*

*acampamos de novo (...) e eu já participando da militância (...) eles tiveram procurando eu e outro companheiro da regional que era para prender (...) a gente veio para a Escola (...) eu já fazia parte da militância trabalhando no setor de comunicação. (P.S., acampado, 23, SE).*

Os assentados que se integram a brigada permanente da ENFF geralmente possuem um vínculo mais estreito com o MST, sendo uma liderança ou um integrante de algum setor de atividades. Ou seja, estão dentro da estrutura organizativa do MST, fazendo parte de sua organicidade. Estes já possuem uma intencionalidade diferente ao participarem da própria brigada permanente, já possuem um “olhar organizativo”, de fazer com que os trabalhadores percebam a tarefa política-organizativa no trabalho de inserção das brigadas temporárias na construção da ENFF.

A presença do trabalhador assentado na ENFF é uma decisão coletiva definida numa assembléia do assentamento ou numa discussão no grupo de trabalho do qual pertence. Na verdade é o que denominam de “liberação”. Quando este trabalhador assentado vai para a ENFF existe um grupo coletivo que assume o trabalho no seu lote. Este acordo existe quando o trabalhador assume tarefas da organização seja na região, no estado ou a nível nacional. A compreensão é de que apesar de já terem conquistado a terra, existem milhões de famílias em processo de luta e a organização dos trabalhadores é necessária para modificar tal situação. Deste modo, o “liberado” é aquele trabalhador assentado que deixa seu trabalho no lote e assume as tarefas organizativas do MST a partir do compromisso coletivo de um grupo de trabalho do seu assentamento:

*(...) meu assentamento é pequeno 18 famílias, onde trabalham semi-coletivo, senão eu nem estaria aqui, e a situação é boa a pessoa consegue viver bem, produzir muito e ser solidário, e a coisa mais importante é ser solidário, ajudando o outro e hoje o lote onde fiquei assentado está organizado como se eu estivesse lá (...) não assumi tarefa no meu assentamento porque eu fazia a frente de massa antes de vir para cá e aí depois eu vim para cá e não consegui fazer porque passo a maior parte do tempo aqui, mas eu pretendo fazer isso quando voltar para lá. (P.F., 33, assentado, RS)*

Portanto, a brigada permanente da ENFF é uma totalidade heterogênea de trabalhadores Sem Terra, onde interagem processos sociais particulares de inserção no mundo do trabalho, como também de inserção no próprio MST. Neste sentido, ainda que exista uma intencionalidade formativa do MST no que diz respeito ao trabalho voluntário, são diversos os processos de interiorização desta práxis social no sentido do fortalecimento da formação de militantes e dirigentes sociais. Esta diversidade se revelará tanto na produção da subjetividade do militante, quanto na sua produção material, resultado do trabalho político-organizativo.

#### 5.4.2. O processo de trabalho na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

A experiência de trabalho voluntário na construção da ENFF não pode ser vista de forma isolada e sim dentro do amplo processo de formação dos Sem Terra enquanto classe social. As experiências de trabalho voluntário, de trabalho coletivo nos acampamentos, de trabalho produtivo nos assentamentos, de reflexão e de produção teórica nos cursos, bem como as experiências de materialização dos princípios organizativos e de luta social vão produzindo materialmente e subjetivamente uma cultura dos Sem Terra<sup>146</sup>.

Deste modo, o MST vai se construindo como sujeito coletivo de profundas intenções pedagógicas, como movimento sociocultural que projeta o futuro, como nos diz Caldart (2000). Mas este futuro se materializa no presente quando se realiza uma mudança de valores, uma mudança de práticas sociais no âmbito das relações humanas. Esta mudança de comportamento, de valores, talvez seja o patamar primeiro que a

---

<sup>146</sup> Tomamos como referência do conceito de cultura o pensamento de Gramsci, onde criar uma cultura significa sobretudo (...) *difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.* (2001a, p.96).

formação humana no MST projeta alcançar, abrindo caminhos reais para a produção de uma cultura fincada num projeto de emancipação humana.

A importância da construção da ENFF está na possibilidade concreta de dar continuidade ao processo de formação dos militantes e dirigentes, como também das futuras gerações de Sem Terra. Na verdade, a construção da ENFF tem um papel fundamental no desenvolvimento histórico do MST enquanto organização de massas. Primeiro porque toda e qualquer escola possui um significado social que legitima sua existência, possibilitando o rompimento de muitos preconceitos dentro da sociedade brasileira no que diz respeito às ações do MST. Segundo porque pela primeira vez na história do Brasil uma organização social de massas se dedica profundamente não só ao processo de formação política, mas também ao processo de escolarização de sua base social, promovendo dentro de situações adversas uma elevação real das condições materiais e espirituais dos trabalhadores rurais<sup>147</sup>.

Podemos dizer que o elemento integrador dos dois aspectos apontados acima está na intencionalidade formativa projetada pelo MST: a construção concreta, material de uma escola de formação de quadros que seja uma síntese de sua filosofia da organicidade, de uma filosofia que se realiza como *práxis organizativa*. Portanto, a ENFF não é concebida apenas como uma construção física onde serão realizados os cursos de nível superior do MST, mas como (...) *um conjunto de ações políticas e formativas/pedagógicas que se desenvolvem no conjunto das atividades organizadas e realizadas pelo Movimento,*

---

<sup>147</sup> Aqui mais uma vez podemos tomar como referência o pensamento de Gramsci para entender o significado histórico da educação e da formação política dos trabalhadores. Segundo Gramsci, a elevação cultural das massas acontece através de um processo dialético entre intelectuais e massa, onde (...) *o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, no entanto, todo o progresso para uma nova "amplitude" e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos mais simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência(...)*. (2001a, p.104). A ampliação desta influência constitui o que Gramsci identifica como uma nova hegemonia, que para ele representa, para além de um desenvolvimento político e prático, um avanço filosófico, no sentido de constituição de uma unidade intelectual e ética forjada sobre a realidade concreta. (id.).

*independente do local e momento da realização*<sup>148</sup>. Ou seja, a ENFF representa a totalidade da política de formação do MST.

Ainda que já tenhamos, no capítulo precedente, tratado da concepção prática e teórica da filosofia da práxis, gostaríamos de aqui retormar alguns pontos tendo como base o pensamento de Gramsci. Em primeiro lugar, a filosofia da práxis deve ser vista como expressão consciente das contradições históricas, onde tanto a teoria como a ação prática e política só poderá surgir do campo concreto das contradições e das necessidades de luta de um grupo social. Segundo Gramsci, tal grupo social além de produzir uma compreensão histórica das contradições (...) *coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e conseqüentemente de ação*. (2001a, p.204).

Para Gramsci, o desenvolvimento orgânico da filosofia da práxis resultaria na construção de uma elevada cultura que ao instituir uma força hegemônica torna-se capaz de (...) *fazer viva uma integral organização prática da sociedade, isto é, tornar-se uma civilização total e integral*. (id., p.152). Silveira (1998, p.134) ressalta a importância da interpretação de Gramsci no que diz respeito ao papel educador da filosofia da práxis, apontando para a valorização da reflexão teórica no entendimento das bases de produção do senso comum, como também do processo de transição para uma visão de mundo crítica, sem negar a compreensão das mudanças qualitativas das próprias contradições.

Podemos dizer que a constatação realizada pelo MST da necessidade histórica de se construir uma escola de formação de quadros capaz de fortalecer sua práxis organizativa, objetivando uma intervenção cada vez maior na luta de classes do Brasil contemporâneo, somente foi possível a partir do reconhecimento e da superação de muitas de suas contradições, fruto de sua origem enquanto movimento social de massas. Deste modo, a constatação da necessidade de produzir seus próprios quadros políticos e de alargar a formação cultural e intelectual de sua base social mostra-se como um avanço histórico e filosófico no sentido da construção de uma hegemonia da classe trabalhadora que supere

---

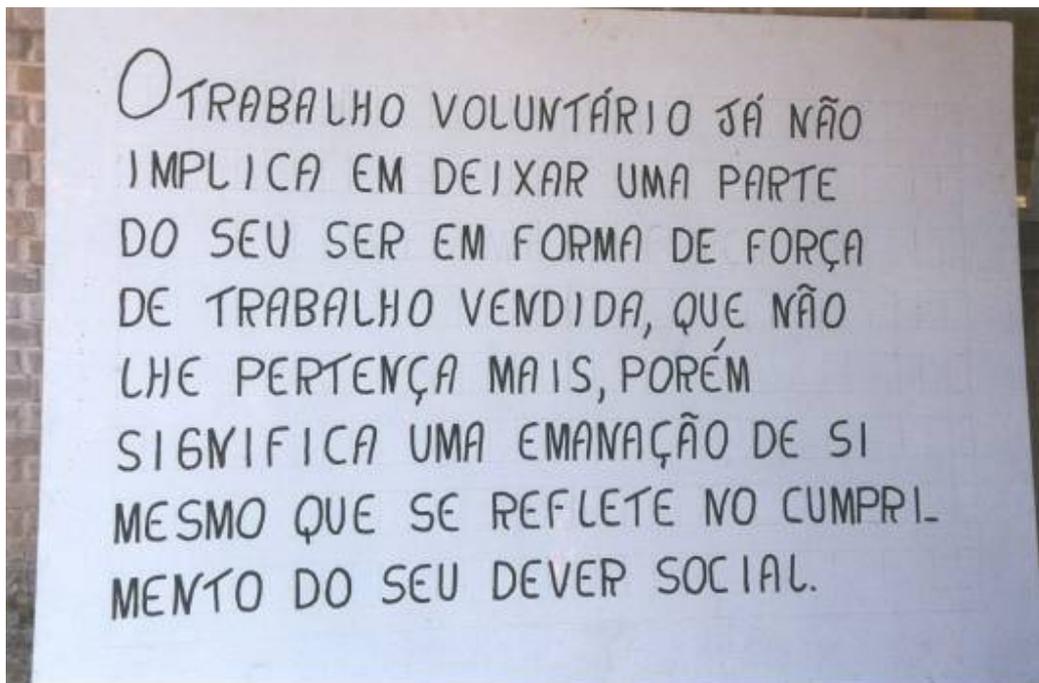
<sup>148</sup> Arquivo ENFF. Relatório Janeiro-Agosto de 2004, p.5.

inclusive seus limites históricos, forjando assim uma práxis educativa perante vários setores da sociedade brasileira.

A construção da ENFF realiza-se pelas mãos de trabalhadores de várias partes do país, entendendo que não são apenas construtores da obra, mas também construtores da organização do MST. O documento Brigadas de Trabalho Voluntário para a construção da ENFF (MST, 2001b) apresenta o trabalho voluntário como um processo de aprendizagem que se dá na prática, no cotidiano. O sentido pedagógico que se expressa no trabalho voluntário proposto pelo MST na construção da ENFF é o reconhecimento do objeto produzido como uma obra coletiva. Ou seja, os trabalhadores Sem Terra passam a se reconhecer no produto do trabalho a partir de uma dimensão real de apropriação coletiva, diferente do trabalho realizado nos acampamentos e assentamentos. Assim nos diz o documento:

*(...) Estaremos, nesse período de construção da Escola Nacional, trabalhando para nós mesmos. É parte de nossa casa que estamos construindo porque será habitada por irmãos, pais, filhos, mães Sem Terra. Será habitada por nós mesmos. É o esforço individual colocado em função do avanço da organização, do coletivo, do bem comum. (MST, 2001b, p.1)*

Portanto, para além do sentido orgânico do trabalho voluntário com a prática de solidariedade, a construção da ENFF trouxe a dimensão de transformação do processo de trabalho, da transformação da condição de mercadoria para a condição de valor de uso social. Ainda que este aspecto apareça nos documentos da ENFF, nas místicas e no barracão da fábrica de tijolos, este ainda não é o aspecto mais elaborado como práxis pelos trabalhadores. A questão política e filosófica aparece de forma mais direta relacionada ao produto. Ou seja, reconhecem o trabalho que fazem, como também sua apropriação coletiva. A ENFF surge como obra coletiva que se realiza como propriedade de todos que a construíram, de todas as famílias Sem Terra, as contemporâneas e as famílias que ainda estão por vir.



Dentro da fábrica de tijolos em abril de 2003 assentava-se este dizer, que apesar de não ter identificação, se reconhece a presença da concepção de Che Guevara. Há períodos ao longo do ano onde saem de dentro da ENFF grupos de trabalhadores para a realização de trabalho voluntário a partir das demandas das escolas estaduais e municipais do em torno de Guararema e Jacareí. A solidariedade com sua potencialidade organizativa vai se reproduzindo como valor, como prática de dimensões éticas e políticas, como cotidiano, como cultura.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 16: São Paulo e Santa Catarina. Mês/ano: Dezembro de 2002. Autor: Douglas Mansur.

No que diz respeito à apropriação coletiva da ENFF podemos apontar uma avanço histórico dos trabalhadores, mas também um limite. Avanço porque rompe com a apropriação privada que marca as relações de trabalho sob o domínio do capital, limite porque ainda não materializa a chamada onilateralidade da apropriação humana apontada por Marx nos *Manuscritos de 1844*. Retomamos aqui a discussão já apresentada no capítulo I no que diz respeito à questão da alienação do homem e sua relação com a produção da essência humana. Segundo Marx, a apropriação da objetivação humana a partir somente de sua utilidade, de seu valor útil marca a unilateralidade do desenvolvimento da sensibilidade humana. Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento dos sentidos humanos para que possamos apreender a objetivação dos homens como

resultado da objetivação das faculdades humanas, da humanização dos sentidos, ou seja, como objetivação da própria essência humana, reconhecida e identificada como objeto da práxis social (dialética entre subjetivação e objetivação)<sup>149</sup>. Assim nos diz o filósofo:

*(...) El hombre se apropria su ser omnilateral de un modo omnilateral y, por tanto, como hombre total. Cada una de sus relaciones humanas con el mundo, la vista, el oído, el olfato, el gusto, la sensibilidad, el pensamiento, la intuición, la percepción, la voluntad, la actividad, el amor, en una palabra, todos los órganos de su individualidad, como órganos que son directamente en su forma de órganos comunes, representan, en su comportamiento objetivo o en su comportamiento hacia el objeto, la apropiación de éste; la apropiación de la realidad humana, su comportamiento hacia el objeto es la confirmación de la realidad humana; es, por tanto, algo tan múltiple como múltiples son las determinaciones esenciales y las actividades humanas (...)* (1968, p.118).

Assim sendo, a apropriação humana da ENFF como apropriação das forças essenciais dos homens a partir da totalidade dos sentidos e da objetivação das faculdades humanas ainda encontra-se sob o limite do conjunto das relações sociais determinadas pelo capital, onde o produto do trabalho é apreendido a partir da dialética existente entre valor de uso e valor de troca. Ainda que na ENFF seja visível o domínio do valor de uso, apontando, portanto, para uma superação da relação dominante do valor de troca, não são exploradas as relações sociais de humanização dos sentidos, ou seja, a apreensão da objetivação concreta da ENFF na multiplicidade dos sentidos humanos decorrentes do processo de trabalho. É evidente que este avanço jamais será realizado de forma isolada, fazendo parte de um amplo processo histórico para além do próprio MST.

---

<sup>149</sup> Sobre a questão do trabalho e o processo histórico da humanização dos sentidos ver: Markus, G. (1974, p.58-69).



Trabalhadores/as construindo o jardim do prédio do refeitório.  
A apropriação coletiva da obra expressa uma estética onde o belo se revela como escolha, tomada de posição. Mais de mil trabalhadores cultivaram com suas mãos a terra matéria de jardins e tijolos, e semearam na memória a história da terra de lutas e conquistas.  
Arquivo ENFF. Brigada 13: Bahia e Sergipe. Mês/ano: Maio 2002. Autor: Douglas Mansur.

O trabalho voluntário na ENFF rompe com o sentido de uma vontade individual livre de qualquer determinação social, já que o trabalhador acampado ou assentado que chega para o trabalho concreto na obra está inserido num movimento social de massas que luta pela terra e pela reforma agrária, sendo o representante dos trabalhadores organizados do seu Estado. Daí a importância de perceber as potencialidades e limites deste trabalho a partir de sua dimensão educativa: da formação de sujeitos sociais capazes de fazerem escolhas, de ampliarem suas alternativas de futuro através de sua história, da sua práxis social e da produção subjetiva e material de uma cultura do coletivo, de uma cultura da organização.

*(...) em toda a minha vida de profissional na construção civil eu nunca ouvi falar que a gente podia construir com terra e cimento foi um tcham da coisa a construção de solo e cimento, chegar aqui e ver a terra misturada com cimento e entrar dentro da máquina e sair na forma de tijolo, teve uns companheiros que até duvidaram e aí o engenheiro responsável na época trouxe duas mostra de tijolo e os companheiros que duvidaram bateram com o dedo no tijolo perguntou se era realmente de terra então assim foi algo bem diferente na minha vida profissional. Na minha vida de Movimento também mudou bastante porque aqui fez com que a gente pensasse assim: eu estou dentro de uma organização aonde estamos construindo com nossas próprias mãos o nosso futuro, a nossa continuidade enquanto organização (...). (J.S., 38, assentado, MS).*

A revalorização do trabalho enquanto valor social permite a recuperação de uma certa unidade entre produção e controle, entre produção e decisão política, já que os trabalhadores que estão construindo a ENFF possuem efetivamente o controle desta escola no sentido de que serão eles mesmos ou seus filhos e netos que estudarão neste espaço, fazendo uso social dele. Portanto, a construção da ENFF se expressa e se materializa historicamente como um forte elemento socializador do trabalho humano.

A socialização produzida no processo de trabalho na ENFF talvez seja a primeira manifestação da dimensão educativa do trabalho voluntário. Estão todos na mesma condição, estão presentes neste trabalho por uma escolha, por uma opção que é individual e coletiva. Coloca-se como atitude primeira o respeito ao outro e às diferenças culturais, como também uma responsabilidade maior no trato com as pessoas e no tratamento cotidiano dos problemas que surgem.



Trabalhadores contruindo as caixas de madeira que receberão o cimento da fundação do prédio pedagógico. A dinâmica das brigadas e dos grupos de trabalho apresentam ritmos diferenciados e uma irregularidade no próprio processo de produção da ENFF, o fazer-se profissional da obra e da organicidade é o grande desafio de um sujeito da práxis inacabado, em construção.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 12: Rio e Minas. Mês/ano: janeiro de 2002. Autor: desconhecido.

Quanto à divisão do trabalho na obra, ela acontece no primeiro dia de trabalho, no momento em que a brigada temporária se apresenta na formatura<sup>150</sup>. Ali são apresentadas as equipes de trabalho. Os próprios trabalhadores vão definindo seus lugares nas equipes, sempre a partir de alguma experiência acumulada. Os trabalhadores que nunca tiveram experiência em nenhum dos trabalhos apresentados se inserem como ajudantes de pedreiro ou como aprendizes em alguma outra equipe.

Aqui se revela um dos momentos do processo educativo que se realiza no canteiro de obras. Dentro dos grupos de trabalho, os trabalhadores da brigada permanente recebem os trabalhadores da brigada temporária que ali permanecerá ao longo de 2 meses. De

---

<sup>150</sup> Formatura é o primeiro momento do dia, onde os núcleos se dispõem em fileiras, cantam o hino do MST e em seguida apresentam seu nome, o grito de ordem e os informes.

início se percebe o jeito de trabalhar de cada um, sempre com uma orientação básica do coordenador do grupo de trabalho e dos trabalhadores integrados à brigada permanente.



Os trabalhadores se sentem construtores da organização, cimentam a obra na memória coletiva e a modelam com o próprio corpo a atualidade do projeto de classe.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 5: Espírito Santo. Mês/ano: dezembro de 2000. Autor: desconhecido.

O que se ensina neste momento é um jeito particular de trabalho que tem fundamento na experiência dos trabalhadores e no princípio de coletividade. Primeiro não há uma estrutura hierárquica de trabalho, todos são voluntários, a diferença está no grau de responsabilidade na condução do trabalho. Não há uma competitividade, pelo menos de forma explícita. Muitos trabalhadores se sentem satisfeitos em poder ensinar para os mais novos um jeito de trabalhar que prima pelo coletivo, levando em consideração a experiência profissional de cada um. Não há o certo ou o errado, tudo vai sendo construído na troca de experiências, sempre se baseando no consenso que é produzido no dia a dia do trabalho concreto. Um dos trabalhadores entrevistados chegou a ressaltar a necessidade de um tempo específico dentro da obra para o desenvolvimento desta formação profissional

do trabalhador voluntário<sup>151</sup>. Neste processo educativo são os elementos do saber-fazer e do aprender fazendo que sustentam a metodologia de ensino<sup>152</sup>.



Trabalhadores na fábrica de tijolos, manuseando a máquina que produz o BTC,s. A cooperação no processo de trabalho, a produção de lealdades e a intensidade da socialização nos núcleos, nos grupos de afinidade vão produzindo uma cultura da organização como apontava Gramsci, que atravessa o cotidiano do MST e vai se impondo como aprendizado ético, político e organizativo permanente, vivenciado e refletido como *práxis organizativa*.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 10: Mato Grosso. Mês/ano: Setembro de 2001. Autor: Douglas Mansur.

<sup>151</sup> Entrevista realizada no dia 20 de abril de 2003 com o trabalhador J.P.C, 55, acampado, MG.

<sup>152</sup> Podemos apontar nesta metodologia do saber fazendo o movimento interno próprio do princípio de divisão de tarefas, já que o militante novo ao receber uma tarefa vai desenvolvê-la de acordo com suas capacidades, tendo o acompanhamento de um dirigente. A tarefa realizada ao ser avaliada mostra as dificuldades que foram superadas, assim como as dificuldades que devem ser superadas com a continuidade do processo de seu trabalho político-organizativo.

Esta percepção da necessidade de ensinar a profissão ao trabalhador voluntário inexperiente ou com pouca experiência na construção civil já eleva a responsabilidade deste trabalhador da brigada permanente. Mesmo ainda na condição de trabalhador voluntário (enquanto estiver na ENFF será um trabalhador voluntário), este trabalhador já começa a desenvolver um trabalho dentro da organização, ou seja, já começa a assumir uma tarefa específica que o responsabiliza e abre caminhos para o desenvolvimento do trabalho militante, do trabalho político-organizativo. O que podemos ressaltar nesta preocupação do trabalhador da brigada permanente de passar seu conhecimento para o trabalhador da brigada temporária é o sentido de responsabilidade com o outro e com o desenvolvimento da obra coletiva, ou seja, a qualificação do trabalhador temporário também é uma tarefa do trabalhador permanente, que vai acompanhá-lo no cotidiano da obra.

Ainda que esta a socialização do conhecimento apareça como “ajuda”, o que de fato se realiza é uma formação profissional ou semi-profissional conduzida pelos próprios trabalhadores, para além da “formação oficial”, a formação política realizada todas as noites e o conjunto de noções básicas de arquitetura e paisagismo, que são ensinadas uma vez por semana pela equipe de engenheiros e arquitetos.

O momento mais crítico do processo de construção da ENFF é o momento da troca das brigadas a cada dois meses. São vários os fatores que causam estranheza a estes novos trabalhadores que chegam, como a própria técnica de bloco de terra comprimido ou solo-cimento, a estrutura organizativa da ENFF e a grande quantidade de trabalhadores envolvidos. A dificuldade de adaptação é grande, principalmente na primeira semana, visto que não se conhece as pessoas, suas habilidades reais, havendo um grande movimento entre as equipes de trabalho. Ocorre que alguns trabalhadores chegam dizendo, por exemplo, que são pedreiros e no processo de trabalho se vê que ele não domina o trabalho de pedreiro, tendo que iniciar uma formação com ele que começa do zero. Outros apesar de serem pedreiros jamais trabalharam numa obra daquela especificidade, de caráter mais artesanal que industrial:

*(...) sempre tem dificuldade, porque muita gente, pedreiro, carpinteiro e servente, o pedreiro ele é pedreiro só para fazer uma casa na cidade é diferente de uma obra dessa, ele chega aqui e fica perdido e aí a gente que já está aqui permanente tem o compromisso de incentivar ele, não dizer que ele não sabe, ah você disse que era pedreiro lá e aqui você não é, não, tem que ajudar ele, eu mesmo sou carpinteiro, quando cheguei aqui me perdi um pouco, ameaçou um pouquinho, eu não tinha chegado lá porque é diferente, a gente sempre tem que ter aquele compromisso com o pedreiro, o carpinteiro seja com quem for, a gente da permanente tem que ser assim não ficar chateando o outro, contribuir com o outro para que ele chegue lá, porque ele já tem uma prática boa, qualquer coisa ele tá dentro(...)a gente já está com esta brigada aí, nem cantar o hino do Movimento eles sabiam, nem levantar a mão e hoje tão tudo preparado, a gente incentivou eles, tem 6 companheiros que logo desistiram, acharam muito pesado, a gente deu conselho mas não teve jeito, então cada um que chega a gente tem que estar preparado para receber ele, explicar as coisas que ele chega lá. (C.S., 48, pré-assentado, SE)*

Mesmos os Estados que já passaram pela obra, quando retornam são outros os trabalhadores e não os que vieram da primeira vez. Assim, até organizar tudo, achar a equipe certa, ver o trabalho mais adequado para cada trabalhador, mostrar como este trabalho deve ser feito, necessita de um tempo, tempo que foi variando de acordo com o próprio aprendizado dos trabalhadores permanentes ao construírem um método de trabalho capaz de facilitar o processo de adaptação. A criação da brigada permanente teve como objetivo dar resposta a esta dificuldade, já que com a permanência de um grupo de profissionais ficou mais fácil dar continuidade ao método de trabalho no canteiro de obras, recebendo as novas brigadas com uma intencionalidade mais definida que aponta para o processo dialético da formação dos trabalhadores, constituindo a chamada *Escola da Escola*:

*(...) as brigadas vêm para cá crua, são como uma pedra que precisa ser lapidada, a gente pega a pedra bruta vai lapidando, antes a média era 40 dias para eles pegarem um pouco de experiência, porque na verdade a Escola é assim ela é escola da escola, as brigadas vêm com esta vontade aqui de aprender, de trabalhar e também de aprender muita coisa. Têm pessoas que vêm como ajudante e saem daqui como carpinteiro, que pode chegar no seu Estado e fazer algumas coisas na construção do barraco, ele já não vai fazer um barraco torto porque já tem a noção de esquadro de nível e não vai fazer um barraco torto muito menos a casa dele, ele já passa a ser um semi-profissional. E a maior dificuldade é justamente essa quando no prazo final de 60 dias a brigada já pegou o ritmo do trabalho aí chega uma outra pedra crua que a gente vai ter que lapidar de novo, mas isso é importante para nós, um desafio muito grande para os profissionais que permanecem aqui, é uma*

*escola da escola eles estão aqui se formando e formando ao mesmo tempo os companheiros. (J.S., 38, MS, assentado).*

No entanto, também existe a abertura para novos aprendizados que vão qualificá-lo como trabalhador, qualificando a própria organização, incidindo tanto na sua função na brigada permanente, quanto no seu retorno ao Estado:

*(...) profissão mesmo pedreiro, mas também carpintaria, base, marcação, nivelamento todas estas coisas eu sei fazer, trabalho também com acabamento, assentamento de cerâmica, piso, encanamento eu só não sei fazer serviço da parte elétrica, e quando chegar no Estado estou pensando em fazer um curso, aprender de tudo um pouco, na verdade dentro do Movimento Sem Terra tinham poucos profissionais nesta área, hoje a gente está tentando aumentar o número. (J.S., 38, assentado, MS)*

Esta pré-disposição para o aprendizado no canteiro de obras marca uma certa rotatividade nos grupos de trabalho ou uma certa “polivalência” por parte do trabalhador. Muitos apresentam a necessidade de ter domínio de todo o processo de construção da ENFF, sempre com a perspectiva de desenvolver esta relação no seu acampamento/assentamento a partir da necessidade de profissionais de todas as áreas, principalmente na parte da construção civil, da alvenaria, da eletricidade, hidráulica, etc. Somente assim, os trabalhadores poderão de fato ter o controle de sua vida social, da organização e construção de suas moradias, não mais a passividade de receber o projeto pronto do INCRA. Neste processo, surge a figura do coringa da obra, que vai potencializar a formação profissional anterior, como também arriscar no aprendizado de tudo que é novo:

*(...) eu exerço a função de obras, uma parte de coordenação, mas para começar uma casa, eu sei estrutura, tipo a Escola, tem que começar da base até chegar o telhado, sei trabalhar também na carpintaria, na cobertura, então o trabalho da obra da Escola e seja a onde for eu desenvolvo muito bem, esta prática eu estou querendo levar para os assentamentos, sair com saúde, e na maneira do possível aonde estiver uma coisa para eu contribuir eu quero tá presente ali e dar o melhor de mim. (B.S., 47, pré-assentado, SP).*

O trabalho político-organizativo está vinculado a este processo de socialização e de formação profissional. Estes trabalhadores permanentes possuem a responsabilidade de organizar o trabalho na ENFF, englobando o trabalho concreto no canteiro de obras, o funcionamento da estrutura da ENFF e o convívio entre dezenas de trabalhadores durante dois meses. Portanto, o processo educativo da construção não se reduz ao trabalho concreto da obra e ao próprio trabalho político-organizativo, amplia-se para o sentido de uma educação no convívio, onde a (...) *construção da escola será uma escola, de vida, de valores, de conhecimentos técnicos e políticos.* (MST, 2001b.).

Entretanto, queremos ressaltar que este avanço das relações sociais de trabalho, que priorizam o trabalho no coletivo, rompendo com as relações sociais de trabalho individualizadas e competitivas em função de uma estrutura consensual e cooperativa a partir de um processo educativo, não elimina os conflitos dentro deste espaço social gerado pelo MST. Como estamos num ambiente da construção civil, temos um domínio da presença de homens, que em sua maioria carrega toda a formação cultural oriunda da sociedade brasileira, como, por exemplo, a cultura do machismo. Existem sim conflitos que são marcados pelo clima de disputa de um universo masculinizado. Estes conflitos nem sempre se revelam, muitas vezes permanecem ocultos, perceptíveis apenas dentro de um código próprio, ou são deslocados para outras situações como na hora do estudo, das refeições, do trabalho em núcleos, do futebol, da festa, ou mesmo para momentos do trabalho na obra.



Trabalhadores/as fazendo o rejunte de azulejos dos banheiros da parte de baixo do prédio do refeitório. A cultura do machismo está corporificada desde o momento em que são discutidos nos Estados os nomes dos integrantes da brigada de trabalho voluntário. Primeiro porque se trata de uma construção civil, lugar não apropriado para o trabalho das mulheres. As mulheres quando vêm acompanhando seus maridos geralmente atuam na ENFF no trabalho doméstico restrito à cozinha. Existem entretanto algumas exceções que rompem a regra deste trabalho “naturalizado”. Há mulheres que quebram a barreira cultural e vão trabalhar no canteiro de obras, fazendo rejunte de azulejos, produzindo tijolos, etc.  
Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 10: Mato Grosso. Mês/ano: Setembro de 2001. Autor: Desconhecido

Como existe um processo de controle coletivo, estas situações quando explodem são avaliadas pela coordenação ampliada, envolvendo os coordenadores de núcleo, os coordenadores de trabalho e os coordenadores da Escola. Após uma avaliação da situação ocorrida, as pessoas em conflito fazem uma auto-crítica e se define conjuntamente qual será o destino delas, ou são deslocadas para novas funções mudando seu lugar nos grupos de trabalho, ou são enviadas de volta para seus Estados. Este é um tipo difícil de aprendizado que se realiza no dia a dia do trabalho concreto, já que se rompe com a prática de um poder de decisão centrado apenas em um indivíduo, visto que a delegação de responsabilidades tem como consequência a democratização do poder. Retomaremos esta questão mais adiante.

Esta socialização do trabalho e o convívio intenso permite uma apropriação mais clara da vida no coletivo. Todo o espaço social desde a alimentação, o dormitório até o lazer está determinado pelo coletivo, onde abre-se mão da vontade individual para que todos tenham a mesma condição, ainda que sejam respeitadas as diferenças individuais. Deste modo, podemos apontar uma pedagogia do coletivo intrínseca à forma de manifestação do trabalho voluntário na ENFF. Ou seja, a experiência de trabalho voluntário na construção da ENFF cria possibilidades de novas relações sociais de produção dos sujeitos, mesmo permanecendo sempre ativo o movimento contraditório existente na cotidianidade das pessoas formadas pela subjetividade produzida pela sociedade capitalista.

Deste modo, podemos dizer que o trabalho voluntário na ENFF traz a realização de uma nova experiência de socialização no processo de trabalho e de apropriação do produto, como também o aprendizado profissional de novas técnicas, o aprendizado político do trabalho de base e o aprendizado social da cultura do coletivo:

*(...) o que mais me marcou no trabalho na Escola foi o sistema de trabalho voluntário, viver, trabalhar no coletivo, e a taipa que eu não conhecia e os tijolos do BTC, isso aí foi uma coisa marcante, porque a gente trabalhou com um tipo de tijolo de terra, mas sendo queimado, o coletivo já sabe, não existe na fábrica um coletivo, então viver coletivamente isso não existe porque quando você trabalha de empregado que você veve no coletivo*

*assim, mas você veve na maior briga, na maior desarmonia, e você sempre tem que estar se separando, um do outro por causa de roubo, o cara pode te machucar, briga, essas coisas, e aqui não, aqui a gente tenta resolver as coisas da melhor maneira possível, conversando com os companheiros e sempre vai fazendo a gente crescer mais um pouco.* (B. S., 47, pré-assentado, SP)

A organicidade da ENFF se assemelha à organicidade de um acampamento do MST. Logo após o processo de ocupação de terra, as famílias são divididas em núcleos e são montadas as equipes de trabalho de acordo com as necessidades do acampamento. De imediato são criados os coletivos de saúde, de educação, de alimentação, de segurança, de relações com a sociedade, etc, como também a coordenação do acampamento, formada por cada coordenador de núcleo, e a instância máxima que é a assembléia geral que ocorre ao final de cada dia. Deste modo, todos se envolvem em alguma tarefa, ou seja, todos têm uma responsabilidade definida dentro daquele espaço social recém formado e se inserem deste modo em um processo formativo: *A estrutura organizativa está para a formação de militantes e lideranças como o pé está para o calçado (...).* (Bogo, 2003, p.61)

Pensando a realidade concreta da ENFF a partir da concepção de um acampamento, podemos dizer que os trabalhadores da brigada permanente desenvolvem um trabalho de base contínuo, ou seja, devem controlar os conflitos do cotidiano, incentivar a organização interna, o funcionamento dos núcleos e a mística do MST. Todos os trabalhadores são inseridos na estrutura organizativa, independente do trabalho concreto que realizarão na obra como pedreiros, marceneiros, carpinteiros, etc. Esta organicidade marca desde o início o rompimento com uma estrutura social centrada no indivíduo, visto que a partir de então qualquer atitude do trabalhador independente do lugar que ocupa na estrutura organizativa deve ser comunicada a toda a brigada. Se vai se ausentar um dia do trabalho para ir à cidade, se está se sentindo enfermo (sendo encaminhado para a equipe de saúde), se vai se ausentar das atividades de formação, enfim, a particularidade do indivíduo é respeitada desde que seja respeitada toda a coletividade, já que todos estão presentes naquele espaço para a realização de um objetivo comum.

Esta é a lógica que dinamiza o trabalho político-organizativo na ENFF. Vale a pena ressaltar que as características individuais ao contrário de serem renegadas ou desapercibidas se sobressaem neste espaço social do coletivo, ou seja, se tornam bem mais visíveis<sup>153</sup>. Sendo assim, o trabalhador da brigada permanente assume algumas tarefas da militância de base, inserindo-se de forma mais consciente na organicidade do MST. O depoimento a seguir expressa tal aprendizado:

*(...) muita coisa marcou na experiência de trabalho na Escola, inclusive o acompanhamento de algumas brigadas do norte, me marcou pela humildade deles e foi onde eu aprendi muitas coisas, porque quando eu vim para a Escola eu tinha quatro meses de acampado então eu nem sabia mesmo o que era o Movimento e através do entendimento com as brigadas eu fui aprendendo, foi onde eu dei um passo maior para aprender a lidar com o povo.(C.R., pré-assentado, 36, ES)*

Entretanto, existe uma dificuldade de compreensão por parte dos trabalhadores temporários no que diz respeito à estrutura organizativa da ENFF. Na verdade, as dificuldades no trabalho da obra e no trabalho organizativo se mesclam, visto que não estão apartados, mantendo como já afirmamos uma relação dialética entre a mediação do trabalho voluntário e a totalidade do trabalho político-organizativo. O trabalho de base desenvolvido pelos trabalhadores permanentes, ficando próximos dos novos trabalhadores, se preocupando com a pessoa, com seu jeito de ser, com sua afetividade facilita no próprio desenvolvimento do trabalho na obra, principalmente se fazem parte da mesma equipe. Ou seja, temos aqui o processo do acompanhamento que é um elemento fundamental da formação de militantes no MST.

A estrutura organizativa da ENFF está baseada nos princípios do MST e como já dissemos se assemelha à organização de um acampamento. Ainda que a formação dos núcleos, a criação das coordenações e das equipes de trabalho sejam o sustento do funcionamento da ENFF, a estrutura não deve ser vista como algo imóvel, inflexível. Durante os quatro anos de construção, de acordo com as necessidades, os experimentos e as avaliações foram realizadas mudanças com a intenção de melhorar o dia a dia da ENFF. No

---

<sup>153</sup> Podemos dizer que a compreensão de indivíduo no MST segue as concepções de Marx (1984, p. 109) e Gramsci (2001, p.413), ou seja, o indivíduo é visto como produto das relações sociais, onde a construção da personalidade não está isolada do processo de conscientização destas relações sociais.

entanto, estas mudanças não apontam para uma linearidade do processo, ao contrário, a mudança de aspectos do funcionamento anterior podem apontar tanto para um sentido positivo, quanto negativo com relação ao ritmo do trabalho e ao comportamento dos trabalhadores. Ou seja, no processo de troca das brigadas podem haver avanços e/ou retrocessos no que diz respeito à própria construção da organicidade na ENFF.

*(...) antigamente era diferente até os horários, era um pouco mais cedo, levantar tomar café, dividir as tarefas, agora tá bom, mudou algumas coisas, até na parte dos núcleos, a gente tinha o grito de ordem todo dia de manhã cedo núcleo por núcleo, hoje somente na quinta feira, mas isso é porque tomava muito tempo e achamos que poderíamos aproveitar no trabalho, aí mudou o tempo da formatura de manhã a gente fica menos tempo ali, na hora do almoço também, a gente tinha um lanche de manhã e preferiu que não tivesse para não ter que ficar parando muito tempo, porque se para 15 minutos demora mais ou menos uns 45 minutos para encaminhar o pessoal novamente, até voltar, tá ficando bem melhor, se tiver que mudar mais alguma coisa com certeza a gente vai estar mudando. (A. S., 31, acampado, filho de assentado, PR).*

*(...)a gente sempre muda alguma coisa de brigada em brigada, a gente vai sempre procurando melhoras, mas as vezes a gente piora também, através das brigadas, dos coletivos a gente vai colhendo informações, para que possa melhorar na próxima, mas até agora não tem tido muito problema não. (C.R., 36, pré-assentado, ES)*

A imposição de tal estrutura organizativa gera uma série de conflitos, que surgem como negação dos horários estabelecidos, do estudo obrigatório, das tarefas de lavar louças e panelas, da mística, da participação ativa nos núcleos, etc <sup>154</sup>. De uma maneira geral, os conflitos aparecem como negação de atividades que fogem da prática cultural de homens oriundos das classes populares, homens que têm o direito à educação negado durante toda a sua vida, que não são convocados à participação ativa e que reproduzem relações sociais de domínio no interior de suas famílias<sup>155</sup>. Porém, ao situar com mais clareza o lugar que a ENFF ocupa na história do MST e com o início do processo formativo com base nos princípios organizativos, principalmente a divisão de tarefas, o estudo e a mística, os

---

<sup>154</sup> Podemos dizer que esta negação não é de toda negativa, expressa uma reação do trabalhador a se adaptar de imediato às normas impostas, uma reação que vai contra o conformismo e a passividade. O importante é ele entender o porque as normas são importantes e principalmente seu conteúdo estratégico no processo de organização e defesa dos trabalhadores.

<sup>155</sup> Podemos aqui fazer referência à situação concreta desvelada por Paulo Freire no que diz respeito à contradição do oprimido que “hospeda” em si o opressor. (1999, p.32).

trabalhadores vão construindo uma outra imagem do processo, valorizando inclusive a sua participação<sup>156</sup>.

Nos momentos de conflito, se faz necessário a colocação constante dos trabalhadores da brigada permanente que vão, através do seu comportamento, impor o exemplo para os demais, vão chamar a atenção, vão implementar as normas, ressaltando a importância destas dentro do conjunto do MST. Esta autoridade se constrói através do exemplo diário e da articulação que são capazes de fazer entre os demais<sup>157</sup>. Existem as avaliações nos núcleos que determinam as tarefas de cada um, como também o que fazer com o companheiro que se nega em realizá-las. São momentos de tensão e de exercício da prática da coerência, pois tais conflitos podem gerar situações de disputa de poder, de intrigas, de desconfiança, que vão minando a convivência dos trabalhadores.

*(...) vejo com naturalidade a estrutura organizativa da ENFF, se os companheiros são dos acampamentos e assentamentos eles sabem os princípios, as normas básicas do MST, não foge nada daquilo e nem deve fugir porque aqui não deve ser um poço de privilégio para ninguém, as tarefas têm que ser dividida, cada um tem que cumprir com a sua parte, horários têm que ter senão vira bagunça, os horários são rígidos e tem que permanecer deste jeito, mudou muita coisa, com nossa brigada foi mais exigente, mudou muita coisa, a pena já não existe mais, o cara apronta uma, duas vezes e fica por isso mesmo, a gente tinha uma pena construtiva, o companheiro tinha que fazer um resumo, ler um livro, construir, e o mais importante de tudo isso é que não podemos perder nunca é a mística, inclusive conversava com o companheiro, nós deixamos perder um pouco da mística da escola Florestan, é importante que a gente volte e resgate isso, porque o que move nós, o que dá sentimento, a vontade, é a mística, é o coração acima de tudo, é ver no ser humano um outro companheiro, o companheirismo de fato e isso a gente não pode perder nunca, deixar que a máquina da construção, a rigidez do trabalho tome conta do coração da gente, aquilo que dizia o Che nós temos que ser duros nos momentos em que temos que ser duros e fraternos nos momentos que temos que ser fraternos. (J.S., 38, assentado, MS).*

---

<sup>156</sup> (...) uma forma de convivência é fazer com que se tornem militantes participando ativamente, divide bem as tarefas, fazendo com que ele faça parte. (I.O, 26, RS, acampado)

<sup>157</sup> (...) é cansativo um pouco, você pega 10 ou 12 pessoas que tem 10, 15, 20 dias ou um mês de acampamento ele não tem a base para chegar aqui e você botar eles nos eixos para fazer isso ai, eu como coordenador de limpeza, o outro como coordenador de núcleo, é difícil, você diz para fazer isso aqui, eles dizem que não vai, você agüenta a mão vai lá e faz, um dia eles vão pegando aquilo, vai, vai e chega lá. (C.S., 48, pré- assentado, SE).

Podemos dizer que as normas da ENFF expressam a totalidade dos princípios do MST e sendo assim não podem ser vistas de forma isolada, tampouco como uma abstração que não leva em consideração a realidade concreta e particular de cada espaço social. As normas e os princípios acompanham o movimento dialético da realidade, sendo um conjunto de práticas que vão determinando a construção desta cultura do coletivo, onde o desenvolvimento da pertença e da mística do MST têm um papel fundamental.

O que queremos ressaltar aqui é a consolidação dos princípios do MST no sentido do rompimento com a *relação capital*, como construção de um modo de reprodução social que prima pela unidade de estruturais sociais<sup>158</sup>. Sendo assim, a própria concepção de trabalho voluntário no processo de construção da ENFF está vinculada a um amplo complexo social gerador de diversos movimentos que se unificam em torno da recuperação do trabalho como valor social e da produção de uma cultura do coletivo, ambas ligadas a um projeto histórico de emancipação humana. Ou seja, o trabalho voluntário é uma mediação do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST, base da reprodução de sua vida social enquanto organização política. Existe, portanto, a busca de uma *mudança qualitativa* nas relações sociais realizada no conjunto da ENFF e do MST. Neste sentido, a dimensão educativa do trabalho político-organizativo pode ser observada no conjunto das práticas do MST, que correspondem a realização de seus princípios fundamentais.<sup>159</sup>

Como no Capítulo IV já apresentamos a concepção norteadora de cada princípio organizativo do MST, neste momento apresentaremos algumas de suas realizações práticas no processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

---

<sup>158</sup> Nos referimos aqui à formulação de Meszáros que apresentamos no capítulo I sobre a unidade das estruturas sociais baseada nas relações existentes entre *produção e controle, produção e decisão política, produção e consumo* que serão destruídas sob a centralidade do capital enquanto relação social dominante.

<sup>159</sup> Como estes princípios atuam em todos os espaços sociais gerados pelo MST, eles consolidam formas particulares de rompimento com a *relação capital*, no caso, por exemplo, de uma escola, ou de um teatro, eles vão inverter toda a lógica da produção educacional, social e cultural. No caso específico da escola, os alunos são responsáveis por sua auto-organização e pela infra-estrutura da escola assumindo responsabilidades inimagináveis dentro da lógica tradicional. Já no caso de uma produção teatral, será sempre um coletivo que irá preparar desde o texto até a ornamentação do cenário.

Iniciaremos com o princípio da *divisão de tarefas*. Este princípio coloca desde o início a questão de como dividir o trabalho dentro da organização de modo a superar as contradições próprias do processo de trabalho capitalista, principalmente a ideológica separação entre trabalho manual e intelectual e a relação de poder. Em todos os níveis da organização, este princípio está presente, sendo praticado pelos acampados e assentados, pelos militantes e dirigentes. Se tivermos uma mobilização na cidade vão ser montadas várias equipes de trabalho: limpeza, segurança, cozinha, etc, e todos têm que fazer alguma coisa, ou seja, todos devem estar integrados ao processo de trabalho. Se tivermos um curso de dirigentes, o mesmo princípio determinará a divisão do trabalho de limpeza do auditório e dos banheiros, de trabalho de ornamentação e música, de cozinha, etc.

O processo da divisão de tarefas gera uma socialização das responsabilidades relativa à todo o funcionamento da ENFF, assim quando surgem os problemas existe uma discussão que envolve a todos, havendo uma descentralização do poder de decisão. Deste modo, a resolução dos problemas é identificada como mérito de todos. Ao mesmo tempo que vai se materializando uma coletividade, vai se produzindo uma subjetividade que impulsiona cada vez mais a *práxis organizativa*, na perspectiva de ultrapassar os muros da ENFF.

*(...) com certeza eu não vou voltar o mesmo, a gente volta para o Estado com uma visão maior e cada companheiro e companheira que passa por aqui jamais volta a mesma pessoa, porque tem uma visão do coletivo, deste tempo que a gente vive no coletivo adquire uma consciência da coisa. (P.F., 33, assentado, RS).*

A dinâmica da divisão das tarefas domésticas possui uma forte intenção pedagógica no sentido de provocar a mudança do comportamento, em todos que atuam no MST. De modo geral, os trabalhadores acampados e assentados reproduzem nas suas famílias a concepção do senso comum no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico, desvalorizando ou mesmo ignorando o trabalho da casa destinado à mulher e às filhas, como o trabalho de lavar as louças, limpar banheiros, varrer a casa, lavar a roupa, etc. Durante dois meses que permanecem na ENFF, todos os trabalhadores da brigada, sem

exceção, realizam o trabalho doméstico, lavam os pratos e as panelas, limpam os banheiros, varrem o chão do refeitório e no dia de folga, lavam suas roupas.

Alguns trabalhadores resistem a esta mudança de comportamento, chegam a não fazer as tarefas, porém é o próprio núcleo que avalia sua atitude e define que façam, por exemplo, duas vezes a tarefa que se recusaram a fazer. Este processo educativo não nega a vivência do conflito, no entanto, propõe uma resolução coletiva para ele. Os processos educativos das relações sociais geradas no MST se baseiam na solidariedade orgânica, negando a relação da opressão inclusive na divisão doméstica do trabalho.

O princípio do *profissionalismo* atrela-se diretamente com o que foi exposto acima a respeito da responsabilidade assumida na realização de uma tarefa, ou seja, as tarefas devem ser assumidas com a responsabilidade de um profissional. Na ENFF, o princípio do profissionalismo se destaca, principalmente por integrar realmente profissionais na área da construção civil, como também por desenvolver um processo de formação profissional. O grande desafio é fazer com que os trabalhadores permanentes compreendam a responsabilidade e o profissionalismo exigido pelo trabalho político-organizativo. Muitas da vezes o trabalhador permanente faz o trabalho de base com a brigada temporária de uma forma espontânea sem internalizar tal trabalho como um dos eixos principais da formação no MST.



Trabalhadores pousando para a foto na lateral do prédio do refeitório. A foto da brigada revela a mística do conjunto dos trabalhadores como sujeitos históricos de um processo de produção não alienado e sim marcado pela produção de valores e pelo pertencimento social, assumindo o caráter de um documento/monumento dedicado à memória das futuras gerações.  
Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 7: Ceará. Mês/ano: Fevereiro de 2001.  
Autor: desconhecido.

O princípio da *disciplina* deve ser compreendido como uma ação consciente que diz respeito ao compromisso estabelecido com o coletivo e não simplesmente como uma ação normativa que coíbe a ação individual. A ação disciplinada é aquela que participa conscientemente da construção da identidade coletiva, e é neste sentido que rompe com uma postura submissa ou individualizada. O princípio da disciplina pode ser entendido ou mesmo praticado como uma síntese do ser social que rompe com a *relação capital*, como parte de um processo pedagógico que implica mudanças conscientes no comportamento individual.



Formatura: trabalhadores/as organizados em núcleos no primeiro momento do dia. Ao iniciar o dia todos se apresentam em fileiras que correspondem aos núcleos que compõem a brigada temporária. Cada núcleo possui um nome, um grito de ordem e um coordenador, como também uma tarefa específica do dia, compondo assim as responsabilidades do trabalho doméstico e da organicidade. Todos os dias após a apresentação dos informes e da conferência dos núcleos hasteia-se a bandeira e todos cantam o hino do MST.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 12: Rio e Minas. Mês/ano: janeiro de 2002. Autor: desconhecido.

Na ENFF, o princípio da disciplina é bastante destacado, causando muitos problemas de compreensão por parte dos trabalhadores, principalmente aqueles que são acampados recentes e pouco conhecem da prática organizativa do MST. Existem casos em que os trabalhadores, por exemplo, não aceitam os horários estabelecidos, ou mesmo as atividades propostas que ultrapassam o trabalho na obra. Estes conflitos não são negados, mas trabalhados de forma a potencializar o processo educativo do dia a dia. Há casos de trabalhadores que não aceitavam os horários e o funcionamento da ENFF e passaram a se envolver na dinâmica da Escola, sendo integrados à brigada permanente.<sup>160</sup>

<sup>160</sup> Na entrevista realizada no dia 20/04/03 com A. S. (31, acampado, PR) ficou evidente esta mudança *qualitativa* de comportamento. Sendo um dos trabalhadores da brigada do Paraná mais críticos em relação ao funcionamento da ENFF, rompendo com os horários e com o dia a dia da ENFF, o acampado foi se envolvendo no trabalho da obra, se destacando, assumindo responsabilidades e hoje, após um ano e meio, é

O primeiro passo para se compreender a ação disciplinada dentro da ENFF é compreender a enormidade da tarefa que está em andamento, a construção física da ENFF. Os horários que marcam o início do trabalho na obra devem ser cumpridos para que se projete uma continuidade e uma meta para o término da construção. Deste modo, não dá para haver horários diferenciados num universo que gira em torno de 100 trabalhadores. Se os trabalhadores chegam atrasados na obra, se comem em horários diferentes, se não participam das atividades de formação, não se interessando pela própria qualificação na luta, passam a não respeitar todos os outros que estão dando seguimento ao trabalho. Sendo assim, faz-se necessário um processo de avaliação coletiva.



No final de cada brigada os trabalhadores que mais se destacaram na obra, na organicidade, na disciplina, tornando-se referências para os outros trabalhadores, são avaliados coletivamente e emulados, ou seja, são homenageados a partir de uma valoração moral, seguindo o ensinamento de Che Guevara, que tem na emulação um dos aspectos importantes na formação de militantes e de quadros políticos.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 8: Paraná mês/ano: maio de 2001. Autor: desconhecido

---

um dos coordenadores da obra. Mostra esta dimensão da disciplina como ação consciente quando nos fala que hoje ele deve ser exemplo para os outros.

Não tendo a figura de um patrão, já que todos estão na mesma condição na divisão do trabalho, não deve haver este comportamento de “fingir estar trabalhando”, de assumir uma postura de “enganar” o tempo, de não trabalhar ou de pegar uma “atividade menorzinha”. Se não estão satisfeitos com o tipo de trabalho que estão realizando, devem assumir esta posição e seu grupo de trabalho irá discutir seu deslocamento para outro grupo. Caso não assumam, o próprio grupo de trabalho vai avaliar esta postura e buscará uma forma educativa para que aquele trabalhador mude de comportamento. O que está em questão é ser disciplinado para que o trabalho na obra produza resultados concretos, satisfatórios no sentido de sua conclusão, sendo antes de tudo um compromisso de todos.

Estes conflitos ocorrem por várias razões. Destacamos a situação de expulsão da esfera do trabalho vivenciada por muitos trabalhadores durante um longo período de tempo, de modo que o trabalho como valor social deve ser novamente conquistado, como também a reprodução do senso comum através de um conjunto de práticas que refletem o “se dar bem nas costas dos outros”. Deste modo, compreender e praticar a disciplina como ação consciente em função de uma identidade coletiva faz parte de um processo de aprendizado que visa romper com a lógica do capital, centrada no espírito do individualismo e na exploração do trabalho alheio.

Todos estão cientes de que participam do trabalho na obra devido a um compromisso assumido no seu Estado de origem. A dimensão de representatividade, tão cara aos movimentos sociais e às organizações políticas, assume um papel importante na formação da consciência do trabalhador da brigada de trabalho voluntário, visto que a avaliação positiva (por exemplo a ação direta da emulação) ou negativa (por exemplo a ação direta da expulsão) que será feita sobre sua atuação incide no trabalhador de modo que este reconheça na sua pessoa a expressão coletiva dos trabalhadores do seu Estado que não estão presentes na ENFF. A consequência desta percepção de representatividade é o desenvolvimento de uma disciplina consciente que eleva o nível da crítica e da auto-crítica sobre seus próprios atos.

Na ENFF, o princípio da *direção coletiva* estabelece o modo de funcionamento dos núcleos que no seu conjunto compõem a brigada de trabalho voluntário e a brigada permanente. A principal questão que se coloca com a prática deste princípio diz respeito às tomadas de decisão, todos os problemas que dizem respeito ao trabalho na ENFF devem ser discutidas e decididas no âmbito do núcleo, em primeiro lugar, e em segundo lugar, no âmbito de toda a brigada.

Os coordenadores devem levar as questões e coordenar o debate, possibilitando o surgimento de propostas que venham da discussão no núcleo.<sup>161</sup> O princípio da direção coletiva rompe diretamente com a *relação capital*, tendo em vista que nega o monopólio do poder. O poder é de todos que participam do trabalho, dos debates, ou seja, a participação é o critério que define o caráter do poder de decidir. Não há, portanto um sábio que define a melhor escolha ou a melhor idéia de resolução do problema, existe um coletivo que se educa permanentemente para a tomada de decisão e para assumir as conseqüências desta.

---

<sup>161</sup> Para que não haja um acúmulo de poder, a cada dois meses muda-se o coordenador da brigada permanente. Deste modo todos os trabalhadores exercem a tarefa da coordenação, aprendendo a conduzir as discussões necessárias, como também as resoluções dos conflitos do cotidiano.



Cordenadores de trabalho e equipe técnica no barracão ao lado da fábrica de tijolos. O método da direção coletiva torna possível a maior participação, já que cada núcleo discute os problemas da vida cotidiana e participa nas escolhas e decisões junto a coordenação geral da obra, composta pelos coordenadores de núcleos, dos grupos de trabalho, da casa e da obra, incluindo a equipe de engenharia. Potencializa a discussão, democratiza o poder e se constroem responsabilidades.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 9: Alagoas mês/ano: Julho de 2001. Autor: desconhecido.

O princípio da *avaliação* tem a função de buscar a superação das contradições que são geradas nas práticas dos militantes e dirigentes da organização. Portanto, as contradições em nenhum momento são negadas e sim avaliadas, sendo discutidas suas causas e suas conseqüências. Desta forma, os erros nas ações práticas não são tidos como algo naturais, como também não vão se acumulando de forma a produzir problemas maiores, são marcados como produtos da organização, evitando todo o tipo de personificação. Evita-se o risco da reaparição constante do erro que, como prática repetida, pode tornar-se uma cultura, gerando um antagonismo dentro do MST.

A ENFF passa por avaliações constantes, tanto no que diz respeito ao funcionamento de sua estrutura organizativa, quanto no que diz respeito ao próprio método de trabalho das brigadas. As avaliações são realizadas em várias instâncias, quer dizer, nos núcleos, na brigada permanente, na coordenação da obra, no setor de formação nacional e na direção nacional. Isto quer dizer que seu destino está nas mãos de muitos, muitos trabalhadores são responsáveis por sua existência. Este processo permanente de avaliação é altamente educativo, pois requer o desenvolvimento de uma coerência nas ações e nas críticas, assim como o desenvolvimento da humildade, já que ao avaliar o todo, avalia-se a si próprio como parte desta construção. Estar ciente desta posição rompe na prática das relações sociais a lógica do capital, baseada na arrogância, na soberba ou na vitimização do indivíduo.

O princípio do *estudo* está diretamente vinculado à formação da consciência política, estando acompanhado da prática da luta social e do trabalho. Na ENFF, como os trabalhadores se ausentam por um período da luta concreta, as atividades de formação e estudo são destacadas como uma necessidade imperiosa. A primeira ligação que o estudo estabelece é com a realidade agrária deste país, no sentido de aprofundar o conhecimento a respeito da história de nossa agricultura, do processo de modernização do campo, do modelo neoliberal que está sendo implementado, da questão dos transgênicos e da biotecnologia, etc. Os estudos, portanto, se relacionam com a realidade do trabalhador de modo a desenvolver os aspectos políticos e científicos desta realidade. Também são tratadas as questões da história da luta dos trabalhadores, seja no Brasil, seja no mundo, socializando o conhecimento a respeito das experiências socialistas e de suas derrotas políticas.

Muitos trabalhadores reclamam das atividades de formação que acontecem de segunda à sexta das 19:30hs às 21:00hs. Argumentam que já possuem idade e não servem mais para aprender nada, que não sabem ler e escrever, que estão cansados depois de um longo dia de trabalho ou que querem assistir televisão. Na verdade, o que se verifica é uma

grande barreira em torno da questão da educação, do estudo, refletindo a realidade de exclusão do conhecimento a que sempre foram sujeitados.

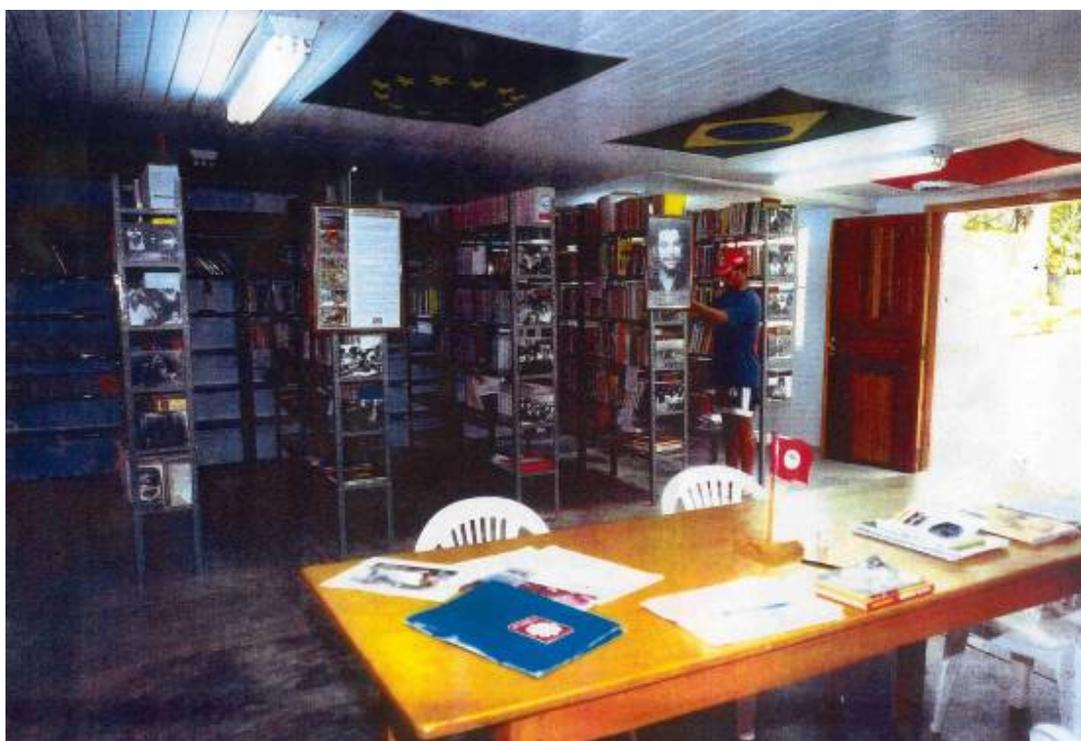
Quando há muitas pessoas com dificuldade de leitura e de escrita forma-se um grupo à parte para o processo de alfabetização e reforço, utilizando principalmente os ensinamentos do método Paulo Freire. O método geralmente utilizado nas atividades de formação é estruturado a partir de trabalhos em grupo, oficinas, de modo a destrinchar as questões relativas ao tema escolhido e possibilitar a relação entre conhecimento e realidade. Quando por exemplo se trata do processo de modernização do campo ao longo dos anos 60 e 70 do século XX, gerador da expulsão massiva dos trabalhadores rurais na condição de posseiros, meeiros, pequenos produtores, etc, em diversas regiões do país, sujeitando-os à condição de migrante, muitos trabalhadores colocam sua experiência, sua vivência pessoal, ampliando a compreensão histórica do problema.



Trabalhadores/as durante a formação que ocorre no período da noite. Escolarização e formação política atravessa a formação dos trabalhadores voluntários, como também toda a estrutura organizativa do MST. A elevação intelectual e moral das massas, depende, segundo Gramsci, da formação de uma cultura crítica e criativa capaz de tornar-se hegemônica politicamente e éticamente como *modus vivendi*.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 11: Pernambuco. Mês/ano: novembro de 2001. Autor: Desconhecido.

Envolvendo os trabalhadores neste tipo de reflexão, recuperando conversas durante o período do trabalho na obra, o estudo vai se tornando um elemento do cotidiano, criando a necessidade de aprofundar um conhecimento e buscar outros. No ano de 2003, foi montada provisoriamente a biblioteca da ENFF com mais de 5 mil livros. No entanto, podemos dizer que a dimensão educativa do princípio do estudo está na descoberta pelos trabalhadores do processo histórico que produziu a sociedade em que vivemos, como também na participação consciente destes no projeto histórico da classe trabalhadora.



Trabalhador organizando os livros da Biblioteca provisória. A educação como um direito universal negligenciado nos países periféricos como o nosso se impõe como bandeira de luta do MST e assume tarefas políticas, sendo herdeira da filosofia da práxis. A maior parte dos livros pertencentes à ENFF foram fruto de doações de personalidades e instituições nacionais e internacionais.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 20: Espírito Santo. Mês/ano: Agosto de 2003. Autor: Douglas Mansur.

Por fim, poderíamos acrescentar o princípio da mística. A mística aparece como uma mediação histórica de importante valor, visto que para além da produção cultural que materializa, atua como uma necessidade do trabalho organizativo (MST, 1998a) e como ideologia, entendida como produção histórica da subjetividade de classe. (Marx, 1984, Meszáros, 1996). A prática da mística visa reforçar os compromissos ideológicos com o projeto político dos trabalhadores, remetendo à herança dos símbolos, à herança da cultura popular. Como tudo que envolve a práxis organizativa do MST, a mística é uma criação coletiva que se baseia num tema relativo ao local ou à atividade que está anunciando. Utilizam-se várias linguagens, como a música, o teatro, a poesia, e vários símbolos, como bandeiras, livros, instrumentos de trabalho, etc. A mística está presente no sentimento das pessoas, no dia a dia da luta, como uma prática constante da vida da organização social que é o MST.

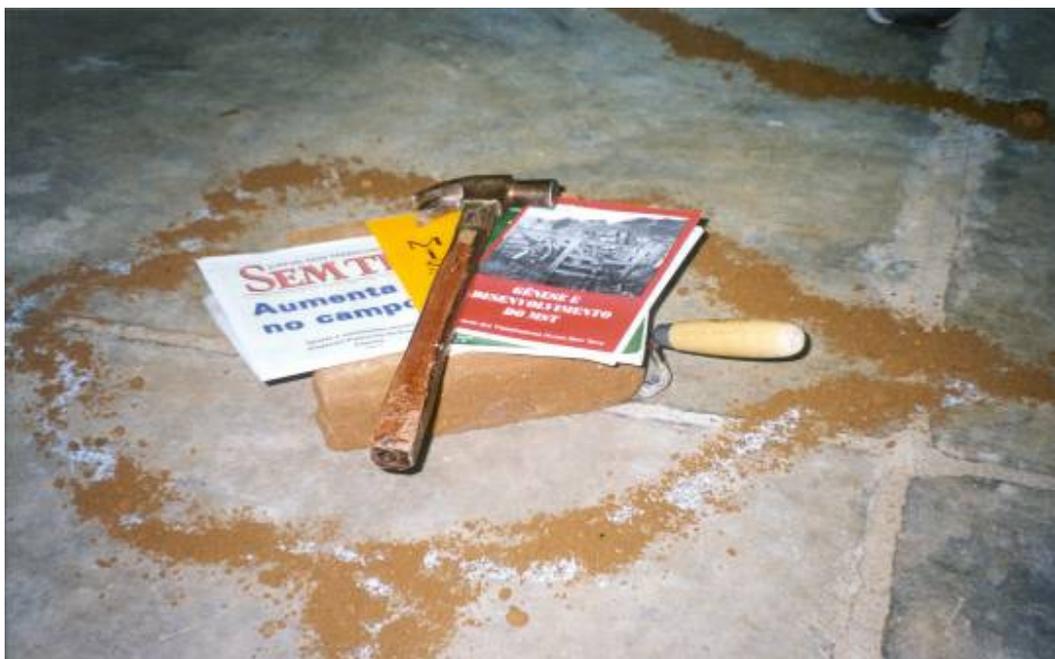


Trabalhadores/as se deslocando do canteiro de obras para a parte superior do prédio do refeitório. As bandeiras são símbolos fortes na geração da mística, ao tocar o hino todos se direcionam à bandeira como matéria e subjetividade do movimento dos trabalhadores, como objetivação e subjetivação de uma luta herdada de tempos históricos, como consciência da raiz que se projeta.

Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 13: Sergipe e Bahia. Mês/ano: maio de 2002.

Autor: Douglas Mansur.

Na ENFF, a mística gira em torno da Escola Viva, do pensamento de Florestan Fernandes e do Trabalho Voluntário. Estes são os temas centrais. Ela está presente nos atos de trabalho e no próprio cotidiano da ENFF, como também nos momentos que antecedem as atividades de formação, sendo preparada pelos núcleos. No final do período de cada brigada, na festa de encerramento, cria-se uma bela mística deixando no coração de cada trabalhador a marca da experiência de trabalho voluntário na ENFF, sempre no sentido de fortalecer a unidade ideológica do MST, a sensibilidade e a subjetividade de classe dos trabalhadores Sem Terra.



Elementos que fizeram parte da mística, introduzindo o momento da formação. Para que aconteça a mística no cotidiano é necessário planejamento para a sua elaboração, busca de materiais e divisão de tarefas. Tudo que faz parte do cotidiano torna-se extraordinário, ainda que não seja a revolução como dizia Che Guevara. Flores, fotos e poemas, bandeiras, tijolos e alimentos, combinam-se com história, cultura e ideologia em processo de construção.  
Fonte: Arquivo ENFF. Brigada 10: Mato Grosso. Mês/ano: setembro de 2001.  
Autor: desconhecido

Tentamos mostrar os aspectos fundamentais do universo educativo dos princípios no sentido do rompimento com a *relação capital*. A necessidade de desenvolver uma intencionalidade pedagógica nas suas práticas norteia o trabalho político-organizativo e o trabalho voluntário na ENFF. A estratégia de formação de militantes e dirigentes sociais é desenvolver um processo de trabalho que seja capaz de produzir e potencializar esta subjetividade da cultura do coletivo, que na sua relação dialética com a materialidade modifica a práxis das relações sociais.

Vale a pena ressaltar que todo este processo é tortuoso, com contradições que não serão resolvidas no espaço social da ENFF, no entanto, há um esforço comum de superar um modo de vida centrado no indivíduo, nas suas vontades e resoluções individuais, própria da subjetividade produzida pela lógica do capital. Segundo Silveira, o mundo das mercadorias e da sociabilidade despolitizada vão alargando, no período histórico da globalização e do neoliberalismo, o processo de fetichização. Tal processo produz de forma mais intensa subjetividades subalternizadas ao mercado, ao consumo e ao individualismo burgês, provocando uma compreensão naturalizada do isolamento e da fragmentação, da violência, da crise dos valores e do ceticismo relativo à vida social como um todo. (1998, p. 42-46).

A própria compreensão da brigada permanente não é homogênea no que tange à sua função política e organizativa. Sem um trabalho intencional dos trabalhadores permanentes sobre os núcleos e as coordenações não haverá o desenvolvimento necessário destes e a própria práxis organizativa ficará deformada, já que irá concentrar responsabilidade e poder sobre alguns, não elevando o nível cultural e de participação dos trabalhadores. De fato, o ritmo é pesado se avaliarmos que o dia começa às 6:15 e termina às 21:00hs, com um intervalo de uma hora e meia de almoço, quando geralmente os núcleos e as coordenações se reúnem<sup>162</sup>. Ou seja, se não houver o desenvolvimento de um trabalho ideológico intenso

---

<sup>162</sup> (...) *os horários são bons, o que dificulta um pouco que eu acho pequeno é o horário das tarefas porque na parte da manhã você tem que acordar cedo se você acordar depois na hora que bate o sino ou depois do café não dá para você fazer as tarefas aí fica defasado um pouco, agora os núcleos, eles funcionam, mas eles funcionam de maneira que tem que ser bem trabalhado aquele núcleo para ele se desenvolver mesmo, mas ao contrário não, as coordenações sim, eu acho que tem que ter mais experiência, tem que estar aprendendo*

que potencialize o poder crítico e criativo dos trabalhadores, pode-se cair numa cilada, onde a relação capital ressurgue sob novas formas, possibilitando o que Meszáros identificou na experiência socialista da União Soviética como (...) *controle político da força de trabalho [ou] (...) extração politicamente regulada de trabalho excedente*.<sup>163</sup>

Este é um dos pontos mais problemáticos do que podemos apontar como pedagogia do trabalho. A socialização do trabalho foi um avanço possibilitado pelo desenvolvimento do capitalismo, onde os trabalhadores passaram de fato a atuar coletivamente, ainda que alienados de si enquanto força social. Ou seja, a socialização do trabalho foi determinada pela contradição de uma apropriação privada da produção social. Tal contradição engendrou no homem a produção de uma subjetividade miserável que o forma como sujeito mercadoria alienado de sua condição de produtor de valores sociais. Portanto, o que poderia apontar para uma pedagogia do trabalho seria a produção de um sujeito social que engendre a produção de uma subjetividade crítica sobre a atividade material alienada e alienante, fincando assim os rumos de um processo de humanização.

Ainda que nos *Manuscritos de 1844* Marx aponte para a dialética do trabalho e seu processo de desumanização e humanização, em um das passagens dos *Grundrisse* Marx revela a tendência de uma racionalidade tecnológica ao mundo do trabalho que irá gerar cada vez mais tempo livre:

*(...) O trabalho já não parece fazer parte do processo de produção; em vez disso, o ser humano passa a ter o papel de observador e regulador do próprio processo de produção(...) [o trabalhador] passa a fazer parte do processo de produção em vez de ser o seu ator principal. Nesta transformação não é o trabalho humano direto que ele próprio realiza nem o tempo durante o qual ele trabalha, mas antes a apropriação de seu próprio poder produtivo geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela em virtude de sua presença como um corpo social – é em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo*

---

*mais e tem que se empenhar em mostrar o esforço de querer aprender mais para conversar com uma pessoa, para organizar as coisas, para fazer, como chegar na pessoa, como conversar com o companheiro, então isso aí vai da nossa formação, quanto mais nós sabe mais nós vamos tratar o companheiro melhor.* (B.S., 47, pré-assentado, SP).

<sup>163</sup> Entrevista com István Mészáros. Revista Cultura Socialista. Gabinete Deputado Afrânio Boppré (PT/SC). Abril de 2001.

*social- que surge como a grande pedra fundamental da produção e da riqueza.* (Marx apud Meszáros, 2002, p.1056).

Marx fala da apropriação do poder produtivo e do desenvolvimento do indivíduo social revelando o salto qualitativo do mundo do trabalho para o mundo da cultura, ou seja, a diminuição da jornada de trabalho e a geração do tempo livre possibilitarão a produção de outro tipo de ser humano, um ser humano que cada vez mais se apropria do mundo da cultura e desenvolve potencialidades outras no que diz respeito ao próprio processo de auto-criação humana. Aqui podemos relacionar esta capacidade criativa do tempo livre gerado pela revolução tecnológica com a potencialidade da individualidade rica que Marx apresenta nos *Manuscritos de 1844*<sup>164</sup>.

Deste modo, poderíamos falar de uma insuficiência da pedagogia do trabalho no que diz respeito ao desenvolvimento das potencialidades criadoras do ser humano? Os trabalhadores da ENFF vivem a contradição de uma jornada de trabalho de 8 horas que mesmo apontando para um processo de humanização, restringe o tempo livre seja para ter acesso à cultura, seja para a produção de cultura<sup>165</sup>.

Neste sentido, gostaríamos de alargar nossa reflexão para a dimensão educativa da práxis das relações sociais que abrange a totalidade da vida da ENFF.

---

<sup>164</sup> Esta reflexão é devedora das aulas realizadas nos dias 20 e 21 de julho de 2004 pelo professor Marildo Menegat e pela professora Virgínia Fontes no Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção de Conhecimento, fruto de uma parceria entre a UFRJ e a ENFF.

<sup>165</sup> Esta contradição também está presente na vida social do militante 24 horas. Ou seja, o militante que está liberado pelo seu assentamento ou por alguma instância da organização pauta sua vida somente pelas necessidades do trabalho político-organizativo. Ainda que exista um alargamento de sua liberdade visto que ampliam-se as escolhas e as alternativas não somente para o indivíduo, mas fundamentalmente para toda a organização, o militante pouco tempo possui para produzir cultura ou ter acesso a ela.

### 5.4.3 A práxis das relações sociais

O trabalho voluntário aparece como práxis fundamental na produção desta subjetividade criadora de uma cultura do coletivo, no entanto, gostaríamos de ampliar esta reflexão nos direcionando para a práxis das relações sociais, buscando mostrar sua potencialidade na produção desta cultura.

O trabalho como práxis originária fundou o ser social como nos mostrou Marx nos *Manuscritos de 1844* e Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social*, no entanto, não podemos nos limitar ao trabalho como única atividade criadora capaz de desenvolver as potencialidades humanas. Os pensadores que resgatam o trabalho como fundamento ontológico já nos ensinaram que a práxis social vai além do trabalho e possui um enorme potencial criativo. Assim sendo, confirmamos o trabalho como princípio educativo, como atividade formadora, porém não podemos estar limitados a ele se quisermos avançar sobre o poder de criação humana. Marx e Lukács apotaram para a tendência constante de diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução dos homens, portanto, devemos cada vez mais voltar nossa atenção sobre os processos de socialização humana para além do trabalho.

O Grupo Krisis em seu *Manifesto contra o Trabalho*, ainda que apresente contradições no seu discurso, principalmente quando não faz a diferenciação entre trabalho concreto e abstrato mesmo citando com frequência Marx, aponta de forma interessante para o alargamento dos processos de socialização através da (...) *apropriação concreta da relação social por homens conscientes, atuando auto-reflexivamente*.<sup>166</sup> O que nos chama atenção é a interpretação de que nos dias de hoje com o esgarçamento total do mundo do trabalho e a intensificação da alienação do homem a forma potencial que temos para recuperar algum processo de humanização ainda possível está na práxis das relações

---

<sup>166</sup> <http://obeco.planetaclix.pt/mct.htm>. Manifesto contra o trabalho – Grupo Krisis. Tradução de Heinz Dieter Heidemann com colaboração de Cláudio Duarte – Publicado nos *Cadernos Labour* nº. 2. (Laboratório de Geografia Urbana/ Departamento de Geografia/ USP. p.19.

sociais. Ou seja, é com a aproximação de seres humanos capazes de gerar formas de associação que se apropriem dos destinos de uma organização social consciente.

Marcamos diferença com o manifesto em dois pontos principais: primeiro no que diz respeito à função da práxis social de erradicar totalmente o trabalho, segundo no que diz respeito à dimensão antipolítica da luta contra o Estado. O trabalho é uma práxis social fundamental para o desenvolvimento humano, a questão não é eliminá-lo, mas potencializá-lo junto às outras práxis como atividade crítica e criadora. Outra questão é que jamais será possível a eliminação da luta política, certo que a estratégia da luta socialista possui, desde as análises de Gramsci, um outro aspecto para além da luta pela tomada do poder do Estado, ou seja, a luta política assume o caráter de uma luta pela hegemonia, pelos espaços dentro da sociedade. Assim diz o Manifesto : (...) *Os inimigos do trabalho não querem ocupar os painéis de controle do poder, mas sim desligá-los. A sua luta não é política, mas sim antipolítica. (...) Trata-se de juntar as formas de uma práxis de oposição social com a recusa ofensiva do trabalho* . (id., p.21-22).

Para além deste aprendizado que se realiza com a materialidade social do processo de trabalho e dos conflitos, existe também um aprendizado das relações humanas que se realiza entre os trabalhadores durante a intensa convivência social gestada dentro da ENFF. Durante o trabalho, por exemplo, contam-se histórias de vida, como conheceram o MST e como chegaram ali. Vale ressaltar que mesmo sendo de um mesmo Estado, estes trabalhadores são de regiões diferentes, vindos de acampamentos e assentamentos distantes. No cotidiano da obra comenta-se de tudo, desde o estudo realizado na noite anterior, o sabor da comida, das marcas dos conflitos vivenciados na família às marcas dos conflitos vivenciados no acampamento ou no assentamento onde vivem.

Este espaço de sociabilidade cria amizades e lealdades entre os trabalhadores, como também um sentido de pertencimento social que ultrapassa a luta pela terra e pela reforma agrária, onde o trabalho que realizam em conjunto está ligado organicamente a todo o processo de luta do MST. Portanto, a unidade social que se gera, ou seja, a

reprodução social que se desenvolve possui como centralidade o trabalho, a luta social e a cultura do coletivo, engendrando contradições de uma ordem diferenciada das contradições engendradas pela *relação capital*.

Indagados sobre os aspectos mais marcantes da experiência de trabalho na ENFF, os trabalhadores permanentes na maioria das vezes apresentam a relação humana que se estabelece entre eles. O relacionamento entre as pessoas e a identidade Sem Terra vão tomando variadas formas devido à diversidade cultural de cada brigada. Os trabalhadores que compõem a brigada temporária são de regiões distintas do seu Estado de origem. A diversidade interna da brigada permanente é o resultado de escolhas feitas pela coordenação geral da ENFF<sup>167</sup> ao avaliar o desenvolvimento da totalidade da brigada temporária, apontando os trabalhadores que mais se destacaram, sem esquecer a escolha dos próprios trabalhadores após receberem o convite de permanecer na ENFF.

A permanência na ENFF é estimulada pela experiência de construção de novas relações sociais que se expressam no envolvimento dos trabalhadores como seres humanos particulares, dividindo aprendizados, histórias, alegrias, angústias e amizades:

*(...)quando eu cheguei aqui eu era meio chucro nunca havia trabalhado no meio de tanta gente diferente, no sentido até de cultura, vários estados trabalhando junto, e eu era difícil, era rebelde, mas com o tempo a gente foi ganhando consciência e hoje está 100%, e aprendi muita coisa, a trabalhar junto com companheiros, ajudar tendo um pouco mais de experiência que alguém, temos que ajudar mesmo que ele não faça o que você faz, sempre tem que ajudar para dar a ele capacidade de fazer o normal.(...). (A. F., 31, acampado, filho de assentado, PR).*

Convém ressaltar a importância da produção desta subjetividade, atravessada pela construção de uma identidade cultural, como também de uma ideologia. Aqui novamente tomamos como referência as reflexões realizadas por Silveira (1998) no que diz respeito aos processos de identificação social, de subjetivação e de produção ideológica, tendo como objetivo analisar a formação política dos trabalhadores. A primeira questão apresentada é a

---

<sup>167</sup> A coordenação geral é composta pelos coordenadores da casa, da obra, das equipes de trabalho e pela equipe de engenheiros.

questão da identidade, visualizando-a como processo complexo, heterogêneo e mutável, que se reatualiza constantemente a partir de realidades marcadas por uma polissemia de sentidos e de temporalidades. Silveira vai apontar para o processo de produção da subjetividade como algo movél e movente, onde a partir de uma base material concreta, o sujeito se identifica e se diferencia, construindo uma outra cultura que supera a condição de sujeito fragmentado, disperso, inundado pelos valores do senso comum. Seguindo o pensamento de Gramsci, Silveira mostra como o processo de subjetivação pode estar vinculado à construção de uma cultura coletiva,

*(...) que para além da interpelação, seja capaz de possibilitar a criação de laços de solidariedade a substituir o vácuo, o conformismo e a indiferença das subjetividades abstratas, descontextualizadas e fundadas no prisma individual; cultura que “produz” também uma subjetividade coletiva, contextual, a repor como dimensão possível da existência individual-social, a perspectiva da emancipação. (1998, p.21).*

Ainda que possamos afirmar a construção desta cultura do coletivo no âmbito particular da realização do trabalho voluntário da ENFF e no âmbito mais geral da realização do trabalho político-organizativo que atravessa a totalidade do MST, esta construção não exclui a presença de uma subjetividade marcada pela lógica do capital. Assim sendo, as contradições sempre estarão presentes como mediações históricas, marcando a realidade concreta dos trabalhadores no cotidiano do trabalho na ENFF.

Vamos explorar a experiência de convívio das brigadas a fim de apontar para este potencial formativo da práxis das relações sociais, onde os conflitos se revelam e se ocultam num movimento intenso de contradições, fruto da práxis organizativa e dos comportamentos humanos. A experiência de passar por várias brigadas faz com que os trabalhadores permanentes percebam o que estas possuem em comum, avaliando os comportamentos humanos e a própria diferença existente na práxis organizativa dos Estados.

A cultura diversificada dos Estados é um forte elemento de aprendizagem. E como não existe uma lógica geográfica para a vinda das brigadas ocorre que a sequência destas vai configurando fronteiras culturais inimagináveis. Os trabalhadores permanentes se surpreendem com as diversas formas de ser que vão determinando a pluralidade cultural do próprio MST, indo desde a alimentação, o sotaque, o fazer o cigarro, as músicas, a forma de ver o mundo, de cultivar a terra, até as próprias relações de trabalho. A questão que se coloca para estes trabalhadores permanentes é a própria configuração do MST enquanto movimento nacional que consegue reunir uma multidão de pessoas de culturas tão diferentes.

A compreensão desta diversidade cultural possibilita a compreensão do caráter heterogêneo da realidade, que se expressa na convivência direta com pessoas do sul, do norte, do centro-oeste, do nordeste e do sudeste. A identidade Sem Terra vai, portanto, tecendo laços, recriando retalhos nesta geografia de lutas, de solidariedades e amizades, já que nestes encontros muitos trabalhadores seguem para outros Estados à convite dos novos companheiros. Os trabalhadores que ficam se orgulham de serem pessoas conhecidas nos vários cantos deste Brasil e expressam este orgulho ao mostrarem a caderneta de endereços<sup>168</sup>. Daí a criação deste sentido do MST como uma grande família:

*(...) Passei por umas 6 brigadas, experiência interessante, o Movimento Sem Terra é uma grande mãe tem vários filhos, com vários sotaques, e agente tem visto passar os gaúchos, os cearenses, eles eram bem animados, faziam pouca coisa, mas animados, qualquer tarefa que a gente dava eles faziam, passou os catarinenses alegres e animados e os seus problemas como toda a brigada teve, e a brigada do Mato Grosso do Sul, que eu estava aqui eram companheiros do meu Estado e a gente tinha que ter um comportamento exemplar para ser exemplo também na brigada e para poder tocar e conseguimos fazer isso. Estou agora com a brigada do Paraná, um pouco de São Paulo, do Espírito Santo, de Alagoas, do Piauí, Maranhão, Sergipe, uma miscigenação muito legal, e de tudo isso que a gente vê passar, a gente percebe o seguinte o que liga nós é o MST, esta marca importante que liga nós os seus filhos. (J.S., 38, pré-assentado, MS).*

A amizade vai aparecendo como algo natural, em parte devido àquela situação concreta de convívio intenso entre os trabalhadores, mas também toma uma dimensão

---

<sup>168</sup> (...) a gente conhece vários tipos de pessoas, vários Estados, várias culturas, aprende muita coisa e arruma muita amizade, acho que o Brasil quase inteiro conhece a gente. (A.S., 31, PR, acampado, filho de assentado).

generalizada que alcança no imaginário do trabalhador todas as esferas do MST: (...) *sem-terra já nasce com laço de amizade, se conhece um dia e já se torna amigo*. (C.R., 36, pré-assentado, ES). No entanto, isto não elimina a compreensão da amizade como uma construção cotidiana que se faz nos encontros que se estabelecem no trabalho, no almoço, na formação e nos momentos de lazer.

Dentro deste universo vai se desenvolvendo a mística do MST, onde mesmo o trabalhador recém acampado, que pouco conhece a estrutura organizativa do MST vai se envolvendo e criando uma nova relação com o MST para além da luta pela terra. Começa a compreender que a participação da brigada do seu Estado na construção da ENFF deve responder por uma organização empenhada em fazer dar certo aquele projeto coletivo, que está simbolizado também na bandeira hasteada na porteira de seu acampamento.

Os trabalhadores permanentes apontam que a organização dos Estados influencia no comportamento dos trabalhadores das brigadas temporárias, já que existem brigadas que chegam mais conscientes da sua função e de suas tarefas na ENFF do que outras. Ou seja, as diferenças de organicidade existentes nos próprios Estados influenciam no processo de construção da ENFF.

Uma das contradições que aparecem na avaliação dos trabalhadores permanentes é que os trabalhadores temporários chegam na ENFF mal informados sobre o processo de construção que vão encontrar, bem como sobre as tarefas que vão desempenhar. Ao se depararem com uma realidade de trabalho intenso na obra, de tarefas domésticas compartilhadas e de normas estabelecidas é gerada uma série de conflitos, principalmente na primeira semana, resultando às vezes no retorno de alguns dos trabalhadores para seus Estados.

Existem também as chamadas “picuinhas” que se expressam na forma de conflitos pessoais, mas que atingem a organização da ENFF. Muitos destes conflitos são o resultado do confronto de subjetividades produzidas e em processo de produção, visto que geralmente tais conflitos se baseiam na lógica da disputa do poder e da exaltação do

indivíduo, em contraposição à lógica do coletivo. São reproduzidas, por exemplo, a prática do isolamento, da “queimação”, do privilégio, da desigualdade e da violência. Tais práticas não chegam a se tornar hegemônicas, devido às constantes avaliações, principalmente da coordenação geral que tem um acompanhamento de dirigentes nacionais do MST. Quando estes comportamentos são avaliados coletivamente e não ocorre uma mudança na prática do trabalhador é feita uma carta de avaliação, justificando seu retorno, que é enviada ao seu Estado de origem.

As picuinhas são apontadas pelos trabalhadores permanentes como problemas de carência e de confiança, entretanto, estas não são vistas somente pelo seu lado negativo. Há um lado positivo da picuinha que é saber lidar com as contradições dos sentimentos humanos, sendo inclusive formativa. Um outro aspecto positivo levantado é que, em alguns casos, após a resolução do conflito, as relações saem mais fortalecidas:

*(...) muitos diriam que não, mas a “picuinagem” faz parte da formação, porque através de uma picuinagem a pessoa pode aprender a lidar com as pessoas, porque tem a picuinagem do mal porque sempre tem gente querendo prejudicar aos outros, mas tem picuinagem que é construtiva, a gente escuta a picuinagem, aprende com ela. (C.R., 36, pré-assentado, ES).*

No entanto, são ressaltados os perigos da expansão da “picuinha” como prática regular no interior da organização. É como se os princípios fossem corrompendo-se ao valorizar apenas o aspecto individual das relações que se estabelecem no interior do MST, gerando inclusive disputas internas com a formação de pequenos grupos:

*(...) têm vários companheiros de valor, consegui ver três companheiros que conseguem encarar os problemas que aparecem, discernir o que é picuinha e colocar a coisa para caminhar, eu como acabei de chegar estou só observando. A picuinha existe, é própria do ser humano, as vezes é ferido seu ego, a sua integridade e ele começa a ver o lado dele, a picuinha não pode superar a organização, porque o individualismo leva à picuinagem, o individualismo destrói qualquer coisa, a partir do momento em que o coletivo começa a corrigir o individual é aí que começa a picuinagem porque o cara começa a se sentir prejudicado e aí para ganhar aliados ele começa a espalhar conversa pelos corredor como a gente chama, para tentar ganhar o coletivo, mas na verdade o coletivo tem que estar acima de tudo e a organização acima de tudo (...). (J.S., 38, assentado, MS).*

Este conhecimento do outro, dos seus sentimentos, torna-se um conhecimento da realidade, da forma como os homens se relacionam, bem como da forma como o MST projeta construir novas relações sociais. Tal conhecimento vai mudando o comportamento das pessoas, ao se tornarem mais solidárias em relação ao outro e mais críticas em relação aos próprios valores da sociedade capitalista. Curiosamente, começa haver uma distinção entre a sociedade e o MST, visto que tais trabalhadores ao se darem conta da dimensão nacional do MST, das possibilidades reais da sua formação política e profissional criam uma dicotomia entre a realidade da organização e da sociedade. É como se existisse um lugar dentro e um lugar fora da sociedade criado principalmente pelo desvelamento das relações autoritárias, de injustiça e de exploração do trabalho:

*(...) eu hoje na sociedade lá fora na rua a gente passa raiva, antes a gente se podia indignar e achar tudo normal, hoje não, hoje em dia é perigoso até a gente perder a cabeça, porque tanta coisa que a gente vê, eu já era indignado, hoje em dia eu não consigo mais trabalhar lá fora, não consigo trabalhar mais na sociedade, mesmo que eu passe fome, eu acho que eu não consigo mais, e não consigo deixar o Movimento também. (C.R., 36, pré-assentado, ES).*

*(...) o MST mudou meu modo de ser eu acho que hoje eu sou uma pessoa mais democrática do que era antes, porque a gente tenta escutar todo mundo, tenta resolver os problemas e quando a gente tem problema tenta passar para os outros também, que lá fora é diferente, cada um por si, na minha pessoa mudou bastante, mudou para melhor. (P.F., 33, assentado, RS).*

Ainda que os trabalhadores reconheçam a mudança de seu comportamento, percebem também a contradição que existe neles próprios, resultado da construção de uma visão de mundo mais crítica e do exercício do princípio da crítica e da autocrítica. A percepção de sua mudança aparece no processo de valorização do outro durante a construção das relações sociais de trabalho e das relações de convívio. A violência e a desconfiança vão perdendo espaço ao reconhecer o valor da vida e do trabalho do outro, fruto de um processo de valorização da própria pessoa.

*(...) hoje eu não sou mais violento, mudou mesmo, falta mudar outras coisas que eu estou deixando a desejar, tem a parte do estudo que para mim é um problema, mas sempre que posso vou, estou ali, mas falta mudar isso aí, hoje eu sou uma pessoa mais aberta converso com todo mundo, tenho muita amizade, qualquer pessoa aí me conhece, antes eu era fechado só na minha, até para trabalhar comigo era difícil, eu preferia eu mesmo sozinho fazer as coisas do que ter outra pessoa do lado, hoje não, depois de um tempo aqui dentro, a gente tem que trabalhar em conjunto porque sozinho ninguém faz nada não. (A.S., 31, acampado, filho de assentado).*

*(...) mudou muito, eu era uma pessoa voado, cismado assim e aqui através dos conselhos dos companheiros, a gente vai mudando, a gente tem que aprender a conviver no meio de gente, não é, porque a gente que trabalhava pra fazendeiro, pra latifúndio, para aquele povo, a gente é a ponta de faca, vai botar o trabalhador lá, eu tô pagando você tem que ser assim mesmo, e aqui mesmo você tendo uma ajuda de custo, mas você não diz tem que ser assim, é só por favor, e aquilo tudo a gente muda, não é igual ao fazendeiro, eu paguei tem que fazer assim, eu mesmo já trabalhei de gerente para fazendeiro e nunca fui destes, mas já trabalhei com outras pessoas que fazia isso. (C.S., 48, pré-assentado, SE).*

Podemos dizer que um dos principais apontamentos dos trabalhadores no que diz respeito à mudança de comportamento se refere à mudança de visão de mundo<sup>169</sup>. O viver sozinho, o decidir tudo sozinho é substituído por uma socialização cada vez mais intensa de seus sentimentos, de seus problemas, de seus conhecimentos e opiniões. Para o trabalhador torna-se importante conversar com o coletivo antes de tomar uma decisão, pois todos passam a ter ciência de sua ação. Esta visão de mundo se materializa nas relações de solidariedade, de confiança, de lealdade que se estabelecem entre os trabalhadores, criando condições para a produção de uma consciência de classe articulada com um projeto político de transformação social que supera inclusive os limites históricos do MST enquanto movimento de massa e organização política. De acordo com Silveira, este processo material e subjetivo de construção de uma nova hegemonia, ainda que aparentemente frágil e contraditório,

---

<sup>169</sup> Segundo Silveira, esta reconstrução de referências que vão conformando um ordenamento diferenciado da vida social dos trabalhadores deve ser compreendido como um processo que se move a partir de uma objetividade contraditória e de uma subjetividade em construção, onde elementos do senso comum e da reflexão crítica-teórica se mesclam num jogo de forças que vai determinar o processo de luta ideológica e de construção de uma nova hegemonia, entendida em termos gramscianos. (1998, p.138-140).

*(...) está a afirmar que a nova racionalidade se desenha num concreto –possível– não esgotável nele mesmo, com potencialidade de assumir uma perspectiva estratégica que negue a imediatividade subordinadora da racionalidade hegemônica, na afirmação das possibilidades de constituição de uma nova ordem societária. (1998, p.140).*

Gostaríamos de ressaltar a produção de uma subjetividade no trabalhador que lhe dá a dimensão da práxis da liberdade, do mundo das alternativas e das escolhas conscientes, fruto da materialização do trabalho voluntário na ENFF. A abertura para o futuro é a possibilidade de se fazer escolhas, alargar horizontes, potencializando o próprio processo de humanização do homem nesta ininterrupta dialética existente entre o mundo da necessidade e da liberdade. Recuperamos aqui o pensamento de Lúkacs sobre esta unidade contraditória entre necessidade e liberdade que se reproduz continuamente (...) *sob formas sempre novas, cada vez mais complexas e mediatizadas, em todos os níveis sócio-pessoais da atividade humana (...).* (1978, p.14). Sendo produto da própria atividade humana, a liberdade não supera as necessidades humanas, mas dilata o espaço de atuação dos homens imersos no concreto de sua existência. Segundo Lukács, (...) *tal dilatação ocorre de modo direto no processo de desenvolvimento econômico onde cresce-se o número, o alcance das decisões humanas entre alternativas e eleva-se ao mesmo tempo a capacidade dos homens na medida em que se elevam as tarefas a eles colocadas por sua atividade.* (id., p.15).

Ainda que a ENFF não liberte o trabalhador Sem Terra de determinações econômicas, sociais, culturais e afetivas, que são o resultado das contradições da sociedade brasileira, nas quais está imerso, criam-se indícios de um sentido diferente de controle social pelo processo de trabalho voluntário na ENFF. Este controle social passa por uma opção entre as alternativas possíveis que lhe foram apresentadas em determinada conjuntura de sua vida. Esta experiência consolida o que o MST identifica como pedagogia da história, onde ao mesmo tempo em que o trabalhador recupera sua raiz, projeta seu futuro, mantendo uma relação educativa entre história e práxis da liberdade através de sua memória:

*(...) a gente aprende muita coisa, vê a vontade de a gente construir uma Escola com o trabalho voluntário da gente e é muito importante, isso marca muito, até quando a gente vai embora sente saudade da Escola e dá vontade de voltar de novo, chora de emoção, porque é uma coisa que fica na memória da gente que a gente não esquece nunca e que teve aquela vontade de vir e construir o nosso futuro. (P. S., 23, pré-assentado, SE).*

Mesmo em condições materiais adversas vivenciadas pelo conjunto dos trabalhadores rurais deste país, a construção da ENFF e as ações concretas do MST alimentam em seu fazer cotidiano um projeto de sociedade alternativo que têm sua raiz na emancipação do ser humano. Esta práxis organizativa de romper com a relação capital realizada pelo MST no conjunto de suas práticas não está livre de contradições, assim como não é suficientemente forte para romper com o complexo modo de reprodução social sob a centralidade do capital, sendo apenas um indício valioso da possibilidade real e concreta de um modo de reprodução social alternativo, visto que *(...) enquanto o capital vai eliminando os trabalhadores de suas profissões, o MST recompõe o espaço de trabalho, reconstrói as famílias e eleva o nível de consciência das pessoas (...)* (Bogo, 2003, p.43).

#### 5.4.4 O projeto de futuro

A vida na ENFF possibilita e potencializa o processo de transição de uma consciência social para uma consciência política. Sem vestígios de linearidade, a contraditoriedade marcará o desenvolvimento deste processo. No entanto, torna-se evidente que a formação permanente se faz necessária para a consolidação do militante e do dirigente. Neste sentido, o retorno dos trabalhadores permanentes aos seus Estados poderá ser potencializado ou não dependendo da própria organicidade interna do seu Estado, ou seja, dependendo do acompanhamento que terá dos dirigentes estaduais e do desenvolvimento das tarefas que poderá receber. Sendo assim, o trabalhador pode voltar ao seu Estado e manter sua condição de acampado/assentado restrito ao seu lote ou ser potencializado dentro de algum setor de atividades.

De acordo com o responsável político da ENFF, muitos trabalhadores da brigada temporária que retornaram aos seus Estados participavam das atividades do MST, principalmente dos encontros estaduais, estando inseridos geralmente no setor de frente de massa.

Indagados sobre o retorno aos Estados após o término desta primeira etapa da construção da ENFF, os trabalhadores entrevistados em abril de 2003 confirmaram seu envolvimento nas tarefas da organização. Uns mais interessados na expansão dos acampamentos, envolvendo-se no trabalho de frente de massa, outros visualizando a necessidade de desenvolver o trabalho da construção civil dentro das áreas de reforma agrária e outros abertos às necessidades da organização:

*(...) a gente nunca pode estar programando uma coisa muito à frente, depois que eu acabar aqui eu tenho outras tarefas no Movimento mesmo na parte da construção que com certeza a gente vai estar trabalhando, o próprio Estado mesmo vai ter um colégio também daí eu e o companheiro F.S. estamos cotado para estar ajudando lá, organizando. (A.S., 31, acampado, filho de assentado, PR)*

*(...) eu penso muito é até ando comentando com algumas pessoas da direção do meu Estado e do acampamento e de outros acampamentos, eu penso de sempre estar presente nas tarefas, dentro do possível, no que eu sei ser útil, chegar num assentamento, num acampamento para passar aquelas coisas que as pessoas ficam querendo ouvir, estar sempre presente para contribuir na maneira do possível. (B.S., 47, pré-assentado, SP).*

Podemos dizer que o processo de trabalho na ENFF possibilitou um alargamento da compreensão da luta social, da necessidade da organização e da formação para o acúmulo de forças dos trabalhadores, como também um aprofundamento da compreensão da organicidade. Ainda que este trabalhador não avance na sua formação política, tornando-se um militante formador ou mesmo um dirigente, a cultura do coletivo estará permeada na sua práxis social. Este elemento educativo da organicidade ou do trabalho político-organizativo possibilitará uma inserção diferente em seu meio social, como também o desenvolvimento de uma consciência de classe:

*(...) a luta não para, a uns meses atrás eu tive no norte do Estado do Espírito Santo fiz um curso, foi um curso teórico, mas eu queria também fazer na prática, aí eu fui coordenar o acampamento dois meses e pela avaliação eu acho que sai bem. (C.R., 36, pré-assentado, ES).*

*(...) penso em me envolver não só no assentamento, mas também no Estado, porque a luta não pode parar, a gente tem que ter consciência que a luta é uma corrente, e a gente vai fazer o possível para continuar movendo sempre para frente e fazendo com que mais companheiros se engajem na luta. (P.F., 33, assentado, RS).*

O ir para além das fronteiras de sua região, abarcando a própria dimensão do Estado é um indício do desprendimento sofrido pelo trabalhador que projeta para si mesmo a responsabilidade de ser um propagandeador do MST, ressaltando a importância do vínculo com a organização política para além da conquista econômica, resultado da luta pela terra.

*(...)vou andar de assentamento a assentamento, de acampamento a acampamento, conversando com o povo, sempre incentivando, porque o pessoal que não passou aqui, a gente sente uma pessoa muito ignorante, a pessoa acha que já porque ganhei a minha terra eu posso parar porque já tenho minha terra para trabalhar, não é por aí, eu quando chegar lá no Paraíso a alegria vai ser grande e tenho mais um compromisso com o pessoal do Ichu que até hoje estão acampados, eu tenho o compromisso de quando sair daqui ir lá bater um papo com eles, incentivar eles para que não desistam da luta que não se esmoreça, porque a luta vale a pena. (C.S., 48, pré-assentado, RS).*

No que tange ao MST como organização política, o projeto de futuro marcado pela perspectiva de elevação do nível intelectual e cultural de sua base social não poderá se eximir de uma avaliação sobre a experiência do trabalho voluntário na ENFF como método de formação. De certo, houveram alguns limites na experiência da construção da ENFF que se tornaram evidentes no final do processo da primeira etapa da construção.

O primeiro deles diz respeito à formação política dos trabalhadores da brigada permanente. Estes trabalhadores ficaram restritos durante praticamente dois anos à formação que era realizada durante às noites pelo militante formador da brigada temporária. Poucos foram os trabalhadores permanentes que saíram da ENFF para realizarem um curso

de formação, seja a nível nacional ou estadual. A formação política na ENFF se limitava aos princípios organizativos do MST, à história da luta pela terra e pela reforma agrária, como também aos temas gerais ligados à conjuntura política. A falta de acompanhamento de um dirigente formador ou de um quadro político que fizesse avançar o trabalho político-ideológico com os trabalhadores permanentes teve consequências na própria organicidade da brigada permanente, refletindo na construção da organicidade das brigadas temporárias.

Este limite na formação destes trabalhadores foi dando espaço aos conflitos pessoais, gerando contradições internas no funcionamento da ENFF, refletindo um certo esvaziamento de sua organicidade como um todo. A formação dos núcleos, a divisão de tarefas, a participação na formação durante à noite ficava prejudicada, pois não existia uma referência concreta da brigada permanente, como exemplo a ser seguido pelos mais novos. Esta falta de um acompanhamento da formação política-ideológica trouxe como consequência a reprodução de relações de poder, onde foi estabelecida uma certa hierarquia entre a brigada permanente, a brigada temporária e a coordenação da casa.

Um segundo limite diz respeito à compreensão da obra como um todo. Segundo um dos engenheiros que acompanhavam a obra houve um corte no processo quando da passagem da construção do refeitório para a construção do prédio pedagógico. O aprendizado ficou limitado ao domínio da técnica, sem a compreensão da significação histórica da obra em todos os seus sentidos.

O esgotamento do método do trabalho voluntário na construção da primeira etapa da ENFF não significa a sua inoperância, apenas a necessidade de rever a forma de operar com as contradições internas. Tais contradições devem ser refletidas teoricamente e praticamente a fim de possibilitar o salto de qualidade das próprias contradições e de potencializar os avanços conquistados. Tais avanços dizem respeito à produção de uma materialidade e subjetividade geradoras de uma práxis social que transforma tanto o concreto das relações humanas, quanto os sujeitos sociais, fortalecendo assim as matrizes do projeto político de emancipação dos homens na luta contra o domínio da *relação capital*.

#### 5.4.5. O processo de trabalho e a produção de valores

O desenvolvimento do trabalho político-organizativo dentro do MST criou nestes 20 anos algumas rupturas com a reprodução social do capital. Podemos dizer que ao longo deste processo foram produzidos novos valores, que aparecem em todas as atividades desenvolvidas pelo MST, sejam as atividades de caráter político-organizativo, sejam as atividades de apreensão do conhecimento científico, ou mesmo as atividades de realização do trabalho produtivo. Para tratar da questão dos valores usamos como referência Lukács (1981a), Konder (2002) e Heller (2002b). Meszáros apresenta a ética como um elemento permanente ao longo de toda a construção teórica e política de Lukács. A ética seria o “elo intermediário crucial” para todo processo emancipatório, qualquer modo de reprodução alternativo ao modo de reprodução do capital deve se realizar através de uma intervenção direta da ética. (2002, p.366-372)

Segundo Lukács, a realidade do valor tem seu ponto de partida no dever-ser, já que ao regular o processo de objetivação, ao fomentar um impulso concreto da subjetividade do sujeito em direção a um autocontrole e controle que implicam todo um condicionamento no processo de trabalho, inevitavelmente pretende-se algo ou valoriza-se algo enquanto finalidade posta. Para Lukács, enquanto o dever-ser funciona como um regulador do processo em si mesmo, o valor liga-se diretamente à posição do fim, sendo (...) *o critério de avaliação do produto realizado*. (1981a, p.39). O que se coloca como problema para Lukács é definir o fundamento do valor, marcando a relação dialética posta entre suas dimensões objetivas e subjetivas. Quando se trata do trabalho simples, produtor de valores de uso, o fundamento do valor é facilmente identificado pelas propriedades naturais do produto, ou seja, pela dimensão de utilidade que expressa em relação às necessidades humanas, ainda que haja no processo atos subjetivos que tornam consciente tal utilidade,

sempre pautada por fins concretos<sup>170</sup>. No entanto, segundo Lukács, esta abstração das propriedades naturais dos objetos não é tão evidente quando se considera formas mais complexas de valor como os valores estéticos ou mesmo os valores de troca, citando Marx: (...) *Até hoje nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes.* (Marx, 2001, p. 105)<sup>171</sup>.

Ao apontar a gênese ontológica do valor no processo de trabalho como produção de valores de uso, Lukács vai relacioná-la ao elemento ativo da alternativa. A objetividade do valor está diretamente vinculado ao pôr teleológico e à sua adequada realização, quer dizer, à satisfação de uma determinada necessidade. No entanto, além de resultar numa concreção real dada pela objetividade do produto, o valor (...) *fornece o critério para estabelecer se as alternativas presentes na posição teleológica e na sua atuação eram adequadas, isto é, se eram corretas, válidas.* (ibid., p.42). O elemento trágico, ainda que determinado ontologicamente e historicamente, aparecerá quando o processo econômico cada vez mais socializado pelo valor de troca extrapolar a operação acima descrita para um nível de inapreensão (ou descontrole por parte dos sujeitos singulares) das posições teleológicas e de suas respectivas efetivações, tendo como consequência mais direta uma inoperância das alternativas e das posições de valor dos sujeitos do trabalho.

Lukács aponta para um movimento necessário e contraditório do processo econômico próprio do desenvolvimento das determinações originárias (não sendo, portanto, sua negação abstrata) que resulta nas formações sociais modernas, onde a produção atinge um caráter social dominante, buscando restringir toda práxis social a finalidades

---

<sup>170</sup> Lukács ressalta que a utilidade somente determina o modo de ser de qualquer objeto se estiver referida a um pôr teleológico, ou seja, somente atrelada a uma posição teleológica a utilidade surge concretamente. Esta compreensão é fundamental visto que assim não caímos no erro de ver nos objetos uma utilidade inerente (fundada num trabalho transcendente em termos cósmico-teológicos?), independente do caráter teleológico do trabalho humano. (id., p.41).

<sup>171</sup> Marx em *O Capital* analisa a dialética do valor e do trabalho a partir da forma mercadoria do trabalho e do seu produto. O valor de uso expressa o grau de eficácia da atividade produtiva orientada por uma finalidade determinada por uma necessidade social, sendo o valor de uso definido por sua qualidade e utilidade, resultado de um trabalho concreto particular. Já a forma valor ou valor de troca se manifesta na relação social em que uma mercadoria se troca por outra, tendo como referência seu aspecto quantitativo. No entanto, a mercadoria em sua duplicidade (valor de uso e veículo de valor) só é valor de fato quando expressão da substância social do trabalho humano em sua dimensão abstrata, generalizada. Marx parte desta definição para compreender as continuidades e rupturas existentes entre o processo de trabalho, o processo de formação do valor e o processo de valorização do capital. (2001, p.63-82).

econômicas<sup>172</sup>. No entanto, afirma que (...) *não podem existir atos econômicos – desde o trabalho originário até à produção social pura- sem uma intenção, ontologicamente imanente neles, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo, ou seja, no que diz respeito tanto à sua gênese quanto ao seu desenvolvimento.* (ibid, p.45).

Na base desta afirmação de Lukács está a compreensão de que apesar da economia cumprir uma função fundante (base da relação homem e natureza), não reside aí nenhuma hierarquia referente ao valor econômico e aos outros valores da práxis social. Os valores revelam através de suas distintas objetividades e subjetividades o caráter válido ou inválido das posições alternativas dos homens. Segundo Lukács, as diferenças existentes entre as alternativas estão na função das posições teleológicas do trabalho, ou seja, entre aquelas que possuem a finalidade de transformar as conexões causais naturais (trabalho originário) e aquelas que possuem como finalidade agir sobre a consciência e as relações sociais dos homens (trabalho num nível superior). Tais posições se interligam através do dinamismo próprio do ser social, resultando numa complexidade cada vez maior na esfera da economia, como também em outras esferas da práxis social, que apresentam, entretanto, qualidades distintas (por exemplo, o direito, a religião, política, arte), aprofundando e alargando o processo de reprodução social e de humanização do homem. (ibid., p.46).

Deste modo, a objetividade do valor e suas posições sobre as escolhas humanas vão se constituindo a partir de uma relação dialética entre campos heterogêneos (posições teleológicas distintas), tendo nas contradições e nas mediações históricas destes campos suas fontes de conflito. O processo de objetivação dos valores faz parte da substancialidade orgânica do ser social. Deste modo, segundo Lukács:

*(...) as posições puramente econômicas não podem se tornar práticas sem despertar e desenvolver nos homens singulares, nas suas relações recíprocas, etc, - e por aí até o nascimento real do gênero humano- faculdades humanas (em certas circunstâncias apenas a sua possibilidade, no sentido da dynamis aristotélica) cujas consequências ultrapassam em muito a esfera econômica, mas que apesar disso jamais podem abandonar- como ao*

---

<sup>172</sup> De acordo com Lukács este movimento contraditório se consolida quando a utilidade do valor adquire uma dimensão de universalidade, de domínio sobre a vida humana, se tornando cada vez mais abstrata, ao mesmo tempo em que o valor de troca, sempre mediado e elevado também à universalidade, se torna o elemento central das relações sociais dos homens. (ibid., p.45).

*contrário julga o idealismo- o terreno do ser social. Toda utopia é determinada, por seu conteúdo e orientação, pela sociedade que ela repudia; cada uma das suas contra-imagens histórico-humanas se refere a um determinado fenômeno do hic et nunc histórico-social. Não existe nenhum problema humano que não seja, em última análise, originado e, no seu íntimo mais profundo, determinado pela práxis real da vida da sociedade. (ibid., p.47).*

Os conflitos de valores são gerados ontologicamente e historicamente pela práxis social, marcando um antagonismo de valores entre as posições de alternativas econômicas e as posições de alternativas morais, assim como distintos graus de conflitos que se manifestam em decorrência das posições alternativas econômicas e suas consequências humanas e sociais. Tais conflitos fomentam um amplo movimento de potencialidades alternativas, ora aprisionadas em dilemas sociais profundos, ora abertas em direção ao salto do qualitativamente novo, porém sempre marcado pela efetivação real dos valores nas suas variadas formas de permanência e mudança<sup>173</sup>.

Diante da complexidade posta por Lukács no que se refere ao valor enquanto elemento crucial da substância histórica do ser social, nos interessa fundamentalmente a apropriação dos seguintes aspectos: todo valor é um momento da práxis, assim sendo assume no processo uma dupla relação social de subjetivação e objetivação. Nesse sentido, ao mesmo tempo que tem origem numa posição teleológica, somente se realiza na objetivação concreta desta. E ao assumir uma objetividade social, toma como objetos de reflexão as posições alternativas concretas, apresentadas à posição teleológica que lhe deu origem, e sua atuação no processo de objetivação. A avaliação da posição de uma alternativa (sempre compreendida na sua condição de fundamento da práxis e da liberdade humana) realizada pelo valor terá como base o terreno real, concreto da problemática na qual está inserido o ser social em determinado processo histórico, deferindo assim sua validade ou invalidade.

---

<sup>173</sup> No que se refere às múltiplas formas de objetivações dos valores, Lukács nos alerta sobre a *realidade ontológica do comportamento ético*, mostrando que a realidade social do comportamento ético depende (dentre outros fatores) da contribuição real de um determinado valor na conservação ou não dos valores próprios do desenvolvimento social de tal realidade, negando assim uma absolutização e uma essência atemporal do valor revelada no comportamento fora dos processos objetivos e das decisões subjetivas referentes à própria objetividade social dos valores e ao desenvolvimento do gênero humano. Sendo assim, as relações entre os valores, suas oposições, como também a durabilidade de suas eficácias não deixam de estar constantemente vinculadas de modo objetivo ao processo histórico e social. (ibid., p.67-68).

Por fim, cumpre lembrar que a objetividade do valor se insere na dinâmica da totalidade concreta, interferindo e sofrendo interferências do conjunto das práxis sociais (como por exemplo, das tendências do desenvolvimento econômico, dos aparatos institucionais e etc). Neste sentido, os valores fazem parte da contraditoriedade inerente à processualidade do ser social, interagem com o campo extensivo de suas heterogeneidades e de suas oposições reais, produzindo uma pluralidade de posições de alternativas em diversas direções.

Sendo assim, a questão dos valores, sua dimensão crítica e contraditória está organicamente ligada à práxis cotidiana dos homens. Segundo Lukács, os problemas da ética fazem parte do conjunto da práxis humana, do processo de humanização da humanidade. Nesse sentido, não há como conceber uma autonomia para a ética relativa à prática, assim como foi idealizado pela filosofia existencialista e pelo niilismo. Portanto, se há um espaço de construção da ética este deve ser necessariamente a realidade do ser social. (Lukács apud Oldrini, 2002, p.66).

As circunstâncias que cercam o trabalho voluntário na ENFF implica diferenciações quanto ao tipo de comportamento e de valores projetados. O vivenciar a realidade de um movimento social já determina uma modificação de comportamento, visto que a própria confrontação com o valor da propriedade privada possibilita a abertura do indivíduo para a dimensão da coletividade. A partir da inserção nesta realidade o indivíduo, resguardada sua individualidade, passa a ser movido como também move-se na esfera do coletivo. Este movimentar-se no coletivo não garante a eliminação total do egoísmo, da disputa, da vaidade, entretanto, abarca todas as atividades práticas do MST, enquanto movimento e organização social, a partir de uma intenção pedagógica de desenvolver valores humanistas e socialistas a fim de implementar mudanças na conduta pessoal, nas esferas coletivas dos acampamentos, dos assentamentos e da própria estrutura organizativa. Dentro deste contexto fica evidente a existência de um projeto de ser humano, que é forjado no cotidiano do MST em sua totalidade concreta.

O MST, enquanto movimento e organização social, em seus 20 anos de luta pela terra e pela reforma agrária tornou-se símbolo da produção de novos valores, gerando novas expectativas, novas experiências e novos significados políticos dentro da sociedade brasileira. As múltiplas e heterogêneas experiências vivenciadas no cotidiano do MST, aliadas a uma luta social com forte dimensão de projeto e de implementação de valores humanistas e socialistas, alargam o campo das alternativas e das escolhas, fazendo parte do processo formativo dos *Sem Terra*, enquanto processo de humanização dos homens.

A necessidade da ENFF é um produto da luta social e política do MST. Enquanto parte da totalidade concreta do MST, a construção da ENFF propõe novas questões a respeito do trabalho voluntário e engendra no seu cotidiano novos valores, implicando mudanças no comportamento do trabalhador no interior do processo de trabalho, como também no cotidiano da estrutura organizativa da ENFF.

Falar de ética é trazer para o campo da reflexão teórica e da prática política o significado histórico da humanidade a partir de um sentido universal e particular de homem. Mas de que ética falamos? Da ética aristocrática, da ética burguesa ou da ética marxista? Mas a ética se define pelas questões políticas e sociais ou se define por um caráter universal? Talvez o único consolo que tenhamos para estas questões é a resposta desafiadora dada com um riso meigo pelo professor Konder em uma de suas aulas<sup>174</sup>: (...) *o caráter de classe não elimina o sentido universal da ética(...) mas como fugir do homem, enquanto universal abstrato e não cair na arrogância de julgar a própria história?*

A questão dos valores é o caminho que temos para trilhar a questão da ética. Para Heller (2000b, p.117), a questão da ética hoje diz respeito à exigência da humanização da vida, sendo tarefa dos movimentos sociais propor alternativas com força histórica capaz de mudar o mundo, de transformar o comportamento humano, estabelecendo relação orgânica com uma ética baseada em valores que primam pela universalidade do homem. Para o desenvolvimento desta complexa tarefa histórica, o movimento social deve levar em

---

<sup>174</sup> Aula proferida no dia 23/08/02 na disciplina de Filosofia da Educação do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da PUC/RJ.

consideração o lugar da ética no marxismo, que segundo Heller (id., p.118), pode ser apontado pelos seguintes princípios básicos: o reconhecimento do caráter terreno da vida e da contínua autocriação humana e o reconhecimento da autonomia relativa da atividade humana. Heller afirma que a ética, enquanto práxis consciente do movimento que se humaniza a si mesmo e a humanidade, terá retomado sua força histórica a partir do (...) *reencontro do movimento revolucionário, de seus homens, de suas massas (da atividade que humaniza e transforma o mundo), com a teoria de Marx.* (ib., p.121).

Segundo Konder, o vínculo existente entre comunidade e indivíduo é a base da ética, de modo que a negação deste vínculo é a negação da ética. Por comunidade entende-se (...) *matriz dos valores (ethos em grego e mores em latim significam costumes, quer dizer, normas de conduta estabelecidas pela coletividade).*(2002, p. 226). Se existem normas a serem cumpridas é porque existe uma projeção do homem e do seu convívio social. Esta projeção se expressa na concretude do cotidiano, atingindo a expressão máxima dos valores nas horas de escolha onde a navalha da vida nos exige uma posição. O que constrói a pulsação do sentido de comunidade é o cultivo das relações humanas, um cultivo que carrega a finitude do indivíduo como também o movimento da história que congrega o gênero humano. Para Konder, este modo de cultivar as relações humanas em *busca de universalização* fortalece uma sociabilidade que valoriza a singularidade do indivíduo e sua participação num movimento que o supera historicamente, mas que o identifica por sua ética, por sua ligação com a humanidade. (2002, p.227).

Ter como referência da ética a identificação dos indivíduos com a comunidade, no exercício cotidiano de pertencimento à humanidade, nos obriga buscar instrumentos reais de compreensão e transformação do momento atual onde a (...) *comunidade, matriz dos valores, está esgarçada.* (Konder, 2002, p.227). Existe uma crise civilizatória do capital que explode nos quatro cantos do mundo, onde o ser humano perde valor a cada ato de barbárie revelado ou não. A projeção do homem universal não mobiliza esforços perante a tragédia de uma humanidade famélica, não materializa interesses políticos, não altera as relações de poder. O capital assume a barbárie, as condições subumanas de vida não

permitem ir além da esfera da sobrevivência animal, impedindo qualquer construção superior à finitude do homem.

É no vivenciar esta conjuntura histórica que Konder (2002, p.231) aponta o limite da comunidade universal abstrata, onde a face passiva e miserável da humanidade deixa de ser uma referência imediata para a construção da ética. Segundo o filósofo, somente as comunidades particulares podem superar o esvaziamento da abstração do universal, apresentando situações concretas das diferenças da condição humana que se expressam na cultura, nas experiências de vida do indivíduo e da comunidade em que vive. Portanto, é a partir da dimensão concreta do convívio humano e do indivíduo em sua particularidade que a construção da ética assume uma densidade real, com potencialidade histórica de projetar a humanidade na direção da universalização. Nas palavras do filósofo:

*(...) Esses indivíduos com suas respectivas singularidades, com seus interesses e desejos pessoais, contribuem para que a grande comunidade a que pertencem possa ser pensada, aproximativamente, em toda a sua concretude, isto é, em toda a riqueza das suas diferenças internas, das suas contradições.* (2002, p.236).

No que diz respeito ao mundo do trabalho a partir da centralidade do capital, vive-se hoje uma mudança quanto ao comportamento do trabalhador inserido no chamado trabalho flexível, que vem assumindo no final do século XX um espaço cada vez mais amplo. Mas o que o distingue da forma anterior de trabalho? O que realmente significa a denominação flexível e quais são suas conseqüências reais no que diz respeito às mudanças de comportamento do trabalhador? Segundo Sennett (2002), o trabalho flexível implica uma série de mudanças de comportamento no mundo do trabalho, gerando profundas alterações no campo da ética. Enfatiza-se o risco permanente, as mudanças em curto prazo das necessidades do mercado, a ausência de rotina, o imediato da satisfação pessoal, a competitividade à flor da pele. Todas estas características implementadas pelo capitalismo atual estabelecem novas formas de controle social que se tornam eficazes na medida que passam a destruir um comportamento ético anterior no processo de trabalho como a lealdade, o compromisso mútuo, a projeção social de uma carreira, implicando no que Sennett chama de *a corrosão do caráter*.

Sennett analisa as mudanças ocorridas nas principais corporações multinacionais, como a IBM e a ATT, mostrando como a nova estrutura flexível com seu tempo de curto prazo corrói a confiança no processo de trabalho, já que (...) *os laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e nas brechas das instituições.* (2002, p.24).

Esta insegurança instalada no mundo do trabalho provocada pelo novo tempo do capitalismo flexível instaura graves problemas nas relações sociais, tendo em vista que ultrapassa a esfera do trabalho atingindo inclusive a vida familiar do trabalhador. Como exemplo Sennett cita a vida de um casal de jovens, onde suas experiências de trabalho flexível se chocam com a educação que pretendem dar aos seus filhos, como também com a relação que pretendem estabelecer entre os dois:

*(...) como podem eles evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento de curto prazo, ao espírito de reunião, e acima de tudo à fraqueza da lealdade e do compromisso mútuo que assinalam o moderno local de trabalho? (...) Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se pode manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (...).* (id., p.27).

A partir destes questionamentos Sennett tece uma série de acontecimentos que demonstram como o processo de trabalho no capitalismo flexível vai destruindo antigas qualidades das relações humanas, influenciando diretamente no comportamento ético dos trabalhadores, provocando intensos conflitos entre o caráter e a experiência de trabalho, já que o próprio comportamento humano deve estar condicionado às variações das circunstâncias e não mais guiado por valores ou mesmo por qualquer história que possa ser compartilhada.

A partir desta realidade de crise dos valores, quais são os processos formativos que permitem aos movimentos sociais a formulação de uma ética? Podemos dizer que o MST, a partir do acúmulo de sua história e de suas escolhas, está criando as condições necessárias

para a elaboração de uma ética? Sem resposta para estas novas questões, ainda nos apoiamos na formulação de Heller:

*(...) um movimento pode elaborar uma ética (...) no momento em que não se considera absoluto, desaparece a espontaneidade da sua consciência, aumenta o âmbito da atividade individual no seio da comunidade e ele passa a ter consciência de si mesmo, autocrítica.*(2000b, p.121)

A atuação dos *Sem Terra* os remete para além de si mesmos, projetando algo mais do que a Reforma Agrária, projetando uma luta herdada de vários períodos da história, a luta pela emancipação humana. A dimensão social da cultura como capacidade coletiva de projetar o futuro avança em direção aos processos históricos, experiências de resistência à expropriação total da vida, numa perspectiva de mudanças concretas. Este caráter sociocultural do MST adquire materialidade através dos processos de formação de novos sujeitos, novos valores e novas práticas sociais, que se evidenciam na esfera do extraordinário e na esfera do cotidiano dos trabalhadores. (Caldart, 2000, p.26-28).

O MST se constitui em um espaço de dilatação da formação humana, abrangendo desde a experiência concreta da resistência na terra até a mudança de comportamentos no trabalho, na família e na organização social. Para o MST, a ética como práxis se realiza a partir do trabalho como auto-criação humana, da luta de classes, do conhecimento do lugar histórico ocupado pelos trabalhadores e da autonomia do indivíduo, capaz de fazer escolhas conscientes como conquista da liberdade.

Relembrando as palavras do professor Konder, no que diz respeito aos desafios para a construção da ética no século XXI, podemos dizer que o MST na formulação pedagógica e política de sua *práxis organizativa* materializa a formação de sujeitos sociais, valorizando o ser humano a partir de sua especificidade e de sua universalidade, projetando a humanidade em toda a sua potencialidade histórica.

## Considerações Finais

A construção da nova sede da Escola Nacional Florestan Fernandes surge como necessidade do MST de materializar simbolicamente a síntese do acúmulo produzido pela *práxis organizativa* no campo da formação política-ideológica, da educação, da cultura e dos valores, como também de avançar na elaboração de uma política de formação de quadros capaz de dar conta da complexidade dos dilemas da história contemporânea.

O nosso objetivo nesta pesquisa esteve voltado para a análise do método de trabalho voluntário desenvolvido na construção da nova sede da ENFF e sua relação com o trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST, no sentido de apontar para a criação de novas possibilidades concretas da formação de militantes de base. Ou seja, buscamos apontar a dimensão educativa do trabalho voluntário dentro da particularidade da construção da ENFF, compreendido como uma das mediações do trabalho político-organizativo do MST.

A *mudança qualitativa* produzida no trabalhador durante a experiência de trabalho voluntário se realiza através de um método intencional de organização social e política, que avança na produção de uma cultura do coletivo e da tendência à superação das relações alienadas no trabalho, fazendo com que os trabalhadores se reconheçam no processo do trabalho, no seu produto, como também no âmbito das relações sociais construídas. A potencialidade do trabalho se evidencia no processo de produção desta cultura, em oposição ao modo de reprodução social do capital que subordina o trabalho à alienação e ao total descontrole da produção material e das decisões políticas. A mudança que se produz no processo de trabalho na ENFF, não elimina de todo a *relação capital*, ou seja, o que devemos aqui entender é a dialética existente entre o domínio da *relação capital* no conjunto das relações sociais e o rompimento com este domínio através do trabalho e da cultura do coletivo como práxis sociais que estruturam um modo alternativo de reprodução social .

A dialética do trabalho, o movimento da afirmação e da negação dos homens no ininterrupto processo de criação de individualidades e sociabilidades históricas que materializam a reprodução do ser social, não deve estar isolada da totalidade da práxis social. A cultura, a política, a ideologia, a ética são mediações fundamentais que marcam a historicidade da vida social e a relação existente entre indivíduo e gênero humano. Não podemos esquecer que tais mediações, assim como o trabalho, também estão determinadas por processos contraditórios, delimitando assim particularidades e complexidades no conjunto das relações sociais de uma época histórica.

O capital, na sua auto-valorização destrutiva, reatualiza sua imposição como relação social hegemônica, que domina o conjunto das relações humanas. O mundo do trabalho, constantemente reorganizado em função da expansão dos valores de troca, da concentração de riqueza, de conhecimento e de poder, está marcado pela reprodução de relações sociais de violência, de alienação e desumanização. A barbárie intrínseca à lógica de reprodução do capital assume na atualidade a forma histórica de uma identidade incontestável,

justificando os diversos níveis dos atos de violência que atravessam a sociedade como próprios da “natureza humana”.

No entanto, a persistência de conservação de uma totalidade social marcada pela *relação capital* (Meszáros, 2002), não elimina a constituição de processos sociais que materializam a afirmação do mundo do trabalho como resistência política, como solidariedade orgânica, como objetivação consciente da vida humana, ou seja, como produção de homens que se constituem como unidade dialética entre consciência e realidade, sujeito e objeto, matéria e espírito, sendo transformada e transformando as circunstâncias históricas.

A afirmação como a negação do trabalho é produzida pela práxis de sujeitos históricos concretos, criando assim uma cadeia temporal de alternativas, de escolhas e de determinações, que marcam tanto o processo de alienação, quanto de humanização dos homens.

Muitas questões permanecem em aberto no que diz respeito à dialética do trabalho na atualidade, levantaremos apenas duas. Primeira: Que possibilidades a maioria da massa trabalhadora possui para a realização de um trabalho capaz de recolocar mediações necessárias para o repensar de suas relações sociais na perspectiva do tempo presente, da produção de memória e de projetos futuros? Ou, que instrumentos reais esta massa trabalhadora, imersa na práxis alienada e alienante do trabalho em sua forma histórica atual que a coage brutalmente a uma submissão acrítica aos renovados processos de superexploração, possui ou tem condições de criar para uma efetiva práxis da liberdade?

A segunda questão em aberto diz respeito às mediações necessárias entre trabalho, classes sociais, organização e consciência de classe. O desenvolvimento contínuo das forças produtivas até o momento atual da efetivação do *general intellect* não desencadeou

um desenvolvimento paralelo no que diz respeito à organização dos trabalhadores. As organizações de classe diluíram seu caráter combativo no processo de cooptação engendrado pelo próprio capital ao fazer concessões à classe, ou produziram contradições antagônicas no seu interior que resultaram muitas vezes num anacronismo histórico. Queremos apontar que as contradições da dialética do trabalho não geraram “naturalmente” ou “automaticamente” um fortalecimento da organização de classe, tampouco da consciência de classe. Hobsbawm (2000) nos alerta para as diferenciações sociais existentes entre a classe e a organização de classe, como também para o processo de constituição da consciência de classe a partir da materialidade dos métodos de organização.

Temos um grande dilema para as organizações sociais que persistem em manter vivo o projeto do socialismo: como produzir mediações entre a classe trabalhadora (levando em conta sua heterogeneidade intrínseca) e a organização de classe que efetivem uma democracia socialista? Como não reproduzir relações de poder autoritárias entre a classe e a organização? Como produzir no seu interior um trabalho que se realize de fato como objetivação consciente, como cultura fincada na práxis da liberdade?

Ao tratarmos da dialética do trabalho no MST buscamos analisar processos que apontam para a afirmação do trabalho como objetivação consciente de uma vida social centrada na luta, no trabalho político-organizativo e na cultura do coletivo. Assim sendo, delimitamos uma particularidade da dialética do trabalho no MST, a particularidade do trabalho que produz a organização social. Ou seja, não pretendemos dar conta da totalidade do trabalho no MST, entendida a partir do conjunto das relações existentes entre o trabalho produtivo, o trabalho político-organizativo, o trabalho voluntário, etc. Nossa compreensão da dialética do trabalho no MST se deu a partir da reconstrução da totalidade do trabalho político-organizativo e de algumas de suas mediações, entre as quais, o trabalho voluntário e a práxis das relações sociais estabelecida como cultura do coletivo.

No entanto, para compreendermos a materialidade e subjetividade produzida pelo trabalho político-organizativo do MST, fez-se necessário reconstruir historicamente este movimento social e organização de massas como produto das contradições da realidade

social brasileira. Desde os tempos coloniais até os dias de hoje temos um mundo rural marcado pela continuidade do latifúndio. A constante reatualização histórica do latifúndio determinada pela ação do Estado e do capital legitima a permanência de um conjunto de relações sociais marcadas pela violência direta e pela intensa exploração da população do campo, gerando como apontou Florestan Fernandes (1995) um sub-produto do capitalismo dependente, que combina ritmos históricos diversos, permitindo assim o convívio de relações de trabalho avançadas (no contexto do capitalismo monopolista e financeiro) com relações de trabalho arcaicas, como o trabalho semi-livre ou mesmo o trabalho escravo, impedindo assim a completude de um regime de classes ou a instauração de uma democracia burguesa.

A aliança entre latifúndio, capital e Estado, conhecida como modernização conservadora do campo, que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 acirrou as contradições no campo brasileiro, produzindo milhões de trabalhadores excedentes que tiveram como alternativas a integração em projetos de colonização organizados pelo Estado ou por empresas capitalistas, a migração para a cidade ou a inserção na luta pela terra e pela reforma agrária. A escolha pela luta marca a criação de uma articulação nacional em 1982-1984 que procura dar conta das diferentes especificidades históricas da luta pela terra no país, como também demarcar a ocupação massiva de terras como método de luta, surgindo assim um movimento social de massas que passa a ser conhecido como *Movimento dos Sem Terra*.

A consolidação do MST na década de 1990 como movimento e organização social de massas se dá ao mesmo tempo em que se consolida o modelo neoliberal na agricultura brasileira, onde intensifica-se a concentração de terras, a importação de produtos agrícolas, a privatização da reforma agrária e o empobrecimento da população que vive e trabalha no campo. Mesmo com uma política ofensiva do governo federal, que atravessa o governo de Collor de Mello e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o MST passa a atuar em 23 estados do país e além de apresentar uma proposta de reforma agrária, apresenta

também propostas na área da educação, da saúde, da cultura, etc. A reforma agrária proposta pelo MST tem como base a democratização da propriedade da terra, a consolidação da agroindústria de forma cooperada, a democratização da cultura e do conhecimento (MST, 1998).

A entrada no século XXI não diluiu as contradições do campo brasileiro. Mesmo com o início do governo Lula em 2003, nossa estrutura política e econômica permaneceu marcada pela força do latifúndio<sup>175</sup>, que combina atitudes antigas, como o fazendeiro truculento que aciona seus jagunços para meter bala nos sem-terra, com atitudes modernas, como o bem sucedido e culto empresário do agronegócio, ambos unidos a favor da concentração, do monopólio e da propriedade. As ações do agronegócio foram intensificadas como bandeira do governo Lula, ressaltando a importância das exportações para o crescimento da economia e para a geração de divisas, legitimando, portanto, um forte poder político a este setor. A política governamental continua reproduzindo um tratamento diferenciado em relação a agricultura de exportação e a agricultura familiar. Em 2003, dez empresas multinacionais ligadas ao setor do agronegócio tiveram suas dívidas, no valor de R\$ 4, 35 bilhões, anistiadas pelo Banco do Brasil, enquanto o Plano Safra do período de 2003-2004 previu o repasse de R\$ 4,5 bilhões para toda a agricultura familiar que conta com 3, 7 milhões de estabelecimentos<sup>176</sup>.

Um outro elemento é a não realização, em 2003 e em 2004, das metas de desapropriação para o assentamento das famílias sem-terra. Em 2004, a meta era assentar 115 mil famílias, sendo 75 mil através do recurso da desapropriação de terras. As desapropriações realizadas durante o ano possibilitaram apenas o assentamento de 25 mil

---

<sup>175</sup> Segundo Renato Pompeu, na atual legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2006) foram identificados 73 parlamentares ruralistas e simpatizantes com forte poder de mobilização, sendo que 31 deputados ruralistas são da base governista (6 do PL, 5 do PTB e 20 do PMDB). As vitórias importantes da bancada ruralista no atual mandato podem ser identificadas na negociação do nome de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, no apoio da indicação de Luiz Fernando Furlan para o Ministério de Desenvolvimento e Interior, bem como na sustentação de alguns nomes que defendem seus interesses na Embrapa, principalmente na área de biotecnologia. A primeira derrota do Governo Lula no parlamento foi a respeito das dívidas agrícolas: os ruralistas conseguiram ampliar o prazo de rolagem das dívidas e incluir os produtores de todo o Nordeste, também conseguiram impedir que o governo alterasse a medida provisória que suspende o processo de desapropriação quando a terra é ocupada por trabalhadores sem-terra. Revista Caros Amigos Especial, nº18, setembro de 2003, p.12.

<sup>176</sup> Benjamin, César. A questão agrária no Brasil: das sesmarias ao agronegócio. Artigo produzido por encomenda da Fisenge e reproduzido pelo SEAGRO/SC em dezembro de 2004, p.4.

famílias. No geral, incluindo desapropriações, crédito para a compra de terras e regularização de posses, foram assentadas 68, 3 mil famílias. Cumpre ressaltar que 49% das terras desapropriadas estavam na Amazônia Legal, onde a demanda pela terra tem sido discreta, das 316 ocupações de terra entre janeiro e novembro de 2004, apenas 17 ocorreram nesta região<sup>177</sup>. Outro dado importante: existem atualmente 200 mil famílias mobilizadas nos acampamentos de beira de estrada, sem água potável, luz, infra-estrutura, contando apenas com as cestas básicas enviadas mensalmente pelo governo.

Apesar de toda a contenção, a reforma agrária é de fato um meio eficiente para a desconcentração de terras e para o aumento da qualidade de vida das famílias pobres que vivem e trabalham no campo. A pesquisa realizada por um grupo de intelectuais conceituados (Medeiros, et al, 2004) na questão agrária revelou que a criação de um assentamento significa a reconstrução de um modo de vida social, com potencialidade real de gerar empregos, alimentos baratos e de resgatar laços de sociabilidade, produzindo um impacto econômico, social e político.

Diante da permanência de contradições históricas, bem como do surgimento de novas contradições no que se refere à realidade social e política do Brasil, o MST se constituiu nos seus 21 anos de existência uma referência não só no âmbito da luta pela terra e pela reforma agrária, mas também no âmbito da educação e da formação humana. Compreender o MST como sujeito pedagógico é identificar no conjunto de suas práticas sociais uma intencionalidade política e pedagógica que aponta para a formação de sujeitos sociais da luta de classes. (Caldart, 2000). Sua dimensão pedagógica vai assumindo uma materialidade e uma subjetividade a partir das mudanças ocorridas no interior das relações sociais e da construção de um projeto político e ético com o conjunto da sociedade brasileira que está em processo de luta . A *Pedagogia da Terra* vai se constituindo através de um conjunto de processos formativos que possuem como matrizes pedagógicas a luta social, a organização coletiva, o trabalho, a cultura e a experiência da opressão, assumindo como herança a filosofia da práxis (Caldart, 2005).

---

<sup>177</sup> Scolese, Eduardo. Desapropriações não atendem metas para assentamento. *Jornal Brasil de Fato*, dezembro, 2004.

A expressão *práxis organizativa* buscou trazer a dimensão de processo do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST ao longo destes anos, que conjuga métodos de luta e de organização com uma elaboração teórica marcados pela intencionalidade de transformar as relações sociais a fim de atender as necessidades concretas dos trabalhadores/as, bem como o processo de humanização dos homens. Um dos elementos fundamentais desta *práxis organizativa* é a vinculação orgânica existente entre formação e organização. A formação está determinada pelos desafios estruturais e conjunturais da organização. Ou seja, a formação no MST foi se desenvolvendo conforme as necessidades reais da organização de dar respostas ao momento histórico em que vivia. Da luta pela terra à luta contra o capital foram necessários avanços no campo dos métodos de organização e da teoria (incluindo a história, a filosofia e a crítica da economia política), de forma a cumprir com três exigências da dialética existente entre o movimento social de massas e a organização social: a formação deve ser massiva, atingindo o maior número de pessoas, deve ser completa, atingindo o militante numa perspectiva integral que engloba as dimensões da política, da técnica e da ética, e por fim, deve ser permanente e articular três elementos pedagógicos fundamentais: estudo, trabalho e organicidade. (MST, 2001).

O duplo caráter da formação permanente no MST está em formar as pessoas e a própria organização, ou seja, a própria estrutura organizativa está em constante processo de formação, sendo flexível diante das transformações da própria realidade do movimento social de massas. No entanto, como forma de materializar uma unidade na ação deste movimento social de massas de caráter nacional e fortalecer sua expressão política tornou-se necessário a construção de instâncias e a elaboração de princípios organizativos com a função de garantir a existência do movimento social para além das mobilizações massivas. Sendo assim, os princípios organizativos vão dando corpo aos métodos de luta e de organização e densidade à formação, no sentido de materializar um trabalho político-

organizativo que de fato transforme as relações sociais vigentes, produzindo sujeitos sociais participativos e conscientes, críticos e éticos.

Deste modo, os princípios organizativos possuem um forte caráter de formação política e humana, interferindo nos diferentes processos de formação da consciência social e política dos dirigentes, dos militantes, dos trabalhadores/as acampados e assentados. São eles: direção coletiva, divisão de tarefas, profissionalismo, planejamento, estudo, vinculação com as massas, crítica e autocrítica, disciplina, mística. No seu conjunto os princípios podem ser caracterizados como uma totalidade da práxis social do MST, que identificamos como trabalho político-organizativo. A dialética deste trabalho político-organizativo vai produzindo uma forma diferente de reprodução social, sempre articulada com a dinâmica da luta social e da cultura do coletivo. E é neste movimento que criam-se rupturas com a *relação capital*, educando as pessoas a produzirem novas relações sociais, a mudarem de comportamento, a refletirem criticamente sobre seus atos, ou seja, reconstruindo novas relações com a vida. Assumindo assim, a exigência de dar respostas ao mundo contemporâneo esgarçado de sentidos humanos.

Portanto, o trabalho político-organizativo do MST é um dos elementos centrais de sua concepção de formação que tem como finalidade a transformação dos mecanismos de reprodução social centralizada no capital como relação social dominante, inserindo-se numa luta política pelo poder em função da realização do projeto de emancipação humana. Neste sentido, podemos afirmar que a *práxis organizativa* do MST constitui uma escolha de impulsionar uma tendência regressiva da barbárie, potencializando a luta social, o trabalho, a práxis das relações sociais e a cultura do coletivo. E sendo tal escolha uma escolha de muitos, modificam-se as circunstâncias, são produzidas novas necessidades, dilatando assim a práxis da liberdade humana.

Podemos apontar aqui duas condições iniciais da dimensão educativa do trabalho voluntário no processo de construção da ENFF. Primeira condição, a desconstrução das relações de trabalho que seriam impostas por uma empresa da construção civil ou de

qualquer outro setor privado, onde a submissão do peão e a satisfação do valor de troca são pré-condições para a permanência no serviço. Segunda condição, o reconhecimento da obra como uma produção coletiva e do valor social da construção de uma *Escola dos Trabalhadores*.

O sentimento de se estar vivendo um processo educativo envolve a todos, tanto os trabalhadores da brigada permanente como os trabalhadores da brigada temporária. O simbólico de se estar trabalhando voluntariamente na construção de uma escola alimenta a dimensão educativa do cotidiano que pode ser expressa numa frase comum: *aqui na obra todo dia aprendemos ou ensinamos alguma coisa*. Este sentimento pulsa no cotidiano da obra e é reforçado nas atividades de formação no período da noite, onde são valorizadas as histórias de vida dos trabalhadores, assim como a história da luta social e política no Brasil e no mundo.

Ou seja, a experiência de trabalho voluntário na ENFF fortalece a compreensão dos trabalhadores no sentido de pertencimento a um projeto político, que vai além da luta pela terra ou da luta pela reforma agrária, pois estão lutando pela valorização do trabalho e pela dignidade das relações humanas, onde a construção de uma escola assume uma simbologia muito forte. Os trabalhadores vão recuperando o sentido do trabalho como mundo das necessidades e da liberdade do coletivo humano, sendo uma responsabilidade de todos a partir das possibilidades de cada um, resgatando assim um antigo ensinamento de Lênin (1978).

O sentido educativo ou deseducativo do trabalho voluntário se apresenta a partir da relação social que é estabelecida, como também do projeto de sociedade que está dando base à experiência. Mesmo estando vinculado organicamente a um projeto de formação humana e política, a experiência de trabalho voluntário na ENFF deve ser vista como indício do aqui e agora num sentido dialético, ou seja, através do movimento das contradições do processo vivido.

Existem várias situações em que a experiência de trabalho voluntário no ENFF reforça alguns valores contraditórios oriundos de uma subjetividade produzida pela lógica do capital. Como exemplo, podemos citar aqueles trabalhadores que vêm a ENFF como um espaço de regalias, pois não estão debaixo das lonas pretas “comendo poeira”, possuem a certeza das três refeições diárias, da cama confortável, da assistência médica e odontológica, ou seja, uma realidade material inconcebível dentro de seus espaços sociais de origem, os acampamentos. O outro lado desta questão é poder experimentar condições de vida e de trabalho dignas, o que é negado a eles como trabalhadores sem-terra e a milhões de outros trabalhadores deste país. Entretanto, a presença do coletivo é fundamental para perceber este tipo de comportamento. Ou seja, o convívio na ENFF marca uma sociabilidade diferenciada, que busca romper com os privilégios individuais e mesmo estando pouco tempo na ENFF ou no MST o trabalhador da brigada temporária já consegue perceber este diferencial. O trabalhador da brigada permanente já tem uma tendência maior à intervenção sobre o comportamento oportunista, ainda que esta se limite ao espontâneo, sem uma elaboração enquanto práxis, gerando inclusive disputas ou picuinhas.

No entanto, como podemos apontar os sinais de modificações da subjetividade do trabalhador Sem Terra?

A construção da ENFF permite aos trabalhadores Sem Terra descobrirem do ponto de vista da tecnologia, do direito à educação, do direito a saúde, do direito ao trabalho, etc, as bases ideológicas que sustentam o domínio da *relação capital*, que concretamente sempre trataram de subjugar suas condições materiais e espirituais de existência. Neste sentido, o trabalho voluntário na ENFF diferentemente de uma visão moralista ou de trabalho social funcional ao capital se coloca como trabalho social a partir da centralidade da luta política. No entanto, mais uma vez ressaltamos aqui seu limite, pois não é trabalho como *fim em si mesmo*, já que os trabalhadores Sem Terra concretamente se encontram no mundo da necessidade material e no mundo da ausência

de direitos, como também restritos a um limitado tempo livre que possibilite o acesso à cultura.

A experiência de trabalho voluntário no espaço de construção da ENFF permite a socialização de um conjunto de tarefas, saberes e afetos. Esta socialização possibilita e potencializa uma mudança na subjetividade dos trabalhadores, determinando ao longo do processo do trabalho, do convívio social e da luta concreta, a consolidação de elementos políticos para a compreensão do projeto histórico da classe trabalhadora.

Portanto, a experiência de trabalho voluntário na ENFF permite aos trabalhadores Sem Terra adquirirem, ao longo do processo de trabalho, da luta social e da coletividade construída, elementos de sua formação humana, humanização e politização, que os transformam num ser social e político, eticamente e culturalmente convencidos a respeito da necessidade da transformação das relações sociais. É neste sentido que ressaltamos sua dimensão educativa.

Como caminho a percorrer deixamos a seguinte questão: Que dimensão deve ter a ética, entendida como práxis e como mediação necessária entre os indivíduos e o gênero humano, no conjunto da *práxis organizativa* do MST? Talvez este seja um dos grandes desafios da Escola Nacional Florestan Fernandes, que a partir da materialidade histórica que carrega, projeta a formação de quadros políticos em busca do poder real da práxis emancipatória.

## Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo e Carvalho, José J. Reforma Agrária: o sentido econômico de uma política distributiva. In: Reforma Agrária. Campinas, v.23, n.2, mai-ago/1993.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. A Reforma Agrária no século XXI. In: Projeto de doutorado, CPDA/UFRRJ, 2001.

ANDERSON, Perry. A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo. SP: Brasiliense, 3ª edição, 1987. 123p.

ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria. (org.). Lukács, Um Galileu do século XX. SP: Boitempo, 2ª edição, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. SP: Cortez, 4ª edição, 1997. 154p.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. SP: Boitempo, 3ª edição, 2000. 258p.

ARANTES, Paulo. Esquerda e Direita no espelho das ONG's. SP: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARENDT, Hannah. A Dignidade da Política. RJ: Redume-Dumará, 1993.

ARROYO, Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: Elementos materiais da formação humana. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Por uma teoria da Formação Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

\_\_\_\_\_. Educação e Cidadania. Quem educa o cidadão? SP: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Trabalho-Educação e Teoria Pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século. 4 ed. RJ: Vozes, 1998. p. 138-165.

BENJAMIN, César. A questão agrária no Brasil: das sesmarias ao agronegócio. Artigo produzido por encomenda do Fisenge e reproduzido pelo SEACRO/SC, dezembro de 2004.

BETTO, Frei. Diário de Puebla. RJ: Civilização Brasileira, 2 ed., 1979.

\_\_\_\_\_. O que é comunidade eclesial de base. SP: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BICCA, Luiz. O conceito de Liberdade em Hegel. RJ: Síntese Nova Fase, v.19, n.56, 1992.

BOFF, Clodovis. Teologia e prática. Teologia do político e suas mediações. RJ: Vozes, 2 ed., 1982.

BOFF, Leonardo. Teologia do cativo e da libertação. RJ: Vozes, 3ed., 1983.

BOGO, Ademar. Bogo, A. A Reforma Agrária e a sociedade brasileira. SP: MST, 1996

\_\_\_\_\_. A organicidade necessária. Mimeo, 1997.

\_\_\_\_\_. Lições da Luta pela Terra. Salvador, Memorial das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Método de planejamento. In: Método de organização. Caderno de Formação no.35. SP: MST, 2000.

\_\_\_\_\_. Arquiteto dos Sonhos. SP: Expressão Popular, 2003.

BONAMIGO, Carlos A. O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do MST. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFRS, 2001.

BORNHEIM, Gerd. O Idiota e o Espírito Objetivo. Porto Alegre: Editora Globo, 1980. 208p.

\_\_\_\_\_. Dialética: Teoria e Práxis. Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Porto Alegre: Ed.Globo; SP: Universidade de São Paulo, 1983.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. SP: Companhia das Letras, 1992.

BOTTOMORE, T. B. Sociologia e Filosofia Social de Karl Marx. RJ: Zahar Editores, 1964.

\_\_\_\_\_. Dicionário do Pensamento Marxista. RJ: Editor Jorge Zahar, 2º. Edição, 1988. 454p.

BRECHT, Bertolt. Antologia poética. RJ: Elo Editora, 1982.

CALDART, Roseli. Educação em Movimento. Formação de educadores e educadoras no MST. RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2001. Capítulo IV. P.125-143.

CÂNDIDO, Geraldo. (org). As importações e os preços agrícolas. Brasília: Senado Federal, 2001

CANO, Wilson. Posição do Partido dos Trabalhadores acerca da Reforma Agrária. In: Reforma Agrária. Campinas, v.24, n.2, mai-ago, 1994.

CARDOSO, C. F e Brignoli, H. P. Os Métodos da História. RJ: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. Sociedade e cultura: comparação e confronto. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. XXIX, n. 2, dezembro 2003, pp. 23-49.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para uma leitura do método em Karl Marx. Anotações sobre a “Introdução” de 1857. Cadernos do ICHF, Niterói: UFF/ICHF, no.30, 1990.

CASTEL, Robert. Desigualdade e a questão social. SP: Educ, 1997

CASTRO, Ramon Peña. Guia para a leitura do O Capital. (Coletivo da Universidade de Berlin). Lisboa: Edições Antídoto, 1978. p. 7-35.

CHASIN, J. Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: CHASIN, J. (org.) Marx Hoje. SP: Editora Ensaio, 1983. 227p.

CHAVES, Christiane de Alencar. A Marcha Nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social. RJ: Relume-Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CIAVATTA, Maria O trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológico. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. Teoria e Educação no labirinto do capital. RJ: Vozes, 2ª edição, 2001. 203p.

\_\_\_\_\_. O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica. RJ: DP&A, 2002.

CONCRAB. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). SP: CONCRAB, 1999.

\_\_\_\_\_. O cooperativismo no pensamento marxista. Caderno das experiências históricas da cooperação no.2. SP: CONCRAB, 2000.

\_\_\_\_\_. As experiências clássicas da cooperação Agrícola. Caderno das experiências históricas da cooperação no.3. SP: CONCRAB, 2001.

- D'INCAO, Maria C. Fome e Reforma Agrária. In: Teoria e Debate. SP, n.24, marc-abr-mai,1994.
- DUSSEL, E. Ética comunitária: liberta o pobre. RJ: Vozes, 1986.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. RJ: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Questão Agrária, Pesquisa e MST. SP: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. RJ: Zahar Editores, 1975.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. RJ: Zahar Editores, 1975a.
- \_\_\_\_\_. A Revolução Burguesa no Brasil. RJ: Zahar, 1975b.
- \_\_\_\_\_. (org.) Comunidade e sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. SP: Editora Nacional, 1975c.
- \_\_\_\_\_. A Sociologia no Brasil. RJ: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. O Dilema Educacional Brasileiro. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice. Educação e Sociedade (Leituras de Sociologia de Educação). SP: Companhia Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. A Natureza Sociológica da Sociologia. SP: Ática,1980.
- \_\_\_\_\_. O Desafio Educacional. SP: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. SP: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. A atualidade de Marx. In: Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. SP: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Desenvolvimento. In: Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. SP: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. Nós e o Marxismo. In: Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. SP: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. A Contestação Necessária. SP: Ática, 1995a.
- \_\_\_\_\_. O que é Revolução. In: Clássicos sobre a Revolução Brasileira. SP: Expressão Popular, 2000.
- FETSCHER, Iring. Karl Marx e os Marxismos. RJ: Paz e Terra, 1970. 375p.
- FIORI, José Luís. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. In: Revista de Economia Política. SP, v.12, n.1, jan-mar, 1992.

FONTES, Virgínia. Freud, conflito, contradição e história. Elementos para uma discussão sobre a historicidade. Apresentação de trabalho em mesa redonda no Encontro *Freud, Conflito e Cultura*, ocorrido em fevereiro de 2001.

FOSTER, J; WOOD, E. Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo. RJ: Zahar, 1999.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. RJ: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. RJ: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. Revista Brasileira de Educação, número 15, set/out/dez 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Crise do capitalismo real. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: Frigotto, G. E Ciavatta, M. (orgs.). Teoria e Educação no labirinto do capital. RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_ e CIAVATTA. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: Trabalho, Educação e Saúde. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1 (1): 45-60, março de 2003.

GAUDIUM ET SPES. Constituição pastoral do Concílio Vaticano II. Sobre a Igreja no mundo hoje. SP: Edições Paulinas, 1966.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. RJ: Zahar, 1978.

GERMER, Claus. Bases do Programa Agrário. In: Teoria e Debate. SP, n.24, mar/abr, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Os sem - terra, ONG's e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. SP: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais e educação. 3º. ed. SP: Cortez, 1999

GOMES DA SILVA, José. \_\_\_\_\_. A reforma agrária na virada do século. In: Reforma Agrária – Série Debates. Campinas, n.1, v.1, abr, 1993.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

GRAMSCI, A. Espontaneidad y dirección conciente. In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.309-312.

\_\_\_\_\_. Disciplina y libertad. In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.23.

\_\_\_\_\_. Unidad de los elementos constitutivos del marxismo. Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999.p. 276.

\_\_\_\_\_. Economía y ideología. In: Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p.280.

\_\_\_\_\_. Concepto de Ideología. Antologia. Selección, Traducción y Notas de Manuel Sacristan. México: Siglo XXI, 1999. p. 364-372.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Vol. I. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. Por um novo programa agrário. In: Reforma Agrária. Campinas, n.2, v.23, mai-ago, 1993.

GRAZIANO NETO, Francisco. A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil. SP: Funesp-Unesp, 1991.

GUEVARA, Ernesto Che. O Socialismo e o Homem em Cuba. In: O Socialismo Humanista. RJ: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. Obras escogidas. 1957-1967. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

GUIMARÃES, Alberto P. A Crise Agrária. RJ: Paz e Terra, 1979.

GUTIÉRREZ, G. A força histórica dos pobres. RJ: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. Teologia da Libertação. RJ: Vozes, 1979.

HARNECKER, Marta. Haciendo Posible lo imposible. La Izquierda en el umbral del siglo XXI. México: Siglo XXI, 1999.

\_\_\_\_\_. Acerca del sujeto político capaz de responder a los desafíos del siglo XXI. In: Revista Trabajadores, Universidad Obrera de México. Año 7. Mayo-Junio, 2003.

HEGEL, G. W. A Razão na História. SP: Editora Moraes, 1990. 130p.

\_\_\_\_\_. Ciência da Lógica. In: CORBISIER, Roland. Hegel. Textos Escolhidos. RJ: Civilização Brasileira, 2º. Edição, 1991a.159p.

\_\_\_\_\_. Enciclopédia das Ciências Filosóficas. In: CORBISIER, Roland. Hegel. Textos Escolhidos. RJ: Civilização Brasileira, 2º. Edição, 1991b.159p.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia do Espírito. In: CORBISIER, Roland. Hegel. Textos Escolhidos. RJ: Civilização Brasileira, 2º. Edição, 1991c.159p.

\_\_\_\_\_. Filosofia do Direito. In: CORBISIER, Roland. Hegel. Textos Escolhidos. RJ: Civilização Brasileira, 2º. Edição, 1991d.159p.

\_\_\_\_\_. Lições sobre a História da Filosofia. In: CORBISIER, Roland. Hegel. Textos Escolhidos. RJ: Civilização Brasileira, 2º. Edição, 1991e. 159p.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia do Espírito. Parte I. RJ: Petrópolis, 1992.

HELLER. O Cotidiano e a História. RJ: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric. (org.). História do Marxismo. Vol.I. RJ: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. História do Marxismo (org.). Vol.III. RJ: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre a História Operária. 3ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. RJ: Editora José Olympio, 12ª. Edição, 1978.

JAEGER, Werner. Paidéia. A Formação do Homem Grego. SP: Martins Fontes, 1989

JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. RJ: Editora da UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. A cultura do dinheiro. Ensaio sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LABASTIDA, Jaime. O objeto da História. In: Chasin, J. (org.). Nova Escrita Ensaio. Ano V- nº11/12, 1983.

LAVRATTI, E. Agronegócio: a nova maquiagem para o velho latifúndio. Projeto de Pesquisa do Curso de Extensão Teorias Sociais e Produção do Conhecimento da UFRJ em parceria com a ENFF.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. RJ: Civilização Brasileira, 6ª edição, 1995. 312p.

LEITE, SÉRGIO. A face econômica da reforma agrária. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.

LÊNIN, V. El desarrollo del capitalismo en Russia. México: Ediciones de Cultura Popular S.A, 1971.

- \_\_\_\_\_. Cuadernos Filosóficos. Buenos Aires: Ediciones estudio, 1974.
- \_\_\_\_\_. A formação de quadros. Lisboa: seara nova, 1977.
- \_\_\_\_\_. Que Fazer? SP: Hucitec, 1978
- \_\_\_\_\_. Uma Grande Iniciativa. In: Obras escolhidas. Vol.3. SP: Ômega, 1980.
- LERRER, Débora. Reforma Agrária: Os caminhos do impasse. SP: Garçon, 2003.
- LESSA, Sérgio. A ontologia de Lukács. Maceió: EDUFAL, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador(a) interessado(a). Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social. Vol.1. n.2. 1º. Semestre de 1999.
- \_\_\_\_\_. Mundo dos Homens. Trabalho e Ser Social. SP: Boitempo, 2002.
- LOCKE, J. Os Pensadores. SP: Abril Cultural, 1973.
- LOWY, Michael. (org.). O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. SP: Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_. O Pensamento de Che Guevara. SP: Expressão Popular, 1999.
- LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. SP: Coleção Temas de Ciências Humanas, Editora Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. SP: Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. O Marxismo Ortodoxo. In: Netto, José Paulo (org.) Georg Lukács. SP: Ática, 1981.
- \_\_\_\_\_. Para a Ontologia do Ser Social: O Trabalho. Tradução Prof.Ivo Tonet (UFAL), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell' Essere Sociale*. Roma: Editori Riunit, 1981a.
- \_\_\_\_\_. A Ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: Netto, José Paulo (org.) Georg Lukács. SP: Ática, 1981b.
- KONDER, Leandro. O Marxismo na batalha das Idéias. RJ: Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. A derrota da dialética. Recepção das idéias de Marx no Brasil até os anos 30. RJ: Campus, 1988. 222p.
- \_\_\_\_\_. O que é dialética? SP: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 18ª.edição, 1988. 87p.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: HAGUETTE, Teresa Maria (org.). Dialética Hoje. RJ: Vozes, 1990. 175p.

\_\_\_\_\_. O Futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI. RJ: Paz e Terra, 1992. 140p.

\_\_\_\_\_. Limites e Possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. In: Frigotto, G. E Ciavatta, M. (orgs.). Teoria e Educação no labirinto do capital. RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. A questão da ideologia. SP: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, K. A Dialética do Concreto. RJ: Paz e Terra, 6<sup>o</sup>.edição, 1995. 248p.

MANACORDA, Mario. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. Marx e a Pedagogia Moderna. SP: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. História da Educação: da antiguidade aos dias atuais. 8 ed. SP: Cortez, 2000

MARCON, Dionilso. Banco da Terra: O que é? A quem beneficia? Como funciona? Material elaborado pelo gabinete do deputado estadual Dionilso Marcon, RS: 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, Vozes: 1983

\_\_\_\_\_. A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”. SP: Hucitec, 1986.

MARX, K. Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844. México: Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. Capítulo VI. Inédito de O Capital. SP: Editora Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: Marx. Os Pensadores. SP: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. Teorias da Mais-Valia. História Crítica do Pensamento Económico. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. A Ideologia Alemã. SP: Centauro, 1984.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. RJ: Paz e Terra, 6<sup>o</sup>.edição, 1997.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do Capital. Volume I. 18 ed. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, Maurício Vieira. Por uma ontologia imanente: G. Lukács em polêmica com o pensamento transcendente. Tese de Doutorado em Filosofia, defendida na PUC-RJ, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Prefácio. In: Ciavatta, M. O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica. RJ: DP&A, 2002.

MEDEIROS, E. Formação política no MST: o coletivo como espaço e sujeito educativo. In: A dimensão educativa da Mística Sem Terra: A experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da UFSC, 2002.

MEDEIROS, Leonilde S. História dos Movimentos Sociais no Campo. RJ: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. Algumas Considerações sobre o conceito de classe social. Texto apresentado como requisito de exame de qualificação ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp. Novembro, 1992.

\_\_\_\_\_. Concepções, controvérsias e questões. RJ: IBASE, 1994.

\_\_\_\_\_. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Artigo apresentado na mesa “Movimentos Sociais Rurais” organizada pela CLACSO durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Porto Alegre, RS: ago, 1999.

\_\_\_\_\_; Sérgio Leite, Beatriz Heredia [et al.]. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro/ coordenadores Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Local; SP: Editora UNESP, 2004.

MENEGAT, Marildo. Reconhecimento e Violência: uma leitura em torno dos Manuscritos de 1844. In: O Olho da barbárie. Dissertação de Mestrado, defendida no departamento de Filosofia da UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Depois do Fim do Mundo. A Crise da Modernidade e a Barbárie. RJ: FAPERJ; Relume-Dumará, 2003.

MÉSZAROS, Isteván. La teoría de la enajenación en Marx. México: Ediciones Era, 1978.

\_\_\_\_\_. Marx “filosófico”. In: Hobsbawm, E. História do Marxismo. Vol.I. O Marxismo no tempo de Marx. RJ: Paz e Terra, 1979. 443p.

\_\_\_\_\_. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Ensaio de negação e afirmação. SP: Ensaio, 1990

- \_\_\_\_\_. O Marxismo Hoje/ Entrevista. SC: PT, Abr., 2001.
- \_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. RJ: Revista Outubro, jan, 2000.
- \_\_\_\_\_. Para Além do Capital. SP: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.
- Miranda, A. Instituto de Educação Josué de Castro: núcleos de base e sua organicidade. In: Reflexões sobre a prática. Cadernos do ITERRA. Ano II – no.5, outubro de 2002.
- MST. Normas Gerais do MST. SP: MST, 1989.
- \_\_\_\_\_. Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação n.23. SP: 3º edição, 1998.
- \_\_\_\_\_. Mística, uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de Formação 27. SP: MST, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Campanha de Construção da Escola Nacional do MST. Caderno de Formação nº. 29. SP: MST, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Campanha Nacional Escola Nacional Florestan Fernandes, 1998c.
- \_\_\_\_\_. Método de Organização. Caderno de Formação nº.35. SP: MST, 2000
- \_\_\_\_\_. Como Construir Com Terra. SP: MST, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Construindo o Caminho. SP: MST, 2001.
- \_\_\_\_\_. Brigadas de Trabalho Voluntário para a construção da ENFF. SP: MST, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Textos para a discussão. Encontro Estadual de São Paulo. SP: MST, Dezembro de 2002.
- NETO, Antônio J. Menezes. Além da Terra: A dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST. Tese, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2001.
- NETTO, José Paulo. O marxismo impenitente. SP: Cortez, 2004.
- NOZAKI, H. Formação Humana e Cidadão Produtivo. (Versão Preliminar). Projeto de pesquisa, NEDDATE, UFF, 2002.
- OLDRINI, G. Em Busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: Pinassi, M. E Lessa, S. (orgs). Lukács e a Atualidade do Marxismo. SP: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. Revista Sem Terra. Ano IV No. 24. Maio/Junho 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Os Direitos do Anti-valor. RJ: Vozes, 1998.
- PAIVA, Vanilda (org.). Catolicismo, Educação e Ciência. SP: Edições Loyola, 1991.
- PERICÁS, Luís Bernardo; BARSOTTI, Paulo. (orgs.) América Latina: história, Idéias e Revoluções. SP: Xamã, 1998.

PIZZETA, Adelar. A delegação de tarefas e poderes como mecanismo para projetar e formar militantes. In: Método de Organização. Caderno de Formação no.35. SP: MST, 2000.

\_\_\_\_\_. A Formação no/do MST: trajetória e iniciativas de um processo coletivo. Mimeo, 2003.

POLANYI, K. A Grande Transformação. As origens de nossa época. RJ: Campus, 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. Dialética do Conhecimento. Tomo II. SP Editora Brasiliense, 2º.edição, 1955.

\_\_\_\_\_. A Questão Agrária. SP: Brasiliense, 1979.

RESENDE, Luís Fernando de Lara. Comunidade Solidária: Uma alternativa aos Fundos Sociais. Brasília: IPEA, maio 2000.

REIS, Jair Teixeira dos. Trabalho Voluntário e os Direitos Humanos. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos promovido pela PUC Minas Virtual. Belo Horizonte, 2001.

Revista Caros Amigos. Edição Especial, nº18, setembro de 2003.

Revista Sem Terra. Jan/Mar, 2003.

RIO, Maria Cristina Dal. Trabalho Voluntário: Uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado. Dissertação, Programa de Estudos em Gerontologia. SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. RJ: EDUERJ: Contraponto, 2001. 623p.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A Questão Agrária e a luta pelo Socialismo. Seminário promovido pelo PT, mai, 2001.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A Natureza da Burguesia Brasileira em Florestan Fernandes. Texto mimeo, SP: 2000.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. RJ;SP: Editora Record, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Por uma teoria da Formação Humana. Porto Alegre:Artes Médicas, 1991.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. A formação dos trabalhadores a partir do campo do trabalho: subjetividade e classe. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil. SP: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. A Reforma Agrária e a luta do MST. RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_ e Fernandes, Bernardo Mançano. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. SP: Perseu Abramo, 1999.

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário de 1996: uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro. In: Cândido, Geraldo (org.). Situação e Perspectiva da Agricultura Brasileira. Senado Federal: Brasília, 2000

\_\_\_\_\_ e Hackbart, Rolf. A recente política neoliberal para a agricultura. In: Cândido, Geraldo. A Situação e as Perspectivas da Agricultura Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2000.

TEODÓSIO, A . S. Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. In: Memórias Del IV Congreso Latinoamericano de Ética, Negocios y Economía – la ética en la gestión pública y privada: fortalezas y debilidades. Buenos Aires: Universidade Argentina de la Empresa, 26-27 de julho de 2001, p. 17-27.

THOMPSON, E. A miséria da teoria ou um planetário de servos. RJ: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade. RJ: Paz e Terra, 2<sup>o</sup>.Edição, 1987.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II. A maldição de Adão. RJ: Paz e Terra, 2<sup>o</sup>.Edição, 1987a.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol III. A força dos trabalhadores. RJ: Paz e Terra, 2<sup>o</sup>. Edição, 1987b.

\_\_\_\_\_. O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Por uma teoria da Formação Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

TIRIBA, Lia. Economia Popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

- VAZQUEZ, A. La Filosofía de la Práxis. México: Siglo XXI, 2003.
- \_\_\_\_\_. El Joven Marx. Los Manuscritos de 1844. México: Itaca, 2003b.
- VEIGA, José Eli. Corrigir o foco da política agrícola. In: Teoria e Debate. SP: n.24, mar-abr-mai, 1994.
- \_\_\_\_\_. Diretrizes para uma Nova Política Agrária. In: Leite, Pedro Sisnando(Org.) Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000
- VAZ, Henrique L. Sobre as Fontes Filosóficas do pensamento de Karl Marx. In: Chasin, J. (org.) Marx Hoje. SP: Editora Ensaio, 1987. 227p.
- \_\_\_\_\_. Ontologia e História. SP: Edições Loyola, 2001. 284p.
- VENDRAMINI, Célia Regina. Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.
- VIA CAMPESINA. SP: Via Campesina-Brasil, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. RJ: Paz e Terra, 1992.
- ZAPATA, F. Los mineros de Chuquicamata: Productores o proletarios?. México: Cadernos del Centro de Estudios Sociológicos 13. Colegio de Mexico, 1975.
- ZEMELMAN, Hugo. Em torno del problema metodológico de las mediaciones (Acerca de una reconceptualización disciplinaria necesaria: El caso de la demografía). In: Problemas antropológicos y utópicos del conocimiento. México: El Colegio de México, 1996.

Fontes:

Arquivo da Escola Nacional Florestan Fernandes:

- Acervo de documentos: Memória 1 a 5.

- Acervo de fotografias

- Relatórios da obra. Períodos: Junho de 2001; Março de 2002; Agosto de 2003; Agosto de 2004.

Site: { HYPERLINK "http://www.programavoluntarios.org.br" }

Site: { HYPERLINK "http://www.portalvoluntario.org.br" }

Site: { HYPERLINK "http://www.iyv2001.org" }

Site: { HYPERLINK "http://www.mst.org.br" }

Site: { HYPERLINK "http://www.incra.gov.br" }

Anexos:

## Anexo I- Movimentos Sociais no México

Existem muitos movimentos e organizações políticas no México, no entanto, não existe uma coordenação entre eles, alguns movimentos são regionais, municipais ou até mesmo de bairros. Muitos desses movimentos são oriundos da ruptura com o Estado mexicano. Na sua trajetória foram capazes de desenvolver estruturas organizativas e métodos próprios, no entanto, a diversidade de respostas a nível local dificultou uma maior unidade entre eles.

O EZLN é sem dúvida o movimento mexicano mais conhecido fora do México. Também é correto afirmar que EZLN é uma referência dentro do México, influenciando organizações, movimentos e parte da intelectualidade de esquerda. Sem entrar nas considerações quanto ao método ou forma organizativa dos “novos” zapatistas, é necessário afirmar que o EZLN não atua no sentido de convocar/convidar os demais movimentos para a formação de um grande movimento nacional de caráter democrático popular<sup>178</sup>.

Porém, a necessidade de unificar os movimentos e organizações sociais do México é uma realidade histórica. Realidade que um grupo de militantes e dirigentes políticos assumiram a partir de meados dos anos 80. O objetivo é construir uma organização revolucionária de massa capaz de elaborar um programa político centrado no poder popular. Com referência teórica no marxismo e com uma forte base social no movimento de maestros (professores), esta organização tornou-se nos anos 90 uma das maiores organizações políticas do México, tendo como objetivo principal a integração dos movimentos e das organizações sociais e a construção do Poder Popular.

---

<sup>178</sup> Só no Estado de Chiapas existem vários movimentos de camponeses que desconhecem a atuação atual do EZLN.

Tal organização se chama Movimiento de Unidad y Lucha Popular (MULP) e estendeu sua influência no movimento estudantil, no movimento campesino, no movimento indígena e no movimento operário e popular. Alguns movimentos e organizações que fazem parte do MULP: *Comite de Defensa de los Derechos del Pueblo – CODEP; Movimiento de Bases de los trabajadores de la educación en Michoacán –MBTEM ; Organización Popular Emiliano Zapata - OPEZ; Movimiento Campesino de San Salvador Atenco; Movimiento Campesino de Trabajadores del Campo “ José Maria Morelos”; Frente Nacional em Defensa de la Soberania y los Derechos del Pueblo – FRENDESDEP; Central Unitária de los Trabajadores – CUT; Frente Popular Francisco Villa – FPFV; Consejo Nacional del Poder Popular -CNPP; Coordinadora Oaxaqueña Magonista Popular Antineoliberal –COMPA ; Consejo General de Huelga CGH-UNAM.*

Abaixo algumas dessas organizações e suas principais características:

### ***O Movimento dos Maestros***

Nosso primeiro contato foi com os movimentos sociais da educação. Existe um forte movimento da educação no México que tem suas origens no processo da revolução mexicana de 1910, onde principalmente no período posterior, década de 30 e 40, a educação se apresenta constitucionalmente como uma educação socialista. Esta raiz é bem visível no movimento dos maestros que ultrapassaram sua luta reivindicatória e possuem a clareza de um projeto político.

A educação socialista surge como consequência da luta do regime revolucionário de 1910, contra uma educação baseada nos fundamentos religiosos cristãos. A partir de 1920, o regime revolucionário muda a política educacional do país, agora a escola é laica. Esta separação entre Estado e Igreja não se dá de forma amistosa, há muitos conflitos, com levantamentos armados até o assassinato de um candidato a presidência da República por

um militante católico. No governo do general Lazaro Cárdenas, a educação torna-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país.

A educação socialista nunca foi unanimidade dentro do regime revolucionário, a dificuldade de definição e as interpretações equivocadas de conceitos impediu um projeto nacional de educação. Como consequência, o desempenho dos maestros não seguia uma diretriz ou orientação geral. Assim, cada maestro (principalmente os maestros das escolas rurais), atuava de acordo com sua interpretação pessoal. Todo esse processo desencadeou uma corrente de maestros que influenciados pela revolução de 1910 e pelos principais pensadores socialista da época, fundam o MRM (Movimento revolucionário dos Maestros) na década 50.

O MRM, como os demais movimentos, atravessou momentos de fluxo e refluxo, chegando a extinção. Porém, muitos de seus dirigentes permaneceram atuando no movimento dos maestros e ajudando a construir outros movimentos sociais fora da categoria. Dentro da categoria, estes dirigentes (lideranças dos anos 50) conseguem formar uma nova geração de maestros combativos.

Surge no final da década de 80, o Movimiento Democrático Magisterial (MDM) , com forte atuação nos estados de Michoacán e Oaxaca. Inspirados no Movimento Revolucionário dos Maestros, o MDM converte-se no núcleo dirigente do MULP. Atualmente, só no Estado de Michoacán existem 300 maestros liberados, atuando em todo território nacional , fortalecendo e organizando os movimentos sociais.

Os maestros de Michoacán e Oaxaca lideram a oposição ao sindicato nacional (SNTE), que é dominado por uma parlamentar corrupta do PRI, Ester Godillo. Nestes dois Estados, os maestros controlam os sindicatos estaduais, identificados por seções.

Estivemos mais próximos do movimento de Michoacán visto que desde o principio de 2003 estão fazendo um trabalho de organização dos camponeses. Participamos inclusive do encontro de fundação da Organização Magisterial, Campesina e Indígena de Michoacán

que contou com a presença de 500 camponeses de todo o Estado. Num segundo momento, participamos também de um encontro regional, na costa do pacífico, no intuito de estimular tal organização. Nossa participação tinha o sentido de apresentar a história do MST e seus princípios organizativos.

Uma outra troca com o movimento dos maestros de Michoacán foi com relação ao projeto de educação, no início deste ano começaram a implementar as chamadas Escolas Integrais Experimentais, onde trabalhamos os princípios filosóficos da educação no MST e a questão da Escola Nacional Florestan Fernandes, explorando principalmente a dimensão educativa do trabalho. No mês de setembro participamos do Encontro Regional de Educação (Michoacan) e no mês de outubro do Encontro Nacional de Educação, sempre trabalhando os princípios filosóficos e a questão do trabalho como eixo de um projeto educativo.

### ***Organização Popular Emiliano Zapata - OPEZ***

Esta organização faz parte da Via Campesina e do Conselho Nacional do Poder Popular que é uma reunião de vários movimentos camponeses e urbanos do México. O conselho é uma organização nacional. A OPEZ, como os demais movimentos que compõem o CNPP, são organizações estaduais. Sua atuação é no estado de Chiapas, onde organiza ocupações urbanas e rurais. As ocupações urbanas são feitas em terrenos na periferia das principais cidades do Estado, e são massivas. Porém não existe um projeto de desenvolvimento local/regional, que trabalhe a educação, a saúde, a comunicação, etc.

Menos de 1/3 dos militantes são liberados integralmente para a organização, atualmente a direção é composta por cerca de 20 pessoas, dessas apenas 3 são mulheres. Em conversa com os dirigentes, percebemos que a dedicação total de militantes e dirigentes não faz parte das demandas ou desafios da organização. As ocupações rurais são feitas por índios camponeses e o grau de violência é muito grande. Além do enfrentamento com o

Estado, é comum disputas dentro das próprias organizações<sup>179</sup>. Outra característica desta organização é a falta de um projeto de desenvolvimento das ocupações urbanas e rurais<sup>180</sup>, não há militantes com a tarefa de desenvolver a formação na área da produção, da saúde, da educação, etc.

### ***Movimento Campesino de San Salvador Atenco***

San Salvador Atenco é um município do Estado do México, sua população é aproximadamente 25 mil pessoas, e uma auto pista corta o município. Esta auto pista faz parte do complexo viário do plano Puebla /Panamá.

Dando prosseguimento ao Plano, o governo federal tenta desapropriar o ejido do município de San Salvador Atenco. O governo federal e estadual começaram uma campanha junto aos campesinos para adquirir suas terras. Estes, sem informações e sem uma estrutura organizativa, montam comissões para conversar com o governo estadual e federal. O governo estadual responde com a policia e vários campesinos são presos. A reação é imediata, os campesinos seqüestram todas as autoridades do município, fecham a auto pista e preparam a resistência. Neste momento, o que era um movimento local, transforma-se um movimento nacional. Todas as atenções estão voltadas para San Salvador Atenco, vários movimentos sociais, estudantes, sindicatos se solidarizam com os campesinos de Atenco. Durante quatro dias, caravanas de sindicalistas, de estudantes, de camponeses tentavam furar o bloqueio feito pela guarda nacional com o objetivo de juntar-se ao povo de Atenco. Durante 4 dias o México era San Salvador Atenco, era a luta pela

---

<sup>179</sup> Grande parte destas organizações recebe do Estado financiamento para projetos de habitações e saneamento. O gerenciamento destes recursos são o principal motivo das disputas e rachas. É certo que, a falta de clareza política quanto aos objetivos estratégicos da organização, também impede uma unidade como organização política.

<sup>180</sup> As ocupações e posteriormente os ejidos (assentamento) se desenvolvem ou não, através da capacidade dos militantes locais. Uma experiência que muito nos marcou, foi o ejido de Rubem Raramilio. São duas ilhas, resultado da represa do Rio Grajibo, ocupadas por cerca de 60 famílias. As famílias vivem nessa área há 8 anos e não tem qualquer estrutura coletiva de discussão interna. Não há qualquer preocupação quanto a sobrevivência naquele espaço, na ilha principal a única fonte de água recebe o esgoto in natura das miseráveis habitações. Também já existe o próspero comerciante, que é dono do único comércio local e do barco a motor. Nós aguardamos 5 horas a chegada do barco, o trajeto durou 07 minutos.

terra contra a construção do aeroporto<sup>181</sup>. Através de uma ampla mobilização nacional, o governo é obrigado a revogar o decreto de desapropriação, vitória dos camponeses de Atenco contra o capital financeiro. O movimento de Atenco é uma referência para os movimentos e organizações no México na luta contra o neoliberalismo, esses companheiros carregam uma mística muito forte.

Porém os dirigentes, todos entre 50 e 60 anos, trazem a cultura indígena. A liderança é feita por uma pessoa e há um conselho com os mais velhos. Infelizmente, a juventude não está presente no cotidiano do ejido, que é plantar e colher Maíz. Em um churrasco no ejido de Atenco, após algumas doses da bebida local, “Nacho”, o líder do grupo, nos disse: através do enfrentamento com o governo é que vimos que a luta é maior, que qualquer governo vai ser inimigo do povo, se a juventude não for envolvida, nós vamos morrer e nossa luta ficará só na memória.

*Outra característica que dificulta a plena organização política deles está na sua organização social, onde a terra é apenas lugar de produção e não lugar de moradia.*

### ***Comite de Defensa de los Derechos del Pueblo – CODEP***

Este movimento atua no Estado de Oaxaca, Estado muito pobre e violento. Grande parte da população vive na área rural, sendo de origem indígena. Só na região de Ixtepec, a CODEP trabalha com 16 povos indígenas que falam 16 idiomas diferentes. A CODEP atua junto aos camponeses indígenas e atualmente está desenvolvendo ações com os trabalhadores do setor de transporte do Estado. Como as demais organizações do México, a CODEP é o resultado de um grupo de companheiros(as) que assumem a tarefa de organizar os movimentos locais e regionais após a ruptura com a estrutura estatal. Infelizmente não passamos muito tempo em Oaxaca conhecendo o cotidiano desta organização. Como nas demais organizações, eles dispõem de uma estrutura para desenvolver o seu trabalho. Há um centro de formação, um alojamento (em reforma), alguns carros, um escritório central

---

<sup>181</sup> O grande interesse do governo federal era a desapropriação das terras com o objetivo de construir um aeroporto específico para cargas e um moderno complexo do capital financeiro a fim de atender as novas demandas oriundas do Plano Puebla Panamá.

na capital, e diversas outras estruturas nas regiões. Também fazem parte do Conselho Nacional do Poder Popular, e diferente da OPEZ, a CODEP é uma mescla de movimento de massa e organização política. Participamos de uma reunião, com alguns dirigentes da organização, onde nos apresentaram uma rica análise sobre a revolução de 1910 até a atual situação do país, destacando a formação e contribuição dos movimentos sociais e seus limites.

Outra diferença visível com a OPEZ, é a participação da juventude<sup>182</sup>, hoje eles possuem um coletivo de juventude. As bases da CODEP são camponeses e indígenas, o idioma é uma dificuldade, a grande maioria não fala espanhol e não aceita aprender. Outro desafio que eles enfrentam é a presença dos partidos principalmente o PRI e o PRD, que atuam de formas bem distintas. A primeira cooptando as lideranças locais de forma individual ou dando algum benefício de forma coletiva, como cesta básica ou acesso à água. E a segunda é a repressão direta com a utilização do aparelho do estado ou através de forças paramilitares. Durante a nossa visita em Oaxaca houve uma tentativa de assassinato de uma liderança local feita por paramilitares. Após o atentado, a comunidade da liderança atingida atacou e prendeu os prováveis executores do crime.

Esta fato desencadeou um confronto entre duas comunidades e poderia se alastrar pela região. Diante disto, os dirigentes da CODEP pediram uma reunião com os priistas da região para acabar com o conflito. Este episódio simboliza o tipo de confronto que existe no Estado. Ou seja, só há reconhecimento do Estado (judiciário, conselhos municipais, secretários de estados, etc) no que diz respeito às reivindicações das organizações, se estas detêm algum domínio territorial. A CODEP participa do processo eleitoral elegendo seus representantes pelo PRD. Como eles atuam como uma corrente dentro do partido e não possuem nenhum compromisso com o programa partidário, há muitas críticas por parte do partido e atualmente uma certa relutância em liberar a legenda para a CODEP. Esta organização também participou ativamente da campanha contra Alca, envolvendo os

---

<sup>182</sup> Na citada reunião com parte da direção da CODEP, onde apresentamos o MST e Campanha Contra Alca como experiências organizativas no Brasil, ocorreu uma forte participação dos jovens, fazendo uma análise muito rica de elementos com lucidez do processo que estão vivendo: 10 anos de TLC, fragmentação dos movimentos, cooptação dos movimentos e lideranças, etc.

campesinos e indígenas através de materiais como cartilhas em idioma indígena, murais, peças de teatro, etc. Na avaliação da CODEP faltou uma maior coordenação da Campanha.

Como parte dos princípios organizativos eles recuperam os pensadores marxistas e os lutadores sociais. Também trazem a tradição histórica de luta empreendida pelos heróis nacionais como Cuauhtémoc, Morelos, Guerrero, Villa, Zapata, Ricardo Flores Magón, Lucio Cabañas, entre outros. Promovem a aliança operária, campesina e popular. Possuem independência do Estado e de partidos. A direção é coletiva, a formação permanente e a crítica e autocrítica são também seus princípios. A CODEP se define como uma organização política, social, democrática, popular e revolucionária. **Política** porque luta pelo poder. **Social** porque retoma as demandas mais sentidas pelo povo. **Democrática** porque exige a defesa da vontade popular. **Popular** pela composição da organização que é formada por campesinos, operários, estudantes, donas de casa, etc. e **Revolucionária** porque luta pela transformação total deste sistema opressor, objetivando a construção de um outro sistema social onde a exploração, a pobreza e a miséria não existam.

O que percebemos é que a revolução mexicana está viva na memória social do povo. Zapata e Villa são referências nacionais na luta social do México. Entretanto, dois elementos também estão presentes no interior das organizações e dos movimentos:

- 1) A fragmentação dos movimentos, fruto de uma estratégia do Estado mexicano, que institucionalizou os movimentos e organizações por quase meio século, formando duas gerações de lideranças corruptas e pelegas. Estas lideranças, por sua vez, desenvolveram mecanismos para a construção de uma base sólida, através da distribuição de fundos proveniente do Estado para determinados grupos, garantindo assim a fidelidade dos mesmos.
- 2) O dogmatismo apresentado por algumas correntes marxistas dificultou a formação de um pensamento próprio do movimento socialista mexicano. Como consequência, o método organizativo “marxista-leninista” passou a

ser a doutrina e a estratégia de muitas organizações, empobrecendo a capacidade de um pensamento crítico de seus dirigentes.

Sabemos que estes elementos não são os únicos para compreensão dos movimentos e organizações sociais do México, no entanto, são os elementos que mais se destacaram.

Neste sentido, vale a pena ressaltar um outro elemento de fundamental importância: a questão indígena. Este é um elemento importante e complexo não apenas no México, como em grande parte da América Latina. Infelizmente por limitação de tempo e de capacidade de pesquisa não vamos abordar este tema. Porém, cremos que a luta social não irá se desenvolver na América latina se não estiver de alguma forma ligada ou mesclada com os movimentos indígenas, absorvendo seu conhecimento cultural e político-organizativo.

Por ultimo, acreditamos que a greve de 1999 dos estudantes da UNAM, onde foi paralisada a maior Universidade da America Latina por mais de 6 meses, o movimento campesino de San Salvador Atenco, onde lutaram contra a expropriação de suas terras pelo Estado, a OPEZ com as ocupações urbanas massivas, são os exemplos da dificuldade de conjugar dialeticamente o movimento de massa e a organização política.

Durante nossa estadia no México, muito discutíamos com os dirigentes do MULP sobre esta dificuldade de mesclar o movimento de massa com organização política. Talvez hoje no plano político-organizativo este seja o maior desafio dos movimentos e das organizações sociais de toda América Latina.

O MULP tem um desafio a sua altura: Organizar e fortalecer a construção de um movimento revolucionário, que mescle os diferentes métodos e as diferentes experiências organizativas de vários movimentos e organizações sociais, tendo capacidade de elaboração a partir de uma revisão crítica do marxismo, como também da cultura e da história do povo mexicano. Tal desafio se expressa no grande esforço de construção da Organização nacional do Poder Popular, esforço que foi presenciado por nós através da participação de

encontros nacionais e reuniões estatais. Queremos dizer o seguinte: hoje o MULP não existe oficialmente, seus dirigentes e militantes avançam na construção de uma organização que supere seus limites históricos.

## Anexo II

### Roteiro da Entrevista com os Trabalhadores da Brigada Permanente

- Nome, idade e local de nascimento.
- Região de origem: acampamento ou assentamento.
- Como foi a experiência de ocupação.
- Antes da ocupação quais foram as experiências de trabalho.
- Qual a situação atual do seu acampamento/assentamento.
- Já assumiu alguma tarefa no acampamento/assentamento.
- O que mais marcou na experiência de trabalho na ENFF.
- Categoria profissional dentro da ENFF.
- Quanto tempo está na ENFF? Por quantas brigadas já passou.
- Como é a experiência de passar por várias brigadas? O que as brigadas têm em comum e o que marca suas diferenças?
- Quais são as maiores dificuldades no sentido de dar continuidade ao ritmo de trabalho no momento das trocas das brigadas?
- Opinião a respeito da estrutura organizativa da ENFF.
- O que gosta de fazer nos dias livres? Como são as festas na ENFF?
- Como recebeu o convite de permanecer na ENFF e integrar a brigada permanente?
- Quando retornar ao Estado pensa em se envolver nas atividades do MST?
- Mudanças de comportamento após vivência na ENFF.
- Como se constroem as relações de amizade e de pecuinha na ENFF.

### Roteiro da Entrevista com o Responsável político

- Como surgiu a idéia da Escola, a partir de que necessidade?
- Como o MST pensa o trabalho voluntário?
- O que a passagem pela ENFF traz para os trabalhadores e para a organização?
- Como distingue o trabalho voluntário do trabalho militante?
- Como compreende as redes de relações humanas que se estabelecem dentro da ENFF? Como entende o processo de sociabilidade que se cria para além do universo da organização, os laços de lealdade e de dependência, as regras estabelecidas de modo implícito? Como vê as experiências de reações dos acampados/assentados aos princípios da organização?
- Como se deu esta junção do trabalho concreto na obra e do modo de organização do MST com base nos princípios? Podemos dizer que a construção da ENFF é uma síntese dos métodos de formação do MST, sabendo que ao mesmo tempo em que inclui no cotidiano o trabalho em núcleos, a mística, o estudo, a disciplina, a divisão de tarefas, etc, distancia o trabalhador da luta direta do acampamento/assentamento?
- O que significa a ENFF no contexto histórico vivenciado pelo MST hoje?

### Roteiro da Entrevista com a Coordenação da casa

- Como foi a decisão de assumir a responsabilidade da construção da ENFF?
- Nestes três anos quais foram as maiores dificuldades?
- Como se estabeleceu o relacionamento com a vizinhança e com o governo municipal?
- Quais foram as maiores surpresas nestes anos?
- Como é a participação da ENFF em outras atividades do MST?
- Quais são as maiores dificuldades das brigadas que chegam?
- Como foi o processo de constituição do grupo de profissionais?
- Como são as visitas a ENFF? Qual é o público que mais visita a ENFF?

- Como se dá a organização estrutural para manter o funcionamento da Escola (compra de alimentos, materiais de limpeza e higiene, luz, água, etc.)?

Roteiro da Entrevista com os técnicos, arquitetos e engenheiros.

- Como é trabalhar num projeto do MST?
- Como foi a escolha do projeto arquitetônico? (detalhar)
- Como é o processo de implementação de uma lógica de construção civil distinta da lógica tradicional?
- Como é a reação dos trabalhadores frente a esta lógica de construção? Poderíamos dizer que há um sentido mais artesanal do que industrial?
- Como se processou a escolha das técnicas de construção e dos materiais usados?
- Como vocês vêem o processo de aprendizagem no cotidiano da obra?
- Como são os momentos em que o trabalhador contrapõe o conhecimento da vida ao conhecimento técnico-científico?
- Como vocês vêem o comportamento dos trabalhadores na obra, há relações de poder baseadas no saber-fazer? Há preocupação com a segurança no trabalho?

Anexo III: Modelo de Contrato de Voluntariado<sup>183</sup>.

Assinatura do voluntário

Assinatura do representante da Instituição:

Testemunhas:

Nome e RG:

Contratante: (qualificação):

Voluntário (a):

Nacionalidade, inscrito no CPF sob o no. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade no. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no endereço \_\_\_\_\_, daqui por diante denominado (a) simplesmente VOLUNTÁRIO (A).

As partes acima qualificadas celebram entre si, na melhor forma de direito, e com o fundamento na Lei no. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, o presente instrumento particular de CONTRATO DE VOLUNTARIADO, que se regerá pelas cláusulas abaixo estipuladas:

Cláusula 1<sup>a</sup>. - O (A) VOLUNTÁRIO (A) é aceito pelo (a) \_\_\_\_\_ para prestar os seguintes serviços: \_\_\_\_\_.

Cláusula 2<sup>a</sup>. - O (A) VOLUNTÁRIO (A) se compromete a prestar serviços descritos na cláusula 1<sup>a</sup>. nos seguintes dias e horários:

PARÁGRAFO ÚNICO - O (A) VOLUNTÁRIO (A) obriga-se a cumprir os horários por eles fixados nesta cláusula para prestação de serviço no (a) \_\_\_\_\_.

Cláusula 3<sup>a</sup>. - O (A) VOLUNTÁRIO e a entidade comprometem-se a:

Assegurar ao Voluntário (a) as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades a ele confinadas;

---

<sup>183</sup> Fonte: Centro Salesiano do Menor – CESAM (Reis, 2001).

A) Avisar ao Voluntário (a) caso venha a dispensar temporária ou definitivamente os seus serviços, por qualquer motivo.

Cláusula 4ª. – O (A) Voluntário (a) prestará serviços de que trata a cláusula 1ª., de forma gratuita, por ser livre e espontânea vontade, a título de colaboração com o (a) \_\_\_\_\_ na consecução de suas finalidades institucionais.

Cláusula 5ª. – O presente contrato é firmado por prazo indeterminado.

Cláusula 6ª. – O (A) Voluntário (a) poderá a qualquer momento da vigência deste contrato, mudar os dias e os horários de seus serviços voluntários prestados no (a) \_\_\_\_\_ desde que comunique por escrito, e com antecedência de no mínimo \_\_\_\_ dias.

Cláusula 7ª. – O presente contrato não gera e não gerará qualquer vínculo de relacionamento trabalhista-previdenciário entre as partes, em consonância como disposto no parágrafo único do artigo 1º. da lei 9.608/98.

Cláusula 8ª. – Em vista da natureza não econômica e gratuita do presente instrumento contratual, em havendo a rescisão de mesmo por iniciativa de qualquer uma das partes, o (a) voluntário não terá direito à remuneração, compensação ou indenização de qualquer tipo.

Cláusula 9ª. – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer uma das partes.

Cláusula 10ª. – A rescisão do instrumento contratual não importará em qualquer ônus ou encargo financeiro para qualquer das partes.

Cláusula 11ª. – O (A) Voluntário (a) declara para os devidos fins de direito que cumprirá e respeitará todas as normas que regem as atividades do (a) \_\_\_\_\_.

Cláusula 12ª. – A critério do (a) \_\_\_\_\_ poderão ser concedidos ao (à) VOLUNTÁRIO (a) os seguintes benefícios: a) \_\_\_\_\_ b) \_\_\_\_\_.

Cláusula 13ª. Fica eleito o foro da comarca de \_\_\_\_\_ para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento particular de CONTRATO DE VOLUNTARIADO, em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, acompanhado das duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistiram.

Local e data: \_\_\_\_\_

Entidade: \_\_\_\_\_

Voluntário (a): \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_